



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE

ADRIANA JACOB CARNEIRO

**GÊNERO E MÍDIA:
A COBERTURA DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER**

SALVADOR

2011

ADRIANA JACOB CARNEIRO

**GÊNERO E MÍDIA: A COBERTURA
DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER**

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de
Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade
Federal da Bahia.

Orientadora: Professora-Doutora Lindinalva Silva Oliveira
Rubim

Salvador

2011

Sistema de Bibliotecas da UFBA

Carneiro, Adriana Jacob.

Gênero e mídia : a cobertura do Dia Internacional da Mulher / Adriana Jacob Carneiro. - 2011.
200 f.

Orientadora: Profª. Drª. Lindinalva Silva Oliveira Rubim.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação,
Salvador, 2011.

1. Mulheres. 2. Jornalismo. 3. Identidade (Psicologia). I. Rubim, Lindinalva Silva Oliveira.
II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação. III. Título.

CDD - 305.42

CDU - 396

Para minhas avós

Agradecimentos

A todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a execução deste trabalho.

Aos meus pais, que primeiro me ensinaram a valorizar o fato de ser mulher. Aos meus irmãos e à minha família, pelo amor e apoio constantes.

A Ana Fernanda Campos de Souza, Denise Bastos, Marcos Uzel e demais companheiras/os de Miradas Femininas pelo estímulo e pelo partilhar do conhecimento.

A Fernanda Carvalho e Tatiany Carvalho, pela amizade sincera e pela compreensão nestes dois anos de pesquisa.

Aos amigos do CEEO, em especial a Carlos Leandro, por me ajudarem, sempre, a acreditar em meus sonhos.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

A minha orientadora, Linda Rubim, pela orientação constante e amiga.

A todos os colegas e professores do Pós-Cultura, que me inspiraram nesta trajetória e contribuíram para que eu voltasse a desfrutar do prazer de ser estudante.

Em 1917, no dia 8 de março, no dia das Mulheres Trabalhadoras, elas saíram corajosamente às ruas de Petrogrado. As mulheres – algumas eram trabalhadoras, algumas eram esposas de soldados – reivindicavam “Pão para nossos filhos” e “Retorno de nossos maridos das trincheiras”. Nesse momento decisivo, o protesto das mulheres trabalhadoras era tão ameaçador que mesmo as forças de segurança tsaristas não ousaram tomar as medidas usuais contra as rebeldes e observaram atônitas o mar turbulento da ira do povo. O Dia das Mulheres Trabalhadoras de 1917 tornou-se memorável na história. Nesse dia as mulheres russas ergueram a tocha da revolução proletária e incendiaram todo o mundo. A revolução de fevereiro se iniciou a partir desse dia.

(Alexandra Kollontai)

RESUMO

Este trabalho busca identificar a mulher construída pela mídia, tomando como baliza os estudos de gênero, particularmente aqueles que tratam da questão da mulher. A investigação está concentrada nas reportagens e cadernos especiais do Oito de Março publicados nos jornais A Tarde e Folha de S. Paulo entre os anos de 1960 e 2010. Com base nesses 50 anos de cobertura jornalística, analisamos como os jornais pesquisados dialogam com o contexto histórico do período estudado, especialmente com as “ondas” do movimento feminista.

Além disso, comparamos o noticiário jornalístico do Dia Internacional da Mulher nas cidades de Salvador e São Paulo. Para investigar as representações da mulher elaboradas pela mídia nessa data emblemática de reconhecimento de suas lutas, a pesquisa utiliza as teorias de identidade cultural e gênero.

A pesquisa observou que os jornais analisados contribuíram com a discussão de temas ligados ao movimento feminista, além de levarem informações atualizadas sobre os direitos das mulheres para uma parcela significativa da população. Na cobertura de assuntos tradicionalmente associados à mulher, o estudo percebeu que a linguagem do jornalismo diário apresenta semelhanças com a imprensa feminina. Entretanto, ainda que as temáticas abordadas não tenham sido sempre as mais produtivas para as conquistas das mulheres, a cobertura jornalística contribuiu com uma discussão mais ampla de assuntos relacionados a esse gênero.

Palavras-chave: mulher, mídia, identidade, gênero.

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1 – Dia Internacional da Mulher na Imprensa	14
1.1. O Dia Internacional da Mulher	14
1.2. Jornais A Tarde e Folha de S. Paulo: contexto histórico e linha editorial	37
1.3. Critérios de leitura do material pesquisado	42
Capítulo 2 - Gênero e Mídia	44
2.1. Representações sociais e gênero	44
2.2. Papel da mídia na construção identitária da mulher	71
2.3. Panorama da mulher na mídia brasileira	82
Capítulo 3 – A mulher no Oito de Março: a cobertura dos jornais A Tarde e Folha de S. Paulo	89
3.1. A década de 60	89
3.1.1. Contextualização	89
3.1.2. A Tarde	95
3.1.3. Folha de S. Paulo	99
3.1.4. A Tarde <i>versus</i> Folha de S. Paulo	100
3.2. A década de 70	100
3.2.1. Contextualização	100
3.2.2. A Tarde	109
3.2.3. Folha de S. Paulo	118
3.2.4. A Tarde <i>versus</i> Folha de S. Paulo	122
3.3. A década de 80	124
3.3.1. Contextualização	124
3.3.2. A Tarde	132
3.3.3. Folha de S. Paulo	136
3.3.4. A Tarde <i>versus</i> Folha de S. Paulo	140

3.4. A década de 90	142
3.4.1. Contextualização	142
3.4.2. A Tarde	147
3.4.3. Folha de S. Paulo	154
3.4.4. A Tarde <i>versus</i> Folha de S. Paulo	160
3.5. O século XXI	161
3.5.1. Contextualização	161
3.5.2. A Tarde	164
3.5.3. Folha de S. Paulo	169
3.5.4. A Tarde <i>versus</i> Folha de S. Paulo	174
4. Considerações Finais	178
Referências Bibliográficas	193

INTRODUÇÃO

“Desconhecia o que você diz. Copio Rodrigo Russo, nosso editor de artigos, que dirá se há interesse em um texto nesse sentido.”

(Sérgio Dávila, editor executivo da Folha de S. Paulo, 11/02/2011)

“Sim, acho interessante o artigo sobre essa versão para o incêndio. Se puder me mandar um texto em 3.000 caracteres com espaços, incluindo seu resumo biográfico e título, agradeço.”

(Rodrigo Russo, editor de artigos da Folha de S. Paulo, 14/02/2011)

Os dois trechos destacados integram uma troca de e-mails entre esta pesquisadora e o editor-executivo do jornal Folha de S. Paulo, bem como seu editor de artigos. O jornal de maior circulação e influência do Brasil chega à segunda década de século XXI ainda sem a constatação de que, por pelo menos 40 anos, levou aos seus leitores a versão incorreta de um importante acontecimento para a história das lutas pelos direitos das mulheres: a origem do Dia Internacional da Mulher. A Folha, entretanto, não está sozinha nessa derrapada contra o compromisso com a veracidade dos fatos jornalísticos. O jornal A Tarde, que também foi analisado em nosso estudo, e uma série de publicações do Brasil e do mundo vêm repetindo, a cada ano, a narrativa do incêndio que teria matado 129 operárias em uma fábrica têxtil de Nova York. Segundo essa cobertura homogênea, a tragédia teria originado a data anual mais emblemática de luta das mulheres.

De tão repetida, já existe uma resistência à divulgação da real origem da data. Assumi-la é reconhecer um erro repetido há décadas. Além disso, a versão do incêndio traz à pauta sempre a lembrança da notícia factual, que o jornalismo diário tanto aprecia. O fascínio diante dessa tragédia, transformada em dia de resistência, foi uma das razões que levaram à nossa escolha pelo tema. Diante de um calendário de datas marcantes comerciais que costumava cobrir em minha trajetória como repórter, o oito de março era emblemático: uma data originada em um fato marcante e com um contexto sólido de lutas pelos direitos das mulheres.

Esse fascínio foi um dos motivos que nos guiaram na opção pelos estudos de gênero, através do mestrado no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em

Cultura e Sociedade. Fruto dessa experiência, surgiu a percepção do quanto são diferentes a rotina e o método da investigação jornalística e da pesquisa acadêmica, apesar de poderem caminhar juntas e contribuir para o crescimento uma da outra. Talvez tenha sido o faro jornalístico, a vontade de investigar minuciosamente o tema, aliada à responsabilidade acadêmica, que tenha norteado esta pesquisa por caminhos que nos levaram à constatação de que o incêndio tão divulgado na cobertura jornalística de todo o país não havia dado origem à data que estudávamos.

A tragédia aconteceu de fato, mas não nos moldes narrados por nossos colegas de profissão no Brasil e em outros países, como depois constatamos. O sentimento de frustração não durou muito: veio logo o questionamento, a vontade de compreender a verdadeira história que originara o oito de março e também compreender que incêndio era aquele que realmente havia acontecido: suas motivações, conseqüências e em qual cenário estava localizado.

Uma constatação ficou clara no decorrer do trabalho: esta não foi a primeira pesquisa a alertar para a falta de veracidade da origem atribuída ao Dia Internacional da Mulher. Exemplo disso aconteceu em 2010, quando a Sempreviva Organização Feminista e a editora Expressão Popular lançaram no Brasil o livro *As origens e a comemoração do Dia Internacional da Mulher*. A obra de Ana Isabel González mergulha na história do movimento de mulheres socialistas do século XIX e início do século XX e relata os acontecimentos reais do trágico incêndio que vitimou, já no século XX, mais de cem trabalhadoras nos Estados Unidos. Desconstrói, entretanto, o mito que o vincula à criação do Dia Internacional da Mulher, como veremos no primeiro capítulo.

Em 2010, completou-se o primeiro século desde que as mulheres socialistas reunidas em Copenhague aprovaram a proposta de criação do Dia Internacional da Mulher. Com o silenciamento das origens e do centenário da data, a mídia brasileira perdeu uma grande oportunidade de contribuir para a reflexão sobre os desafios e formas de organização que mobilizam a luta feminista ainda hoje.

Das vítimas do incêndio às mulheres que protagonizaram os protestos que desencadearam a Revolução Russa em 1917, pretendemos observar, na cobertura jornalística do dia oito de março nos jornais A Tarde e Folha de S. Paulo, como essa versão da origem do Dia Internacional da Mulher as posiciona como vítimas, em vez de protagonistas. Um dos objetivos centrais deste estudo é identificar a (s) mulher (es)

construída (s) pela mídia na cobertura jornalística dessa data, tomando como baliza os estudos de gênero, particularmente a questão da mulher.

Além disso, pretendemos investigar quais são as representações desse gênero elaboradas nas reportagens especiais da cobertura midiática no Dia Internacional da Mulher; analisar de que forma o conteúdo dos jornais pesquisados dialoga com o contexto histórico do período estudado, tendo como foco as relações de gênero e comparar a cobertura jornalística realizada sobre o tema.

Consideramos a data em questão um momento privilegiado para realizar estudos de gênero, sobretudo tendo como foco a mulher na mídia, já que nesse dia a cobertura dos meios de comunicação busca homenageá-la. Além disso, o texto jornalístico legitima algumas identidades, ao mesmo tempo em que exclui outras, apesar do discurso de objetividade e isenção.

A atualidade do tema mulher no contexto midiático é demonstrada, entre outros fatores, pelos diversos seminários, conferências e simpósios programados no Brasil, na América Latina e em países de outras partes do mundo. Esses e outros estudos acadêmicos demonstram preocupação com a análise de diferentes perspectivas do tema. Na Universidade Federal da Bahia, merece destaque a criação da graduação em Gênero e Diversidade e da pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, além da possibilidade de o tema ser estudado sob o viés interdisciplinar, como no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade e no Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. Na primeira década do século XXI, muitas são as formas de presença da mulher na imprensa, rádio, televisão, internet, música e publicidade, mas ainda há conquistas a serem feitas nos campos social, econômico, cultural e mesmo religioso.

No caso da imprensa, das fotonovelas às publicações femininas, as análises concentram-se, principalmente, no estudo da mídia feita especificamente para a mulher, denominada normalmente de imprensa feminina. Nesta pesquisa, buscou-se analisar periódicos de público-alvo não segmentado e de tiragem e circulação expressivas. A escolha pelos jornais impressos levou em consideração, entre outras questões, o fato de o jornal impresso estar em constante ampliação do número de leitores desde 2004, apesar da expansão dos meios audiovisuais.

De acordo com dados sobre o meio jornal aferidos pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC), em 2008 a circulação média diária dos jornais brasileiros aumentou 5% em relação a 2007, que já havia registrado elevação de 11,8% em relação ao ano

anterior. A única exceção aconteceu em 2009, quando a circulação somada dos 20 maiores jornais brasileiros caiu 6,9%. Mas, no primeiro semestre de 2010, a média de circulação do meio Jornal no Brasil voltou a crescer, em índice de 2%. Dessa forma, a circulação dos 94 jornais auditados pelo IVC chegou a 4,3 milhões de exemplares, levando a estimativa feita pela Associação Nacional de Jornais (ANJ) para a circulação média diária total dos jornais brasileiros a 8,5 milhões de exemplares.

Com base nesse quadro, a definição dos dois periódicos analisados utiliza, como critério, a importância que esses meios de comunicação têm, nacional e localmente. De acordo com dados do IVC, a tiragem da Folha de S. Paulo é a maior do país, uma média diária de 295 mil exemplares em 2009. Já o jornal A Tarde, segundo o IVC, circula com cerca de 45 mil exemplares, de segunda-feira a sábado, e chega a alcançar os cem mil exemplares aos domingos. No segundo ano de nossa pesquisa, pela primeira vez em sua história, a circulação de A Tarde foi superada pela de seu principal concorrente, o Correio. Até então, A Tarde liderava a circulação de jornais em Salvador e no estado da Bahia.

Nesse sentido, estruturamos a dissertação da seguinte forma: o primeiro capítulo concentra as origens do Dia Internacional da Mulher, dados históricos e o contexto em que a data se desenvolveu nos Estados Unidos, URSS e Brasil até ocupar visibilidade internacional com o aval da Organização das Nações Unidas. Foi observada a cobertura da data na imprensa do Brasil e alguns exemplos da atenção que a mídia dispensa ao oito de março em outros países. A contextualização histórica dos dois jornais estudados no trabalho é outro ponto importante do capítulo. A pesquisa descreve a origem, o posicionamento e a linha editorial de A Tarde e da Folha de S. Paulo, fundamentais para uma leitura atenta do conteúdo das publicações, de acordo com autores como Braga (1997).

O segundo capítulo traz o embasamento teórico da pesquisa. Os estudos de gênero foram mapeados, tomando como foco as questões de poder e o conceito de patriarcalismo. Além disso, buscou-se estabelecer uma vinculação entre esses estudos e correntes teóricas das representações sociais. Esse arcabouço teórico inclui ainda, o estudo das identidades, a partir de autores que se debruçam sobre a relação desse conceito na perspectiva cultural. O papel da mídia para as construções identitárias, com foco na mulher, foi analisado através de autores como Genro (1989), Oliveira (2005), Barros Filho (1994) e Tuchman (1972). A discussão implementada trata da forma como a mídia constrói o ser mulher, acionando diversos recursos.

Já o terceiro capítulo traz a análise dos materiais com o apoio das teorias estudadas, organizadas por décadas em cada um dos jornais¹, para em seguida fazer uma confrontação dessas coberturas. O objetivo foi contemplar as diferentes identidades construídas e reiteradas pela imprensa em cada período estudado. De acordo com essa divisão, foi observado o contexto histórico à luz das bandeiras levantadas pelos movimentos feministas e pelas principais lutas e conquistas das mulheres.

Finalmente, as considerações finais apontam as semelhanças, diferenças e, em consequência, as tensões encontradas nas coberturas dos dois jornais, inclusive e principalmente, pelas escolhas realizadas para representar as mulheres na data em questão. Além disso, buscamos finalizar o trabalho com uma dinâmica de continuidade, tentando fazer com que as informações encontradas ganhassem uma amplitude social, levando-se em conta que este é um trabalho realizado em uma instituição pública de ensino. Na tentativa de realizar esse propósito, um artigo já foi publicado pela Folha de S. Paulo, como está mencionado no diálogo introdutório deste texto. Essa pode ser considerada uma das primeiras, do programa de ações através do qual essa pesquisa possa buscar a transformação da mídia na sua relação com a sociedade.

¹ Foram analisadas as edições do dia 8 de março dos jornais A Tarde e Folha de S. Paulo publicadas entre os anos de 1960 e 2010, totalizando 50 exemplares de cada periódico estudado.

CAPÍTULO 1

DIA INTERNACIONAL DA MULHER NA IMPRENSA

1.1. O Dia Internacional da Mulher

“Fatos que marcaram os últimos 150 anos da história das mulheres no Brasil e no mundo: 8 de março de 1857 – Em uma fábrica em Nova York, 129 operárias morrem queimadas numa ação policial quando reivindicavam a redução da jornada de trabalho de 14 para 10 horas e o direito à licença-maternidade”.

Trajatória Feminina, Folha de S. Paulo, 8 mar. 2007, p.2.

“Era 8 de março de 1857, um dia sombrio, de nuvens escuras sobre a cidade. A greve das tecelãs da Cotton, em Nova Iorque, pela jornada de dez horas de trabalho, estava no auge. O movimento era pacífico, mas o patrão delas partiu para a violência e provocou um incêndio na própria fábrica, matando 129 das operárias. A comoção foi geral nos Estados Unidos e em outros países, mas a opressão e a repressão eram grandes para que a revolta fosse extravasada e só em 1911 foi realizada a primeira comemoração do Dia Internacional da Mulher (...)”

Bonfim, J. Mulheres ampliam seu espaço, mas desafios ainda são muitos.

A Tarde, Local, 8 mar. 2000, p.2.

“Reafirmo que as versões do 8 de março de 1857 e 1908 são falsas; que jamais houve uma greve em março de 1908 para ser comemorada; que a definição, em 1910, do Dia Internacional da Mulher tinha um objetivo completamente distinto, e que a verdade histórica do 8 de março inscreve-se em um passado feminista enterrado, ou melhor, falsificado e ocultado de forma apaixonada por essa lenda”.

Renée Cote, La Journée Internationale des Femmes, 1984.

O incêndio da fábrica de tecidos em Nova York no ano 1857 é lembrado todos os anos na cobertura midiática brasileira do Dia Internacional da Mulher. De acordo

com grande parte das matérias e artigos publicados no dia 8 de março, a tragédia teria provocado a morte de 129 trabalhadoras e originado a data mundial mais emblemática da luta pelos direitos das mulheres. Em uma leitura mais atenta dos dois primeiros trechos em destaque, publicados no jornal de maior circulação do estado da Bahia e no periódico de circulação mais expressiva do país, é possível perceber uma diferença básica e significativa: apesar de o incêndio estar presente em ambas as situações, no primeiro dos exemplos, a tragédia é fruto de uma ação policial. No segundo caso, a origem do assassinato das 129 tecelãs é uma atitude violenta do proprietário da fábrica.

Esta diferença inicial é apenas o ponto de partida para nossa investigação em busca dos acontecimentos reais que originaram a comemoração do dia 8 de março. A cada novo passo da investigação, surgiam detalhes que não se encaixavam. Não há consenso nem mesmo em relação ao nome da fábrica onde o fogo teria começado. Ao pesquisar a existência documentada desse incêndio, observamos que não existem registros concretos do fato, ao menos nos moldes e na data narrados pelos meios de comunicação.

Um primeiro ponto merece atenção especial em nossa análise: apesar de o fogo estar presente em todos os relatos, detalhes conflitantes são narrados a cada ano no Brasil e em outros países. Na historiografia feminista espanhola, a origem do 8 de março vincula-se ao incêndio ocorrido em 1908 na fábrica têxtil Cotton, provocado pelo próprio empresário contra as operárias em greve e presas no imóvel. Já nos Estados Unidos, o mito girava em torno de uma manifestação de operárias do setor têxtil que teria acontecido em 8 de março de 1857 e, segundo outras versões, no ano de 1908 (GONZÁLEZ, 2010).

O tema já havia intrigado algumas historiadoras, a exemplo de Renée Cote (apud GONZÁLEZ, 2010), que empreendeu uma verdadeira busca por vestígios do incêndio nos arquivos das mais prestigiadas universidades norte-americanas e européias e não encontrou qualquer rastro da existência de uma manifestação com tais características em nenhuma cidade dos Estados Unidos nem em 1857, nem em 1908.

Uma importante referência para desvendar a teoria do incêndio é o trabalho da historiadora Mari Jo Buhle, especialista no movimento estadunidense de mulheres socialistas. Ela estudou o incêndio da Triangle Shirtwaist Company, acontecimento de extrema importância para a história contemporânea dos Estados Unidos. Sua importância, porém, não está associada à origem do Dia Internacional da Mulher – que seria comemorado pela primeira vez poucos dias antes da tragédia, mas por causar a

morte das operárias que um ano antes haviam protagonizado a primeira greve realizada exclusivamente por mulheres na luta por melhores condições de trabalho.

Esses dois fatos: o incêndio da Triangle Shirtwaist e a greve são importantes pistas para compreender a confusão em torno das origens do Dia Internacional da Mulher. São, ainda, pontos de partida fundamentais para a busca da real origem da data, que tem sua fonte em um país e em um acontecimento muito distinto daquele que a mídia costuma mostrar.

O incêndio na Triangle Shirtwaist Company

Em finais do século XIX e início do século XX, contexto em que aconteceu a tragédia na Triangle Shirtwaist Company, o trabalho fabril nos países industrializados era realizado por homens, mulheres e crianças em jornadas de 12 a 14 horas, em semanas de seis dias inteiros. Frequentemente, as manhãs de domingo também eram incluídas na rotina dos trabalhadores. Os salários eram baixíssimos e as condições de trabalho, precárias. Os proprietários, por sua vez, consideravam as reivindicações dos trabalhadores uma afronta.

Apesar disso, muitos trabalhadores protestavam por melhores salários, pela redução das jornadas e pela proibição do trabalho infantil. A cada conquista, o movimento operário iniciava outra fase de reivindicações, mas em nenhum momento, até por volta de 1960, a luta sindical teve o objetivo de equiparação salarial entre homens e mulheres. As trabalhadoras participavam das lutas gerais, mas quando se tratava de igualdade salarial, não eram consideradas. Alegava-se que as demandas das mulheres afetariam a “luta geral”, prejudicariam o salário dos homens e, afinal as mulheres apenas “completavam” o salário masculino. (BLAY, 2001, p. 601).

Foi no contexto do começo do século XX que teve lugar o incêndio destacado todos os anos pela mídia. Na verdade, a tragédia não aconteceu na data que costuma ser levantada pelos meios de comunicação e até mesmo pela historiografia do tema, mas em 25 de março de 1911, na fábrica The Triangle Shirtwaist Company, em Nova York. Localizada na esquina da Green Street com a Washington Place, a empresa ocupava os três andares superiores do Asch Building, edifício de dez pavimentos considerado, no período, um dos mais altos da cidade. A estrutura do prédio, seu assoalho e moldura das janelas e portas eram de madeira. Com 41 metros de altura, o Asch Building deveria ter

sido equipado com três escadas de incêndio, mas tinha apenas duas. Delas, somente uma chegava até o telhado. Essa falha foi detectada pelo inspetor do Departamento de Construção, mas o arquiteto conseguiu convencê-lo de que a terceira não era necessária, porque já havia uma saída de incêndio no bloco.

A Legislação Trabalhista Estadual estabelecia que as portas das fábricas deviam abrir para fora “onde fosse possível” e que não podiam estar trancadas com chave durante o expediente. Porém, como os corredores e escadas do prédio eram muito estreitos, todas as portas abriam para dentro. Em 1911, antes do incêndio, tentou-se declarar obrigatório esse sistema, que encarecia o orçamento da construção dos novos edifícios, mas com o qual não se perderiam vidas caso ocorresse uma tragédia. A associação dos proprietários, entretanto, conseguiu paralisar a aprovação dessa lei.

Apesar disso, o Asch Building não era o único edifício que não cumpria as normas. Como destaca a pesquisadora Ana Isabel Alvarez González no livro *As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres* (2010), no outono de 1910, o serviço de controle sanitário de Nova York investigou as condições de 1.243 oficinas têxteis da cidade. “Dessas, 99% foram declaradas inadequadas em matéria de segurança²” (GONZÁLEZ, 2010, p. 34).

Naquele período, já haviam sido feitas algumas denúncias sobre as condições de segurança no trabalho dos mais de 500 empregados da Triangle, em sua maioria jovens imigrantes italianas e russas com idades entre 16 e 24 anos. O nono andar da fábrica era ocupado por 260 trabalhadores e por 240 máquinas de costura, organizadas em 16 fileiras paralelas. O único horizonte de cada funcionária nas horas de trabalho era a colega que ficava à sua frente, a que ficava atrás e as dos dois lados. Dado este cenário, não é de espantar que, no momento do incêndio, elas tenham se atropelado umas sobre as outras.

Todas as cartas, recomendações e denúncias que anteviam o cenário do desastre foram ignoradas. Desde dois anos antes da tragédia, em 1909, o proprietário do edifício havia recebido um documento elaborado pelo especialista na prevenção a incêndios e professor da Universidade de Columbia P.J. McKeon, que fez a inspeção técnica da Triangle Shirtwaist Company. Esse relatório destacava a grande quantidade de

² Entre as oficinas têxteis investigadas, 14 não possuíam saídas de incêndios, em 101 foram detectadas escadas defeituosas, 491 tinham apenas uma saída, em 23, as portas permaneciam fechadas com chave durante o dia, 58 estavam insuficientemente iluminadas, em 78, os acessos às saídas de incêndio estavam bloqueados e as portas de 1.172 (94%) abriam para dentro. (GONZÁLEZ, 2010, p. 34)

funcionários amontoados nos três pisos da empresa e ressaltava a importância de instruir os trabalhadores sobre a forma de evacuar o edifício em caso de incêndio.

Denunciava-se também que a porta que dava acesso para Washinton Place tinha sido encontrada trancada com chave, que os homens fumavam nas dependências da fábrica, que as luzes que iluminavam as escadas não eram adequadas e que as portas abriam para dentro. Tendo em vista as recomendações e apreciações do professor McKeon, o Departamento de Construção enviou uma carta aos proprietários da empresa, Isaac Harris e Max Blanck, de quem nunca recebeu resposta. (GONZÁLEZ, 2010, p. 34).

Eram essas as condições de trabalho dos funcionários da Triangle quando, no sábado de 25 de março de 1911, por volta das 16h45, teve início o incêndio. O fogo começou no oitavo andar, no momento em que um trabalhador, pronto para ir para casa, acendeu um cigarro e jogou o fósforo perto de um monte de tecidos. Com toda a estrutura de madeira, instalações elétricas precárias e vestígios de óleo para lubrificar as máquinas, além de pilhas de tecido por toda parte, o fogo alastrou-se rapidamente.

Os trabalhadores que estavam no décimo andar, onde também estavam os dois proprietários da empresa, puderam salvar-se alcançando o telhado e passando para o prédio vizinho. Escaparam, ainda, aqueles que conseguiram entrar em uma das três viagens que os elevadores conseguiram fazer. Mas para os empregados que estavam no oitavo e nono andares, a única escapatória eram as portas que levavam às duas únicas escadas de incêndio do prédio. O problema é que elas estavam trancadas a chave pelo lado de fora, para evitar que os funcionários saíssem mais cedo de seus postos de trabalho.

Algumas jovens, em um ato de desespero para tentar salvar as próprias vidas, se jogaram no vazio. Como a altura era elevada, as redes colocadas pelos bombeiros não conseguiram conter os corpos. As pancadas no chão provocaram o horror daqueles que assistiram à tragédia. O saldo do incêndio foi de 146 vítimas, sendo 13 homens e 123 mulheres³. Sete corpos não puderam ser identificados devido ao seu estado.

A comoção foi imensa. No dia 5 de abril houve um grande funeral coletivo que se transformou numa demonstração trabalhadora. Apesar da chuva, cerca de 100 mil pessoas acompanharam o enterro pelas ruas do Lower East Side. (BLAY, 2001, p. 604)

³ A lista completa das vítimas do incêndio da Triangle Shirtwaist Company consta no site The Triangle Factory. Disponível em: <<http://www.ilr.cornell.edu/trianglefire/>>. Acesso em: 09/09/2010.

Os donos da Triangle Shirtwaist Company foram indiciados por homicídio não premeditado. A acusação alegava que as vítimas morreram porque a porta do nono andar estava trancada a chave. O julgamento não questionou outras condições, como a grande quantidade de material inflamável e de máquinas amontoadas ou as condições em que se encontrava o prédio que, duas semanas antes, havia passado por inspeção da segurança do trabalho do Estado.

Composto apenas por homens, já que, naquele tempo, as mulheres não podiam atuar como juradas no Estado de Nova York, o júri declarou os proprietários da fábrica inocentes da acusação. A defesa argumentou que não era possível provar que eles tivessem mandado fechar a porta. Ela poderia ter sido trancada por algum dos operários, enquanto tentavam escapar.

A tragédia chocou toda a sociedade estadunidense. Prova disso é que os principais jornais do país, *The New York Times*, *The World*, *The Evening Journal*, *The Survey* deram uma grande cobertura à notícia, que foi chamada por um deles de “o mais assustador horror” desde o desastre de Slocum (barco naufragado em 1904 no East River) e o incêndio do Teatro Iroquois, em Chicago. (GONZÁLEZ, 2010, p. 37).

O incêndio trouxe uma importante consequência: a criação da Comissão de Investigação das Fábricas. As recomendações feitas a partir dessa investigação transformaram-se posteriormente em leis não apenas em Nova York, mas em outros estados norte-americanos. Entre elas, estavam a redução da jornada de trabalho das mulheres, a limitação da idade das crianças para começar a trabalhar, a proibição do trabalho noturno para mulheres e as compensações econômicas pelos acidentes de trabalho, dentre outras.

No lugar em que aconteceu o incêndio funcionam hoje as Faculdades de Biologia e Química da Universidade de Nova York. Uma placa na fachada do edifício destaca o número de mortos no incêndio e afirma que o prédio possui significado nacional para a história dos Estados Unidos. Informa, ainda, que a tragédia contribuiu para a especificação de critérios sobre as condições de segurança no trabalho e o crescimento dos sindicatos⁴.

O incêndio da Triangle Shirtwaist foi importante para a melhoria das condições de segurança de trabalhadores como um todo, e não apenas das mulheres, já que também havia homens entre as vítimas. A tragédia não foi a causa da escolha de uma

⁴ Imagens das placas afixadas na fachada do Brown Building, nome com o qual o edifício foi batizado, após a reforma que precedeu o incêndio, em 1929, encontram-se na seção Anexos.

data no calendário para fortalecer as bandeiras defendidas pelas mulheres. Essa discussão já estava presente entre as trabalhadoras do período anterior ao citado. Tanto que em 28 de fevereiro de 1909, nos Estados Unidos, o Partido Socialista da América lançou uma declaração em favor da garantia dos direitos das mulheres.

Diante dos fatos expostos, cabe chamar a atenção para algumas questões em especial. A primeira delas é o fato de o incêndio amplamente divulgado pela mídia não possuir ligação direta com o Dia Internacional da Mulher, ao contrário do que costuma ser noticiado em jornais de credibilidade no Brasil e em outros países. A segunda questão são as datas envolvidas: o dia 8 de março e o ano de 1857 não coincidem com a data da tragédia na Triangle Shirtwaist: 25 de março de 1911. Quanto ao ano de 1857, a hipótese levantada por algumas pesquisadoras é a possibilidade de uma associação com o ano de nascimento de Clara Zetkin, revolucionária que, como veremos adiante, propôs a criação de um dia dedicado à luta pelos direitos das mulheres de todo o mundo.

Apesar de o incêndio ter atingido todos os setores da sociedade dos Estados Unidos e provocado comoção nacional, isso não explica, por si só, o fato dessa tragédia ter conquistado dimensões mundiais e alcançado, inclusive a condição de mito. Para compreender essas razões cotejaremos alguns acontecimentos que antecederam o ano de 1911 e, posteriormente, nos debruçaremos sobre outro fato que teve importância fundamental para a definição do Dia Internacional da Mulher, mas que, ignorado por grande parte da mídia brasileira, ocorreu não apenas em outro país, mas em outro continente.

O levante das 20 mil

Há algumas razões para o incêndio da Triangle Shirtwaist Company ter alcançado visibilidade mundial, cem anos após o acontecimento. Além da maneira trágica como as mortes ocorreram, o fato de que a maioria das vítimas eram jovens mulheres com idades entre 16 e 25 anos, imigrantes em busca do sonho norte-americano, deve ser levado em consideração. Como defende a pesquisadora Ana Isabel Álvarez González (2010), a principal causa para que este acontecimento não caísse no esquecimento é o fato de que as vítimas não eram desconhecidas da sociedade do período, pois haviam protagonizado, menos de dois anos antes, a greve geral do setor têxtil conhecida como “O levante das 20 mil” ou “O levante das 30 mil”.

Com duração de 13 semanas e resistindo a uma frente unida de empresários, juízes, advogados e policiais, essa se tornou a greve mais importante já realizada até este momento envolvendo apenas mulheres trabalhadoras. Foi também uma resposta àqueles que afirmavam que as mulheres eram incapazes de se organizar e, portanto, o movimento operário não podia contar com elas para enfrentar uma luta longa e dura. (GONZÁLEZ, 2010, p. 41).

As mulheres constituíam a maior parte da mão-de-obra no setor têxtil no início do século XX. Presas fáceis à exploração na chamada “indústria da agulha” devido à pobreza, as imigrantes – em sua maioria, italianas e judias – trabalhavam 56 horas semanais, mas a carga horária, em temporadas de maior movimento, podia chegar a 70 horas.

No Brasil, a situação não muito era diferente, como destaca Blay (2001). Em 1901, as operárias, que juntamente com as crianças constituíam 72,74% da mão-de-obra do setor têxtil, denunciavam que ganhavam muito menos do que os homens na realização das mesmas tarefas. Trabalhavam de 12 a 14 horas na fábrica e muitas ainda costumavam em casa. A jornada era de cerca de 18 horas e as operárias eram consideradas incapazes física e intelectualmente. Por medo de serem despedidas, submetiam-se também à exploração sexual.

Os jornais operários, especialmente os anarquistas, reproduziam suas reclamações contra a falta de higiene nas fábricas, o assédio sexual, as péssimas condições de trabalho, a falta de pagamento de horas extras, um sem número de abusos. Para os militantes operários, a fábrica era um local onde as mulheres facilmente se prostituíam, daí reivindicarem a volta das mulheres para casa. Patrões, chefes e empregados partilhavam dos mesmos valores: olhavam as trabalhadoras como prostitutas. (BLAY, 2001, p. 606)

Em busca da conquista de direitos que transformassem essa realidade, é que teve início uma paralisação na Triangle Shirtwaist Company, no dia 27 de setembro de 1909. Cerca de 40 mil trabalhadores lutavam por bandeiras como salários mais altos, melhorias das condições de trabalho, abolição do sistema de subcontratação e das multas, jornada de trabalho de 52 horas semanais, distribuição regular de trabalho durante todo o ano, limitação da quantidade de horas extras e, sobretudo, o reconhecimento de seus direitos sindicais. A greve geral foi oficializada após uma assembléia realizada no dia 22 de novembro.

No movimento, seria marcante a participação da Liga Sindical de Mulheres (Women's Trade Union League) – WTUL – que mobilizou 15 mil mulheres. Elas organizavam linhas de piquetes, convocavam assembléias, editavam boletins, planejavam táticas contra os chefes e a polícia, informavam os trabalhadores sobre as negociações e pagavam as multas e fianças das que iam presas. O financiamento para todas essas ações era obtido com as cotas dos sindicalizados, mas, sobretudo, através de doações das mulheres mais ricas da cidade em apoio às grevistas e à sua causa, em uma solidariedade que deixou de lado as diferenças de classe, religião e etnia.

As 13 semanas da greve foram ainda mais duras para as mulheres que atuavam nos piquetes. Mal vestidas e sub-alimentadas, elas passavam longas horas sob a chuva e o sol nas ruas. Enfrentavam, ainda, insultos dos seguranças contratados pelos patrões. Muitas chegavam a ser presas.

A greve foi oficialmente encerrada em 15 de fevereiro de 1910. O saldo de conquistas do movimento incluiu 339 firmas que fizeram acordos com os trabalhadores. Treze empresas, entre elas a Triangle Shirtwaist, não chegaram a nenhum acordo com suas operárias. Possivelmente, se tivessem aceitado as reivindicações das grevistas, o incêndio que aconteceu no ano seguinte teria sido evitado.

Um cotejamento entre o incêndio e a greve demonstra que, sob o mito, existe parte de verdade: todos os eventos aconteceram na cidade de Nova York, as protagonistas eram mulheres da classe operária, o incêndio foi provocado, ainda que de forma não premeditada. No ano anterior, havia ocorrido uma greve de mulheres em busca de melhores condições de trabalho, foram organizadas manifestações de apoio e houve violência policial.

Com o passar dos anos, os meios de comunicação e a historiografia transmitiram parte do passado, mas também o recriaram, selecionando e concentrando certos fragmentos do passado e excluindo outros. Unidade básica de informação do jornalismo, a notícia baseia-se nos fatos jornalísticos, que constituem a menor unidade de significação. A seleção e o recorte desses fatos, de acordo com os critérios de noticiabilidade de cada veículo de comunicação, obedecem a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas, e compõem a base da crítica à objetividade e à imparcialidade da mídia.

No caso do Dia Internacional da Mulher, podemos observar que o fato jornalístico – o incêndio e a morte das operárias como origem da data – não corresponde à realidade dos acontecimentos. Ainda assim, essa história é recontada há décadas pelos

meios de comunicação, conforme observamos no material pesquisado. Essa repetição reforça a noção de objetividade jornalística.

A aparência de objetividade é reforçada pelos elementos que compõem internamente a matéria propiciarem um quadro relativamente homogêneo e unificado, por um lado, e pelo fato dos temas eleitos pelas diversas formas de mídia serem, em muitos casos, os mesmos. Esses aspectos, denominados de consonância, fazem crer que a matéria será uma descrição pura e simples dos acontecimentos.

A consonância faz crer (fazendo ler, assistir ou ouvir) que a mídia é o espelho do real, transcrição objetiva do que acontece. A mídia, estando presente em toda parte, torna a aparência quase obrigatória a recepção de suas mensagens. Desta forma, a aparência de objetividade é reforçada pela repetição, que aproxima as abordagens, dificulta a percepção seletiva e torna a mensagem monolítica (BARROS FILHO, 1994, p. 7)

A objetividade, entretanto, oferece uma multidão infinita de aspectos, nuances, dimensões e combinações possíveis para serem selecionadas. Dessa forma, o material que constitui os fatos é objetivo, pois existe independente do sujeito, mas o conceito de fato implica a percepção social dessa objetividade, ou seja, na significação dessa objetividade pelos sujeitos.

Os fatos jornalísticos são um recorte no fluxo contínuo, uma parte que, em certa medida, é separada arbitrariamente do todo. Nessa medida, é inevitável que os fatos sejam, em si mesmos, uma escolha. Mas, para evitar o subjetivismo e o relativismo, é importante agregar que essa escolha está delimitada pela matéria objetiva, ou seja, por uma substância histórica e socialmente constituída, independentemente dos enfoques subjetivos e ideológicos em jogo. A verdade, assim, é um processo de revelação e constituição dessa substância. (GENRO FILHO, 1989, p. 188)

As características e acontecimentos levados em consideração, em detrimento de outros, para a definição da origem do Dia Internacional da Mulher que é comumente apresentada pela mídia mostram, como defende Adelmo Genro Filho (1989), que a chamada ‘objetividade jornalística’ esconde uma ideologia – a ideologia burguesa – cuja função é reproduzir e confirmar as relações capitalistas. Essa objetividade implica uma compreensão do mundo como um agregado de ‘fatos’ prontos e acabados, cuja existência, portanto, seria anterior a qualquer forma de percepção e autônoma em relação a qualquer ideologia ou concepção de mundo. “Caberia ao jornalista, simplesmente, recolhê-los escrupulosamente como se fossem pedrinhas coloridas” (GENRO FILHO, 1989, p. 188).

Assim como o incêndio, o levante das 30 mil, apesar de ser relevante para o movimento operário estadunidense, não foi um ponto central para o surgimento do Dia Internacional da Mulher. O que é importante sobre o nascimento do 8 de março é o contexto social, político e ideológico no qual ele surgiu. Além disso, tem papel fundamental uma série de acontecimentos raramente citados pela cobertura jornalística. Como veremos adiante, os fatos que marcaram o início da revolução russa são os que levaram à escolha do dia 8 de março para a comemoração do Dia Internacional da Mulher.

O Woman's Day norte-americano

O Dia Internacional da Mulher possui um antecedente histórico: o Woman's Day (Dia da Mulher), que as socialistas dos Estados Unidos comemoraram desde 1908, com o objetivo de reivindicar o direito do voto para a mulher. Para compreender o significado que essa celebração alcançou entre as socialistas norte-americanas, é preciso remontar, de forma breve, às origens do movimento sufragista estadunidense, no período que passou a ser conhecido como Primeira Onda do Movimento Feminista.

Localizada na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a primeira onda foi caracterizada por uma campanha direcionada pela garantia de direitos das mulheres, sobretudo do direito ao voto. O movimento sufragista, considerado uma das principais características do período, espalhou-se pela Europa e Estados Unidos⁵.

A Convenção de Seneca Falls, no ano de 1848, evento no qual se reivindicou pela primeira vez o direito da mulher estadunidense ao voto, é considerada o ponto de partida do movimento sufragista no país. A declaração elaborada no evento tornou-se o primeiro documento no qual as mulheres dos Estados Unidos repudiavam a falsa igualdade em que viviam e exigiam igualdade plena e total liberdade.

Até o começo do século XX, o movimento sufragista estava conectado às forças revolucionárias que aspiravam alcançar a transformação total da sociedade. Porém, a partir desse período, centrou-se exclusivamente na busca do direito ao voto sem, entretanto, promover uma transformação da ordem social existente. Naquele momento,

⁵ No Brasil, da mesma forma, a primeira fase do feminismo teve como foco a luta pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, antes reservados apenas aos homens.

o movimento sufragista estava tão consolidado no país que foi necessário criar um outro termo – feminismo – para distinguir a minoria que demandava a transformação radical da vida das mulheres da grande maioria de sufragistas que não se empenhava para que tal mudança acontecesse, como explica a autora Ellen DuBois (1992 apud GONZÁLEZ, 2010, p. 85).

É nesse contexto, nos primeiros anos do século XX, que começa a se desenvolver o movimento de mulheres socialistas estadunidense. O socialismo classificava a si mesmo de movimento revolucionário, enquanto considerava o sufragismo reformista.

As sufragistas só desejavam assegurar, mediante a obtenção do voto, os mesmos direitos que os homens de sua mesma classe já haviam obtido. Problemas como a exploração das crianças, os baixos salários, a prostituição, as longas jornadas de trabalho não podiam ser erradicados simplesmente porque as mulheres obtiveram o direito de votar. Para isso, era necessário que as mulheres se unissem à causa do proletariado, para que homens e mulheres com consciência de classe conseguissem com seu voto fazer avançar a revolução socialista, que traria consigo a libertação de toda a humanidade. (GONZÁLEZ, 2010, p. 99-100).

De acordo com a doutrina marxista, a mulher vivenciava uma dupla opressão. Por um lado, estava subordinada à autoridade de seu marido dentro do casamento. Por outro, sofria, assim como os homens, a opressão exercida sobre os trabalhadores pelos empresários capitalistas, mas em um grau ainda maior que os homens, já que chegavam a receber até a metade do salário que um homem recebia pelo mesmo trabalho.

A realização do Woman's Day representou o compromisso oficial do Partido Socialista Americano com o sufrágio feminino. O Comitê Nacional da Mulher, que integrava o partido, organizou o evento, realizado pela primeira vez em 28 de fevereiro de 1909. Ocorreram celebrações em Chicago, Nova York, Newark (Nova Jersey), Springfield (Massachusetts) e Los Angeles (Califórnia). Devido ao sucesso da ação, ficou definido que o Woman's Day seria realizado anualmente, sempre no último domingo do mês de fevereiro.

Há registros de celebração da data pelo menos até 1914, sempre com o mesmo teor reivindicatório. A partir daquele ano, os órgãos executivos do Partido Socialista Americano passaram a ser controlados por membros da ala mais conservadora, que não consideravam o sufrágio feminino um direito a ser conquistado por todas as mulheres. Dessa forma, a atuação das mulheres do partido foi sendo minimizada. Apenas em

1920, foi aprovada a Décima Nona Emenda à Constituição, que outorgava às mulheres dos Estados Unidos o direito ao sufrágio.

O nascimento do Dia Internacional da Mulher

O cenário de surgimento do Woman's Day é um dos pontos centrais para compreender o contexto em que nasce o Dia Internacional da Mulher. Naquele momento, a estratégia para acabar com a situação de desigualdade enfrentada pelas mulheres exigia que elas obtivessem equiparação política com os homens. Dessa forma, poderiam utilizar seus direitos políticos para lutar pela igualdade de direitos e por sua independência econômica. É precisamente o reconhecimento de um desses direitos – o direito ao voto – que inspira a criação do Dia Internacional da Mulher.

Realizada em Copenhague nos dias 26 e 27 de agosto de 1910, a Segunda Conferência de Mulheres Socialistas centralizou suas discussões no trabalho pelo voto feminino universal, na proteção social para mães e filhos e na aprovação de medidas para assegurar relações mais regulares entre as mulheres socialistas de todos os países. Foi durante esse evento que a alemã Clara Zetkin⁶, dirigente do movimento socialista alemão e principal liderança do movimento internacional de mulheres trabalhadoras, propôs a criação de um Dia Internacional para promover a luta pelo sufrágio feminino.

Além de uma sólida formação política, consolidada graças à leitura dos principais teóricos do socialismo e de sua identificação com a classe trabalhadora, Zetkin era uma propagandista excepcional e possuía um grande domínio da palavra escrita e falada. Em um ano, chegou a dar mais de 300 conferências, em grande parte, para platéias compostas por centenas de homens. Só isso já era, em si mesmo, um fato inovador.

A partir do texto da proposição feita durante a Segunda Conferência de Mulheres Socialistas, González (2010) destaca três elementos centrais. Primeiro, o fato de a data ter sua origem indiscutível no movimento internacional de mulheres socialistas do final do século XIX e início do século XX. Tinha como finalidade

⁶ Graças à influência de sua mãe, que havia recebido uma excelente educação e que era uma firme defensora do direito das mulheres à completa igualdade educacional e econômica com os homens, Clara Eissner Zetkin (1857-1933) desenvolveu interesse pelas causas e direitos das mulheres que a acompanharia desde o berço até o fim de seus dias.

específica promover a luta pelo direito ao voto da mulher, sem nenhum tipo de restrição baseada no nível de riqueza, de propriedade ou de educação.

Segundo, e ao contrário da versão aceita pela maioria das autoras e autores que tratam deste tema, na proposição aprovada não é citado nenhum acontecimento em destaque ou relevante para a história das mulheres que seria comemorado com a celebração desse dia dedicado a elas. Da mesma forma, também não foi definida uma data precisa para que ela fosse organizada (GONZÁLEZ, 2010, p. 115).

Em terceiro lugar, as estadunidenses que haviam começado a celebrar uma festividade dedicada à mulher no ano anterior falavam do Woman's Day, isto é, do Dia da Mulher, no singular, Clara Zetkin falava de um Women's Day, ou seja, de um Dia das Mulheres. A mudança para o plural está relacionada ao caráter internacional que a festividade iria adquirir a partir de então.

Havia, também, um paralelismo entre o Dia Internacional da Mulher e o 1º de Maio, ambos frutos do movimento operário internacional. As festas eram o método utilizado por socialistas e anarquistas do final do século XIX para criar tradições comuns e laços de união entre as pessoas que os apoiavam.

Se o 1º de Maio tinha nascido em 1889 para reivindicar a jornada de trabalho de oito horas, o Dia Internacional da Mulher tinha nascido para reivindicar o direito de voto para o sexo feminino. Mas ambos passaram a significar mais que isso. Prova disso é o fato de que, mesmo tendo sido alcançadas as demandas iniciais que reivindicavam, as duas datas continuaram e continuam sendo comemoradas na atualidade (GONZÁLEZ, 2010, p. 116).

A decisão tomada na Segunda Conferência Internacional de Mulheres Socialistas não ficou no papel. Decidiu-se organizar o primeiro Dia Internacional das Mulheres em 19 de março de 1911. A data, como afirma Alexandra Kollontai no texto Dia Internacional das Mulheres, não foi escolhida ao acaso. Durante a revolução de 1848, em 19 de março, o rei Guilherme I da Prússia reconheceu pela primeira vez a força do povo armado e cedeu diante da ameaça de uma insurreição do proletariado. Entre as várias promessas que ele fez – e que, posteriormente, não cumpriu – estava o direito ao voto das mulheres.

Comemorado na Áustria, Alemanha, Dinamarca, Suécia e em outras nações europeias, a celebração do Dia Internacional das Mulheres superou todas as expectativas e mostrou-se um excelente método de mobilização e conscientização política, além de fortalecer os laços de solidariedade entre as trabalhadoras de todo o mundo. Nesses primeiros anos de celebração, a data foi comemorada em dias diferentes, definidos pelos

próprios países. No ano de 1914, devido a uma proposta das alemãs, o Dia Internacional das Mulheres foi celebrado pela primeira vez no dia 8 de março na Alemanha, Suécia e Rússia. Não há uma explicação sólida sobre o porquê dessa definição da data. Renée Côté (1984), única autora conhecida que se aventurou a explicar a escolha da data, aponta como possibilidade o fato de o mês de março estar carregado de conteúdo revolucionário: a revolução de 1848, a Comuna de Paris de 1871, mas sem um argumento sobre o porquê deste dia em particular e não outro.

Se existia ou não a intenção de perpetuar a data de 8 de março para celebrar o Dia Internacional das Mulheres é algo que não podemos saber porque o estopim da Primeira Guerra Mundial frustrou a celebração nos países beligerantes. E as socialistas, traídas por seus partidos, partidários da participação na guerra – como ficou registrado na 3ª Conferência Internacional de Mulheres Socialistas (Berna, 1915) – empenharam todas as suas forças em lutar contra a guerra e em pedir o retorno à casa de seus esposos e filhos e o fim das calamidades que implicavam para a população civil uma guerra dessas dimensões (GONZÁLEZ, 2010, p. 119).

Para compreender a definição da continuidade oficial do 8 de março como o Dia Internacional da Mulher remontaremos aos acontecimentos de 23 de fevereiro de 1917, data correspondente ao 8 de março no calendário Gregoriano⁷. Foram esses fatos, ocorridos na Rússia, e não o incêndio na Triangle Shirtwaist, que fizeram com que o Dia Internacional da Mulher passasse a ser comemorado, sem mais alterações até a data de hoje, no dia 8 de março.

Na Rússia da época, a sociedade era camponesa e patriarcal, com uma clara hierarquia de classes sob a direção do tsar⁸, que considerava o Estado como um patrimônio pessoal. Nesse regime autoritário, as mulheres tinham três únicas opções: o matrimônio, o serviço doméstico ou a prostituição. Leis rígidas proibiam as mulheres de se divorciar e de trabalhar, estabelecer sua residência ou viajar sem a permissão do marido ou, em sua ausência, do pai. Além disso, não tinham livre acesso a organizações legais onde pudessem lutar por seus direitos, fazendo com que muitas fossem obrigadas a atuar na clandestinidade e irem para o exílio. O cotidiano das mulheres foi agravado com o início da Primeira Guerra Mundial, que havia sido fortemente combatido pelas trabalhadoras.

⁷ A Rússia tsarista utilizava o antigo calendário “Juliano”, da Idade Média, que registra 13 dias antes que o calendário “Gregoriano”, utilizado na maior parte do mundo. Dessa forma, o dia 23 de fevereiro, no calendário antigo, correspondia ao 8 de março. Por isso, a revolução de março de 1917 é chamada de “Revolução de Fevereiro” e a ocorrida em novembro de 1917 é chamada de “Revolução de Outubro”.

⁸ Tsar ou czar foi o título usado pelos monarcas do Império Russo entre 1546 e 1917.

Foi nesse contexto que tiveram início os acontecimentos aos quais nos referimos, no dia 7 de março de 1917, ocasião em que os operários da fábrica de armamentos Putilov a encontraram fechada quando iniciariam sua jornada de trabalho. As mulheres de Petrogrado, que haviam se convertido em chefes de família enquanto seus maridos e filhos estavam na guerra, saíram às ruas, cansadas da escassez e dos preços altos dos alimentos. Imediatamente, se uniram a elas as *soldatki* – esposas, filhas e irmãs dos soldados. À medida que percorriam as ruas, o número aumentava com as operárias das oficinas e das fábricas e as donas de casa que faziam fila para buscar sua ração de pão até chegarem ao oeste da cidade. No dia seguinte, o número de mulheres ultrapassou os 190 mil. Juntas, bradavam as palavras de ordem: “Pão! Nossos filhos estão morrendo de fome!” e lançavam pedaços de gelo e pedras contra a polícia. Reivindicavam, ainda, o retorno de seus maridos das trincheiras.

O dia 23 de fevereiro era o Dia Internacional da Mulher. Os círculos da social democracia tencionavam festejá-lo segundo as normas tradicionais: reuniões, discursos, manifestos. Na véspera ainda ninguém poderia supor que o Dia da Mulher poderia inaugurar a Revolução. Nenhuma organização preconizara greves para aquele dia. (...) Tal foi a linha de conduta preconizada pelo Comitê, nas vésperas do dia 23, e parecia ter sido aceita por todos. No dia seguinte, pela manhã, apesar de todas as determinações, as operárias têxteis de diversas fábricas abandonaram o trabalho e enviaram delegadas aos metalúrgicos, solicitando-lhes que apoiassem a greve. Foi “contra a vontade” que os bolcheviques entraram na greve, secundados pelos operários mencheviques e socialistas-revolucionários. Visto tratar-se de uma greve de massas, não havia outro remédio senão fazer com que todos descessem à rua e tomar a frente do movimento (...) ninguém, absolutamente ninguém – podemos afirmar categoricamente baseando-nos em todos os documentos consultados – supunha que o dia 23 de fevereiro marcaria o início de um assalto decisivo contra o absolutismo. (TROTSKY, 2007)

O surpreendente é que nem os soldados nem os cossacos, regimento especial do exército, reagiram contra as mulheres, que os convidavam a abandonar as armas e a unir-se a elas. Dois dias depois, a greve já era geral. No dia 12, os revolucionários constituíram o Soviete – Conselho dos Operários de Petrogrado, que passou a ser o centro de coordenação do levante operário. Dois dias mais tarde, foi criado um Governo Provisório e, no dia 17 de março, o exército uniu-se aos revolucionários. Nessa data, o tsar Nicolau II renunciou e a Rússia tornou-se uma república.

Alexandra Kollontai⁹, líder do movimento proletário de mulheres russas entre os anos de 1905 e 1908, em seu texto Dia Internacional das Mulheres, publicado em

⁹ Nascida em São Petersburgo, Alexandra Kollontai viveu de 1872 a 1952.

Moscou em 1920, afirma que aquele não se tratou de um dia especial somente para as mulheres, mas para todos os trabalhadores russos e de todo o mundo.

Nesse momento decisivo, o protesto das mulheres trabalhadoras era tão ameaçador que mesmo as forças de segurança tsaristas não ousaram tomar as medidas usuais contra as rebeldes e observavam atônitas o mar turbulento da ira do povo. O Dia das Mulheres Trabalhadoras de 1917 tornou-se memorável na história. Nesse dia as mulheres russas ergueram a tocha da revolução proletária e incendiaram todo o mundo. A revolução de fevereiro se iniciou a partir desse dia (KOLLONTAI, 1920 apud GONZÁLEZ, 2010).

Conforme destacado em artigo da Sempreviva Organização Feminista, atos e encontros estavam programados para o Dia Internacional da Mulher de 1917, mas não se imaginava que a data inauguraria a revolução. Trotsky, como destaca Blay (2001, p. 605), descreve que aquela greve espontânea se transformou no primeiro momento da Revolução de Outubro.

A proposta de perpetuar o 8 de março como data de celebração oficial do Dia Internacional da Mulher foi feita durante a Conferência Internacional das Mulheres Comunistas, realizada em Moscou no ano de 1921, em homenagem à iniciativa das mulheres russas em 1917 no processo revolucionário. A sugestão foi apresentada no evento por iniciativa das delegadas búlgaras e aprovada de maneira entusiasmada pelas participantes da Conferência. Parte dessa história, entretanto, ficou esquecida durante vários anos.

Nova realidade

Após os acontecimentos do 8 de março de 1917, os bolcheviques¹⁰ souberam aproveitar bem o potencial revolucionário das mulheres. Tanto que criaram, no mesmo mês, um Secretariado de Mulheres Trabalhadoras que conseguiu resultados expressivos em apenas 60 dias. Foram criados planos de mobilização e comissões para as cidadãs de Petrogrado e retomada a publicação da revista *Rabotnitsa*, que chegou a alcançar uma tiragem de mais de 40 mil exemplares, com artigos sobre a guerra, a carestia dos

¹⁰ No idioma russo, "maioritário", os bolcheviques eram os integrantes da facção do Partido Operário Social-Democrata Russo, liderada por Vladimir Lenin. A outra facção era conhecida como a dos mencheviques, da palavra "minoritário". Os bolcheviques defendiam uma mudança radical de política para seu povo, defendendo uma revolução socialista armada, caso necessário. Os mencheviques defendiam uma revolução moderada, permitindo primeiro a democracia e o pleno desenvolvimento do capitalismo para só depois implantar o socialismo.

alimentos e as condições de trabalho. Para que pudessem alcançar todas as mulheres, inclusive as analfabetas, as editoras das revistas iam até as fábricas, onde liam os artigos diretamente para as operárias.

Em 25 de outubro de 1917, eclodiu a Revolução Russa, com um programa que contemplava a paz imediata com as potências centrais, a redistribuição da terra aos camponeses, a entrega das fábricas e outras instalações industriais dos capitalistas aos comitês dos operários e o reconhecimento dos soviets como poder supremo. Em março de 1918, os bolcheviques passaram a denominar-se comunistas.

Nos primeiros anos de governo, os comunistas desenvolveram um programa de atuação para melhorar a condição social, econômica, jurídica e educativa das mulheres. No entanto, apesar de terem se valido delas para o triunfo da revolução, não colocaram mulheres em postos de poder. A única exceção foi Alexandra Kollontai, membro do Comitê Central do Partido Comunista quando eclodiu a revolução. Ela foi a primeira e única mulher a ocupar um posto ministerial: foi nomeada ministra de Bem-Estar Social. Nesse período, foram decretadas leis, códigos e reformas em prol da igualdade dos sexos. Em 1919, foi criado o Departamento da Mulher do Partido Comunista, que ficou conhecido como Zhenotdel e tinha a função de melhorar a qualidade de vida das mulheres nos aspectos político, social e familiar.

Todas as instituições de ensino foram abertas às mulheres. Dentro do casamento, as mulheres passaram a gozar do mesmo status que seus maridos, incluindo o direito de conservar seus nomes, de solicitar o divórcio, de disputar legalmente suas heranças e propriedades, de possuir passaporte e fixar sua residência (...). Aprovou-se o direito de receber igual salário por igual trabalho, a licença maternidade paga e se proibiu às mulheres exercer os trabalhos mais pesados, o trabalho noturno e horas extras. (GONZÁLEZ, 2001, p. 133)

Toda essa atividade em favor da mulher estava respaldada na postura adotada pelo líder da revolução, Vladimir Lênin, que considerava primordial o papel das mulheres na revolução. Líder do Partido Comunistas, ele afirmava que não haveria revolução socialista possível a menos que uma grande quantidade de mulheres participasse dela.

Esse cenário de emancipação da mulher começa a se transformar em 1928, quando a chegada ao poder de Stálin inaugura uma fase distinta, que duraria até 1953 e se caracterizaria pelo empenho em incluir as mulheres na força de trabalho. O plano econômico de Stálin fez com que a União Soviética experimentasse uma profunda Revolução Industrial em um prazo de apenas dez anos. Para tornar a iniciativa possível,

era necessária uma numerosa mão de obra, conseguida com o recrutamento das mulheres.

A partir daí, foram organizadas listas de trabalhos para os quais as mulheres eram consideradas aptas, a exemplo das linhas de montagem. Muitas vezes, era ignorada a legislação que protegia a mulher de exercer os trabalhos mais pesados. A partir de 1931, as universidades e escolas técnicas industriais passaram a reservar entre 25% e 50% de suas vagas para as estudantes e os salários entre operárias e operários se igualaram.

Essa política de “pleno emprego” trazia contradições para as mulheres, porque tornava-se cada vez mais difícil conciliar o trabalho com o cuidado com a casa e os filhos. As condições das moradias também não eram adequadas: além de haverem poucas casas, a maioria não era equipada com luz elétrica, calefação central e água corrente. Essas novas condições tiveram uma consequência: uma forte redução na taxa de natalidade, que foi acompanhada com preocupação a partir de 1934, afinal era preciso renovar a mão de obra. Por conta dessa mudança, após os avanços do período anterior, fomentou-se a volta à estrutura familiar tradicional e a uma moralidade sexual puritana.

O aborto livre¹¹ foi abolido em 1936, o divórcio tornou-se mais difícil de ser obtido e as cotas para mulheres nas escolas técnicas e universidades, suprimidas. Às disposições legais, se uniu o aparato propagandístico do regime estalinista que, se anteriormente havia promovido o papel produtivo da mulher, agora promovia seu papel reprodutivo, exaltando sua maternidade como dever patriótico e substituindo a imagem de revolucionária pela de mãe abnegada. (GONZÁLEZ, 2001, p. 142).

O Secretariado Internacional de Mulheres foi dissolvido em 1923 e, em 1930, foi a vez do Zhenotdel. Nesse mesmo ano, Alexandra Kollontai, líder do movimento proletário das mulheres russas, foi enviada à Suécia como embaixadora da Rússia e, aos poucos, afastada do projeto de construção de uma nova sociedade comunista que ela mesma contribuía para criar. Diante desses acontecimentos, o Dia Internacional da Mulher passou a ganhar, paulatinamente, um novo significado.

Se a imagem da mulher-revolucionária, necessária em seu momento para o triunfo da revolução, foi substituída pela da mãe-abnegada, requerida agora para aumentar os índices da natalidade, o Dia Internacional das Mulheres se converteu desde meados dos anos trinta no equivalente ao Dia das Mães celebrado nos países ocidentais. (GONZÁLEZ, 2010, p. 143).

¹¹ O aborto havia sido legalizado no país em 1920.

Na edição de 20 de novembro de 1936, o jornal *The New York Times* publicou matéria em que destacava a mudança de caráter da comemoração, que perdia significado político. A exaltação do trabalho das mulheres nas fábricas cedeu lugar à entrega de presentes às mães, a exemplo de flores. Em decorrência da conveniência aos interesses do poder no período, o caráter revolucionário da data e seu conteúdo emancipador foram se esvaziando. Entretanto, de acordo com González (2010), não se perdeu o caráter de festa comunista, ao menos até o fim da Segunda Guerra Mundial. Em Nova York, nos Estados Unidos, por exemplo, o 8 de março de 1928 foi marcado por um protesto de mais de duas mil mulheres “vermelhas”, cujo mote era a luta contra o capitalismo.

Mesmo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as comemorações do dia 8 de março continuaram a ocorrer. As celebrações russas exaltavam o trabalho desenvolvido pelas mulheres em todos os setores da indústria em prol da economia de seu país. Em 8 de março de 1945, reunidas no Albert Hall, em Londres, um grupo de mulheres que contou com a participação, entre outras, de Eleanor Roosevelt, elaborou uma carta de direitos da população feminina. O objetivo era apresentar o documento na reunião que criaria, meses depois, a Carta das Nações Unidas, com representantes de 50 países. As mulheres não queriam ficar excluídas do processo de criação do organismo internacional que objetivava preservar a paz e a segurança na nova ordem internacional a ser criada após a guerra.

Na carta, reivindicavam o reconhecimento de seus direitos como mães, trabalhadoras e cidadãs. Pediam serviços de saúde, educação e assistência social de qualidade, assim como equiparação salarial com os homens e oportunidades iguais de formação e promoção. Dessa maneira, desde o primeiro momento das Nações Unidas, fomentou-se a participação ativa das mulheres em todas as comissões.

Nos anos seguintes, o Dia Internacional da Mulher passou a ser um momento para elogiar o trabalho realizado pelas mulheres durante da guerra e para reconhecer seu direito de participar da construção de um mundo pacífico. Em uma tentativa de fortalecer os laços de amizade entre as mulheres de países que derrotaram o fascismo, em 1946 e 1947 as estadunidenses felicitaram as soviéticas no dia 8 de março.

Essas mensagens eram publicadas pela imprensa soviética e pela estadunidense. A soviética se ocupava em relatar as diferenças de direitos entre as cidadãs do seu país, que oficialmente contavam com os mesmos direitos que os homens, e as das mulheres

dos países capitalistas, que continuavam sendo exploradas pelo capital. (GONZÁLEZ, 2010, p. 148)

Em 1947, a Organização das Nações Unidas criou a Comissão sobre o Status da Mulher. A função do grupo era promover o reconhecimento e a conquista dos direitos políticos, econômicos, sociais e educacionais da população feminina. A partir desse momento, as mulheres, que haviam lutado, no início do século XX, pelo direito ao voto, passaram a contar com um organismo internacional que tinha como missão zelar por seus direitos.

O silenciamento das origens da data

O Dia Internacional da Mulher continuou a ser comemorado com seu caráter reivindicatório original, sobretudo entre as comunistas. No final dos anos 1960, a data foi retomada pela segunda onda do movimento feminista¹². Desde então, defende González (2010), passou a ser uma ocasião para reafirmar, em escala internacional, a consciência feminista das mulheres, “ficando um tanto encoberta sua marca comunista original”. Em 1975, as Nações Unidas celebraram o Ano Internacional da Mulher e oficializaram o dia 8 de março como a data anual para a comemoração internacional em homenagem às mulheres. Além disso, declararam a década de 1975 a 1985 como a década da mulher.

O silenciamento da participação decisiva das mulheres no início da Revolução Russa, em 1917, pode ser percebido no texto que a ONU redigiu e publicizou em 1975. No documento, o organismo internacional destaca a proposta de Clara Zetkin durante a Conferência de Mulheres Socialistas de 1919, bem como a luta pelo sufrágio feminino. Entretanto, em nenhum momento menciona o fato histórico fundamental para a perpetuação do 8 de março como Dia Internacional da Mulher. A Assembléia Geral das Nações Unidas destaca, ainda, que naquele ano o evento passaria a ter, verdadeiramente, caráter internacional. Afirma também que a luta pela igualdade das mulheres é vista no contexto da ampla luta pelo desenvolvimento econômico e social e pela paz internacional.

¹² Nesse período, as americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade, enquanto as francesas defendiam a necessidade de valorização das diferenças entre homens e mulheres. (NARVAZ; KOLLER, 2006)

Com esta declaração as Nações Unidas, além de omitir o caráter comunista do 8 de março, mostravam sua intenção de que o Dia Internacional da Mulher se convertesse em uma celebração na qual as reivindicações femininas ficassem integradas e, portanto, diluídas em um marco muito mais amplo, como o desenvolvimento econômico e social em escala mundial. (GONZÁLEZ, 2010, p. 149)

A pesquisadora canadense Renée Côté situa nas décadas de 1960 e 1970 a formação e a consolidação do mito do incêndio de 1857. Durante dez anos, ela vasculhou arquivos da Europa, Estados Unidos e Canadá em busca de vestígios do fogo que teria matado mais de uma centena de mulheres no século XIX. Não encontrou qualquer confirmação da tragédia nem nos jornais da grande imprensa da época, nem em qualquer outra fonte de memórias das lutas operárias. Por outro lado, Côté levantou informações fundamentais para que se compreendesse como o mito foi conformado, em decorrência das greves realizadas pelas costureiras em 1910 e 1911 e do incêndio de 1911.

Nesse ano de 1970, com centenas de milhares de mulheres americanas participando de enormes manifestações contra a guerra do Vietnã e com um forte movimento feminista, em Baltimore, EUA, é publicado o boletim Mulheres – Jornal da Libertação. Neste já se reafirmava e se consolidava a versão do mito de 1857. (GIANOTTI, 2004)

Mas não são apenas as publicações norte-americanas que publicizam a versão do incêndio como origem do Dia Internacional da Mulher. A imprensa de diversos países noticia o fato, até mesmo as publicações do Partido Comunista. Na Alemanha Oriental, em 1966, a Federação das Mulheres Comunistas noticiou a história do Dia da Mulher, enriquecida com o martírio das 129 queimadas vivas. Naquele período, retornar à lembrança aquele oito de março das operárias revolucionárias de Petrogrado não interessava à socialdemocracia, fortalecida após o fim da Segunda Guerra Mundial e em conflito aberto com o comunismo dos países do bloco soviético.

Ao lado dos meios de comunicação, organismos oficiais contribuem com a consolidação da versão da tragédia de 1857. Em 1977, a Unesco reconhece oficialmente o 8 de março como o Dia da Mulher, em homenagem às 129 operárias queimadas vivas. No ano de 1978, é a vez de o prefeito de Nova York, na resolução nº 14, de 24/1, reafirmar o 8 de março como Dia Internacional da Mulher. No documento, cita expressamente a greve das operárias de 1857, por aumento de salário e pela redução da jornada de 12 horas diárias de trabalho, e mistura essa greve fictícia com a greve real

que começou em novembro de 1909. “O mito estava fixado, firmado e consolidado. Agora era só repeti-lo”, afirma Giannotti (2004).

Tudo isto foi feito de forma confusa, misturando fatos com fantasias, com cada contador, escrevendo e inventando datas e detalhes. E foi assim, sem nenhuma deliberação conspiratória, que o mito que acabava de ser criado, em 1966, no Leste Europeu, começou a ser divulgado e foi depois enriquecido fartamente, nos EUA do final dos anos 60 e em todo o mundo ocidental. Depois disso, era só enriquecer o mito. O que foi feito, até sua cristalização em 1975, com a ONU e logo depois com a Unesco, em 1977. (GIANOTTI, 2004)

Com o passar dos anos, o destaque dado pelos meios de comunicação e pelos próprios relatos de pesquisadores ao incêndio, e o silenciamento em relação à mobilização das mulheres em 1917 trouxeram para vários países uma visão da origem da data que não corresponde à realidade. Para além da simples distorção dos fatos históricos, o que, por si só, já constitui um sério problema, há um aspecto que diferencia fundamentalmente a participação das mulheres nos dois episódios. No incêndio da Triangle Shirtwaist, a mulher é uma vítima da opressão dos patrões – ou da polícia, a depender da versão – e do fogo. Seu protagonismo é o das sofredoras e oprimidas que se tornam heroínas porque, graças à sua tragédia, contribuíram para a transformação de uma realidade e a conquista de direitos para suas iguais.

Já nos protestos que deram início à Revolução Russa, em 1917, as mulheres ocuparam uma posição de protagonismo ativo, e não de vítimas. Foi delas a decisão de ir às ruas, mesmo contra a opinião dos líderes do movimento operário, que haviam previsto apenas uma mobilização nos moldes tradicionais para aquele Dia Internacional da Mulher. Foi delas a coragem de enfrentar a tropa do tsar e o estímulo de levarem consigo, para o protesto nas ruas, os trabalhadores que não estavam nos campos de batalha. Encoberto, o fato deixa de mostrar a participação política das mulheres para a construção de uma revolução que tem papel importante para a história mundial.

Essas mulheres não foram vítimas. Ao contrário, tornaram-se heroínas reconhecidas por seu protagonismo, sua decisão e capacidade de mobilização. Considerar a Revolução de 1917 como a origem da decisão de perpetuar o 8 de março como Dia Internacional da Mulher é colocar as mulheres em uma posição que é diferente daquela decorrente do incêndio na Triangle Shirtwaist Company, apesar de reconhecermos a importância desse episódio trágico para a conquista dos direitos dos trabalhadores.

1.2. Jornais A Tarde e Folha de S. Paulo: contexto histórico e linha editorial

Jornal Folha de S. Paulo

O período em que se concentra nosso estudo, entre os anos de 1960 e 2010, acompanha desde o surgimento da Folha de S. Paulo – a partir da fusão dos periódicos Folha da Manhã, Folha da Tarde e Folha da Noite – até os dias atuais, passando pelo momento em que assumiu posição de liderança, na década de 1980, como o jornal de maior circulação do país. Nesses 51 anos, o periódico mudou de proprietários, transformou seu projeto gráfico e editorial e contribuiu para a consolidação do Grupo Folha, designação fantasia da holding que controla não somente jornais como a Folha, o Agora SP¹³ e o Valor Econômico, mas produtos diversos como o Universo Online¹⁴ (Uol), maior empresa brasileira de conteúdo e serviços de internet, a PubliFolha¹⁵ e o Instituto de Pesquisas Datafolha¹⁶.

Ao bater recordes históricos de tiragem durante 1995, a Folha se autopromoveu não apenas como o jornal de maior circulação no país. Sua publicidade enfatizava que tratava-se do “maior jornal do hemisfério” sul, ou o jornal que vendia mais do que os seus similares na Inglaterra, por exemplo. (CONCEIÇÃO, 2001, p. 117)

Batizada com o nome atual em 1º de janeiro de 1960, a Folha de S. Paulo é fruto da fusão de três jornais. O primeiro deles, o vespertino Folha da Noite, foi fundado por Olival Costa, Pedro Cunha e outros jornalistas em 19 de fevereiro de 1921. Em 1925, foi lançado o matutino Folha da Manhã e, em 1949, a Folha da Tarde¹⁷. Em sérias dificuldades financeiras, a Empresa Folha da Manhã – nome que permanece até hoje – foi vendida em 1962 para os empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho (1913-1993).

Três décadas mais tarde, já em uma situação muito diferente da encontrada inicialmente, em 1992, o empresário Octavio Frias de Oliveira passou a deter a

¹³ CONCEIÇÃO, 2001, p. 117.

¹⁴ Segundo o Ibope, o portal Uol é líder no país, alcançando uma audiência residencial superior a 27,8 milhões de visitantes únicos e mais de 4,326 bilhões de páginas vistas por mês.

¹⁵ A PubliFolha foi criada em 1995, a partir do filão proporcionado pelos fascículos que a Folha de S. Paulo passou a distribuir junto com a edição do jornal.

¹⁶ Criado em 1983, o instituto de pesquisa de opinião pública e de mercado faz levantamento de temas de interesse dos leitores e fornece informações à produção editorial.

¹⁷ Quando houve a unificação, foi criado o lema “Um jornal a serviço do Brasil”. Em algumas páginas do jornal, o lema é seguido por três estrelas, que simbolizam os três jornais que deram origem à Folha.

totalidade do controle acionário da companhia¹⁸. Nesse mesmo ano, a Folha se consolidou como o jornal com a maior circulação paga aos domingos, com uma média de 522.215 exemplares. Bem antes disso, em 1980, como dissemos, o jornal havia conquistado a liderança em circulação diária no país. Em 2009, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC) divulgados pela Associação Nacional dos Jornais, a tiragem da Folha era de 295.558 exemplares por dia¹⁹.

De acordo com dados do site da Folha, em 1993 os três jornais do grupo – Folha, Folha da Tarde e Notícias Populares atingiram uma circulação média diária de 560 mil exemplares. Além disso, o portal informa que a Folha tem uma circulação média de 420 mil exemplares diários e mais de 700 mil aos domingos. Essa circulação diária divulgada pela folha, entretanto, é 42% superior àquela informada pela ANJ.

Apoiada em fatores como sua expressiva circulação, a Folha defende, em seu projeto editorial, o jornal como um formador de opinião, por excelência. “Sua força se mede pela capacidade de intervir no debate público e, *apoiado em fatos e informações exatas e comprovadas*²⁰, mudar convicções e hábitos”, diz o verbete formação de opinião de seu Novo Manual da Redação (1998, p.17).

Na década de 1970, a Folha introduz o sistema eletrônico de fotocomposição, pioneiro no Brasil, e cria o Banco de Dados de São Paulo, que incorpora os arquivos de foto, texto e a biblioteca da Folha. Desde 1993, o Banco de Dados instala uma rede de computadores para armazenar todos os textos publicados pela Folha, que podem ser consultados pelos jornalistas nas telas dos terminais.

Acessível a todos os jornalistas do periódico e cada vez mais atualizado, esse banco de dados não impediu que informações incorretas fossem veiculadas na cobertura do dia 8 de março em alguns anos, a exemplo do que aconteceu em 2007, quando uma edição especial destacava os 150 anos do incêndio que teria originado o Dia Internacional da Mulher. Como já observamos, tal incêndio não aconteceu, ao menos no ano e nos moldes descritos pelo periódico brasileiro de maior circulação, que afirma considerar “notícias e idéias como mercadorias a serem tratadas com rigor técnico”. (FOLHA, 1998, p. 13).

¹⁸ Hoje, o parque gráfico da Folha é o maior da América Latina para a impressão de jornais. Compreende 24 unidades Goss Urbanite e 23 unidades Metro Goss, que consomem 80 mil toneladas de papel por ano.

¹⁹ Em segundo lugar, segundo a ANJ, aparece o Super Notícia (MG), com 289.436 exemplares/dia, em terceiro, O Globo (RJ), com 257.262 exemplares, em quarto, o Extra (RJ), com circulação diária de 248.119, e em quinto lugar, o concorrente direto da Folha, O Estado de S. Paulo (SP) com 212.844 exemplares/dia.

²⁰ O grifo é nosso.

Em 1981, o jornal faz circular o documento interno “A Folha e alguns passos que é preciso dar”, primeira sistematização de seu projeto editorial. O texto fixa três metas: informação correta, interpretações competentes sobre essa informação e pluralidade de opiniões sobre os fatos. O projeto editorial de uma publicação reúne os princípios editoriais do jornal, a conduta esperada dos profissionais e propõe a reflexão sobre temas jornalísticos, a exemplo da questão da objetividade. Serve como orientação para os seus profissionais e também para o público consumidor. Esse projeto é também fundamental para definir os critérios de noticiabilidade do periódico, ou seja, quais assuntos são mais relevantes para a cobertura jornalística feito pelo veículo.

Em julho de 1985, a Folha publica o novo projeto editorial, que tem como política, além de um jornalismo crítico, apartidário, moderno e pluralista, implantar um jornalismo de serviço e adoção de novas técnicas visuais. Em agosto de 1997, um novo projeto editorial é apresentado, com reflexões sobre a atual situação do jornalismo e uma manifestação de intenções para o futuro do jornal. O projeto propõe um jornalismo mais interpretativo, complexo, desestatizado e humano.

O Novo Manual de Redação da Folha traz definições sobre produção jornalística, ou seja, a coleta de informações e imagens, bem como a organização dessa tarefa. A orientação geral é de que quem busca profissionalmente a notícia deve valer-se de uma série de procedimentos que tornam sua apuração mais confiável e seu relato mais exato. Deve estudar o assunto que vai cobrir, observar cada detalhe com atenção e distanciamento, empenhar-se em identificar os vários lados implicados em cada situação.

O que se busca é a notícia: o fato comprovado, relevante e novo. Quanto mais um fato puder gerar conseqüências para o mundo, para a sociedade ou para a maioria dos leitores, mais relevante ele é. Quanto mais inesperado, mais noticioso: quanto maior a força de quem está interessado em ocultá-lo, também. (FOLHA, 1998, p. 27).

O que diria o Projeto Folha a respeito de um fato não comprovado e inverídico que foi repetido durante algumas décadas em suas páginas em uma data tão significativa? Qual a relevância desse tipo de erro cometido repetidamente, ao longo de anos, pelo jornalismo diário? Para além dos dados históricos, quais notícias associadas à mulher esse projeto que busca o fato relevante e novo considera importantes e merecedoras de destaque a cada dia 8 de março?

Jornal A Tarde

Fundado em 15 de outubro de 1912, pelo jornalista e político Ernesto Simões Filho (1886-1957), o jornal A Tarde é o diário mais antigo em circulação na Bahia. Já em seu primeiro editorial, informa aos leitores que seu principal objetivo seria a informação: “Imparcial, ela não será, contudo, indiferente aos embates do direito; neutra, não se esquivará das controvérsias partidárias quando ao interessar em ao bem-estar coletivo; ponderada, não promoverá rixas pessoais ao paladar de farejadores de escândalos, afeitos a borrar a honra alheia, mas também, não cederá um passo na reação pronta, enérgica e viril”, como cita BROTAS (1996).

Em seus 98 anos de existência, o grupo A Tarde passou a ter como unidades de negócios os jornais A Tarde e o recém-criado Massa²¹, o portal A Tarde On Line, a agência de notícias A Tarde, a rádio A Tarde FM, a Web TV A Tarde, o Mobi A Tarde, A Tarde Serviços Gráficos e o Avance Telecom (internet banda larga e telefonia). O conglomerado declara atingir atualmente mais de um milhão de pessoas e visa tornar-se referência nacional em excelência de produção e veiculação de conteúdos multimídia em 2012.

Apesar de, em agosto de 2010, ter divulgado matéria em que afirmava ter retomado a liderança da circulação diária de jornais impressos na região Nordeste, A Tarde não informou a seus leitores os números de sua tiragem. No texto, destacou sua “liderança absoluta” na Bahia e o percentual de crescimento de circulação em julho do mesmo ano: 10,96%, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC).

Comparado aos meses de maio e junho, no mês passado, A Tarde saltou da 28ª posição para a 24ª no ranking nacional, ultrapassando o Jornal do Commercio (PE), o Diário do Nordeste (CE), além do Jornal NH (RS) e o Diário Catarinense (SC). Com isso, o veículo baiano aumentou a sua participação no mercado nacional de 0,9% para 1,07%. Em relação ao principal concorrente local – que estava na 41ª em maio e caiu, em julho, para a 43ª colocação no ranking nacional –, A TARDE aumentou a diferença de 11 para 19 posições. Ainda de acordo com a análise do IVC, A TARDE é o jornal Quality de maior circulação no Norte e Nordeste. (A Tarde, 21 ago. 2010)

Brotas afirma que A Tarde, jornal de maior circulação no estado, influencia decisivamente as estruturas cognitivas disponíveis na sociedade. O pesquisador cita, em

²¹ Criado em outubro de 2010, o periódico Massa tem como proposta fazer um jornalismo sensacionalista e de apelo mais popular. Seu principal objetivo é conter o avanço nas vendas do jornal Correio, principal concorrente de A Tarde.

1996, a tiragem de 135 mil exemplares aos domingos e 60 mil nos outros dias da semana. Já em agosto de 2008, segundo dados do IVC, A Tarde apresentava circulação diária de 36.729 exemplares, ficando atrás do Jornal Commercio (Recife), com 49.310 e do Diário do Nordeste (Fortaleza).

Dois meses após o jornal A Tarde ter divulgado em suas páginas que havia retomado a liderança no Nordeste e mesmo com todo o investimento feito na área de tecnologia, o Correio, seu principal concorrente, publicou matéria em seu site em que destacava ter ultrapassado o jornal A Tarde em circulação na Bahia.

O ambiente hoje na redação do Correio, órgão integrante da Rede Bahia de Comunicação, era de comemorações. Os números do Instituto Verificador de Circulação atestaram que o jornal, hoje, ocupa o primeiro lugar em número de exemplares na Bahia. Luiz Alberto Albuquerque, Diretor Executivo do Correio, confirmou a informação do IVC. O Jornal foi todo repaginado e está com uma agressiva campanha de marketing, sendo vendido nas bancas, durante a semana, por R\$ 0,50. (Correio 24 horas, 19 out. 2010)

A essa matéria seguiu-se uma campanha publicitária nas páginas do Correio, em que o periódico retomava o conceito da campanha de sua reformulação – “o mundo mudou” – e destacava a conquista do primeiro lugar em circulação na Bahia.

No material institucional disponível em seu site, A Tarde destaca a credibilidade conquistada e orgulha-se do que classifica como “posições de coragem” adotadas pelo jornal ao longo dos anos. Um dos exemplos citados é a depredação das suas instalações em 4 de outubro de 1930, por manter posição oposta à do grupo político que tomou o poder naquele ano sob a liderança de Getúlio Vargas, cujo governo se tornou uma ditadura com graves conseqüências para a liberdade de imprensa. A postura de questionamento à intervenção no estado rendeu um atentado à Ernesto Simões Filho, a censura de A Tarde por 11 dias e até um exílio na Europa.

O jornal afirma sempre ter assumido o compromisso com os interesses públicos da Bahia e com a liberdade e a pluralidade de pensamento. Em seu histórico (www.atarde.com.br), destaca como uma de suas marcas as campanhas voltadas para o povo baiano²², passos importantes para a construção da sua credibilidade.

Questões como o controle externo da mídia e suas conseqüências, regulamentação de novas plataformas como a internet, dentre outras, mexem com os

²² A Tarde cita como exemplo as campanhas da defesa da qualidade da escola pública e do movimento contra a alta no custo de vida.

mais variados setores da sociedade, gerando discussões acaloradas. São em momentos como este que a credibilidade de um grupo de comunicação é importante para mediar um tema crucial à manutenção de um Estado democrático de direito como é o brasileiro. (A Tarde online, 14/10/2010)

Nessa mesma matéria, o diretor-executivo do jornal, Renato Simões Filho, afirma que talento, esforço e dedicação dos profissionais são fatores fundamentais para vencer o desafio do jornalismo diário. Mas, apesar de já ter utilizado o slogan o “Jornal da Verdade”, como descreve Marcos Brotas (1996) e de reafirmar seu compromisso com a credibilidade, A Tarde vem repetindo, a cada ano, a versão incorreta dos fatos históricos que originaram o Dia Internacional da Mulher. Conforme matéria citada no começo deste capítulo, alguns repórteres chegam a narrar o incêndio detalhadamente. Como fica a credibilidade de um “Jornal da Verdade”, quando uma inverdade é repetida por anos? E qual o grau de responsabilidade de um veículo de comunicação que assume um compromisso com os interesses públicos da Bahia diante das pautas relacionadas à conquista de direitos e à emancipação das mulheres?

1.3. Critérios de leitura do material pesquisado

Para o desenvolvimento da pesquisa, empreendemos a leitura de todos os jornais, mas centralizamos nosso estudo nos cadernos e reportagens especiais publicados no dia oito de março nos jornais A Tarde e Folha de S. Paulo desde o ano de 1960 até 2010. No desenvolvimento do estudo, a proposta adotada foi a de uma abordagem integrada que observou o conteúdo dos textos e suas relações com o social, conforme sugerido por José Luiz Braga (1997) no texto *Questões Metodológicas na Leitura de um Jornal*. Um dos pontos defendidos pelo autor é a importância de compreender o contexto, o lugar que o jornal ocupa para interagir com seu entorno político-social. Outra orientação seguida foi a de promover comparações, por similaridade ou oposição, entre os jornais diversos e no interior do texto de um mesmo jornal.

O foco do trabalho foi a análise do conteúdo dos textos jornalísticos, entretanto foram feitas considerações sobre as fotografias quando observado que os mesmos dialogavam ou interferiam diretamente nos textos. A pesquisa foi iniciada com a leitura

de obras sobre as seguintes temáticas: os estudos de gênero, de cultura e identidade, e o papel da mídia para a construção de representações sobre a mulher. Simultaneamente a esta etapa, foi iniciada a leitura dos jornais A Tarde e Folha de S. Paulo com o objetivo de identificar e analisar as matérias e cadernos especiais publicados no Dia Internacional da Mulher.

O próximo passo foi empreender leituras a respeito da história dos dois jornais em questão e do contexto social e histórico de cada uma das décadas estudadas. A partir dessa visão contextualizada, foi feita a análise das matérias, com o propósito de identificar as representações da mulher retratadas pela cobertura. Através dessa leitura, buscamos estabelecer um olhar aprofundado sobre a mulher representada por esses dois veículos.

Na análise do material, foram levantados os temas abordados, a forma como esses assuntos foram tratados, que espaço ocuparam nos periódicos e quais fontes foram ouvidas. Entre as dimensões que observadas, estão a maternidade, profissional, estética, cidadania, sexualidade, lazer, moda, violência e a luta pelos direitos da mulher.

Para uma melhor compreensão do material estudado, dividimos nossa análise por décadas. Dessa maneira, o terceiro capítulo está dividido nas décadas de 1960, 1970, 1980, 1990 e a primeira década do século XXI. Cada uma dessas décadas encontra-se subdividida em contextualização do período, cobertura do Jornal A Tarde e cobertura do jornal Folha de S. Paulo. A etapa seguinte foi confrontar as duas realidades e promover um estudo comparativo entre as duas coberturas.

CAPÍTULO 2

GÊNERO E MÍDIA

2.1. Representações sociais e gênero

São muitas as faces das mulheres que ocupam as páginas dos jornais diários. Na data mais emblemática de luta pelos direitos da mulher, como ela é representada? Qual a sua ou as suas identidades? É a mesma nas regiões nordeste e sudeste? Transforma-se significativamente com o passar das décadas? É protagonista de sua própria história? Para nortear a análise das edições dos jornais A Tarde e Folha de S. Paulo propomos uma discussão sobre **gênero, mídia, cultura e identidade**. Nosso objetivo aqui não é traçar um panorama histórico sobre esses conceitos fundamentais, mas analisar o pensamento de autores que possam dialogar com o trabalho e, dessa forma, contribuir para o aprofundamento das reflexões desta pesquisa.

Tendo em vista essas observações, analisaremos as teorias das **representações sociais** e de **gênero**. Apesar de ter profundas raízes na sociologia e presença marcante na antropologia, o conceito de representações sociais atravessa as ciências humanas e não é patrimônio de uma área em particular. A partir dos anos 60 do século XX, com o aumento do interesse pelos fenômenos do domínio simbólico, florescem também explicações para eles. A noção de representação social surge nesse contexto, mas receberá mais atenção a partir da década de 80, afinal suas idéias fugiam aos cânones da ciência psicológica de então. Como muitos estudos que nascem em uma área e ganham uma teoria em outra, é na psicologia social que a representação social ganha uma teorização, desenvolvida por Serge Moscovici e aprofundada por Denise Jodelet. Essas pesquisas passarão a servir como ferramentas para outros campos, como a saúde, a educação, o meio ambiente e para os estudos de gênero, como propõe Ângela Arruda (2002) no texto *Teoria das representações sociais e teorias de gênero*.

A Teoria das Representações Sociais – TRS – operacionalizava um conceito para trabalhar com o pensamento social em sua dinâmica e em sua diversidade. Partia da

premissa de que existem formas diferentes de conhecer e de se comunicar, guiadas por objetivos diferentes, formas que são móveis, e define duas delas, pregnantes nas nossas sociedades: a consensual e a científica, cada uma gerando seu próprio universo (ARRUDA, 2002, p. 129-130).

Moscovici (2009) defende, como finalidade primeira e fundamental das representações sociais tornar a comunicação, dentro de um grupo, relativamente não problemática e reduzir o que for considerado “vago” através de certo grau de consenso entre seus membros. Dessa forma, as representações não podem ser conseguidas através do estudo de alguma crença ou conhecimento explícitos, muito menos através de uma deliberação específica. Ao contrário, são formadas por influências recíprocas, através de negociações implícitas no cotidiano, em que as pessoas adquirem um repertório comum de modelos simbólicos, imagens e valores compartilhados, bem como de interpretações, regras e procedimentos.

O que lhes dá esse caráter não é o fato de elas serem autônomas, ou que elas sejam comuns, mas sim o fato de seus elementos terem sido construídos através da comunicação e estarem relacionados pela comunicação. (...) Para simplificar, podemos dizer que todo indivíduo isolado não pode representar para si mesmo o resultado da comunicação do pensamento, das mensagens verbais e icônicas. É isso que dá a essas estruturas cognitivas e lingüísticas a forma que elas têm, pois elas devem ser compartilhadas com outros a fim de serem comunicadas (MOSCOVICI, 2009, p. 209).

A representação social, de acordo com Serge Moscovici, corresponde a certo modelo recorrente e compreensivo de imagens, crenças e comportamentos simbólicos. Essas proposições possibilitam que coisas ou pessoas sejam classificadas, que seus caracteres sejam descritos e que seus sentimentos e ações sejam explicados. “Do ponto de vista dinâmico, as representações sociais se apresentam como uma ‘rede’ de idéias, metáforas e imagens, mais ou menos interligadas livremente e, por isso, mais móveis e fluidas que teorias” (Id., 2009, p. 210).

À medida em que a comunicação adquire novas configurações na atualidade, as diferenças entre representações sociais são obscurecidas. Diretor de estudos na École de Hautes Études em Sciences Sociales, Paris, Moscovici destaca que a redução das diferenças e limites as transforma mais e mais em representações de representações (Id., 2009, p. 211). De acordo com o autor, não é mais adequado considerar as representações como uma réplica do mundo ou como um reflexo dele, porque as representações o constituem mais do que o simulam.

Isso significa que representações compartilhadas, sua linguagem, penetram tão profundamente em todos os interstícios do que nós chamamos realidade que podemos dizer que elas o constituem. Elas constituem, pois, a identidade, o self, o mercado, as características de uma pessoa ou de um grupo (Ibid., p. 212).

As novas configurações da comunicação conformam o cenário que Albino Rubim (1999) define como Idade Mídia. Tal conceito diz respeito a uma compreensão da contemporaneidade como uma sociedade estruturada e ambientada pela comunicação, em suas profundas ressonâncias sobre a sociabilidade contemporânea em seus diversos campos. Os contextos da comunicação em que as representações são elaboradas são responsáveis pela variação dos conteúdos e sentidos representados, dentro de uma mesma sociedade, da mesma cultura (MOSCOVICI, 2009, p. 213).

Os meios de comunicação têm papel importante nessa dinâmica. Como elementos constitutivos da vida social, eles alteraram modos de interação, transformaram o acesso e o consumo de bens simbólicos e mudaram radicalmente as fronteiras entre a esfera pública e privada. “A imprensa torna-se um campo de batalhas que sustenta o exercício do poder e ao mesmo tempo abre novas dimensões de transparência e visibilidade para este exercício” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 90). O desenvolvimento da comunicação de massa e, mais recentemente, das redes sociais, transformou e continua a transformar a própria natureza do que é público no mundo moderno.

Ainda que os efeitos contraditórios dos meios de comunicação de massa em nossas sociedades devam ser enfatizados, sua tendência para produzir significados e valores hegemônicos não deve ser subestimada. A mídia é ela mesma um ator chave no exercício do poder (...) Dadas as formas como a mídia transforma, e de certa maneira define, a circulação de bens simbólicos em sociedades contemporâneas, ela se torna uma fonte importante de reflexão para o estudo das representações sociais (Ibid., p. 91-92).

Denise Jodelet afirma que as representações sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais e sociais de forma a integrar, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, as relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal (das idéias) sobre a qual elas vão intervir. “As representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção

de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET apud ARRUDA, 2002, p. 138)

O período entre o fim dos anos 60 e o início dos anos 80 marcou o surgimento de atores sociais que explicitaram de forma enérgica suas demandas, propondo à ciência novos conceitos a incorporar na análise da realidade, como o de gênero. Ângela Arruda (2002) traça alguns paralelos entre as teorias das representações sociais (TRS) e as teorias de gênero. Ambas destinam-se a revelar ou conceituar aspectos de objetos até então subvalorizados pela ciência, considerados menores: o senso comum, no primeiro caso, e a mulher²³, no segundo.

Tanto o gênero, como as representações, trabalham com seus objetos e temas de formas não obrigatoriamente canônicas, ousando metodologias por vezes criativas, nem sempre específicas daquela área disciplinar. Além disso, ambos tecem uma crítica aos binarismos que antepõem natureza e cultura, razão e emoção, objetivo e subjetivo, pensamento e ação, ciência e senso comum.

Nesse sentido, as teorias feministas e a TRS propõem teorias relacionais, em que não se pode conhecer sem estabelecer relação entre o tema/objeto e o seu contexto. Gênero é uma categoria relacional, na qual, ao se levar em conta os gêneros em presença, também se consideram as relações de poder, a importância da experiência, da subjetividade, do saber concreto. Da mesma forma, a TRS não separa o sujeito social e o seu saber concreto do seu contexto, assim como a construção desse saber não pode se desvincular da subjetividade (ARRUDA, 2002, p. 133).

Ângela Arruda situa a teoria da representação social e as teorias feministas como um produto típico dos nossos tempos e da transição paradigmática, importantes como novas ferramentas conceituais para analisar ângulos da realidade postos em pauta por novos olhares, provindos das lutas dos movimentos sociais, da criatividade e dos questionamentos no seio da ciência (2002, p. 144).

A importância do estudo da representação para a compreensão do conceito de identidade é destacada também por Stuart Hall (2005). De acordo com o pesquisador, as identidades não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação.

²³ Existem posições contrárias à perspectiva de que o conceito de gênero seria uma criação do movimento feminista. Preciado (2008) – citada por Patrícia Conceição da Silva (2010) em sua dissertação de mestrado – argumenta que, longe de ser uma produção da agenda feminista dos anos 60, a categoria gênero remonta ao discurso biotecnológico do fim dos anos 40. Segundo a autora, o conceito teria sido criado por John Money, psicólogo infantil encarregado de tratar casos de bebês intersexos.

Nós só sabemos o que significa ser “inglês” devido ao modo como a “inglesidade” (Englishness) veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da idéia da nação tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu “poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade” (HALL, 2005, p. 48-49).

Uma cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos que influencia e organiza as ações e a concepção que o indivíduo tem de si próprio. Dessa forma, as culturas nacionais constroem identidades. Vale, aqui, destacar que partimos do pressuposto que a identidade é formada ao longo do tempo, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Desta forma, como destaca Hall, permanece sempre incompleta e em processo de formação. Canclini (2003) também reitera que seu objeto de estudo são os processos de hibridação, e não simplesmente a hibridação em si. Incessantemente, esses processos levam a relativizar a própria noção de identidade. O antropólogo argentino destaca o risco de falar das identidades como um conjunto de traços fixos e reforça a necessidade de levar em consideração a história dos movimentos identitários e estudar os processos culturais para uma compreensão mais aprofundada e coerente do assunto.

As culturas nacionais não são formadas apenas por instituições culturais, mas também por símbolos e representações. Dessa forma, uma cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos que influencia e organiza nossas ações e a própria concepção que temos de nós mesmos. Esse discurso é contado e recontado nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular. Estas, por sua vez, fornecem uma série de imagens, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, desastres e triunfos que dão sentido à nação. Ao compartilhar essas representações, os membros dessa “comunidade imaginada” (HALL, 2005) são conectados e compartilham significados e sentidos.

Outra estratégia discursiva é aquela que Hobsbawm e Ranger (apud HALL, 2005, p. 54) chamam de “invenção da tradição”. Tradições que parecem ser antigas são, muitas vezes, recentes ou até mesmo inventadas. À invenção da tradição, pode somar-se a narrativa do mito fundacional: uma história que localiza a origem da nação e do povo em um passado tão distante, que se perde em um tempo mítico. Os mitos de origem fornecem uma narrativa através da qual uma história alternativa ou uma contranarrativa pode ser construídas.

Podemos destacar, entre essas experiências partilhadas e reforçadas periodicamente pela mídia, o mito de origem do Dia Internacional da Mulher: o incêndio na Triangle Shirtwaist. Os jornais Folha de S. Paulo e A Tarde – e muitos outros periódicos brasileiros e de outros países – narram todos os anos a história que teria originado a data máxima do calendário de luta das mulheres. O incêndio é diretamente associado à legitimidade do 8 de março, como bandeira do respeito aos direitos das mulheres, principais vítimas da suposta tragédia. Mas, como destacamos no capítulo 1, apesar da versão da tragédia que teria matado mais de cem mulheres ser reiterada todos os anos pelos meios de comunicação, observamos que o fato não aconteceu, ao menos nos moldes narrados pelos meios de comunicação e mesmo pela historiografia acerca do tema. A força dessa narrativa é tamanha que, apesar de alguns estudos e publicações já terem trazido luz sobre o mito, os periódicos parecem preferir acreditar em seus próprios arquivos e insistem no mito de origem.

A mídia, a cultura popular e as narrativas contadas nas histórias e nas literaturas nacionais são alguns dos fornecedores de imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais que representam as experiências partilhadas. Afetados por fatores sociais, históricos e culturais, os textos da mídia são considerados barômetros da transformação sociocultural. Representações da realidade, constituem um campo fértil para os estudos de identidade.

A identidade está profundamente envolvida no processo de representação. Assim, a moldagem e a remoldagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas (HALL, 2005, p. 71).

Com frequência, a identidade envolve reivindicações essencialistas sobre quem pertence ou não a um determinado grupo identitário, no qual a identidade é vista como fixa e imutável. Essas reivindicações baseiam-se, por vezes, na natureza e nas relações de parentesco. Em outras, em uma versão essencialista da história e do passado, a exemplo de uma tradição ou mito fundacional. Kathryn Woodward (2000) afirma que a identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades. Algumas diferenças são destacadas, mas nesse processo outras diferenças podem ser omitidas. A afirmação da identidade nacional, por exemplo, pode obscurecer diferenças de classe e de gênero.

O processo de construção da identidade é tanto simbólico quanto social. A luta para afirmar as diferenças identitárias tem causas e conseqüências materiais. O social e

o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio através do qual damos sentido a práticas e relações sociais de forma a definir, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. Woodward chama atenção para o fato de que, ao examinar sistemas de representação, é necessário analisar a relação entre cultura e significado. Dessa forma, o foco se desloca dos sistemas de representação para as identidades produzidas por aqueles sistemas.

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? (WOODWARD, 2000, p. 17).

As respostas a algumas dessas perguntas podem ser encontradas no primeiro caderno especial que o Jornal A Tarde dedicou ao Dia Internacional da Mulher, em 8 de março de 1974. “A presença da mulher no mundo de hoje” é o título estampado na primeira página do caderno, intitulado Jornal de Utilidades. O texto da capa descreve o cenário enfrentado pela mulher naquele momento, indicando alguns de seus problemas, dificuldades e desafios.

“A mulher está aprendendo, aos poucos, a viver com sabedoria, na sociedade atual. Seu novo caminho não é nada fácil. Novos rumos, novas responsabilidades, novos e mais graves problemas de convivência com o homem, seu antigo “dono”, e hoje, seu verdadeiro companheiro. Reivindicações (nem sempre justas), protestos, uma certa hesitação diante dos novos rumos, agitam sua psiquê. A mulher sabe que encontrar um caminho certo vai ser trabalhoso, mas válido e importante para que ele se situe em seu verdadeiro lugar no mundo de hoje”. (Jornal A Tarde, 8 mar. 1974)

O texto faz uma leitura da mulher que vivia naquele cenário e contexto. Uma mulher que, aponta a matéria, estaria aprendendo a viver com sabedoria diante de um novo caminho que, garantia a editora do caderno, Julieta Isenseé – na época, utilizando como assinatura apenas Ju –, não seria fácil. Ela enfrentaria novos e mais graves problemas de convivência com o homem e hesitaria diante dos novos rumos, na luta por reivindicações “nem sempre justas”. Como veremos adiante, é por meio da

representação – e a mídia é um dos campos privilegiados para a ocorrência desse processo – que a identidade e a diferença adquirem sentidos. De acordo com Tadeu Silva (2000), quem tem o poder de representar, tem também o poder de definir e determinar a identidade, já que é através da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder.

Para prosseguir em nossa discussão sobre identidade, consideramos importante descrever o processo de transformações pelas quais o conceito de sujeito passou, do pensamento moderno à contemporaneidade. Tomando como base a análise feita por Hall (2005), podemos dizer que o nascimento do “indivíduo soberano”, liberto das tradições e estruturas antes consideradas divinamente estabelecidas, marca a história da conceitualização do sujeito moderno. O indivíduo soberano era indivisível, unificado em seu próprio interior, singular, distintivo, único e racional. Essa concepção do sujeito balizou grande parte da história da filosofia ocidental e dos processos, práticas e instituições da modernidade.

Mas a complexificação das sociedades modernas tornou-as mais coletivas e sociais. As teorias clássicas liberais de governo passaram a ter que dar conta da estrutura do estado-nação e das grandes massas que fazem uma sociedade moderna. Dessa forma, emergiu uma nova concepção de sujeito, mais social, e o indivíduo soberano passou a ser encarado no interior das estruturas formadoras e sustentadoras da sociedade moderna. Como explica Hall (2005), dois importantes eventos contribuíram para articular um conjunto mais amplo de fundamentos conceituais para o sujeito moderno: a biologia darwiniana e o surgimento das novas ciências sociais. Nascido na primeira metade do século XX, o modelo “sociológico interativo” formava os indivíduos de forma subjetiva através de suas relações em sociedade. Segundo esse modelo, indivíduo e sociedade se formariam mutuamente, e os contratos coletivos teriam mais peso do que os individuais.

Na segunda metade do século XX, emergiria um novo modelo, que considera o sujeito “descentrado” ou “deslocado”. De acordo com Hall (2005), esse “deslocamento” do sujeito moderno se deu através de uma série de rupturas nos discursos do conhecimento moderno. De indivisível e divinamente estabelecido, o sujeito passou a ser encarado como “tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias”, como afirma Louro (1997, p. 24-25). O sujeito passa, assim, a ser constituído pelo seu senso de pertencimento a diferentes grupos – étnicos, nacionais, de

classe, de orientação sexual, de gênero, etc., e esses múltiplos pertencimentos podem, inclusive, entrar em conflito e conduzir o sujeito a diferentes direções.

Hall apresenta o feminismo como um, dentre os cinco²⁴ grandes avanços na teoria social e nas ciências humanas na modernidade tardia que teriam possibilitado o surgimento do sujeito “descentrado”. O autor localiza o feminismo como integrante dos “novos movimentos sociais” que emergiram durante os anos 60, ao lado de revoltas estudantis, movimentos juvenis contraculturais e antibelicistas, lutas pelos Direitos Civis, os movimentos pela paz e os revolucionários.

Em relação ao momento histórico em que surge o feminismo, esses movimentos se opunham tanto à política liberal capitalista do Ocidente, quanto à política “estalinista” do Oriente. Eles desafiaram as hierarquias burocráticas e o *establishment*. Como destaca Hall, eles refletiam o enfraquecimento da classe política e das organizações políticas de massa com ela associadas, assim como sua fragmentação em vários e separados movimentos sociais.

O maior efeito das transformações e rupturas citadas, de acordo com Hall (2005), foi o descentramento final do sujeito cartesiano e sociológico. O pesquisador aponta uma relação direta do feminismo com esse descentramento: o questionamento da distinção entre privado e público – com a conseqüente politização da vida pessoal; a contestação política de arenas sociais até então consideradas intocáveis, como a família, o trabalho doméstico, o cuidado com as crianças e a sexualidade; nossa formação como sujeitos generificados; e o questionamento de que homens e mulheres fazem parte da mesma humanidade, o que pôs em pauta a noção de diferença sexual.

A política de identidade era o que definia os movimentos sociais dos anos 60 e concentrava-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado. Dessa maneira, essa identidade torna-se um importante fator de mobilização política.

O descentramento do sujeito moderno também é ponto de reflexão de Kathryn Woodward (2000). A autora afirma que a complexidade da vida moderna exige que assumamos diferentes identidades, mas essas diferentes identidades podem estar em conflito. Podemos viver tensões em nossas vidas pessoais quando aquilo que é exigido por outra identidade é divergente das exigências de outra. Estabelecer fronteiras entre

²⁴ Além do feminismo, Hall cita como importantes “descentramentos” o pensamento marxista, a descoberta do inconsciente por Freud, o trabalho do lingüista estrutural Ferdinand de Saussure e o trabalho do filósofo e historiador Michel Foucault sobre a “genealogia do sujeito moderno”.

essas identidades é especialmente difícil porque a forma como representamos algumas delas mudaram radicalmente nos últimos anos. Essas experiências são vividas no contexto de mudanças sociais e históricas, a exemplo de mudanças no mercado de trabalho, nos padrões de emprego, nas lealdades políticas.

A etnia e a “raça”, o gênero, a sexualidade, a idade, a incapacidade física, a justiça social e as preocupações ecológicas produzem novas formas de identificação. As relações familiares também têm mudado, especialmente com o impacto das mudanças na estrutura do emprego. (...) É igualmente notável a emergência de novos padrões de vida doméstica, o que é indicado pelo crescente número de lares chefiados por pais solteiros ou por mães solteiras bem como pelas taxas elevadas de divórcio. As identidades sexuais também estão mudando, tornando-se mais questionadas em ambíguas, sugerindo mudanças e fragmentações que podem ser descritas em termos de uma crise de identidade. (WOODWARD, 2000, p. 31)

A pesquisadora explica que existem duas formas bastante diferentes de apelar à identidade, em nome da celebração da singularidade de um determinado grupo. A primeira delas é a essencialista, em que tomando como base a identidade e as qualidades singulares das mulheres, alguns grupos feministas argumentam em favor de um separatismo em relação aos homens. Existem, naturalmente, diferentes formas de definir essa singularidade: através de características biológicas, ao afirmar que o papel biológico das mulheres como mães as torna inerentemente mais altruístas e pacíficas. Ou pode se fundamentar com apelo à história, em nome de uma história exclusiva das mulheres que os homens teriam reprimido. Esse argumento implicaria na existência de uma cultura exclusiva das mulheres.

Por outro lado, alguns dos novos movimentos sociais vêm adotando uma política não-essencialista no que tange à realidade. Para eles, as identidades são fluidas, não são essências fixas e não estão presas a diferenças que seriam permanentes e valeriam para todas as épocas. Alguns integrantes desses movimentos têm, inclusive, questionado as concepções que pressupõem o caráter fixo da identidade, a exemplo das relações de classe, dos partidos políticos e do estado-nação.

Segundo Woodward, um dos desafios dos “novos movimentos sociais” tem sido questionar o essencialismo e sua fixidez como algo natural, ou seja, como uma categoria biológica. Nesse sentido, uma das principais contribuições da política de identidade tem sido a de construir uma política da diferença que subverta a estabilidade das categorias biológicas e a construção de oposições binárias. Como defende a autora, as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. “A diferença é aquilo que separa

uma identidade da outra, estabelecendo distinções, frequentemente na forma de oposições (...)” (Ibid., p. 41).

Podemos afirmar que as identidades são formadas relativamente a outras identidades, relativamente ao “forasteiro” e ao “outro”, àquele que não é. Essa construção costuma aparecer sob a forma de oposições binárias. A diferença pode ser construída negativamente, por meio da exclusão ou marginalização daquelas pessoas que são definidas como “outros”. Por outro lado, ela pode ser fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo considerada enriquecedora. As autoras e autores que criticam a oposição binária argumentam, entretanto, que um dos elementos da dicotomia é sempre mais valorizado ou mais forte que o outro: um é a norma e o outro é o “outro”. Em particular, afirma Woodward, essas divisões desiguais estão relacionadas com o gênero.

Acerca de oposições binárias como atividade/passividade, cultura/natureza, dia/noite e cabeça/coração, Woodward, citando Cixous, localiza as mulheres como associadas com a natureza e não com a cultura, com o coração e as emoções e não com a cabeça e a racionalidade. Haveria uma tendência para classificar o mundo em uma oposição entre princípios masculinos e femininos que, para Cixous, derivaria de uma rede histórica de determinações culturais.

É por meio desses dualismos que as mulheres são construídas como “outras”, de forma que as mulheres são apenas aquilo que os homens não são, como ocorre na teoria psicanalítica lacaniana. Podem as mulheres ser diferentes dos homens sem serem opostas a eles? Irigaray utiliza o exemplo da sexualidade para argumentar que as mulheres e os homens têm sexualidades diferentes mas não opostas (IRIGARAY, 1985 apud WOODWARD, 2000). Entretanto, a identificação das mulheres com a natureza e dos homens com a cultura tem um lugar bem estabelecido na teoria antropológica. (WOODWARD, 2000, p. 52).

Uma das estudiosas que se debruçaram nesse campo está a historiadora norte-americana Joan Scott, autora do artigo *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica* (1986). Publicado pela primeira vez há 23 anos, o texto é considerado até hoje leitura fundamental para os que se dedicam ao estudo de gênero. A autora afirma que é preciso desconstruir o caráter permanente da oposição binária masculino-feminino. Observa, ainda, que é constante nas análises e na compreensão das sociedades um pensamento dicotômico e polarizado sobre o gênero. Nessa leitura, tornou-se usual a concepção de homem e mulher como pólos opostos que se relacionam dentro de uma lógica invariável de dominação e submissão.

Desconstruir essa polaridade rígida dos gêneros significaria problematizar tanto a oposição entre eles, quanto a unidade interna de cada um. Essa desconstrução demonstraria que cada pólo não é uno; na verdade, supõe e contém o outro sendo, internamente, fragmentado e dividido – “afinal não existe a mulher, mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si, que podem ou não ser solidárias, cúmplices e opositoras” (LOURO, 1997, p. 32). A concepção dos gêneros dentro de uma lógica dicotômica implica uma idéia singular de masculinidade e feminilidade.

Romper a dicotomia poderá abalar o enraizado caráter heterossexual que estaria, na visão de muitos/as, presente no conceito “gênero”. Na verdade, penso que o conceito só poderá manter sua utilidade teórica na medida em que incorporar esses questionamentos. Mulheres e homens, que vivem feminilidades e masculinidades de formas diversas das hegemônicas e que, portanto, muitas vezes não são representados/as ou reconhecidos/as como “verdadeiras/verdadeiros” mulheres e homens, fazem críticas a esta estrita e estrita concepção binária. (Ibid., p. 34).

Scott considera a oposição binária e o processo social das relações de gênero parte do sentido próprio das relações de poder. A autora define gênero como um modo primeiro de significar as relações de poder. A questão do poder e suas relações em um dado período é um dos pontos que fundamentais na incursão pelos estudos de gênero. O poder opera em todos os níveis da sociedade, desde as relações interpessoais até o nível estatal e pode ser visto como um aspecto inerente a todas as relações econômicas, sociais e pessoais.

No artigo, Scott (1986) explica que as estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre homem e mulher. A própria articulação do conceito de classe, no século XIX, baseava-se em certa naturalização do gênero na medida em que certos termos eram associados às características masculinas ou femininas. Dessa forma, definições normativas de gênero foram reproduzidas e naturalizadas na cultura da classe operária.

Como situa Ana Alice Costa (2010), as relações de poder se mantêm porque os vários atores, tanto os dominadores como os dominados, “aceitam” as versões da realidade social que negam a existência de desigualdades ou que afirmam que elas resultam da injustiça social ou história pessoal. Essa aceitação pode ser construída de várias formas: dos mecanismos de socialização, das crenças religiosas e tradições, das instituições, do sistema educacional, das leis

civis e da divisão sexual e social do trabalho, entre outros exemplos, conforme aponta a pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher.

Quando falamos relações de gênero, estamos falando de poder. Na medida em que as relações existentes entre masculino e feminino são relações desiguais, assimétricas, mantém a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarcal (COSTA, 2010, p. 4).

No texto *Gênero, poder e empoderamento das mulheres*, Ana Alice Costa (2010) define poder como a capacidade de decidir sobre a própria vida e também sobre a vida do outro. “Quem exerce o poder se arroga o direito ao castigo e a postergar bens materiais e simbólicos. Dessa posição domina, julga, sentencia e perdoa. Ao fazê-lo, acumula e reproduz o poder” (LAGARDE, 1993, p. 154).

Como é possível observar, o poder opera em todos os níveis da sociedade e pode ser visto como um aspecto inerente a todas as relações econômicas, sociais e pessoais. Ana Alice Costa destaca que as relações de poder existem porque seus atores, tanto os dominadores quanto os dominados “aceitam” versões da realidade social que negam a existência de desigualdades. A autora afirma que o poder tem sido uma prática tipicamente masculina, já que historicamente as mulheres têm estado do outro lado do poder, assumindo papéis de subalternidade.

Esses papéis são construídos socialmente através da cultura, das crenças e tradições, do sistema educacional, das leis civis, da divisão sexual e social do trabalho. Esse mecanismo constrói homens e mulheres como sujeitos bipolares e opostos, envolvidos em uma relação de domínio e subjugação. Scott acrescenta que a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, ambos, partes do sentido do próprio poder. “Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro”. (SCOTT, 1986, p. 12).

Dessa forma, a política estaria intimamente ligada ao conceito de gênero, ao estabelecer sua importância decisiva e seu poder público graças à exclusão das mulheres do seu funcionamento. Scott argumenta que o gênero é uma das referências pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Em diferentes momentos históricos, os dirigentes emergentes legitimavam sua dominação, força e autoridade central sendo identificados ao masculino. Os

inimigos e a fraqueza eram associados ao feminino. Esse código era literalmente traduzido em leis que proibiam a participação das mulheres na vida política e as limitavam a um lugar específico naquelas sociedades. Como, na maior parte dos casos, o Estado não tinha nada de imediato a ganhar com esse controle, Scott observa que essas ações só adquirem sentido se integradas a uma análise de construção e consolidação do poder.

Falar de gênero, portanto, é falar das relações de poder. “Na medida em que as relações existentes entre masculino e feminino são relações desiguais, assimétricas, mantém a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarcal” (Id., p. 4). Essa organização social baseada no domínio masculino pode ser observada tanto na esfera privada, em ambiente familiar, quanto na esfera pública.

Costa define o patriarcado como a organização sexual hierárquica da sociedade, tão necessária ao domínio político. Ele é nutrido pelo domínio masculino na estrutura familiar e na lógica organizacional das instituições políticas construídas a partir de um modelo masculino de dominação. Dessa forma, o domínio patriarcal (masculino) apresenta distintas manifestações na sociedade, estando presente no cotidiano do mundo doméstico e do mundo público.

Não é preciso praticar a discriminação aberta contra a mulher ou a violência explícita para demonstrar sua presença na medida em que esse poder de gênero está assegurado através dos privilégios masculinos e das desigualdades entre homens e mulheres. (COSTA, 2010, p. 4).

Em sua discussão sobre as esferas pública e privada, Hannah Arendt (1991) afirma que a distinção entre uma esfera de vida privada e uma esfera de vida pública corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado. O fato de que a manutenção individual fosse a tarefa do homem e a sobrevivência da mulher fosse a tarefa da mulher era tido como óbvio. Tanto o labor do homem no suprimento dos alimentos e o labor da mulher no parto, ambas funções consideradas naturais, estavam sujeitas à premência da vida. Era a necessidade que reinava sobre as atividades exercidas no lar. Dessa forma, a

vitória sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade na *polis*.

O que todos os filósofos gregos tinham como certo, por mais que se opusessem à vida na *polis*, é que a liberdade situa-se exclusivamente na esfera política; que a necessidade é primordialmente um fenômeno pré-político, característico da organização do lar privado; e que a força e a violência são justificadas nesta última esfera por serem os únicos meios de vencer a necessidade – por exemplo, subjugando escravos – e alcançar a liberdade. (ARENDDT, 1991, p. 40)

Mulheres e escravos pertenciam à mesma categoria e eram mantidos fora das vistas alheias porque sua vida era dedicada a funções corporais – o trabalho, no caso dos escravos, e a sobrevivência da espécie, no caso das mulheres –, situadas no domínio da esfera privada. Entretanto, a autora explica que a ascensão da administração caseira e suas atividades, problemas e recursos do interior do lar para a luz da esfera pública não apenas diluiu a antiga divisão entre o privado e o político, mas também alterou o significado dos dois termos e sua importância para a vida do indivíduo e do cidadão.

Uma vez que nossa percepção da realidade depende da aparência, e portanto da existência de uma esfera pública, até mesmo a meia luz que ilumina a vida privada e íntima deriva, em última instância, da luz muito mais intensa da esfera pública. No entanto, há muitas coisas que não podem suportar a luz implacável da constante presença de outros na esfera pública. No mundo público, pontua Arendt, só é tolerado o que é tido como relevante. É claro que isso não significa que as questões privadas sejam geralmente irrelevantes. Ao contrário, existem assuntos muito relevantes que só podem sobreviver na esfera privada. “O que a esfera pública considera irrelevante pode ter um encanto tão extraordinário e contagiante que todo um povo pode adotá-lo como modo de vida, sem com isso alterar-lhe o caráter essencialmente privado”. (ARENDDT, 1991, p. 61).

No livro *O feminismo mudou a ciência?*, Londa Schiebinger analisa o modo como a ciência e a vida profissional em geral foram organizadas em torno do pressuposto de que a mulher não precisa reproduzir-se, ou ao menos que os cientistas não estão envolvidos nas tarefas diárias de reprodução. As mulheres com vida profissional ainda são responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico e dos cuidados com os filhos.

A divisão sexual do trabalho que atribuiu às mulheres a responsabilidade principal pelos serviços domésticos e criação dos filhos liberou o homem dos incômodos detalhes das atividades diárias de sobrevivência, ao passo que sobrecarregou as mulheres de forma desproporcional. (LERNER, G. apud SCHIEBINGER, 2001, p. 182).

Uma mulher encarregada da vida doméstica pode competir profissionalmente com um homem ou mulher que não possuem essa mesma responsabilidade? À medida em que as mulheres ingressaram no mercado de trabalho, certos aspectos da vida profissional foram reformulados, mas a esfera doméstica nunca foi submetida à ações afirmativas ou emendas legislativas sobre a redistribuição do trabalho no lar. Em consequência desse cenário, muitas mulheres que saem para trabalhar acrescentam uma segunda profissão ao que costumava ser um trabalho em tempo integral. Ser profissional, esposa e mãe é uma carga em que a sociedade espera que as mulheres – muito mais do que os homens – ponham a família à frente da carreira.

Apesar da distinção histórica entre as esferas doméstica e pública, a vida privada não está separada da vida pública. E o conflito que muitas mulheres encontram entre família e carreira também não é apenas um assunto privado. A cultura profissional foi estruturada com o pressuposto de que um profissional tem uma esposa-do-lar, e se beneficia de seu trabalho não remunerado (SCHIEBINGER, 2001, p. 183).

A pesquisadora cita dados de um estudo feito em 1993 pelo Families and Work Institute of New York que mostra que cerca de 43% dos homens dizem que dividem igualmente com suas esposas o cuidado com os filhos, mas apenas 19% das mulheres concordam²⁵. Além disso, as mulheres com vida profissional trabalham cerca de 15 horas por semana em casa a mais que os homens. E elas dormem menos. Mulheres casadas com filhos tendem a dormir 40 minutos a menos por noite que seus maridos. Esses padrões se mantêm até mesmo em famílias em que a mulher tem um salário significativamente mais elevado que o homem.

A pesquisadora destaca um outro aspecto fundamental para a divisão do trabalho doméstico: o cuidado com os filhos. Assim como qualquer outro

²⁵ A autora destaca que discute lares heterossexuais porque foram objeto de estudo. Apesar de haver bastante literatura sobre casais de lésbicas, e gays no local de trabalho, há muito poucos relacionados à questões familiares em relação às carreiras científicas.

aspecto da cultura, as medidas de assistência aos filhos não estão impressas na natureza, mas são configuradas por contingências sociais e prioridades políticas. Tanto que o cuidado com as crianças sobrecarregava menos as mulheres de classe alta no século XVIII do que as profissionais de hoje. Naquele tempo, as crianças de famílias abastadas eram entregues, minutos após o nascimento, a amas de leite e eram criadas no campo até a idade de sete anos.

A maternidade moderna, com a noção de que a mulher que tem um filho deve também arcar com a responsabilidade fundamental do cuidado com aquela criança, assumiu uma nova força cultural no final do século XVIII, quando as mulheres foram encorajadas a retornar ao lar e a cuidar de seus filhos (SCHIEBINGER, 2001, p. 184). Com esses novos valores associados à maternidade, desde o século XVIII, as mães passaram a sentir-se culpadas se “negligenciassem seus filhos” trabalhando fora de casa.

Essa atitude não mudou muito em relação aos tempos atuais. Uma pesquisa com estudantes mulheres do Wesley College, em 1993, revelou que 90% delas acreditavam que mulheres com filhos pequenos não deveriam trabalhar em tempo integral. Metade delas também acreditava que os pais de filhos pequenos não deveriam trabalhar em período integral. Mas não ficou claro, no estudo, se nem o pai nem a mãe trabalharem, quem levaria o dinheiro para casa. Schiebinger pontua, ainda, um impasse das mulheres com carreiras: os anos de 22 a 40, fundamentais para o estabelecimento de uma carreira de sucesso, são também os principais para o parto.

Até o começo do século XX, as universidades norte-americanas exigiam que as mulheres de seu corpo docente permanecessem solteiras, sob o pretexto que uma mulher não poderia ter duas profissões em tempo integral. Já os membros masculinos das mesmas instituições, ao contrário, deveriam ser casados, supostamente para neutralizar o perigo potencial às alunas.

Após a década de 1970, uma série de mulheres profissionais passou a esconder o fato de constituírem famílias. Seu objetivo era ter filhos sem a licença-maternidade, sem uma pausa na produtividade, sem parecer diferentes de seus colegas homens. Elas continuaram a produzir ensaios científicos no mesmo ritmo de outrora, eliminando quase todo o resto, a não ser trabalho e família. A primeira coisa que desapareceu foi o tempo para si mesmas: cinema, leituras,

jantares, esportes. Isso, é claro, foi feito com alto custo para elas e seus parceiros.

Há ainda, o fato de que ao lado de muitos profissionais homens está uma esposa prestativa que serve também de assistente de pesquisa, redatora de livro e parceira de discussão que dedica longas horas de serviço às carreiras de seus maridos. Durante muitos séculos, os talentos das mulheres foram direcionados não para o seu autodesenvolvimento, mas para a realização de si próprias, através da carreira dos maridos. Dessa forma, possibilitaram a esses homens de talento um desenvolvimento mais pleno e um grau mais intenso de especialização que elas mesmas jamais tiveram (SCHIEBINGER, 2001, p. 190).

Apesar das diferenças de classe, raça e cultura entre as mulheres, alguns aspectos derivados de sua condição de subordinação são comuns a todas elas. Entre eles, estão o controle masculino do trabalho das mulheres e seu acesso restrito aos recursos econômicos e sociais e ao poder político, o que resulta em uma distribuição desigual de recursos entre os sexos. Outro aspecto é a violência masculina e o controle da sexualidade.

Durante mais de um século, o movimento das mulheres articulou-se em torno do enfoque da igualdade, sem se dar conta que o próprio conceito de igualdade existia a partir de um modelo masculino e patriarcal de organização política. Somente após a conquista dos direitos civis a partir dos anos 30 é que surgiu a consciência de que, além da conquista legal, seria necessário um processo de transformação mais amplo, em que o próprio conceito de igualdade fosse questionado. Nas décadas de que seguiram, as mulheres ampliaram a renda familiar, tiveram acesso à saúde e à educação, mas não vivenciaram mudanças significativas em sua posição. Dessa forma, continuaram subjugadas e excluídas das esferas de decisão e autonomia.

Ana Alice Costa (2010) destaca a importância de distinguir os termos condição e posição para uma análise mais aprofundada do lugar da mulher na sociedade. A pesquisadora define condição como o estado material no qual se encontram as mulheres: baixos salários, desnutrição, falta de acesso à saúde pública e à tecnologia moderna, educação e capacitação, para citar alguns exemplos. Já a posição é o status econômico, social e político das mulheres comparado com o dos homens. Ou seja, a forma como as mulheres têm acesso aos recursos e ao poder comparado com os homens.

A partir dos anos 70, as feministas começaram a questionar as estratégias de desenvolvimento que não atacavam os fatores estruturais que perpetuam a opressão e exploração as mulheres. É nesse contexto que passa a ser utilizado o conceito de empoderamento, que compreende a alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinação das mulheres.

Empoderamento é o processo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, toma consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir. (...) As mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais. (Ibid., p. 7)

Esse processo de avanço da mulher se dá através de alguns parâmetros: construção de uma auto-imagem confiante e positiva; desenvolvimento do pensamento crítico; construção da coesão de grupo, promoção da tomada de decisões e ação. De acordo com Stromquist (apud COSTA, 2010), uma definição apropriada de empoderamento deve incluir componentes cognitivos, psicológicos, políticos e econômicos.

O componente cognitivo refere-se à compreensão que as mulheres têm da própria subordinação, bem como das suas causas. Inclui, ainda, uma clareza acerca da necessidade de fazer escolhas, mesmo que estas possam ir de encontro às expectativas culturais e sociais. O componente psicológico refere-se ao desenvolvimento de sentimentos importantes, em nível pessoal e social, para melhorar a condição da mulher. Dessa forma, auto-estima e autoconfiança são fundamentais. Já a capacidade de organizar a promover mudanças sociais insere-se no componente político do empoderamento. Por último, mas não menos importante, o componente econômico, que engloba a independência econômica das mulheres.

O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e a violação sem castigo, o abandono e as decisões unilaterais masculinas que afetam toda a família (COSTA, 2010, p. 7).

É importante destacar que o empoderamento das mulheres libera e empodera também aos homens no sentido material e psicológico, na medida em que a mulher tem acesso aos recursos materiais em benefício da família e da comunidade. Com o empoderamento, a mulher reparte responsabilidades e permite novas experiências emocionais que podem contribuir para a liberação de estereótipos de gênero. Dessa maneira, o processo de empoderamento da mulher traz uma nova concepção de poder e constrói novos mecanismos de responsabilidades coletivas e de tomada de decisões.

A pesquisadora do NEIM/UFBA aponta alguns aspectos derivados da condição de subordinação comuns a todas as mulheres, apesar das diferenças de classe, raça e cultura: o controle masculino do trabalho das mulheres, seu acesso restrito aos recursos econômicos e sociais e ao poder político, o que provoca uma distribuição desigual dos recursos entre os sexos e a violência masculina e o controle da sexualidade.

Mesmo com essas diferenças, durante mais de um século o movimento das mulheres organizou-se em torno das bandeiras e do posicionamento defendido pelo feminismo liberal, que via as mulheres como, em princípio, iguais aos homens. Desde a reivindicação de igualdade feita por Mary Wollstonecraft no livro *Vindication of the Rights of Woman* (Vindicação dos Direitos da Mulher), de 1792, essa corrente do feminismo conquistou uma importante legislação, garantindo às mulheres igualdade de direitos.

Mas, na tentativa de estender os direitos dos homens à mulher, os liberais tenderam a ignorar as diferenças de gênero ou mesmo a negá-las completamente. Não se deram conta, entretanto, que o próprio conceito de igualdade existia a partir de um modelo masculino e patriarcal de organização política.

As feministas liberais tendem a ver uniformidade e assimilação como os únicos terrenos para a igualdade, e isto frequentemente requer que as mulheres sejam como os homens – culturalmente ou biologicamente (SCHIEBINGER, 2001, p. 23).

Somente após as conquistas dos chamados direitos civis a partir dos anos 30, é que as mulheres passaram a refletir que, além dessas conquistas legais, seria necessário um processo de transformação mais amplo, em que o próprio conceito de igualdade fosse questionado. Mesmo nos casos em que a atenção

dedicada ao gênero não é explícita, ele constitui uma dimensão decisiva da organização da igualdade e desigualdade. Como vimos, diante da percepção de que seriam necessárias mudanças mais amplas para a conquista da cidadania plena, é que surgiu o conceito de empoderamento entre os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos nos anos 70.

2.1.2. As ondas do movimento feminista

Em nossa análise das representações da mulher nos jornais A Tarde e Folha de S. Paulo, utilizamos como eixo as transformações processadas durante as chamadas ondas do movimento feminista. Elas serviram como parâmetro para um olhar mais aprofundado na contextualização de cada década estudada – dos anos 60 até a primeira década do século XXI. Fizemos, neste ponto, uma breve incursão pelos pontos centrais de cada uma dessas ondas.

Desde o século XVIII, é possível identificar mulheres que lutaram por seu direito à cidadania, de maneira mais ou menos organizada. Na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, essas manifestações esparsas cederam lugar a uma campanha mais direcionada pela garantia de direitos. A primeira geração, ou primeira onda do feminismo, nasceu como movimento liberal de luta das mulheres pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, direitos que eram reservados apenas aos homens.

Nessa época, o principal objetivo desses grupos organizados na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos e na Espanha, era a luta contra a discriminação das mulheres e pela conquista de direitos, sobretudo do direito ao voto. O movimento sufragista, considerado uma das principais características da chamada primeira onda do feminismo, espalhou-se pela Europa e Estados Unidos.

No Brasil, da mesma forma, a primeira fase do feminismo teve como foco a luta pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, antes reservados apenas aos homens. A figura de Bertha Lutz, que exerceu a liderança do movimento sufragista no país na década de 1920 e se manteve ligada às causas da mulher até sua morte, na década de 1970, é o nome de maior destaque desse período.

Apesar de sua importância, não se pode reduzir o movimento feminista ao nome de Lutz no período. Iniciativas isoladas ao alistamento como eleitoras e como

candidatas já aconteciam no Brasil desde o século XIX. A questão foi discutida na Constituinte de 1891, tendo como defensores Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca e Epitácio Pessoa, que depois se tornariam presidentes do país. O projeto não foi aprovado, mas a Constituição não proibiu expressamente o voto das mulheres. Essa não-exclusão foi significativa: representou a evidência de uma natural exclusão da mulher do grupo de cidadãos com direitos, os homens. Com base nesse esquecimento, muitas mulheres requereram alistamento nos anos em que vigorou a Constituição de 1891.

No interior das famílias da república oligárquica que vigorou no Brasil até a década de 1930, surgiram as primeiras vozes que materializariam aqui os ideais feministas. Famílias de muitas posses proporcionavam o culto à leitura e a valorização à educação para suas filhas que apresentavam vozes contrárias à opressão da mulher. Não havia, nesse sentido, condutas ou formas alternativas que levassem a uma reflexão sobre o papel da mulher, mas um ambiente diferenciado que propiciou a essas filhas o acesso à educação. Com o desenvolvimento desse movimento de mulheres foi possível perceber que não se tratava apenas de um grupo que lutava diante das instâncias do Estado, mas de uma estratégia mais complexa, que pode ser observada pelo uso constante de jornais, a presença em eventos públicos e até a realização de uma passeata. Todas elas ferramentas para conquistar a opinião pública.

O direito ao voto era a luta central da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF). Criada durante o I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro, foi a mais importante e conhecida organização em defesa dos direitos da mulher no período. Sua história está intimamente relacionada à trajetória de Bertha Lutz, que retornou ao Brasil em 1918, após uma temporada de estudos em Paris.

Nos primeiros anos de seu retorno ao Brasil, Bertha Lutz escreveu a jornais e viajou para os Estados Unidos e países da Europa representando o Brasil no Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho e na I Conferência Pan-Americana da Mulher nos Estados Unidos. Em seus artigos, a tentativa de mobilizar a opinião pública para a situação das mulheres, como no texto *As Mulheres Morenas*, publicado na Revista da Semana, em 14 de dezembro de 1918.

Só as mulheres morenas continuam, não direi cativas, mas subalternas. Todos os dias se lêem nos jornais e nas revistas do Rio apreciações deprimentes sobre a mulher. Não há, talvez, cidade no mundo onde menos se respeite a mulher. Existem até seções de jornais que se dedicam a corrompê-la ou injuriá-la (PINTO, 2003, p. 23).

De volta ao país após as viagens, trouxe consigo líderes feministas, incluindo a presidente da Associação Americana das Mulheres, para participarem do I Congresso Internacional Feminista. Os primeiros passos de Bertha Lutz na militância revelam que ela gozava de reconhecimento e trânsito na elite política da época.

“Isso é duplamente importante na medida em que dá elementos para explicar tanto as facilidades encontradas por ela e suas seguidoras para levar adiante suas iniciativas como a própria forma bem-comportada de sua luta. Bertha lutava pelos direitos negados pelo Estado brasileiro à mulher, mas ao mesmo tempo era representante oficial desse mesmo Estado em conferências internacionais” (Ibid., p. 23).

No decorrer da década de 1920, a idéia da federação espalhou-se pelo país. Há notícia da criação de federações em estados como São Paulo, Ceará, Paraíba, Bahia²⁶, Rio Grande do Norte e Minas Gerais. Ainda que alguns desses núcleos tenham sido pequenos, é notável que houvesse a proliferação das idéias sobre os direitos das mulheres em estados tão distantes em um período de menos alternativas de meios de comunicação e deslocamentos que exigiam longos períodos de tempo.

A luta pelo direito ao voto da mulher no Brasil chegou ao fim em 1932, quando novo Código Eleitoral incluiu a mulher como detentora do direito de votar e de ser votada. Mesmo com a conquista, a FBPF não diminuiu o ritmo de atividades nos primeiros anos da década de 1930. Promoveu eventos e em 1932 Bertha Lutz, que ficara como suplente na eleição para a Constituinte, assume a cadeira de um deputado que havia morrido. Na pauta, projetos para pressionar o Legislativo a aumentar os direitos da mulher. Mas o golpe de 1937 mudou os rumos da movimentação. A FBPF não foi extinta, mas perdeu seu espaço e, mesmo após a redemocratização em 1945, não teve mais expressão no cenário brasileiro.

Após a conquista sufragista, o movimento feminista ganha novo fôlego nas décadas de 1960 e 1970, em especial nos Estados Unidos e na França. Na segunda fase do feminismo, ou segunda onda, as americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade, enquanto as francesas defendiam a necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres. Essa época foi marcada por um cenário de efervescência social e contestações e ficou conhecida pelas marchas e protestos públicos, mas também por livros, jornais e revistas que discutiam o tema.

²⁶ A instalação da filial da FBPF na Bahia ocorre em 1931. Ver: ALMEIDA, **Feminismo na Bahia**, 1986.

Nesse novo período, surgem obras hoje consideradas clássicas, a exemplo de *Mística Feminina*, de Betty Friedan, lançada em 1963.

Durante a segunda onda, o feminismo passou a se preocupar não apenas com questões sociais e políticas, mas também com discussões teóricas. É nesse cenário que surgem as primeiras considerações acerca do conceito de gênero, algumas delas levantadas, como aponta Silva (2010), por Simone de Beauvoir em 1949, com o lançamento do livro *O segundo sexo*. A obra é considerada o texto que inaugurou de forma ampla, em escala mundial, o debate sobre a situação da mulher.

Cecília Sardenberg (2002) afirma que em fins dos anos 1960 e início dos anos 1970 estavam em ebulição nos grupos de conscientização e reflexão feministas, teorizações que visavam uma ação política. O lema do movimento feminista na época – “o pessoal é político” –, explica a pesquisadora do NEIM, surge a partir dessa troca de vivências e experiências. “A idéia de se pensar as relações pessoais também como relações de poder, questionando, assim, a separação colocada entre o público e o privado, está implícita na expressão ‘o pessoal é político’” (SARDENBERG, 2002, p. 20).

Sardenberg cita três das correntes teóricas que imperavam na época: o feminismo liberal, o feminismo socialista e o feminismo radical. O feminismo liberal, também chamado de feminismo científico ou igualitário, lutava pela igualdade de direitos no mercado de trabalho, política e educação. Além disso, enfatizava a luta contra o preconceito e a discriminação.

Já o feminismo socialista fundamentava-se na teoria marxista, com destaque para a exploração da mulher pelo capitalismo. As discussões centravam-se na questão do trabalho doméstico no capitalismo e como o capital se beneficiava do sexismo. Nessa perspectiva, a opressão das mulheres poderia ser superada através da instauração de uma forma de organização social mais desenvolvida, numa sociedade sem classes, a exemplo do socialismo.

O feminismo radical, cuja precursora foi Simone de Beauvoir, enfatizava a crítica ao sistema patriarcal como um todo. Sua questão central era a opressão das mulheres pelos homens. Estavam em foco questões como a família, a sexualidade, a violência sexual e os direitos sobre o corpo. Para Shulamith Firestone, uma das principais pensadoras dessa corrente, as origens da subordinação feminina estão

localizadas no processo de reprodução. De acordo com essa vertente do feminismo, para liberar as mulheres é necessário derrotar o patriarcado²⁷.

Os debates entre essas correntes se centravam no que supostamente tinha mais peso ou no que seria a causa principal da opressão feminina. Em seu livro *O feminismo mudou a ciência?* (2001), a pesquisadora Londa Schiebinger afirma que o feminismo liberal, embora tenha tido um papel importante – com tal impacto que a maioria das pessoas já não pensa em questões como a equivalência de direitos na educação e mercado de trabalho como feministas, levou a certos “becos sem saída”. A autora explica que, na tentativa de estender os direitos “do homem” às mulheres, os liberais tenderam a ignorar ou a negar diferenças de gênero.

As feministas liberais tendem a ver uniformidade e assimilação como os únicos terrenos para igualdade, e isto frequentemente requer que as mulheres sejam como os homens – culturalmente ou mesmo biologicamente, como quando o exército dos EUA introduziu o “Sistema Freshette”, uma biqueira de plástico projetada para dar às mulheres igual oportunidade de urinar em pé durante os exercícios. (SCHIEBINGER, 2001, p. 24)

Um segundo problema no feminismo liberal, aponta a autora, é que ele espera que as mulheres assimilem a ciência, ao invés do contrário. Dessa maneira, entende-se que nada na cultura ou no conteúdo das ciências precise mudar para acomodá-las. É com base nesses questionamentos que, no início da década de 1980, as feministas começam a desenvolver a corrente que passaria a ser conhecida como feminismo da diferença. Com três princípios básicos, essa corrente divergia do liberalismo, em primeiro lugar, por enfatizar a diferença, e não a uniformidade, entre homens e mulheres. Dessa forma, diferia da tradição mais antiga ligada ao determinismo biológico, por afirmar que as mulheres diferenciavam-se dos homens fundamentalmente por força da cultura, não da natureza.

Em segundo lugar, o feminismo da diferença tendia a reavaliar qualidades consideradas femininas desvalorizadas pela sociedade, a exemplo da subjetividade, cooperação, sentimento e empatia. E, em terceiro lugar, essa linha argumentava que, para se tornarem iguais na ciência, eram necessárias mudanças não apenas nas

²⁷ A descrição das ondas do feminismo foi embasada sobretudo nomes como em NARVAZ, Martha; KOLLER, Sílvia. Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: Articulando pesquisa, clínica e política. In: **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006; em SARDENBERG, Cecília. **Estudos feministas: um esboço crítico**. Fortaleza, 2002 e em ALGRANTI, Leila (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos didáticos, n. 48, nov. 2002.

mulheres, mas também nas aulas de ciência, nos currículos, laboratórios, teorias, prioridades e programas de pesquisa.

O valor do feminismo da diferença foi refutar a afirmação de que a ciência é de gênero neutro, revelando que valores geralmente atribuídos às mulheres foram excluídos da ciência e que desigualdades de gênero foram construídas na produção e estrutura do conhecimento. (Ibid., p. 26)

Apesar dessa importância, a pesquisadora alerta que o feminismo da diferença, especialmente quando vulgarizado, pode ser nocivo tanto para as mulheres, quanto para a ciência. Há duas grandes falhas nessa vertente. Em primeiro lugar, a visão reducionista de uma “mulher universal”, que desconsidera a diversidade de fatores como classe, nacionalidade, orientação sexual, raça e geração. As mulheres têm diferentes histórias, necessidades e aspirações. Em segundo lugar, a romantização de valores tradicionalmente associados à mulher, que deixa escapar oportunidades de discutir os estereótipos, tanto femininos, quanto masculinos, bem como sua vinculação com o poder em uma sociedade androcêntrica.

Schiebinger considera um novo “beco sem saída” a busca por “maneiras de conhecer” específicas das mulheres. Ela defende que, embora traços denominados femininos possam, em alguns casos, servir como ferramenta para a crítica por permitirem enxergar aspectos da natureza antes negligenciados, não se pode esperar que eles sirvam de base para um novo tipo de ciência. De acordo com a autora, é importante desenvolver instrumentos de análise através dos quais a pesquisa científica possa ser desenvolvida, bem como criticada pelas linhas feministas. Ela afirma propor esses instrumentos não para criar alguma ciência “feminista” em especial, mas sim para incorporar uma consciência crítica de gênero na formação básica no mundo da ciência.

Após essas transformações, Cecília Sardenberg (2002, p. 30-32) aponta o final da década de 80 como o período em que, além da condição feminina na sociedade, as feministas passaram a se voltar mais para a questão das representações e da cultura, com maior ênfase na fluidez das relações e nas contingências. “Tem-se assim, uma grande virada para a análise dos processos de simbolização e representação, que é o campo da cultura por excelência” (Ibid., p. 32).

Essa fluidez das relações e das identidades é também um dos pontos centrais da análise de Chantal Mouffe (2000), que desconstrói os argumentos de uma identidade essencialista e homogênea para as mulheres. A pesquisadora considera o sujeito

múltiplo e sua identidade sempre contingente e fixada temporalmente na interseção das posições de sujeito, em meio a uma pluralidade. Embora não exista um vínculo necessário entre as diferentes posições de sujeito, no campo da política sempre há discursos que promovem uma articulação entre elas. Por isso, não há posição de sujeito cujos vínculos estejam assegurados de maneira definitiva. Isso não significa dizer, entretanto, que não possamos reter posições como “homens”, “mulheres”, “negros” ou “classe trabalhadora”.

As questões centrais serão: como se constrói a categoria “mulher” como tal, dentro de diferentes discursos?, como se transforma a diferença sexual em uma distinção pertinente dentro das relações sociais?, e, como se constroem relações de subordinação através desta distinção? Todo o falso dilema da igualdade versus a diferença cai, desde o momento em que já não temos uma entidade homogênea “mulher” confrontada com outra entidade homogênea “homem”, mas uma multiplicidade de relações sociais nas quais a diferença sexual está construída sempre de diversos modos, e onde a luta contra a subordinação tem que ser estabelecida de formas específicas e diferenciais. (MOUFFE, 2000, p. 34).

A pesquisadora argumenta que é preciso construir uma nova concepção de cidadania na qual a diferença sexual torne-se algo não pertinente em todas as relações sociais. Ela propõe uma democracia radical e plural que entenda a cidadania como uma forma de identidade política que consiste na afirmação da liberdade e da igualdade para todos. Dessa forma, haveria uma oportunidade maior para uma política democrática que aspirasse à articulação de diferentes lutas contra a opressão, que Mouffe define como um projeto de democracia radical e plural.

Para mim, o feminismo é a luta pela igualdade das mulheres. Porém esta igualdade não deve ser entendida como uma luta pela realização da igualdade para um definível grupo empírico com uma essência e uma identidade comuns – as mulheres – mas como uma luta contra as múltiplas formas em que a categoria “mulher” é construída como subordinação. (...) Existem, portanto, necessariamente, muitos feminismos e qualquer tentativa de encontrar a “verdadeira” forma da política feminista deve ser abandonada. (Ibid., p. 47).

As feministas podem contribuir na política com uma reflexão sobre as condições para criar uma igualdade efetiva para as mulheres. Essa reflexão pode incluir diferentes discursos políticos e teóricos: marxista, liberal, conservador, separatista, democrático. Mas, em vez de buscar um discurso que corresponda à essência “real” da feminilidade, seria mais importante e útil mostrar como essa forma abre melhores possibilidades de compreensão das diversas formas de subordinação das mulheres, de forma a contribuir

com a superação desse patamar. Esse projeto de democracia plural, defendido por Chantal Mouffe, contribui, ainda, com uma maior compreensão da diversidade de maneiras em que são construídas as relações de poder.

No fim dos anos 1980, as feministas francesas passam a enfatizar a questão da diferença, da subjetividade e da singularidade das experiências, concebendo que as subjetividades são construídas pelos discursos. Surge, assim, a terceira fase do feminismo ou terceira onda, cuja proposta concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade. Com isso, desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero.

Neste sentido é que algumas pesquisas passaram a distinguir os Estudos Feministas, com foco em relação ao estudo das e pelas mulheres, mantidas as relações entre teoria e política-militância feminista, dos Estudos de Gênero, com pressupostos que abarcam a compreensão do gênero enquanto categoria sempre relacional.

“O desafio nesta fase do feminismo é pensar, simultaneamente, a igualdade e a diferença na constituição das subjetividades masculina e feminina. Nesta terceira fase do movimento feminista, observa-se intensamente a intersecção entre o movimento político de luta das mulheres e a academia, quando começam a ser criados nas universidades, inclusive em algumas universidades brasileiras, centros de estudos sobre a mulher, estudos de gênero e feminismos”. (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 649).

A partir da legitimação do tema, núcleos de estudo foram organizados nas universidades, a exemplo do Instituto Patrícia Galvão, na Unicamp, do NEMGE – Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero, na USP, e do NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, na UFBA.

A terceira onda do feminismo surge como uma resposta às supostas falhas da segunda onda, e também como uma retaliação a iniciativas e movimentos criados pela segunda onda. A idéia é desafiar ou evitar as definições da feminilidade consideradas essencialistas no período da segunda onda. De acordo com essa visão, o feminismo de segunda onda colocaria ênfase demais nas experiências das mulheres brancas de classe média-alta.

As feministas da terceira onda desafiam os paradigmas da segunda onda sobre o que é e o que não é bom para as mulheres. Uma de suas origens está relacionada à líderes feministas com raízes na segunda onda, como Gloria Anzaldua, Chela Sandoval, Audre Lorde e Maxine Hong Kingston, além de diversas outras feministas negras, que

procuraram negociar um espaço dentro da esfera feminista para a consideração de subjetividades relacionadas às questões raciais. As críticas também estavam relacionadas a um feminismo intelectual e heterossexual, que se apresentava como o representante da mulher. Em reação a isso, surgiu uma profusão do que podemos chamar de feminismos.

Nesse contexto, surge também o pós-feminismo, que descreve uma série de pontos de vista em reação ao feminismo. Embora não se considerem “anti-feministas”, as integrantes dessa vertente analisam de maneira crítica os discursos feministas anteriores e incluem desafios aos ideais das ondas do movimento feminista.

2.2. Papel da mídia na construção identitária das mulheres

Os textos da mídia podem ser considerados um campo privilegiado para o estudo das identidades. Indicadores de transformação sociocultural, são afetados pela história, pelos estereótipos e por fatores sociais. São as manchetes de jornais e telejornais, capas de revistas e, mais recentemente, os *posts* do twitter, que muitas vezes pautam o cotidiano contemporâneo. Tendo em vista que a mídia constrói e reconstrói discursos sobre a realidade – entre eles os discursos identitários, consideramos os meios de comunicação, em particular a imprensa, um campo privilegiado para o estudo das identidades. Ao selecionar fatos, fontes e suas abordagens, as matérias jornalísticas contribuem, entre outras questões, com o fortalecimento de algumas identidades e com o silenciamento de outras.

Um dos pontos centrais de nossa pesquisa é identificar a mulher construída pela mídia na cobertura jornalística do Dia Internacional da Mulher. De acordo com Oliveira (2005), os textos jornalísticos constroem conhecimento e produzem “saberes”, legitimando certas identidades e excluindo outras. Dessa maneira, reforçam certos estereótipos e categorias muitas vezes estanques, o que pode limitar e fixar as identidades femininas. “Podemos dizer que ‘a mulher’ foi construída no encontro de discursos articulados, que assumiu diferentes posições de sujeito em vários momentos históricos”. (OLIVEIRA, M., 2005, p. 28).

Apesar de a mídia representar as mulheres dentro de uma aparente perspectiva de igualdade dos sexos, essas representações, de fato, mostram as mulheres homogeneamente, representando-as em oposições que trazem à superfície uma luta pela

hegemonia em que certas identidades predominam sobre outras. (OLIVEIRA, M., 2005, p. 7).

A representação da mulher nos meios de comunicação estabelece identidades individuais e coletivas e fornece possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? De acordo com Woodward (2000), os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. A autora destaca certas identidades de gênero das quais podemos nos apropriar e que podemos reconstruir para nosso uso, a exemplo do “novo homem” das décadas de 1980 e 1990. “A mídia nos diz como devemos ocupar uma certa posição-de-sujeito particular – o adolescente “esperto”, o trabalhador em ascensão ou a mãe sensível” (WOODWARD, 2000, p. 18-19).

Apesar do discurso de objetividade e isenção, o texto jornalístico legitima algumas identidades, ao mesmo tempo em que exclui outras. Como destaca Fairclough (1995), as notícias são socialmente construídas e todo o contexto social influencia a escolha do assunto que poderá ou não ser considerado noticiável. Ao mediar eventos e fatos, a mídia seleciona, constrói e destaca alguns aspectos da realidade em detrimento de outros. Assim, reforça certos valores e imagens que interessam aos centros de poder econômico e político.

Unidade básica de informação do jornalismo, a notícia baseia-se nos fatos jornalísticos, que constituem sua menor unidade de significação. A seleção e o recorte desses fatos, de acordo com os critérios de noticiabilidade de cada veículo de comunicação, obedecem a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas, e compõem a base da crítica à objetividade e à imparcialidade da mídia²⁸.

Como destacamos no primeiro capítulo, a objetividade implica uma compreensão do mundo como um conjunto de ‘fatos’ prontos, cuja existência, portanto, seria anterior a qualquer forma de percepção e autônoma em relação a qualquer ideologia ou concepção de mundo. Dessa forma, caberia ao jornalista apenas relatá-los ao público. Recortes de um fluxo contínuo, os fatos jornalísticos são uma parte que, em certa medida, é separada arbitrariamente do todo. Dessa forma, os fatos são, em si mesmos, uma escolha. Para tentar evitar o subjetivismo, essa escolha está delimitada pela matéria objetiva, ou seja, por um modelo de procedimentos que busca, de certa

²⁸ Para essas considerações, nos baseamos sobretudo em GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**: Por uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Airton Ortiz, 1989.

forma, responder às pressões acerca da prática e dos resultados do trabalho jornalístico. Tuchman (1972) aponta a forma, as relações interorganizacionais e o conteúdo como fatores que influenciam a noção de objetividade dos jornalistas.

Os textos são mediados pela linguagem, pelos sistemas culturais – incluindo ideologias e símbolos – e também são mediados pelo que está convencionado como gênero. Assim, as ‘verdades’ devem ser vistas como sistemas, construções, estruturas; como histórias e contingentes, operando através das diferenças e dos deslocamentos, em um embate de discursos contraditórios. (OLIVEIRA, M., 2005, p. 28)

A aparência de objetividade é reforçada pelos elementos que compõem internamente a matéria, por um lado, e pelo fato dos temas eleitos pelas diversas formas de mídia serem, em muitos casos, os mesmos. Estes elementos fazem crer que a matéria será uma descrição pura e simples dos acontecimentos.

A consonância faz crer que a mídia é o espelho do real, transcrição objetiva do que acontece. (...) Dessa forma, a aparência de objetividade é reforçada pela repetição, que aproxima as abordagens, dificulta a percepção seletiva e torna a mensagem monolítica. (BARROS FILHO, 1994).

Como afirma Fairclough (1995), os textos da mídia constituem versões da realidade que dependem das posições sociais, interesses e objetivos de quem os produz. Podemos considerar, portanto, que o contexto social influencia a escolha da matéria e de sua abordagem como notícia. Estudos realizados pela Media Watch, organização feminista sem fins lucrativos que estuda a representação feminina na mídia, em 1990, nos jornais canadenses mostra que os homens são consultados ou citados mais frequentemente como especialistas do que as mulheres e que as matérias sobre problemas ou assuntos considerados femininos são esporádicas ou superficiais. De acordo com a pesquisa, publicada na dissertação *A Mídia e as Mulheres: Feminismos, Representação e Discurso* (OLIVEIRA, M., 2005, p. 27), os homens determinam o que é notícia e como será passada ao público, uma vez que eles ocupam os cargos executivos dentro das empresas jornalísticas.

A mesma organização desenvolveu, em 1995, uma análise internacional das representações midiáticas das mulheres. O estudo demonstrou que apenas 17% dos autores das notícias eram mulheres. Cinco anos mais tarde, em 2000, esse número havia subido somente para 18%. Mesmo nos países em que este número era mais elevado, menos de um terço das fontes das notícias eram mulheres. Muitas delas podem ser

consideradas invisíveis na cobertura: mulheres pobres, idosas, deficientes. “A representação de mulheres imigrantes, refugiadas, africanas, árabes, etc., constitui, para as Nações Unidas, um sério problema”. (SILVEIRINHA, 2004, p. 10).

Uma notícia contém representações de discursos de várias pessoas, mas essas vozes estão hierarquizadas; algumas são destacadas e outras, marginalizadas. Basta observar, para tanto, que em uma matéria as vozes de algumas fontes têm mais espaço e destaque do que outras, que são apenas mencionadas pelos jornalistas. “Conclui-se, assim, que a distribuição das vozes no discurso jornalístico é desigual e, neste domínio, as mulheres parecem estar no lado dos ‘invisíveis’ ou ‘visíveis’ com pouco destaque” (CERQUEIRA, 2008, p. 140). De acordo com a pesquisadora, a marginalidade e a falta de poder das mulheres estão refletidos não só nos modos como se espera que as mulheres falem, mas também nos modos como se fala das mulheres.

No discurso mediático, a exclusão ou secundarização das vozes femininas implica que o conhecimento accionado neste discurso e produzido pelo mesmo é necessariamente parcial e, como tem sido mostrado, muitas vezes selectivo e negativo, portanto, propiciador da reprodução de atitudes e de ideologias que legitimam a dominação masculina (PINTO-COELHO; MOTA-RIBEIRO, 2005, p. 3).

No artigo *A Imprensa e a Perspectiva de Género – Quando elas são notícia no Dia Internacional da Mulher*, a pesquisadora Carla Braga Cerqueira²⁹ afirma que diversos estudos feitos em vários países constataram que em muitos casos continuam a prevalecer os estereótipos e as mulheres são representadas como vítimas, sobretudo de violência doméstica. Há alguns padrões de género na cobertura noticiosa que podem encorajar os leitores a aceitar certas justificações ideológicas para os atos de violência sexual masculina como uma característica típica, fatal, da vida cotidiana. Nesse aspecto, o próprio incêndio que aparece na cobertura jornalística como tendo originado o Dia Internacional da Mulher, posiciona as mulheres como vítimas. Já os acontecimentos da Revolução Russa que originaram, como observamos no capítulo 1, a escolha de um dia em homenagem às mulheres e que colocam a mulher em um papel de protagonismo, são silenciados pelos meios de comunicação.

Betty Friedan, em *A Mística Feminina* (1971), estudou as mensagens geradas pela cultura do consumo dirigidas às mulheres norte-americanas de classe média nos anos 1950. Como explica Rose Marie Muraro no prefácio à edição brasileira da obra, as

²⁹ Universidade do Minho, Portugal.

grandes indústrias utilizam-se dos meios de comunicação de massa para ativar nas classes médias o consumo de produtos. Friedan afirma que, como a mulher é a grande consumidora, os donos do poder econômico, através de ferramentas cada vez mais eficazes na arte da manipulação, convenceram a mulher a voltar em massa para casa. Nas décadas anteriores, o movimento de liberação das mulheres havia incentivado que elas ingressassem no mercado profissional. Com as mudanças relatadas, sua atuação fora de casa é desvalorizada e “revalorizada” ao máximo sua feminilidade e maternidade.

O trabalho de Friedan ajudou a desencadear uma tomada de consciência e diferentes reivindicações feministas face aos meios de comunicação. Se todos nascemos com características de homem ou mulher, a “feminilidade” e a “masculinidade” são definidas na sociedade e um dos lugares de construção social é, por excelência, o dos media, que apresentam práticas, imagens e atitudes nas quais aprendemos a nos encaixar ou identificar.

Essas imagens assumiriam, no entanto, sobretudo a forma de estereótipos que, pelo próprio fato de serem retratos psicológicos simplistas, seriam, do ponto de vista militante, errados e negativos, e portanto algo que as feministas deveriam contestar e contrapor com imagens positivas. (SILVEIRINHA, 2004, p. 12).

Após os anos 70, os estudos de gênero foram reforçados por contribuições psicanalíticas, semióticas, estruturalistas e pós-estruturalistas, passando a significar não apenas um elemento constitutivo das relações sociais com base nas diferenças entre os sexos, mas uma importante forma de significar as relações de poder. A partir dessas diferentes perspectivas, as pesquisas passaram a mostrar como os meios de comunicação participam da construção dos gêneros. Representações da mulher na publicidade, na televisão, nas revistas, nos jornais, no cinema, na arte e na literatura revelaram mulheres como esposas, donas de casa, mães e objetos sexuais. Dessa forma, perpetuavam o estatuto da mulher na sociedade e imagens estereotipadas que poderiam reforçar comportamentos retrógrados e sexistas.

Como mostra o pioneiro trabalho de Gaye Tuchman, nos anos 70, as mulheres eram “simbolicamente aniquiladas” pelos meios de comunicação. Na época, já constituíam cerca de 40% do mercado de trabalho, mas essa realidade era ignorada, afinal elas eram apresentadas com seu papel de mães, como figuras decorativas ou elementos do sexo fraco a necessitar de proteção. Os conteúdos televisivos pesquisados

pela autora vitimizavam ou trivializavam as mulheres. (TUCHMAN apud SILVEIRINHA, 2004).

De forma mais geral, a televisão aprova sobretudo as mulheres que são apresentadas num contexto sexual ou dentro de um papel romântico ou de família. Duas em cada três mulheres na televisão foram ou são casadas ou estão noivas. Em contraste, a maioria dos homens na televisão são e sempre foram solteiros. Mais: os homens são vistos como estando fora de casa e as mulheres dentro dela, mesmo aí, é feita a trivialização do papel das mulheres (TUCHMAN apud SILVEIRINHA, 2004, p. 149).

A essa análise, destaca Silveirinha, não escapam os jornais, pois neles, mesmo que haja alguma mudança progressiva, a atenção às mulheres é relegada às seções especiais, sendo raramente “sujeitos de interesse social e político por direito próprio”. Para Tuchman, o apelo a um denominador comum encoraja os jornais a “embarcarem no aniquilamento simbólico das mulheres, ao ignorá-las no trabalho e ao trivializá-las, mandando-as para casa onde vão tomar conta do fogão” (TUCHMAN apud SILVEIRINHA, 2004, p. 158).

Trabalhos acadêmicos como o da pesquisadora Carla Bassanezi (1996), utilizam a imprensa escrita, tendo como objeto as revistas femininas para compreender quais aspectos são associados à mulher. “As revistas femininas são também espaços onde as relações sociais, com sua distribuição de poder, se estabelecem, são produzidas, reforçadas e reproduzidas”, afirma, no trabalho *Virando as páginas, revendo as mulheres*.

Quem controla os discursos define também o que é ‘realidade’ ou o que é considerado ‘verdade’, que varia de sociedade para sociedade, de cultura para cultura, de época para época, sempre de acordo com uma negociação e com os conflitos discursivos. Assim, a ‘realidade’ é o produto entre o texto e o leitor, o qual negocia ‘ativamente’ com o texto. (OLIVEIRA, M., 2005, p. 45).

No livro *Mulher de Papel* (2009), a jornalista e pesquisadora Dulcília Buitoni afirma que a imprensa feminina “diz” a mulher. Em sua análise das revistas femininas brasileiras do século XIX até o século XXI, a autora afirma que faltam “mulheres de verdade” nessas publicações. Aponta, ainda, que há um leque restrito de temas predominantes e que não há uma vinculação das pautas com a atualidade.

“Os temas tradicionais da imprensa feminina resumem-se a meia dúzia de itens: moda, beleza, culinária, decoração, comportamento, celebridades, um conto, etc.

Naturalmente, esses assuntos privilegiados pela imprensa feminina apresentam pequena ligação com o momento atual” (BUIIONI, 2009, p. 24-25).

Como observa a pesquisadora, o próprio tratamento das matérias não favorece à ligação mulher-mundo. Nesse sentido, tenta-se criar um “mundo da mulher”, onde ela fique restrita e não saia para a esfera pública. Gilles Lipovetsky (2000) destaca o papel da imprensa feminina e da publicidade para inculcar nas mulheres uma visão consumista da beleza. Não cuidar de si mesma e não procurar corrigir as imperfeições estéticas torna-se, nesse contexto, motivo para culpa, porque a mulher é feita naturalmente para agradar. Além disso, de acordo com grande parte dessas matérias, a beleza é uma vantagem significativa na luta pela vida, e uma forma de as mulheres conquistarem felicidade e status.

Ao longo do século XX, a imprensa feminina adquiriu um imenso poder de influência sobre as mulheres. Generalizou a paixão pela moda, favoreceu a expansão social dos produtos de beleza, contribuiu para fazer da aparência uma dimensão essencial da identidade feminina para o maior número de mulheres. No fundo, ocorre com a imprensa feminina o mesmo que ocorreu com o poder político nas democracias modernas: assim como o poder público não cessou de aumentar e de penetrar na sociedade civil, no momento mesmo em que o poder moderno se apresenta como a expressão da sociedade, reforçou-se a influência da imprensa sobre as mulheres na medida em que ela se esforçou em aumentar o poder destas sobre sua própria aparência. (LIPOVETSKY, 2000, p. 164).

Nos Estados Unidos, na década de 1980, diversos meios de comunicação passaram a divulgar que a luta da mulher pela igualdade havia sido “amplamente vencida”. A pesquisadora Susan Faludi (2001) mostrou que, apesar desses veículos alardearem o fato de a conquista pelos direitos femininos ter sido vencida, essa mesma cobertura jornalística afirmava que a mulher nunca havia sido tão infeliz.

Esse boletim de desespero está afixado em todos os lugares – nas bancas de jornais, na telinha da televisão, nos anúncios, nos filmes, nos consultórios médicos e nas publicações acadêmicas. As mulheres profissionais estão entrando em “parafuso” e sucumbindo a uma “epidemia de infertilidade”. As solteiras estão se queixando devido à “falta de homens”. O *New York Times* revela: as mulheres sem filhos andam “deprimidas e confusas” e cada vez em maior número. A *Newsweek* afirma: as mulheres não-casadas estão “histéricas” e prostradas numa profunda crise de “falta de confiança”. Os manuais médicos informam: mulheres em altos cargos executivos estão sofrendo como nunca de “distúrbios provocados pelo estresse”, queda de cabelo, nervosismo, alcoolismo e até enfartes. Os livros de psicologia advertem: a solidão da mulher independente representa hoje em dia “um dos mais graves problemas de saúde mental”. (FALUDI, 2001, p. 9).

No livro *Backlash – O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*, Faludi (2001) lança o questionamento de como as mulheres podem estar tão mal justamente quando deveriam sentir-se felizes, devido à conquista dos direitos pelos quais tanto lutaram. Para a autora, a opinião geral da década de 1980 aponta como resposta para a causa do sofrimento da mulher o excesso de igualdade. As mulheres estariam infelizes justamente devido ao fato de serem livres. A luta por autonomia, carreira e independência financeira só teria levado a mulher a se distanciar do que realmente era importante em sua vida. Nesse período, publicações, do New York Times a Vanity Fair, fizeram constantes acusações contra o movimento feminista, que teria sido o principal culpado pelas conquistas que só teriam levado a mulher à infelicidade e a uma crise de identidade. Essa posição, destaca Faludi, foi reforçada por autoridades e acadêmicos.

A pesquisadora questiona esse cenário a partir de dados que mostram que essa tão alardeada igualdade, na verdade, não existe. Entre as estatísticas, estão o fato de as mulheres americanas representarem dois terços de todos os adultos pobres. Além disso, o salário médio de uma mulher continua tão inferior ao dos homens quanto há 20 anos e uma mulher com formação universitária continua ganhando menos que um homem que tenha apenas o curso secundário. Quase 80% das mulheres que trabalham nos Estados Unidos ocupam cargos de secretárias, auxiliares de escritório e balconistas. Por outro lado, elas representam 8% de todos os juízes federais e estaduais, menos de 6% dos associados em firmas de advocacia e menos de 0,5% de todas as empresas. Em 1990, numa pesquisa nacional realizada nos Estados Unidos pela revista Fortune entre os altos executivos de mil companhias, mais de 80% reconheceram que a discriminação impede a ascensão funcional feminina.

Em suas próprias casas, as mulheres também não gozam de igualdade. Elas ainda se encarregam de 70% das tarefas. Em muitos estados, os maridos que violentam suas mulheres ainda não são penalizados e presos. Ainda que as matérias afirmem que as mulheres foram “liberadas”, não é isso que elas próprias afirmam nas pesquisas. Quase 70% das mulheres ouvidas pelo New York Times em 1989 disseram que o movimento pelos direitos das mulheres estava ainda engatinhando. Elas também não apontam o movimento feminista como sendo a causa de sua suposta infelicidade. Nas pesquisas de opinião pública, as mulheres classificam em massa a desigualdade, no trabalho e no lar, como sendo o tema mais relevante para elas.

Da “falta de homens” à “epidemia de infertilidade”, do “estresse feminino” à “prejudicial dupla jornada de trabalho”, estas pretensas crises femininas tiveram sua origem não nas condições reais da vida das mulheres mas sim num sistema fechado que começa e termina na mídia, na cultura popular e na publicidade – um contínuo feedback que perpetua e exagera a sua própria imagem fictícia da feminilidade. (FALUDI, 2001, p. 14).

Em sua análise, a autora afirma que os anos 80 presenciaram um poderoso contra-ataque aos direitos da mulher, levando a um retrocesso, a uma tentativa de reduzir as vitórias que o movimento feminista conquistou através de suas lutas. Esse refluxo antifeminista, ou backlash, enfeita-se como verdade e proclama que as mesmas iniciativas que levaram a mulher a uma melhor posição foram responsáveis por sua ruína. O que tornou as mulheres infelizes, nos últimos anos, não foi a igualdade, “da qual elas ainda não desfrutam”, mas sim a pressão cada vez maior para deter, e até reverter, a busca feminina pela igualdade. Esses ataques contra o avanço da mulher, que Faludi denomina backlashes, integram um processo que serviu para aumentar consideravelmente as angústias femininas e reduzir sua vontade política. Surgem sempre como reação contra o avanço das mulheres. Para a pesquisadora, entretanto, backlash não é fruto de uma conspiração e as pessoas que estão envolvidas com ele nem sempre estão conscientes de seu papel. Nem todas as suas manifestações têm o mesmo peso e significado; muitas não passam de coisas efêmeras.

Considerados em conjunto, entretanto, todos estes códigos e bajulações, estes murmúrios ameaças e mitos, levam irreversivelmente numa única direção: tentar mais uma vez prender a mulher aos seus papéis “aceitáveis” – seja como filhinha de papai ou criaturazinha romântica, seja como procriadora ativa ou passivo objeto sexual. (FALUDI, 2001, p. 21).

Embora o contra-ataque antifeminista não seja um movimento organizado, nem por isso deixa de se destrutivo. Ao contrário, ele tem sucesso justamente na medida em que parece não ter conotações políticas, na medida em que não se mostra como uma luta.

Ele é tanto mais poderoso, quanto mais consegue transformar-se numa questão privada, penetrando na mente da mulher e torcendo a sua visão para dentro, até ela imaginar que a pressão está toda na cabeça dela, até ela começar a impor as regras do backlash a si mesma. (FALUDI, 2001, p. 21).

Foi a imprensa que cunhou termos que passaram a fazer parte do cotidiano das mulheres e homens: “relógio biológico”, “falta de homens”, “corrida para ser mãe” e “pós-feminismo”. Também foi a imprensa a primeira a apresentar e resolver o paradoxo que seria tão importante para o backlash: se as mulheres conseguiram tanto e mesmo assim sentem-se infelizes, devem ser as realizações do feminismo, e não a resistência da sociedade contra essas realizações a razão para esse sofrimento.

Assim como Dulcília Buitoni constatou nas revistas femininas brasileiras, Susan Faludi apontou, na imprensa norte-americana, a falta de mulheres “de verdade” em matérias jornalísticas. Apesar de os artigos prognosticarem profundas mudanças no comportamento social das mulheres, eles ofereciam pouquíssimas evidências para justificar suas generalizações. Esse jornalismo que pretende retratar “tendências”, oferecendo notícias sobre a transformação dos costumes, tende mais a passar a receita do que investigar. Conseguiu espaço não porque noticiava fatos reais, mas devido à força da repetição. Assim como a consonância de temas, essa repetição, quando torna-se constante, faz com que o fato pareça verdade.

Uma nova tendência que aparece numa publicação gera uma reação em cadeia, com o resto da mídia logo se esforçando para conseguir a mesma história. A espantosa velocidade com que estas mensagens se espalham tem menos a ver com a precisão dos prognósticos do que com a propensão de os jornalistas se repetirem uns aos outros. (FALUDI, 2001, p. 97).

Como características do que a autora classifica como jornalismo voltado para tendências comportamentais, estão a falta de provas ou dados reais; a tendência para citar somente três ou quatro mulheres, a maior parte de forma anônima, a fim de definir o novo comportamento; o uso de frases vagas como “tudo indica”, “parece haver” ou “cada vez mais” e o recurso a profissionais como analistas de mercado e psicólogos, que muitas vezes baseiam suas afirmações em dados divulgados pela própria imprensa.

O cuidado com a seleção, o tratamento e as omissões de informações é um dos pontos centrais do livro *A deontologia das mídias* (1999). Na obra, Claude-Jean Bertrand discute os princípios e regras estabelecidos por seus profissionais, de preferência com a colaboração dos usuários, com a finalidade de organizar e nortear eticamente a produção e a divulgação da informação. Apesar de a força da mídia ser um fato consumado no sistema democrático, seu poder não tem origem em um contrato social ou em uma delegação popular, daí a importância de discutir os princípios éticos que devem orientar o ciclo da informação.

A seleção das informações e pautas que serão divulgadas funciona, por si só, como um importante filtro. Tradicionalmente, os meios de comunicação apresentam notícias policiais e políticas fornecidas, em grande medida, por serviços oficiais. Eles evocam assuntos que suscitam consenso ou oposições reconhecidas e ocultam ou ridicularizam os assuntos marginais. “Foi o que se viu quando do renascimento do movimento feminista, nos anos 60 e 70. A mídia deveria dar um panorama completo da atualidade local, nacional e mundial” (BERTRAND, 1999, p. 113).

A omissão de informações, a superficialidade e o simplismo são outros problemas apontados pelo pesquisador. Em sua opinião, a maior parte da cobertura jornalística não leva em conta a complexidade do real. A pressão pelo cumprimento do *dead-line*, o prazo de entrega das matérias, faz com que o jornalista tenha que apurar a informação e redigir seu texto rapidamente e da maneira mais simples possível.

Donde o abuso de estereótipos, a divisão em bons e maus, a redução dos fenômenos a indivíduos pitorescos, de um discurso a uma frase. A mídia dá assim, da sociedade e do mundo, imagens incompletas, frequentemente deformadas, que podem gerar sentimentos e comportamentos lamentáveis (BERTRAND, 1999, p. 117).

O autor problematiza as dimensões fixas dos jornais diários já que elas fazem com que os meios de comunicação tenham que produzir todos os dias um produto de tamanho semelhante, com quase os mesmos ingredientes, aconteça o que acontecer no globo. Consequentemente, são obrigados, a depender do dia, a negligenciar notícias importantes ou trazer assuntos irrelevantes para preencher o espaço disponível.

Assim como Betty Friedan, Claude-Jean Bertrand afirma que a mídia fabrica consumidores. A felicidade aparece associada ao consumo, aos sinais exteriores de sucesso. Dinheiro e celebridades têm espaço garantido. Assim, entretenimento midiático ou o jornalismo de entretenimento e a publicidade caminham juntos.

As personagens da televisão são estereotipadas, com tendência ao racismo e ao sexismo. Corpos e rostos femininos são abundantes mas há poucos belos papéis de mulheres. Como no cinema, certas categorias são sub-representadas: crianças, velhos, intelectuais, operários, pobres (BERTRAND, 1999, p. 134).

Assim como o entretenimento midiático, vem ganhando nos meios de comunicação o jornalismo que Silveirinha (2004) chama de confessional e terapêutico. Mas a autora destaca, majoritariamente, o chamado jornalismo de consumidores, ou seja, aquele construído em torno de uma cultura de consumo e do que tem sido chamado

de pós-feminismo. Ela cita como exemplos as colunas de Candance Bushnell no New York Observer, que inspiraram a série *O Sexo e a Cidade* (*Sexy and the city*), campeã de audiência e hoje com versão cinematográfica, em que a heroína central é uma jornalista obcecada por sapatos.

O dilema com o qual muitas jornalistas se deparam hoje é o de serem usadas para responder à audiência feminina como consumidoras. “Isso confina-as ao colete-de-forças do jornalismo de consumidores que leva à trivialização e ao processo de despolitização identificado no jornalismo confessional e terapêutico” (CHAMBERS; STEINER; FLEMING, 2004, p. 227 apud SILVEIRINHA, 2004, p. 19). Entre os vários aspectos necessários para compreender a complexidade das representações midiáticas, Silveirinha aponta os textos, as audiências e as instituições midiáticas. No próximo tópico, faremos uma breve incursão sobre a presença da mulher nas instituições midiáticas.

2.3. Panorama da mulher na mídia brasileira

As questões que levantamos tornam-se ainda mais significativas no momento atual, em que é conhecida a tendência internacional para o aumento da participação das mulheres no jornalismo, em um processo que tem sido chamado de feminização da imprensa³⁰. Segundo dados da Federação Internacional dos Jornalistas publicados por Corazza (2005), estima-se que dos 600 mil jornalistas espalhados pelo mundo, 300 mil sejam mulheres. Ainda segundo a FIJ, na América Latina são em torno de 50 mil as mulheres jornalistas, entre repórteres, editoras, pauteiras e colunistas, entre outras ocupações na mídia.

No Brasil, no fim de 1999 as mulheres jornalistas totalizavam um efetivo de 8.693 profissionais com carteira assinada (de um total de 19.944) e que em 2009 eram 790 sindicalizadas no estado da Bahia (de um total de 2.017)³¹. Respectivamente, as mulheres representavam no período 43,58% do total de jornalistas no país e 39,16% na Bahia. Os dados do Sinjorba (Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado da Bahia) apontam para uma maioria masculina entre os profissionais sindicalizados. Em

³⁰ Para o aprofundamento dessa questão, ver: SILVEIRINHA (2004), CERQUEIRA (2008) e CORAZZA (2005).

³¹ Para mais informações, ver: SOUZA (2010).

2009, entre os mais de 2 mil filiados ao Sindicato, 61% são homens e 39% são mulheres.

A revista *Imprensa* de março de 2005, em edição especial em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, traz uma pesquisa sobre as mulheres que trabalham nos meios de comunicação no Brasil. O gráfico (Maxpress/Revista *Imprensa*) reproduzido por Corazza (idem) no artigo *Questão de gênero: inclusão/exclusão da mulher no complexo midiático*, mostra que do total absoluto de 51.899 jornalistas dos dois sexos em atuação no país em jornais, televisão, revistas, rádio, internet e autônomo, 35,63% eram mulheres e 62,37%, homens.

Entre as 19.521 mulheres em atuação no mercado de jornalismo brasileiro em 2005, 31,51%, ou seja, 6.152, atuavam em jornais impressos. O meio jornal ocupou, nessa lista, o primeiro espaço em quantidade de mulheres, seguido pela televisão, com 5.752 profissionais (ou 29,46%) em atividade no mesmo período. Na seqüência, apareceram os meios revista (19,43%), rádio (11,57%), internet (6,65%) e autônomo (1,35%).

Mas não são apenas nos meios de comunicação de massa que as jornalistas estão atuando. Na dissertação de mestrado *Mulheres em Pauta: jornalismo sob a ótica de gênero em Salvador*, Ana Fernanda Campos de Souza (2010) afirma que, além da imprensa escrita, que concentra a maior quantidade das mulheres jornalistas (40,3%), elas também estão presentes nas atividades denominadas extra-redação — como as empresas de assessoria, produtoras e consultorias (39,2%)³².

Outro dado destacado por Souza (2010) é o que aponta maior grau de escolarização entre as mulheres do que entre os homens jornalistas. Em 2000, o número de mulheres jornalistas com curso superior era maior do que o de homens: 73,19% delas possuíam o diploma, contra 53,1% deles. Ela indica, como possível motivo para esse índice, o fato de que em 2008, ano de início de sua pesquisa, a profissão de jornalista apenas podia ser exercida no Brasil por quem houvesse concluído o curso superior de jornalismo.

Na prática, porém, nem todo profissional de imprensa havia passado pela faculdade. Isso acontece porque as redações dos meios de comunicação ainda contam com profissionais que começaram a trabalhar antes mesmo da determinação da obrigatoriedade do diploma universitário: são os chamados jornalistas provisionados.

³² A pesquisadora utilizou dados de: NARDELLI, Elizabeth; SANT'ANNA, Francisco. **Mulher e Imprensa na América Latina**. Brasília: Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, UNESCO, 2002.

Uma vez que os homens entraram na profissão antes das mulheres, eles são a maioria entre os provisionados (SOUZA, 2010, p. 53).

Apesar da presença crescente nos veículos de comunicação, não podemos afirmar que não exista diferenciação entre homens e mulheres em termos de distribuição e tratamento da agenda noticiosa. Pesquisadoras como Cerqueira (2008), afirmam que as mulheres continuam a não ter acesso aos cargos de chefia. Ela cita um estudo publicado pela Federação Internacional de Jornalistas, que concluiu que menos de 3% das mulheres jornalistas ocupam cargos de direção e com poder de decisão. Dessa forma, na teoria, qualquer mulher poderia ser diretora de um jornal, mas na prática, têm dificuldade em chegar ao topo e encontram obstáculos quando querem atingir uma posição de destaque.

Além disso, as mulheres jornalistas/produtoras do discurso passam a integrar a cultura profissional e deixam de representar os interesses femininos, aceitando as ideias e os valores daquilo que as feministas definem como ideologia patriarcal, tendo mais tendência para a reproduzir no seu trabalho do que para a contestar (CERQUEIRA, 2008, p. 142).

A mulher jornalista não goza da mesma média salarial dos homens, ainda que represente uma parcela significativa dos profissionais de imprensa no país e tenha mais anos de estudos do que eles. Em 2000, elas ganhavam em média 5,09% menos do que eles: US\$ 1.072 para elas, US\$ 1.129 para eles, segundo a pesquisa do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Distrito Federal. O economista Nelson Sato (2002) defende que não há diferença salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função nas médias e grandes redações, já que essas são empresas com planos de cargos e salários. Uma possível explicação para a diferença é que há um número maior de homens ocupando os cargos de diretor, chefes e secretários de redação, o que elevaria a média salarial masculina.

Alguns autores mostram ainda que as mulheres continuam a ser associadas à esfera privada, não conseguindo ingressar com a mesma igualdade que os homens em importantes campos da agenda midiática, como é o caso da política e da economia. Essa dificuldade de as mulheres alcançarem postos de maior prestígio em suas companhias e a limitação seu campo de atuação a tarefas ou pautas consideradas mais adequadas ao estereótipo de feminilidade tradicionalmente aceito não são uma singularidade do campo jornalístico. Gilles Lipovetsky (2000) chama esse fenômeno de “teto de vidro”.

A explicação, de acordo com o pesquisador, tem origem na persistência de estereótipos sexuais que afastam as mulheres de certos postos, encerram-nas em um repertório de atitudes socialmente aceitáveis, criam conflitos de papéis entre feminidade e competência e deformam a avaliação de seu desempenho.

Dessa forma, os quadros masculinos nas empresas continuam a associar o sucesso profissional a qualidades comumente atribuídas aos homens e continua-se a considerar as mulheres muito emocionais, menos ambiciosas e menos capazes de espírito de iniciativa que os homens. Essas imagens sexistas impedem que as mulheres sejam avaliadas no mesmo nível de igualdade que seus colegas do sexo masculino.

Deformando a percepção que os superiores têm do potencial das mulheres, os estereótipos sexuais as desfavorecem em seu avanço, fazem-nas sofrer a prática do “dois pesos, duas medidas” e as destinam a funções menos valorizadas, menos diversificadas, menos decisórias. Além disso, como os dirigentes acham mais difícil criticar os desempenhos de uma mulher que os de um homem, os quadros femininos têm menos *feed back*, menos possibilidade de aprender, corrigir-se e progredir (LIPOVETSKY, 2000, p. 267).

Isso não significa, entretanto, que as mulheres não estejam ocupando postos mais elevados no mercado de trabalho. O fato mais marcante, destaca o pesquisador, é persistência do isolamento das mulheres que conseguiram abrir o caminho até o topo e a reprodução social do poder masculino.

Há alguns anos, apareceu um novo tipo de mito, que celebra a especificidade do poder feminino nas organizações. Levar em conta a dimensão humana dos problemas, vontade de dividir o poder, esforço para valorizar as pessoas e sensibilidade para as relações pessoais seriam algumas das características associadas à gestão no feminino. Dessa forma, alerta Lipovetsky (idem), é construído um novo mito, baseado na idéia de que as mulheres irão humanizar a empresa e criar ambientes de trabalho mais harmoniosos, prazerosos e menos autocráticos. Podemos observar que o mito, aqui, é elaborado a partir de qualidades tradicionalmente atribuídas às mulheres: sensibilidade, intuição, preocupação com os outros, orientação para as pessoas.

O tema “gerir no feminino” aparece tipicamente como um novo imaginário social edificado sobre o solo dos estereótipos sexuais, não como uma constatação apoiada em reais observações. (...) Tudo se passa como se a nova legitimidade do poder feminino só pudesse se afirmar socialmente moldando-se à imagem arquetípica do feminino. O mundo da racionalidade meritocrática não faz desaparecer os mitos de sexos, quando muito consegue reciclá-los em consonância com os novos ideais democráticos feministas (Ibid., p. 273-274).

A partir dessa análise, não podemos afirmar que os estereótipos sexuais tenham desaparecido. Apesar disso, segundo o Lipovetsky, seu modo de ação, seu poder de influência e de discriminação já não se reproduzem da mesma forma de antes. Na opinião do autor, os clichês sexuais terão menor capacidade de inferiorização, de hierarquização e de exclusão. Ele as denomina “representações fracas”, que já não fecham de forma anuladora o acesso das mulheres aos setores e postos de trabalho tradicionalmente masculinos, conformando estereótipos “mais maleáveis”, que privilegiam a individualidade dos sujeitos.

Para Lipovetsky, a nova relação das mulheres com suas carreiras profissionais é motivada por um desejo de abertura para o espaço público e para a vida social, a reivindicação de autonomia em relação à família e a construção de uma segurança material para o futuro. Motivações que exprimem a ascensão de um individualismo feminino, paralelamente às atitudes relativas ao aborto, à contracepção, à liberdade sexual, ao recuo do casamento e das famílias numerosas, aos pedidos de divórcio por iniciativa das mulheres: por toda parte se manifesta a vontade feminina de afirmar-se como protagonista de sua própria vida. No investimento feminino no trabalho há muito mais que um desejo de escapar ao “gueto” doméstico, há a nova exigência de afirmar uma identidade de sujeito.

Apesar de apontar essas transformações, o autor reitera que elas não significam, de modo algum, que os bloqueios ao acesso das mulheres aos mais elevados escalões se dissiparam. Eles apenas não são mais intransponíveis.

No campo jornalístico, consideramos importante observar dois níveis da rotina profissional: a seleção das notícias e das fontes ouvidas para construir essas notícias. Seria lógico, aponta Silveirinha (2004), pensar que as mulheres podem fazer a diferença se selecionarem temas que mais lhes interessam e também se ouvirem mais fontes femininas, ou seja, dar voz a mais mulheres em suas histórias. No entanto, a agenda profissional estabelece o que vai ocupar espaço nos jornais, na agenda do dia, através de seus critérios de noticiabilidade.

Essa agenda é construída pelos principais agentes do espaço político e social e, numa sociedade essencialmente masculina, onde os lugares de decisão nomeadamente políticos, são essencialmente masculinos, é difícil subverter essa ordem. (...) Se as principais fontes da rotina noticiosa são as autorizadas, então as fontes oficiais serão normalmente masculinas – pois esse é o lugar que têm na estrutura social. Uma vez

mais, será o ângulo da notícia e o seu enquadramento que podem trazer para o jornalismo novas vozes (SILVEIRINHA, 2004, p. 22).

Alguns autores³³ vêm debatendo a questão de saber se o trabalho das mulheres dentro dos meios de comunicação pode contribuir para a redução dos problemas de representação. De acordo com Silveirinha (2004), essa diferença pode ocorrer apenas na medida em que a participação das mulheres no jornalismo faça parte de um processo mais vasto de participação na vida coletiva.

Não basta pedir simplesmente às mulheres que produzam representações diferentes, pois estas terão de ser incluídas num processo mais vasto que opera ideologicamente em vários níveis. Tal não invalida, naturalmente, que não se dê especial valor ao esforço de muitas destas profissionais que procuram agendar temas, ouvir fontes e trabalhar num sentido que responda às suas próprias preocupações feministas (SILVEIRINHA, 2004, p. 26).

Uma outra análise sobre o tema foi feita pela por Kay Mills no artigo em *What difference do women journalists make?* (NORRIS, 1997). O estudo avalia o impacto da presença das mulheres nas redações dos Estados Unidos entre as décadas de 50 e 90, a partir de pesquisas em reportagens e editoriais publicados em jornais de grande circulação e entrevistas. Embora o critério de seleção das notícias independa do gênero do repórter, na opinião das jornalistas que Mills entrevistou as mulheres tendem a levar suas experiências de vida para o trabalho, dando atenção, na cobertura, a elementos que passariam despercebidos aos seus colegas de profissão do sexo oposto. A diferença que as mulheres imprimem à cobertura não estaria, portanto, em uma sensibilidade inata, mas no conjunto de situações que a cultura lhes apresenta e cuja consciência acaba por ser refletida em seu trabalho.

³³ Ver: SILVEIRINHA (2004), CERQUEIRA (2008), NORRIS (1997) e CORAZZA (2005).

CAPÍTULO 3

A MULHER NO OITO DE MARÇO: A COBERTURA DOS JORNAIS A TARDE E FOLHA DE S. PAULO

3.1. A década de 60

3.1.1. Contextualização

A década de 1960 coincide com a eclosão de um novo momento do feminismo mundial, a segunda onda. Nos Estados Unidos e na Europa, o movimento – que se prolongaria pelos anos 70 – está diretamente relacionado à efervescência política e cultural que esses locais experimentaram no período. A derrubada de dois grandes mitos – a Guerra do Vietnã e a Guerra da Coréia – contribuiu decisivamente com o fim do sonho americano popularizado no *american way of life*. O capitalismo norte-americano prometia a prosperidade econômica e reforçava os valores da família e da moral protestantes, nos quais a mulher era apresentada como a rainha do lar. Sua principal missão era comandar com competência e felicidade os eletrodomésticos que chegaram às casas junto com o *boom* do pós-guerra. Mas, como destaca Céli Regina Jardim Pinto (2003), as guerras e o acirramento dos conflitos raciais no início dos anos 1960 expuseram a fragilidade do mito de que na sociedade estadunidense havia um lugar certo para cada um atingir a felicidade.

Já na Europa, o mito que começava a cair na década de 1960 era o sonho da revolução socialista, liderada pelos partidos comunistas inspirados nas experiências do Leste Europeu. A revelação dos crimes stalinistas, a invasão da Hungria, em 1956, e a da Tchecoslováquia, em 1968, foram minando a luta para derrotar o capitalismo. Entre as expressões mais fortes dessa nova geração nascida após a Segunda Guerra Mundial estavam os movimentos beatnik e hippie nos Estados Unidos e o maio de 1968 em Paris. Em comum, esses jovens combatiam os cânones tanto do capitalismo norte-americano, quanto o sonho socialista europeu.

O movimento jovem da década de 1960 não foi apenas altamente inovador em termos políticos; foi, talvez, antes de tudo, um movimento revolucionário na medida em que colocou em xeque os valores conservadores da organização social: eram as relações de poder e hierarquia nos âmbitos público e privado que estavam sendo desafiadas (PINTO, 2003, p. 42).

É nesse contexto que se discute o livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado inicialmente dez anos mais cedo e que as norte-americanas lideradas por Bette Friedan tiram os sutiãs em praça pública. No Brasil, o cenário era bastante diferente. Os anos 60 foram uma década política por excelência no país, com dois campos ideológicos claramente distintos. De um lado, os conservadores, representados por partidos liberais como a União Democrática Nacional (UDN), todos unidos ao redor da bandeira do anticomunismo. Do outro, estava a esquerda, representada por partidos nacionalistas como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e partidos clandestinos como o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nesse contexto, o golpe militar de 1964 inaugurou longos anos de um regime marcado pela cassação de direitos políticos, censura, prisões arbitrárias, tortura, desaparecimentos e exílios. A partir de dezembro de 1968, com a decretação do Ato Institucional nº 5, as condições de atuação política tornaram-se ainda mais perigosas no país. A situação complica-se ainda mais em 1969, quando o governo Médici inaugura um regime de terror, próximo ao totalitarismo.

Enquanto, nesse período, o cenário na Europa e Estados Unidos era de efervescência política, revolução de costumes e radical inovação cultural, no Brasil o clima era de ditadura militar, repressão e morte. As características que o movimento feminista desenvolveria nesses locais estavam intimamente ligadas a esse contexto.

Na realidade brasileira, um aspecto fundamental das décadas de 1960 e 1970 é a presença dos movimentos de mulheres entre as classes médias e populares. Eles foram organizados não para pôr em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa e mãe, intervir no mundo público. Entre essas organizações, estão os movimentos contra a carestia, os clubes de mães, o movimento pela anistia e muitos outros. Esse tipo de iniciativa se manteve até os anos 70, sobretudo nos bairros pobres, nos quais as mulheres começaram a lutar também por melhorias nos postos de saúde, nas escolas, nas creches e nos serviços públicos em geral. Em alguns casos, contaram com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica.

Esses movimentos, entretanto, não podem ser considerados feministas, na medida em que não lutavam pela mudança dos papéis atribuídos às mulheres pela

sociedade. Apesar disso, a distância entre essas iniciativas e o movimento feminista – que antes era quase uma resistência – tendeu a diminuir ao longo das três últimas décadas do século XX.

As fronteiras entre o movimento de mulheres e o feminista têm sido sistematicamente ofuscadas, com um número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas, ativistas católicas progressistas e de outros setores do movimento de mulheres incorporando elementos centrais do ideário e do imaginário feministas, reelaborados de acordo com suas posições, preferências ideológicas e identidades particulares (SOARES, 1998 apud PINTO, 2003, p. 45).

A grande maioria das militantes feministas dos primórdios do feminismo no Brasil esteve envolvida, ou foi simpatizante, da luta contra a ditadura no país. Algumas, inclusive, foram presas, perseguidas e exiladas pelo regime. Nesse período, o feminismo brasileiro vivenciou um difícil paradoxo: ao mesmo tempo em que teve que administrar tensões entre sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes dessa mesma luta como um desvio pequeno-burguês.

Céli Pinto traz, ainda, uma questão específica sobre o movimento feminista em países como o Brasil: a dupla face do problema. Em sua opinião, por um lado, o feminismo se organiza a partir do reconhecimento de ser mulher, tanto no espaço público quanto no privado, o que configura a luta pela transformação das relações de gênero. Por outro lado, há uma consciência clara, entre os grupos organizados, da relevância da desigualdade social no país. E este problema não pode ficar fora de qualquer luta específica.

No caso das mulheres e dos negros, por exemplo, a questão da desigualdade social é central, o que pode nos levar a dois cenários distintos. O primeiro é mais freqüente nos partidos de esquerda que, na opinião da autora, tendem a minimizar essas questões específicas e incluí-las como parte da problemática maior da desigualdade. O segundo cenário possível é a questão da desigualdade ser inserida no interior dos movimentos. Dessa maneira, são reconhecidas as diferenças que essa desigualdade destaca quando se trata de mulheres pobres, negras, sem-terra ou ricas e com formação superior.

É, portanto, tendo esse quadro como referência que o movimento feminista brasileiro deve ser entendido: é um movimento que luta por autonomia em um espaço profundamente marcado pelo político; defende a especificidade da condição de dominada da mulher, numa sociedade em que a condição de dominado é comum a

grandes parcelas da população; no qual há diferentes mulheres enfrentando uma gama de problemas diferenciados (PINTO, 2003, p. 46).

Na década de 1960, a mulher já havia sido introduzida na sociedade de consumo. O livro *A mística feminina*, de Betty Friedan, destaca o mal-estar, isolamento e vazio existencial das donas-de-casa dos subúrbios estadunidenses. A obra de Friedan aborda o desafio que o pós-guerra apresentou às mulheres: foram convocadas a ocupar as vagas abertas no mercado de trabalho quando da ida dos homens para o *front* de batalha. Terminado o conflito, depois de terem experimentado o sentimento de que eram capazes de executar o trabalho, foram solicitadas a voltar a ocupar seus papéis domésticos.

De acordo com a autora, ela mesma uma jornalista, o chamado de volta ao lar foi realizado principalmente pelas revistas destinadas ao público feminino, empenhadas em publicar contos em que figuravam heroínas envolvidas em histórias de amor – as mesmas revistas que, alguns anos antes, apresentavam uma imagem de mulher muito mais independente e que, sem desprezar os relacionamentos afetivos, sonhava com uma carreira.

Betty Friedan considera a carreira profissional tanto como fonte de renda, quanto como fonte de significado para a vida da mulher. O contrário disso era a crença que dá título a seu livro, segundo a qual a maior realização da mulher estaria no bom cumprimento dos papéis de esposa, mãe e dona de casa. A autora situa na persistência de tal mística a causa dos problemas que alcançavam as mulheres estadunidenses das décadas de 50 e 60: o “problema mal formulado”, ou ainda, o “mal sem nome”.

À semelhança de Beauvoir, para quem a atividade profissional é uma estratégia feminina para se alcançar a transcendência, o trabalho em Friedan não é uma mera questão de sobrevivência. As dúvidas femininas quanto ao seu ser e estar no mundo seriam respondidas com uma escolha profissional. Embora apresente a *Mística Feminina* como uma crença que atravessa a questão da classe, Friedan (ao contrário de Beauvoir) não se mostra preocupada com a questão da dupla jornada de trabalho. Pelo contrário, a tecnologia aplicada ao trabalho doméstico encarregou-se de torná-lo mais fácil: as mulheres de sua época ocupam-se dele durante todos os dias porque não lhes é facultado fazer outra coisa. Precursoras que foram da Segunda Onda do Movimento Feminista, Beauvoir e Friedan não tinham como antecipar que, assim como o direito ao voto, o trabalho feminino não traria todas as soluções para os problemas que as mulheres atravessavam (SOUZA, 2010, p. 31-32).

No Brasil, assim como nos Estados Unidos, as revistas femininas traziam cada vez mais anúncios, mais páginas a cores, mais editoriais de moda, matérias ensinando a comprar melhor eletrodomésticos. Na observação de Dulcília Buitoni (2009), que

analisou revistas femininas do século XIX até os dias atuais, o projeto editorial de cada veículo dirigido às mulheres tinha em vista o consumo, em primeiro lugar.

Contos, culinária, psicologia, conselhos de beleza não são escolhidos por si; tudo que vai dentro de uma revista está diretamente ligado ao produto (moda e maquiagem, por exemplo) ou serve de atrativo para que a revista seja comprada e com isso divulgue a publicidade nela contida. O conteúdo é, portanto, instrumental: serve a objetivos empresariais bem delimitados (BUIIONI, 2009, p. 104).

Na grande imprensa, a autora destaca a reforma do Jornal do Brasil, que começou a utilizar mais a pesquisa na elaboração das matérias. O conceito de reportagem foi ampliado e aprofundado e, em 1967 a empresa lançou os Cadernos de Jornalismo e Comunicação, com textos críticos e informativos. Em janeiro de 1966, surge o Jornal da Tarde, vespertino da empresa O Estado de S. Paulo, que inovaria não apenas o conteúdo, mas os padrões gráficos, com uso de imagens e títulos. Foi o primeiro jornal do país a ter um editor de fotografia.

Ainda na década de 60, surge, em 1966, a revista Realidade, da editora Abril, especializada em grande reportagem. Com uma equipe composta por jornalistas e fotógrafos de diversas localidades do Brasil e do exterior, ultrapassou rapidamente os 400 mil exemplares mensais. A edição de número 10 da revista, de janeiro de 1967, totalmente dedicada à mulher brasileira, foi apreendida em nome da “moral e dos bons costumes”.

Em meio ao terceiro ano do regime militar, a publicação pretendia traçar um panorama da mulher brasileira. Entre os destaques, estavam a pesquisa “A mulher brasileira, hoje”, feita com 1.200 entrevistas em todo o país. “A indiscutível nunca proclamada (e terrível) superioridade da mulher”, sobre as qualidades femininas, “Ela é assim”, sobre a biologia da mulher, “Nasceu!”, narrativa, com texto e foto, de um parto realizado por uma parteira veterana, no interior do Rio Grande do Sul, “Esta mulher é livre”, reportagem com Ítala Nandi, “uma moça de 24 anos que não tem medo de dizer a verdade sobre amor e sexo no Brasil”, “Minha gente é de santo”, entrevista com a ialorixá Olga de Alaketu e “Consultório Sentimental”, matéria crítica escrita por Carmen da Silva, responsável pela Coluna “A arte de ser mulher”, da revista Claudia.

Como vemos, são muitas as faces da mulher brasileira apresentadas na revista. Só que, no caso, trata-se de uma revista de caráter geral, e cujo forte é a reportagem. Já nas revistas femininas, o universo é menor. Ou é a mulher romântica, ou é a mulher mais

ligada ao lar. Os temas apresentados nessa *Realidade* quase nunca surgiam nas páginas da imprensa feminina (PINTO, 2003, p. 105).

De acordo com Buitoni, a revista *Claudia* (editora Abril), representa o espírito da década com relação à mulher. Seu alvo era a mulher de classe média urbana (geralmente casada), que tem mais poder aquisitivo para comprar os produtos anunciados em suas páginas. Entre o leque de assuntos abordados estavam os mais tradicionais moda, beleza, culinária e decoração, além de saúde, contos, orçamento doméstico e consultas jurídicas.

Nos anos 60, há ainda o aparecimento de *O Pasquim* (1969), tablóide carioca humorístico e crítico. Veículo considerado até hoje uma das mais inovadoras experiências da imprensa brasileira, nele foi publicada a famosa entrevista com Leila Diniz, em novembro de 1969, que escandalizou o país. Os palavrões substituídos por asteriscos – 70, no total – e sua linguagem irreverente associados às suas opiniões sobre liberdade sexual feminina fizeram com que a atriz fosse considerada subversiva e sofresse perseguições da ditadura militar.

A década que teve início com a aprovação, por cientistas norte-americanos, do primeiro anticoncepcional de via oral, foi a mesma que, por conta de declarações a respeito de sua vida sexual fizeram com que Leila Diniz quase fosse presa e passasse a ter dificuldades de conseguir emprego. Em fins de 1969, Leila representava papéis de “mocinha” nas novelas da televisão. Após a entrevista, que tem ampla repercussão nacional, é considerada “uma ameaça em potencial aos princípios da moralidade pública” e um perigo para a família brasileira (GOLDENBERG, 1994, p. 298).

Mesmo que os preconceitos da sociedade sobrevivam à chegada da segunda onda do feminismo, é fato que acontecimentos como o advento da pílula anticoncepcional liberaram a mulher do sexo ligado unicamente à reprodução e transformaram profundamente seu comportamento sexual. A década em que a frase “O pessoal é político” tornou-se o slogan do movimento feminista, abrigou também os protestos contra o concurso de Miss América, em 1968.

Um dos destaques do movimento feminista no Brasil é a presença de Romy Medeiros. Esse cenário sinaliza uma espécie de transição entre o velho e o novo feminismo. Entre o feminismo “bem-comportado” de Bertha Lutz, que não questionava as relações de poder, e um novo feminismo que começou a enfrentar questões consideradas tabus.

Romy Medeiros criou, em 1949, o Conselho Nacional de Mulheres. Sua principal atividade era lutar por iniciativas institucionais em prol das mulheres. Defendeu os direitos das mulheres casadas que, na Constituição, tinham o exercício de sua cidadania controlado pelos maridos. Eles podiam negar às suas esposas permissão para trabalhar ou para viajar ao exterior. Após grandes batalhas, o Estatuto da Mulher Casada foi aprovado em 1962.

Esse estatuto amenizou as discriminações, alterando artigos como o que estabelecia o marido como o chefe da família, com direito de representá-la legalmente. A frase foi substituída pela trecho “O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher no interesse comum do casal e dos filhos”. A partir de 1964, marido e mulher passaram a ter os mesmos impedimentos legais, necessitando do consentimento mútuo para, entre outras questões, dar fiança, alienar imóveis e oferecer bens em hipotecas, entre outros.

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, os estudos acadêmicos de comunicação passaram a se voltar mais para o conteúdo e a análise dos meios impressos, a exemplo de revistas femininas e fotonovelas. Essa maior atenção à imprensa pode ser considerada natural, já que se trata de um dos mais tradicionais meios de comunicação. O objetivo desses estudos é identificar a representação da mulher pela análise dos conteúdos veiculados, sobretudo em revistas femininas, lidas por mulheres.

3.1.2. A Tarde

Com vasta cobertura dedicada à política local, nacional e internacional, o Jornal A Tarde não noticiou o Dia Internacional da Mulher em nenhuma de suas edições de 8 de março na década de 1960. Tampouco houve caderno especial ou suplemento sobre as mulheres nesse período, entre os jornais pesquisados. Nos poucos momentos em que as mulheres foram pautadas no periódico baiano, os conselhos de beleza e as atividades para manter a boa forma deram a tônica da cobertura.

A edição de 8 de março de 1961 destacava, na seção Mantenha sua Linha: “Melhore a silhueta mediante exercícios”. Assinado por Ida Jean Kain, o texto destaca o papel embelezador dos exercícios nos regimes de emagrecimento. A seção está posicionada na página 9, dividindo espaço com a coluna social e a cobertura de cultura da cidade. A linguagem é simples e direta, com o uso de perguntas como em uma conversa com a leitora. Leitora, no feminino, conforme indica a ilustração de mulher

praticando um exercício – a autora ensina três técnicas, no texto, como quem prescreve uma receita – e os substantivos e adjetivos no feminino.

“Ficar esbelta é medido em centímetros; redução de peso é medidos (sic) em pesos e gramas. Que acontece quando se faz regime alimentar mas não se faz ginástica? Bem, a gordura surge em lugares onde não deve, e desaparece naqueles pontos onde mais falta faz. Para a maioria das gordas não é uma questão de regime ou exercício, e sim uma combinação de ambos que dá ótimos resultados. Os exercícios regulares ajudam-na a ser esbelta, bem feita de corpo, músculos firmes” (A Tarde, 8 mar. 1961, p. 9).

O uso de termos como “você” (“Se você quer perder considerável excesso de peso, peça ao seu médico conselhos sobre exercícios”) aproxima a autora da leitora, em um diálogo que sugere certa intimidade, como uma conversa entre amigas. O texto não traz orientações de um profissional ou fonte específica sobre os exercícios físicos, mas sim conselhos de uma “amiga” sempre imperativa. Ida Kain questiona, pergunta a opinião da leitora, porém responde sempre com uma orientação, um direcionamento que não deixa margem a questionamentos; ela afirma para a “leitora-amiga” o que deve ser feito, como deve agir.

Observamos, aqui, uma construção semelhante à constatada por Dulcília Buitoni (2009) nas revistas femininas. Nelas, o texto sempre se dirigirá à leitora como se estivesse conversando com ela, servindo-se de uma intimidade de amiga. Esse jeito coloquial, que elimina a distância e faz com que as idéias pareçam simples, cotidianas, fruto do bom senso, ajuda a transmitir conceitos e a cristalizar opiniões. O processo ocorre de maneira tão natural e espontânea que praticamente não há defesa.

A razão não se arma para uma conversa de amiga. Nem é preciso raciocinar argumentos complicados: as coisas parecem que sempre foram assim. Ou então é apenas mais um momento de emoção, cujo único requisito é sentir junto (BUITONI, 2009, p.191).

O título da seção Mantenha sua Linha traduz com precisão o que se esperava da mulher no período. Além disso, utiliza a função conativa³⁴, orientada para o destinatário através de textos no vocativo e no imperativo. Como destaca Buitoni, esta é uma verdadeira “armadilha lingüística”, porque as sentenças imperativas, ao contrário das declarativas, não podem ser submetidas à prova da verdade. No texto destacado, por exemplo, encontramos: mantenha, melhore, peça, estique-se, torça, se vire, levante e

³⁴ A função conativa ou apelativa objetiva influenciar, convencer o receptor de alguma coisa por meio de uma ordem, sugestão, convite ou apelo. Os verbos costumam estar no imperativo ou conjugados na 2ª ou 3ª pessoa.

volte, gire e repita. Esses verbos, escritos no imperativo e em tom amistoso, escamoteiam a contestação e até mesmo a dúvida.

O curioso é observar, em um jornal de grande circulação, estratégia lingüística semelhante à utilizada na imprensa feminina. É simples notar que, no restante da cobertura de A Tarde, a linguagem é bastante diferente da observada nas seções dedicadas à mulher, prevalecendo o discurso narrativo na terceira pessoa.

Em 1963, período em que as feministas norte-americanas discutiam *A Mística Feminina*, a edição do dia 8 de março não trouxe sequer uma linha dedicada à mulher. Em vez disso, o jornal destacou, em sua capa chamadas como: “Negada aos lagosteiros permissão para reabastecerem-se no Brasil”, “Jânio Quadros prevê crise para breve”, “Perón quer ser expulso para sair como mártir” e “Fazendas e roupas não subirão até dezembro”.

Em 8 de março de 1968, enquanto formava-se o cenário que provocaria uma ebulição nos movimentos sociais e políticos na França, notícias de Paris chegaram à cobertura jornalística da data em A Tarde. Mas o tema em destaque não eram as transformações sociais e sim um desfile com manequins da Casa Carven, que seria realizado no Palácio da Aclamação. A Coleção Carven para a Primavera e o Verão 1968 mostra o quanto a cobertura jornalística baiana no Dia Internacional da Mulher estava distanciada do noticiário relacionado às lutas pelos direitos das mulheres. “Paris manda cintura fina”, eis o título da notícia publicada no alto da capa da edição, com direito a foto das modelos. De acordo com o texto, a coleção visa “devolver à mulher a feminilidade que tem no vestido marcando o seu corpo um traço decisivo” (A Tarde, 8 mar. 1968, p.1). Ainda na edição de 1968, uma nota afirma que “Teve fim melancólico a reunião dos comunistas”.

No dia 8 de março de 1961, encontramos mais uma notícia sobre a mulher, mas não direcionada especificamente ao público feminino. A linguagem, nesse caso, é notavelmente diferente daquela utilizada nas seções dedicadas às mulheres. Com o título “Polícia feminina está virando pupileira”, a matéria conta a história de um bebê abandonado, que se encontrava na sede Polícia Feminina até que as autoridades decidissem seu destino. No fim do texto, uma observação do repórter (a matéria não é assinada) leva o leitor a inferir que há outras crianças em situação semelhante na instituição. “Na tarde de ontem a criança estava assistida pela policial Dalva Ferreira, e tem servido de curiosidade de alguns meninos ali recolhidos que, esquecendo seus próprios problemas, pedem que não deixem levar o neném”. No espaço, foi publicada

foto da mulher com o bebê com a legenda “Uma policial acalentando a criancinha abandonada”.

Apesar de o texto não explorar diretamente a idéia veiculada no título, podemos observar uma crítica implícita na afirmação de que a corporação feminina, que deveria cuidar da segurança dos cidadãos, está funcionando, na verdade, como “pupileira”. A principal função da instituição citada no título é acolher crianças abandonadas pelos pais. Dessa forma, a polícia feminina perde seu aspecto de cuidar da segurança da população para “virar” um centro de acolhimento ligado ao carinho maternal esperado das mulheres. Esse tom é reforçado pelo trecho da legenda da fotografia “acalentando a criancinha abandonada”, que confere um tom emocional à matéria. O texto não deixa claro qual seria a possível solução para o problema: direcionar as crianças abandonadas para um outro local? Mudar as atribuições da polícia feminina?

Em outra cobertura policial, desta vez no dia 7 de março de 1964³⁵, a chamada de capa de A Tarde destacava: “Já está presa ‘mulher sem dentes’. Pedia emprego e furtava patrões”. A abertura da matéria trazia o descritivo físico da suspeita: “Trata-se de uma mulher, do tipo *cabrocha* (morena ou mulata), cabelos alisados, baixota, e que tem falta de três ou quatro dentes na parte de cima, em frente”. Um intertítulo da notícia destaca: “Intrusão de saias”, referindo-se à suposta interceptadora dos furtos. A imagem, publicada também na capa da edição, registra o momento exato da prisão, com a legenda “A ladra Jorgina Santos, quando era recolhida sob a guarda de duas policiais femininas”.

A descrição física de Jorgina carrega o peso que a aparência da mulher já tinha naquela década em que as principais matérias dedicadas ao público feminino tratavam exatamente da beleza, da aparência e da importância de manter a boa forma física. Modelo oposto ao de uma mulher bem comportada, em sintonia com a moda, Jorgina tem cabelos “alisados”, não é descrita como de baixa estatura, e sim “baixota”, além de não ter alguns dentes na parte da frente. É possível notar também uma tentativa de ridicularização – que é também uma crítica – a essa mulher, inclusive na suíte publicada na edição seguinte do mesmo jornal, no dia 9 de março, com o título “Mulher sem dentes ‘mordeu’ muita gente”.

Os anos 60 foram o cenário de profundas transformações para a sociedade. Quando a década começou, por exemplo, as famílias brasileiras ainda assistiam à missa

³⁵ Na década de 1960, o jornal A Tarde não circulava aos domingos. Por isso, nos anos em que a data coincidiu com o domingo, optamos por analisar o dia anterior e/ou posterior ao 8 de março.

em latim. O idioma das celebrações só mudou oficialmente para o português em 8 de março de 1965.

A dona de casa insatisfeita (“Uma pequena rainha triste”), representação da mulher que recebeu maior destaque nas revistas femininas da década de 60 analisadas por Dulcília Buitoni (2003) não ocupa as páginas do Jornal A Tarde no Dia Internacional da Mulher nesse período. Na verdade, a mulher quase não está presente nessas edições. A década em que a luta pelos direitos humanos e das mulheres fervilha no mundo passa despercebida, ao menos no dia mais emblemático de debate das bandeiras levantadas pelas mulheres. Isso em plena eclosão da segunda onda do feminismo. Não estão nas páginas de A Tarde a luta pela igualdade de direitos no mercado de trabalho, política e educação, tampouco os debates calorosos que borbulhavam na Europa e nos Estados Unidos.

3.1.3. Folha de S. Paulo

Ao contrário do Jornal A Tarde, que sequer mencionou as lutas das mulheres na década de 1960, a Folha de S. Paulo destaca o Dia Internacional da Mulher na década de 60. Mas isso acontece apenas em uma edição do dia 8 de março: a do ano de 1961, com a nota intitulada “Hoje, Dia da Mulher”.

“Hoje é o Dia Internacional da Mulher. A não ser um movimento iniciado pela Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, que procura oficializar a data, nenhuma outra associação feminina divulgou qualquer cerimônia para comemorar o acontecimento, durante esta manhã. Procurando ressaltar o papel da mulher na vida moderna, a data foi celebrada pela primeira vez em 1910, na cidade de Copenhague, num congresso presidido por Clara Zetkin”. (Folha de S. Paulo, 8 mar. 1961, 1º caderno, p. 4)

Esta foi a primeira notícia sobre o Dia Internacional da Mulher encontrada em nossa pesquisa. Além de mencionar o papel de destaque da Federação das Mulheres do Estado de S. Paulo, o texto traz uma crítica implícita ao fato de nenhuma outra associação feminina ter preparado qualquer atividade em homenagem à data. A notícia contextualiza a proposta de criação da data em 1910, em Copenhague. Nos outros anos da década de 1960, a Folha não faz menção à data.

3.1.4. A Tarde versus Folha de S. Paulo

Os **anos 60**, etapa inicial de nossa pesquisa, foram o cenário de profundas transformações para a sociedade. Na década em que a luta pelos direitos humanos e das mulheres fervilha no mundo, a condição da mulher é ignorada pelo jornal A Tarde, ao menos no dia mais emblemático de debate das bandeiras levantadas pelas mulheres.

Já na Folha de S. Paulo, o Dia Internacional da Mulher é noticiado apenas em uma edição do dia 8 de março: a do ano de 1961, com a nota intitulada “Hoje, Dia da Mulher”. A notícia aborda justamente a falta de uma programação para celebrar a data. Traz, ainda, a informação histórica de que a data foi celebrada pela primeira vez em 1910 num congresso presidido por Clara Zetkin. Apesar de não estar totalmente correta – a data foi proposta, e não celebrada, em 1910 por Clara Zetkin – a informação aproxima-se mais da realidade do que os textos que reproduzem a versão do incêndio que teria ocorrido em 1857.

Em plena eclosão da segunda onda do feminismo, a mulher quase não está presente nas edições da década de 1960. Não estão nas páginas de A Tarde nem da Folha a luta pela igualdade de direitos no mercado de trabalho, política e educação, a conquista da pílula anticoncepcional, tampouco os debates calorosos que borbulhavam na Europa e nos Estados Unidos.

3.2. A década de 70

3.2.1. Contextualização

A política de repressão instaurada no Brasil na década de 1960 alcança a chegada da nova década. Nos anos 70, a censura extrapola a questão política e interfere diretamente em questões ditas morais e de costumes. Estudantes das mais diversas séries foram obrigados a assistir aulas de educação moral e cívica e foi promovido um patriotismo ufanista que teve seu auge na Copa do Mundo de futebol no México, em 1970. Sua melhor tradução é a frase emblemática “Brasil: ame-o ou deixe-o”.

No que se refere à realidade da mulher, dois eventos de natureza distintas marcaram o ano de 1972. O primeiro foi o congresso promovido pelo Conselho Nacional da Mulher, liderado pela advogada Romy Medeiros. O segundo foram as primeiras reuniões de grupos de mulheres em São Paulo e no Rio de Janeiro. De caráter quase privado, esses encontros seriam uma marca do novo feminismo no Brasil.

A exemplo de Bertha Lutz, que exerceu a liderança do movimento sufragista no país na década de 1920 (e se manteve ligada às causas da mulher até sua morte, na década de 1970), Romy Medeiros teve boas relações com as elites governamentais, inclusive militares. Em 1971, em pleno governo do general Médici, a advogada enviou ao presidente um projeto de Serviço Cívico feminino nas áreas de educação e saúde para mulheres com idades entre 18 e 21 anos. Romy foi entusiasta do planejamento familiar para famílias de baixa renda, política associada a programas internacionais de controle da população dos países subdesenvolvidos.

A posição político-ideológica de Romy fica mais clara se observarmos os apoios que ela teve para realizar o seminário em 1972: a Benfam – fundação norte-americana com forte atuação em planejamento familiar durante o regime militar, a Coca-Cola e o alto clero católico. Apesar de suas estreitas relações com o poder, Romy teve problemas com o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) em decorrência do evento, tendo sido chamada a depor várias vezes. Tal acontecimento já indica que seriam difíceis as relações entre política e feminismo naquele período.

Embora a maior parte das feministas brasileiras da década de 1970 seja identificada com o campo da esquerda, o congresso de 1972 pode ser considerado emblemático de uma interessante rearticulação, tanto para a própria esquerda, quanto para os órgãos de repressão do período. O seminário teve grande visibilidade na imprensa da época e contou com a presença de um público heterogêneo: congressistas, banqueiros e alto clero dividiram espaço com feministas de esquerda como Rose Marie Muraro, Heleieth Saffioti e Carmen da Silva. Os temas abordados dão a dimensão do encontro entre duas gerações do feminismo: discutiram-se desde questões polêmicas como o planejamento familiar e a posição da mulher diante da nova tecnologia até assuntos do ambiente doméstico, como a “problemática da babá”.

De acordo com a professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Céli Regina Jardim Pinto, essa rearticulação constitui a grande novidade do feminismo no Brasil, mas também um dos problemas que lhe acompanharam na década seguinte.

Ao mesmo tempo que a questão feminista é um tema progressista por excelência, pois atinge o que há de mais tradicional na sociedade – o poder patriarcal –, ela obrigatoriamente não é perpassada pela questão política no sentido restrito do termo, o que possibilita um arco de alianças muito mais amplo do que o tradicional corte entre a direita e a esquerda, não sem razão muito presente na sociedade brasileira dos primeiros anos da década de 1970 (PINTO, 2003, p. 48).

Apesar de suas ligações com o regime, as atividades promovidas por Romy Medeiros reuniam mulheres comprometidas com a luta da esquerda no Brasil. Em paralelo a esse tipo de atividade, o início dos anos 1970 trouxe ao Brasil os primeiros grupos de reflexão. Em 1972, começaram a surgir, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro³⁶, os primeiros grupos feministas inspirados no feminismo nascente no hemisfério norte. Eram grupos que reuniam mulheres de maneira informal em encontros privados. Elas estavam unidas por amizade, afinidades intelectuais e até políticas. Para participar, era preciso ser convidada. Apesar de seu caráter reservado, esses grupos – há estimativas de que tenham chegado a dezenas ou mesmo a centenas – chegaram a promover atividades públicas importantes nas décadas de 70 e 80.

Formado por mulheres intelectuais de esquerda, profissionais e de meia-idade, o primeiro desses grupos começou em São Paulo em 1972, a partir da iniciativa de mulheres que haviam morado nos Estados Unidos e na Europa. Lá, elas haviam entrado em contato com as novas idéias feministas. Nos encontros, não havia nenhuma formalização de organização interna. Nas reuniões, eram discutidos temas pré-escolhidos, com temáticas diversificadas relacionadas à mulher.

Como a repressão do governo Médici era muito intensa e quase não havia possibilidades de ação, a idéia de uma reflexão coletiva, ainda que reservada, atraiu muitas mulheres de todas as idades. Essa união, sobretudo de jovens adultas, está associada, de acordo com algumas análises, ao vazio político que predominava em meio a uma esquerda que havia sido derrotada em todas as frentes.

O que é importante reter aqui é o caráter de pioneirismo das discussões então realizadas, pois, ou por se sentirem acudadas para participar de qualquer outra atividade política (...), ou por opção, (...) todas essas mulheres foram responsáveis por introduzir questões fundamentais sobre a condição da mulher, até então completamente ignoradas no Brasil (PINTO, 2003, p. 52).

³⁶ De acordo com Pinto (2003), a dispersão do movimento feminista torna impossível recuperar o número preciso de grupos e sua localização pelo país.

Havia um número considerável de mulheres entre os brasileiros que partiram para o exílio devido à perseguição do regime militar a partir de 1964. Nessas fileiras, estavam tanto militantes, como companheiras de homens que atuavam nas organizações de esquerda. Europa, sobretudo Paris, e o Chile, foram alguns dos lugares que mais concentraram essas mulheres. Quando chegaram à Europa, principalmente no início dos anos 70, encontraram uma agitação social e cultural muito diferente daquela que estavam acostumados a viver.

Nesse novo cenário, eram fortes os efeitos da política imperialista soviética e os grupos de esquerda buscavam uma maneira alternativa de fazer política. Aliado a isso, havia uma grande revolução cultural de costumes que destruíra certas hierarquias e colocara em xeque as posições tradicionais de poder do homem. Foi nesse contexto, como descreve Céli Pinto (*idem*), que as brasileiras exiladas entraram em contato com o ideário feminista.

Tantas transformações não agradaram os homens que estavam ao seu lado. A esquerda exilada, marxista e masculina via uma dupla ameaça no feminismo: tanto na unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo, quanto ao próprio poder que eles, os homens, exerciam dentro dessas organizações e em suas relações poder. Ou seja, o feminismo não era visto com bons olhos no Brasil pelo regime militar, mas também não tinha o apoio dos militantes de extrema esquerda.

O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris foi a mais importante organização de mulheres brasileiras no exílio. Seus encontros duraram de 1975 a 1979. Em termos ideológicos, suas integrantes assumiam uma postura política de esquerda claramente identificada com a luta de classes. Ao contrário dos pequenos grupos, sua proposta era a criação de espaços públicos de reflexão. Eis uma forte diferença entre os grupos com atuação no exterior e os que se desenvolviam no Brasil. Enquanto os primeiros implementavam uma política de expansão e intercâmbio, os de atuação no país encontravam-se no limite da casa, em reuniões íntimas e informais.

O êxito da organização do círculo não impediu que a questão fundamental que acompanha o feminismo brasileiro na época tenha se manifestado, a saber: a tensão entre aquelas que pensavam que o feminismo tinha de estar associado à luta de classes e aquelas que associavam o feminismo a um movimento libertário que dava ênfase ao corpo, à sexualidade e ao prazer. Em que pese o aspecto mais lúdico desta segunda vertente, parece ter sido ela a grande propulsora de um feminismo mais vigoroso e mais capaz de pôr em xeque as estruturas de dominação (PINTO, 2003, p. 55).

1975: o Ano Internacional da Mulher

O ano de 1975 pode ser considerado um momento significativo para o feminismo no Brasil e no mundo. O movimento de mulheres no país, até então, estava restrito a grupos mais fechados e intelectualizados. Chegava a se configurar mais como uma atividade privada, realizada na casa de algumas pessoas, já que o aparato repressivo não permitia qualquer tipo de manifestação pública.

Dois fatores foram significativos para a mudança desse cenário: em 1975, o general Geisel já havia assumido o governo e prometia uma diminuição da tensão política gradual e controlada. Mas o fato mais importante para a história do feminismo naquele ano foi a decisão da Organização das Nações Unidas de defini-lo como o Ano Internacional da Mulher e o primeiro ano da década da mulher³⁷. Como parte da programação do período, a ONU realizaria, ainda, uma conferência sobre o assunto no México.

Como destacamos no primeiro capítulo, os acontecimentos vividos na Rússia de 1917, fundamentais para originar a comemoração do dia 8 de março, foram silenciados na ocasião do anúncio das Nações Unidas. No texto que a ONU redigiu e publicizou em 1975, o organismo internacional também não cita a versão do incêndio de 1857 que passou a ser divulgada pelos meios de comunicação. O que é destacado no comunicado é a proposta da data, feita por Clara Zetkin na Conferência das Mulheres Socialistas, celebrada em Copenhague em 1910.

Além disso, o texto ressalta que, para além do direito ao voto – que já havia sido conquistado em países como o Brasil, por exemplo –, as mulheres reivindicavam o direito de trabalhar, à educação profissional e o fim da discriminação no trabalho. A luta pela igualdade das mulheres é posicionada, pelo organismo internacional, como integrada ao contexto da ampla luta pelo desenvolvimento econômico e social e pela paz internacional. (GONZÁLEZ, 2010, p. 149).

A partir daí, a questão da mulher ganharia um novo status, tanto para os governos autoritários e as sociedades conservadoras, quanto para projetos que se afirmavam progressistas, mas viam com desconfiança a causa feminista. No Brasil, eventos de natureza e abrangência diferenciados marcariam a entrada mais significativa das mulheres e de suas questões na esfera pública. O primeiro deles foi patrocinado pelo

³⁷ Na ocasião, a ONU instituiu o período de 1975 a 1985 como a década da mulher.

próprio Centro de Informações da ONU. Realizado no Rio de Janeiro, o encontro “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira” marcou a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira.

Mas, mesmo com as mudanças daquele ano, o evento suscitou resistência dos poderes constituídos. Ainda assim, o saldo do evento foi considerado muito satisfatório, afinal nele foi formalizado um centro voltado para a questão da mulher. Essa formalização aponta uma importante guinada na trajetória do movimento: ele não apenas passava a ser público, como buscava sua institucionalização. O principal objetivo do centro era combater a alienação da mulher em todas as camadas sociais para que ela pudesse exercer seu papel no processo de desenvolvimento. Entre as ações inicialmente propostas, estava a criação de um jornal para divulgar os problemas “reais” da mulher com o intuito de criar uma consciência nacional de sua condição³⁸.

Durante seus cinco anos de atuação, o centro teve um papel importante no movimento de mulheres e abrigou diferentes tendências do feminismo. Apesar disso, enfrentou muita resistência das feministas radicais, que enfatizavam a centralidade da questão da mulher em detrimento de outras questões consideradas gerais. As radicais traziam para a mesa de discussão questões como sexualidade, corpo, aborto e contracepção. Se, no primeiro momento, o centro abrigou as três grandes tendências do feminismo no período: a marxista, a liberal e a radical, a partir de 1977 foi largamente dominado pelas marxistas. O terceiro grupo, que teve mais dificuldade de se manter na organização, era composto por mulheres que colocavam sua própria condição de mulher no centro da discussão.

Ora, não é muito difícil de entender a dificuldade brasileira em acolher a nova onda feminista que dominava o hemisfério norte. Os novos movimentos sociais que lá surgiram a partir da década de 1960 foram decorrência de um conjunto de fatores que pressupunham ao mesmo tempo uma implosão nas lutas unitárias e um ambiente maduramente democrático, que dava acolhida a essas novas lutas. Isso envolvia tanto um cenário de tolerância em que a repressão e a censura estavam completamente fora de cogitação, como uma sociedade organizada que dispensava os espaços rigorosos do campo político para se expressar. Evidentemente, havia na Europa forças conservadoras que viam nesses movimentos fortes ameaças à família e à própria autoridade de corporações secularmente estabelecidas. Paralelamente, questões ecológicas e de gênero, entre outras, encontravam resistência nos partidos políticos tradicionais de esquerda, com destaque para os partidos comunistas. Mas essas resistências tinham lugar em um cenário que não as deslegitimava e tampouco qualificava as novas lutas como passíveis de perseguições pelo aparato repressivo do Estado (PINTO, 2003, p. 60).

³⁸ Depoimento de Maria Luiza Heilborn (apud GONZÁLEZ, 2010, p. 58).

Esse cenário criava um paradoxo no Brasil. Ao mesmo tempo em que, aqui, o campo político estava reduzido pelo regime militar, era nele que estava a legitimidade para qualquer embate. Nesse sentido, a luta teria necessariamente que objetivar o alargamento do campo político. Essa tarefa urgente no período dificultava o crescimento de um feminismo mais autônomo.

Nesse período, os negros e as mulheres nos Estados Unidos e na Europa começavam a expor as especificidades de sua condição de dominação. Aqui, as mulheres entravam em contato com o feminismo internacional através de viagens ou da literatura. Até então, as reivindicações das mulheres estavam mais próximas das demandas dos movimentos populares de mulheres, a exemplo de clubes de mães e associações de bairro, do que do ideário feminista.

Além do evento que criou o Centro da Mulher Brasileira, o ano de 1975 foi marcado por iniciativas como a empreendida por um grupo de acadêmicas que abriu espaço na reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Esses encontros e as sucessivas reuniões que aconteceram no âmbito dessa sociedade até 1985 são indicadores de um tipo de feminismo que poderíamos chamar de feminismo acadêmico³⁹. A reunião das mulheres nesse evento inaugura a pesquisa científica sobre a condição da mulher no Brasil.

O ano de 1975 entra para a história também como o momento em que se organizou o Movimento Feminino pela Anistia. Seu surgimento estava relacionado ao Ano Internacional da Mulher. Em um primeiro momento, o reunia familiares de pessoas que haviam sido exiladas, presas ou estavam desaparecidas. Esse movimento cresceu por todo o país e foi fundamental na campanha pela anistia, promulgada em 1979.

Sua fundadora, Terezinha Zerbini, viajou para o evento do México como representante oficial do movimento. Apesar disso, apenas dois anos depois, a própria Terezinha, em entrevista ao Jornal Pasquim, se distanciou de qualquer identificação feminista. Em uma análise crítica sobre o período, no livro *Uma história do feminismo no Brasil*, a pesquisadora Céli Regina Jardim Pinto (2003) destaca que esse tipo de declaração pode ser compreendida se contextualizada no momento em que o feminismo era mal visto no Brasil pelos militares e pela esquerda, por uma sociedade “culturalmente atrasada e sexista”.

³⁹ De acordo com Pinto (2003), a partir de 1986, esses encontros nacionais saíram da órbita da SBPC e mudaram de natureza, perdendo seu caráter acadêmico e tornando-se mais militante, de forma a agregar mulheres participantes dos mais variados movimentos de mulheres e feministas.

De 1975 até 1979, ano em que o país dá os primeiros passos firmes em direção à democratização, o movimento feminista no Brasil esteve associado à luta contra a ditadura militar. O encontro das mulheres que já haviam vivenciado os acontecimentos e reflexos da Segunda Onda do Feminismo em países da Europa e nos Estados Unidos com a realidade brasileira do período trouxe uma grande reflexão a respeito da situação da mulher. Elas retornavam ao Brasil trazendo uma nova forma de pensar a sua condição de mulher, em que os antigos e formatados papéis de mãe, companheira e esposa não mais davam conta de toda a sua existência. Afinal, elas haviam descoberto seus direitos e seus corpos. Mas, aqui, encontraram um país dominado por uma sangrenta ditadura, em que todas as lutas estavam centralizadas na causa da democratização, pelo fim da censura e pela anistia aos presos políticos e exilados.

O encontro entre essas bandeiras e as causas feministas passou a acontecer a partir de 1977. Nesse ano, foi realizado o I Encontro da Mulher que Trabalha, evento que teve sua segunda edição no ano seguinte. Em 1978, ocorreu também o I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema, em São Paulo.

Apesar de todas as dificuldades e situações paradoxais, o fim da década de 1970 trouxe uma certeza: o movimento feminista existia no Brasil. “Frágil, perseguido, fragmentado, mas muito presente, o suficiente para incomodar todos os poderes estabelecidos, tanto dos militares como dos companheiros homens da esquerda”, conforme afirma Pinto (2003, p. 66).

Esse período representa o auge do consumo nas revistas brasileiras. Antes de ser lançada, cada nova revista é precedida de pesquisas que determinam os assuntos, a linguagem e o tamanho das matérias. As publicações já existentes também são pesquisadas e redimensionadas de acordo com as expectativas do público. Como observa Dulcília Buitoni (2009), as revistas passaram a ser um produto industrial, antes de mais nada. “O problema cultural é meramente secundário; as necessidades reais vêm atrás das necessidades artificialmente criadas pelos meios de comunicação” (BUITONI, 2009, p. 114).

Revistas femininas como Claudia e Desfile, voltadas para a classe média, tornam-se verdadeiros catálogos de mercadorias, com algumas poucas matérias jornalísticas. As páginas cada vez mais coloridas trazem matérias de moda, beleza e decoração, com indicação e endereço dos fabricantes. Alguns deles são também anunciantes dessas publicações. A sofisticação das grandes cidades justifica o

lançamento de edições especiais de moda, beleza, decoração e culinária, surgindo até revistas independentes, como Casa Claudia, por exemplo.

Já os jornais, preocupados com outras editorias que não a feminina, não se aperfeiçoam tanto na arte de produzir “notícia” para as mulheres. Apesar disso, publicações como a Folha de S. Paulo passam a reservar algumas páginas da edição de domingo para a mulher e O Estado de S. Paulo mantém o Suplemento Feminino – com matérias que Buitoni considera pouco adequadas à realidade brasileira. Como exemplo, a autora cita receitas estrangeiras com ingredientes caríssimos, um romance publicado em capítulos e indicações de produtos de beleza, moda e sugestões de presentes de alto custo, inacessíveis para a grande maioria de suas leitoras. O Jornal A Tarde passa a editar, aos sábados, o Jornal de Utilidades, com matérias voltadas para o universo feminino. O próprio nome do caderno já nos fornece uma pista sobre os temas considerados úteis à mulher do período: beleza, moda, decoração.

Na constatação de Buitoni (2009), o produto mais veiculados nas revistas masculinas, femininas e gerais durante os anos 70 foi o sexo. Das referências à insatisfação sexual da mulher casada, passando por matérias sobre masturbação, virgindade e orgasmo, o sexo foi conquistando lugar nessas publicações. A linguagem era mais discreta em revistas mais comportadas, como *Claudia* e *Capricho*. Mas as editoras descobriram e investiram nesse filão. Em 1975, a editora Abril lançou *Carícia*, uma revista com tamanho pequeno o suficiente para ser levada na bolsa, o que evitava os preconceitos. A mesma editora lança uma revista especial para a mulher adulta – a revista *Nova*, versão brasileira da *Cosmopolitan* norte-americana –, casada ou não, com poucas preocupações com a decoração doméstica e com muito interesse em sexo.

Uma mulher mais “liberada”, que não pensa em casamento, necessariamente. É uma revista com uma linha mais “feminista”, por veicular uma ideologia voltada para a mulher como ponto principal, só que ainda dentro de uma perspectiva totalmente consumista, exacerbada com doses de sofisticação. A princípio parece ser uma publicação que defende a mulher; mas, no fundo, serve mais para promover a integração na sociedade de consumo (BUITONI, 2009, p.116).

Além dessas revistas, a década de 70 trouxe algumas tentativas que podem ser consideradas artesanais, diante do poder das editoras que lançavam as publicações citadas. Esses jornais e revistas visavam à promoção da mulher como ser humano e buscavam sua identificação com as classes populares. Em junho de 1976, surge *Nós Mulheres*, que abordava problemas femininos. Nessa época, principalmente nas

periferias, surgiram boletins e pequenos jornais produzidos fora do processo industrial, usando fotocópias, o mimeógrafo e outros métodos mais baratos de impressão.

Nessa década, a imprensa alternativa, que cobria assuntos gerais, firmou-se como um gênero definido e combativo, apesar de lutar contra a censura e de enfrentar difíceis condições financeiras. Entre as publicações de maior destaque, o carioca *O Pasquim*, que alcançava enorme sucesso, o jornal semanal *Opinião* (1972) e *Movimento* (1975).

3.2.2. A Tarde

Na década de 70, dois acontecimentos merecem destaque especial no que se refere à cobertura do Dia Internacional da Mulher no jornal A Tarde. Pela primeira vez, no ano de 1972, a data é citada pelo periódico baiano e, em 1974, é publicado o primeiro caderno especial em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

É significativo o fato de que essa primeira notícia sobre o tema destaca justamente a falta de conhecimento da população a respeito da data. Tanto que o título da nota é “Dia da Mulher passa hoje despercebido”. Além dessa constatação, a nota, publicada no caderno geral, na página 3, destaca a falta de uma programação comemorativa para a data.

“Hoje é o Dia Internacional da Mulher, mas quase ninguém sabe disso, pelo menos em Salvador e nenhum programa foi criado para homenagear a mulher – mãe, a mulher companheira do homem e sobretudo a mulher-gente atuante, participante ativa das transformações do mundo, e do desenvolvimento geral da humanidade.

A mulher sempre foi relegada a uma posição inferior nas sociedades. Atualmente, os homens não só tem confiança na sua capacidade, como até já temem a sua concorrência. A cada dia que passa aumenta o número de mulheres que ocupam cargos de responsabilidade, antes só dados a homens”. (A TARDE, 8 mar. 1972, p. 3)

É importante observar que o texto situa o desconhecimento da data pelos habitantes da capital baiana, ao afirmar que ninguém sabe da data “pelo menos em Salvador”. O texto nos leva a crer que existe certo grau de falta de conhecimento entre a maior parte dos moradores da cidade. Nesse sentido, Salvador não estaria em sintonia com uma data importante para a luta pelos direitos das mulheres. Por outro lado, cabe

notar que essa citação do jornal em 1972 é anterior ao ano em que a ONU designou oficialmente o 8 de março como o Dia Internacional de Mulher: 1975.

Essa nota também apresenta algumas das representações da mulher: a mãe, a mulher companheira do homem e a “mulher-gente atuante”. A expressão mulher-gente, complementada com o trecho “participante ativa das transformações do mundo” aparece como uma outra representação. Nesse sentido, essa mulher-gente seria uma forma de estar no mundo diferenciada da mãe e da mulher companheira do homem. Curiosa também é a adjetivação do substantivo gente. As outras mulheres não seriam, então, gente? Seria essa mulher atuante uma cidadã ou uma militante pelos direitos da mulher?

A notícia constata a posição inferior destinada às mulheres na sociedade, mas aponta uma transformação, que tem sua origem, de acordo com a nota, no mercado de trabalho. Essa mudança – a mulher em cargos de responsabilidade – já traria preocupação a alguns homens que, de acordo com o texto, temem sua concorrência. O crescimento da atuação das mulheres no mercado de trabalho é um dos temas discutidos pela imprensa na época. Tanto que em 1977 foi realizado o I Encontro da Mulher que Trabalha e, em 1978, o I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema, apenas para citar dois exemplos.

Na década de 1970, o jornal A Tarde criou alguns espaços dedicados à mulher. Um deles foi a coluna “Você não está só”, que respondia perguntas das leitoras, sempre com conselhos sentimentais. Na edição de 8 de março de 1972, o título da carta da leitora foi “Baianinha Encalhada”. No espaço, uma moradora de Salvador de 20 anos de idade descreve suas insatisfações consigo mesma e pede ajuda para superar sua dificuldade de encontrar um namorado.

“... não me considero das piores, apesar de ter um pequeno excesso de nariz e algumas gorduras não muito proporcionais. Numa turma de rapazes não consigo me adaptar, fico desarmada com os cochichos e risadas que partem a todo momento. Vivo desesperada à procura de alguém que me compreenda. Quero amar e ser amada, sou romântica, adoro a lua, o mar, o pôr do sol, enfim, toda a natureza e tudo que signifique “Paz e Amor”. Por favor, me ajude e me responda o mais rápido possível...” (A Tarde, 8 mar. 1972, Caderno 2, p. 9)

Essa leitora, que se auto-denomina “Baianinha Encalhada” posiciona o amor romântico de maneira central em sua vida. E, em uma década em que estar bela é praticamente uma ordem dada às mulheres pela imprensa, sua aparência física assume um papel decisivo para o seu sucesso, ou a falta dele, com os homens. Essa forma de

agir e de estar no mundo nos remete à análise que Gilles Lipovetsky faz no livro *A terceira mulher – Permanência e revolução do feminino* (2000), quando afirma que, apesar das transformações da “revolução sexual” e do impulso das aspirações igualitárias, nossa época não conseguiu destruir a posição tradicionalmente preponderante das mulheres nas aspirações amorosas. O autor cita justamente a imprensa para exemplificar esse predomínio.

Basta observar a imprensa feminina com suas seções dedicadas ao coração, seus testemunhos intimistas, suas reportagens sobre a vida sentimental das celebridades deste mundo. Sem nenhuma dúvida, as mulheres conservam um laço privilegiado com o amor, amam o amor, manifestam um interesse muito mais marcado que os homens pelos discursos, os sonhos e os segredos relativos ao coração (LIPOVETSKY, 2000, p. 30-31).

As cartas dessa seção são endereçadas e respondidas a Myrthes, assim mesmo, só com o primeiro nome, com uma intenção clara de mostrar intimidade. Tanto que a resposta de Myrthes começa com um caloroso “Minha amiga” e o tom do texto é o mesmo de uma conversa entre conhecidas, com direito a uma análise da situação e a conselhos para a jovem.

“Não acha que aos vinte anos é um pouco cedo para já se considerar encalhada? Conheço alguém que se casou aos 47, depois de 25 de convento. Apesar dos esforços para ser simpática e do sucesso que obtém entre seus familiares, você está presa, consciente ou não, ao seu complexo de nariz. (...) Nesse estado de espírito você deixa de ser espontânea e autêntica, criando paradoxalmente a atmosfera que quer evitar, que é a dos comentários e cochichos. (...) Como já tive oportunidade de lembrar nesta coluna, não existe instituto de beleza, nem cosméticos, sauna, massagem, ginástica, etc., mais eficiente do que a beleza que se pode criar e expandir através da bondade do coração. Um coração sempre disposto a amar – e aproveitando a Campanha da Fraternidade uso o termo adequado – a servir não encontra resistência em nenhum outro coração. (...) Tenha fé, levante a cabeça, sorria, encha o coração de amor... e seja feliz” (A Tarde, 8 mar. 1972, Caderno 2, p. 9)

Apesar de não se tratar de um veículo destinado especificamente ao público feminino, percebemos na linguagem utilizada por Myrthes o mesmo tom de amiga conselheira que Buitoni (2009) destaca na linguagem das revistas femininas. A linguagem conativa afirma, gentilmente ordena, o que a jovem deve fazer. Cabe destacar que essa linguagem é diferente da utilizada em todas as outras páginas do jornal. Ou seja, quando o periódico quer se dirigir diretamente às mulheres, faz isso em um espaço específico e com uma forma de se comunicar igualmente específica.

Em relação à análise e aos conselhos de Myrthes, observamos que a beleza ocupa papel central, já que ela situa a origem do problema em um “complexo de nariz” e não em qualquer outra razão. E, a despeito de todos os conselhos de superação através do amor, Myrthes encerra o texto com uma nota em que diz: “se não puder se livrar do mal-estar causado pelo ‘pequeno excesso de nariz’, existe o recurso da cirurgia plástica”.

Na década de 70, o jornal A Tarde publica aos sábados o caderno intitulado Jornal de Utilidades, com pautas consideradas de interesse do público feminino, a exemplo de moda, beleza e decoração. No dia 8 de março de 1974, um sábado, Dia Internacional da Mulher, a edição especial intitulada “A presença da mulher no mundo de hoje” foi dedicada a uma discussão sobre a situação das mulheres. No texto estampado na capa do caderno, a informação de que todos os problemas relacionados com a mulher no momento e mundo de hoje estariam na terceira página.

Na página 3, considerada a principal por ordem de destaque nos jornais, a matéria “Elas lutam por condições iguais”, de Margarida Cardoso, fala sobre o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. De acordo com o texto, as mulheres continuam longe dos centros decisórios do poder, estagnadas em um nível profissional “inferior ao dos homens”. A justificativa para essa situação estaria em velhos preconceitos, inclusive restrições da própria Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT. Uma das situações apontadas no texto é a demissão da mulher logo após o casamento ou no período de gravidez, apesar de a Constituição Federal garantir o contrário. Os legisladores, de acordo com Margarida Cardoso, utilizam como argumento a fragilidade do organismo da mulher, que necessita de proteção, e além disso, a necessidade de “salvaguardar a família e a sociedade”.

Em um início do que se veria anos mais tarde nas matérias sobre mercado de trabalho e mulher, o texto traz dados, como o fato de o número de mulheres economicamente ativas representar somente a quinta parte da força de trabalho total. Nas tarefas não especializadas, informa o texto, existe uma mulher para cada três homens; nas de nível médio, uma para seis homens, e nas de nível superior, uma para cada 15 homens. Essas mesmas mulheres ocupavam sobretudo funções administrativas: secretárias, contadoras, recepcionistas, serviços de saúde, assistência e atividade social. Como personagem, a matéria destaca a primeira motorista de ônibus do Brasil.

“Maria de Lurdes Conceição, uma senhora casada, mãe de filhos, que dirigia veículos há muito tempo. Como o rendimento era ínfimo, resolveu por conta própria responder a um anúncio de solicitação de motorista, por uma empresa de transportes coletivos. Primeiramente rejeitada, por tratar-se de uma mulher, ela decidiu dirigir-se ao Superintendente, que a admitiu”. (A Tarde, 8 mar. 1974, Jornal de Utilidades, p. 3)

Como fonte, Margarida Cardoso entrevista a professora de sociologia da Universidade Federal da Bahia Zaidée Machado Neto. A pesquisadora falou sobre a família e a relação entre os sexos, tema de um estudo que desenvolvia havia três anos, e acerca do mercado de trabalho. De acordo com Zaidée, não existe discriminação social, mas econômica. Mas, em seu discurso, admite que “é como se existisse uma marca biológica para certas profissões”. A pesquisadora destaca, ainda, que:

“Os padrões tradicionais ainda estão afetando tanto os homens como as mulheres. O problema de libertação não está definido no uso de roupas descontraídas e palavras, etc, mas sim através do estudo, da criação e da honestidade. Admiro as moças que sabem o que fazem, mas não são ‘avançadinhas’ que atrás de tudo que mostram estão procurando o casamento seguro”. (A Tarde, 8 mar. 1974, Jornal de Utilidades, p. 3)

Esta foi a primeira matéria publicada em A Tarde, no período analisado, com uma abordagem mais direcionada para a condição da mulher. A foto que ilustra a matéria mostra um homem de short sentado confortavelmente em um jardim com as pernas em cima da mesa, rodeado por cinco jovens mulheres trajando biquínis, que lhe fazem carinho. Na legenda, “o tempo da submissão já não existe mais. Hoje a mulher luta pela igualdade”. Na mesma página, logo abaixo, está a matéria “Hoje: a mulher e os outros”, desta vez escrita por um homem, Paulo Jacchia. Apesar de o jornal identificar o texto, na capa do caderno, como uma reportagem, o repórter não ouviu fontes e a construção assemelha-se mais à de um artigo, com uma análise do autor sobre o tema em questão.

Jachhia inicia o artigo com a constatação de que a posição da mulher na sociedade sofreu uma transformação desconcertante. Afirma que a mulher ultrapassou os limites da família, antes considerados intransponíveis, e hoje cooperam em todos os setores da vida social e lança ao leitor a pergunta que tentará responder ao longo do texto: “É um bem ou um mal este inserir-se da mulher em ambientes que até pouco tempo atrás lhe eram completamente desconhecidos?”. Inicialmente, com um discurso de ponderação, ele afirma ser ainda cedo para fazer um balanço dessas mudanças. Mesmo assim, tece considerações que mostram o difícil convívio da sociedade ao

constatar que a mulher estava rompendo as barreiras do mundo privado e se aventurando pela esfera pública.

Como argumento, Paulo Jacchia afirma, em primeiro lugar, que as mulheres sentem saudade do conforto e da segurança “dos velhos tempos”, quando cuidavam apenas da casa e da cozinha e os “acontecimentos do mundo exterior” só chegavam “de reflexo, meio apagados”. Apesar disso, admite que não há como voltar atrás e defende um ponto de equilíbrio, que chama de caminho do meio, para o posicionamento das mulheres na sociedade. “É justamente este equilíbrio que as feministas mais sérias pretendem alcançar. Não imitar – “feitas Macacas” (*sic*) – a maneira de viver do homem, nem assumir o papel de sufragetes, fumar na rua, etc”, defende Jacchia.

O repórter argumenta, então, a importância de a mulher ter conhecimento dos assuntos da coletividade, participar das decisões da sociedade. Como razão principal para sua defesa da presença da mulher na esfera pública, está a possibilidade de ajudar o marido e os filhos.

Como poderá uma mulher entender o marido com um problema de trabalho que o atormenta, se ela não conhece o tipo de trabalho em questão? Como poderá ajudar os garotos – e seus próprios filhos – se desconhece os tipos de sociedades por eles freqüentadas, os modelos e às ideologias às quais se inspiram? (A Tarde, 8 mar. 1974, Jornal de Utilidades, p. 3)

O contraste entre público e privado fica ainda mais claro no encerramento do artigo, no trecho em que Jacchia afirma que “por isso mesmo, é necessário que cada mulher ‘saia ao ar livre’ com coragem e consciência”. Segundo ele, esse é o verdadeiro caminho para o amadurecimento da mulher. No texto, o repórter aponta os transtornos causados pela saída da mulher dos limites da casa e da família e argumenta que esse ingresso no mundo público só será válido se limitado aos interesses do marido e dos filhos. Ou seja, mesmo quando alça vôo à esfera pública, os interesses da mulher devem estar ligados à vida privada. Para fortalecer sua argumentação, Jacchia utiliza até o lugar de fala das militantes, ao afirmar o que pretendem alcançar “as feministas mais sérias”, apesar de não citar nenhuma delas ou nenhuma das bandeiras ou linhas do movimento feminista.

Inserir esse tipo de cobertura em um caderno de “utilidades” pode ser considerada uma estratégia do jornal para tratar do assunto em suas páginas, já que no ano em questão, 1974, seria difícil imaginar uma proposta mais emancipatória. Essas são as duas principais matérias do caderno e as que se referem diretamente à condição

da mulher, mas há outras sobre as mulheres na publicação, ainda que com diferentes abordagens. Entre elas, estão “A mulher mente mais cedo” que utiliza uma pesquisa científica para afirmar que a chamada “idade da mentira” tem início aos seis anos nas meninas, e aos sete, nos meninos. Outro texto traz notícias de Nova York. Mas a fonte não são as feministas norte-americanas, e sim a contratação de mulheres como varredoras de rua. Um sinal de que, se a presença da mulher no mercado de trabalho tornava-se cada vez mais comum, o fato dessa atividade ser desempenhada na rua ainda chamava atenção o suficiente para ser noticiado em um outro país.

Assim como acontece nas revistas femininas da década, as páginas dedicadas à mulher no jornal passam a trazer sugestões de produtos de beleza para suas leitoras. Na parte de moda e beleza, mais uma vez a função conativa: “Fique na crista da onda com a moda deste verão”.

Na edição de 8 de março de 1975, um importante tema ganha destaque na capa do jornal: o divórcio. A chamada de capa “Igreja não transige com o divórcio” e a matéria “Não separe o homem aquilo que Deus uniu” não mencionam diretamente o Dia Internacional da Mulher, mas tratam de uma importante questão para a mulher da década de 70. Os textos citam como referência a liberação do divórcio na Itália e trazem como fontes representantes da Igreja Católica que salientam que, no Brasil, a situação será diferente.

Na mesma edição, A Tarde publicou a matéria “Projeto do divórcio já se acha na Câmara”, que traz a emenda que tanto preocupara a Igreja. Tratava-se da inclusão, no trecho da Constituição que afirma que “o casamento é indissolúvel”, do texto “exceto em caso de separação dos cônjuges por mais de cinco anos ou após dois anos do desquite” (A Tarde, 08 mar. 1975, p. 3). No início da década, no dia 09/03/1970, o jornal A Tarde destacou em sua capa a matéria “Mulher casada vai ter novos direitos”, que ressaltava, no novo Código Civil, o reconhecimento da posição da mulher na família, conferindo maior autonomia na condução dos negócios do casal.

Na edição de 8 de março de 1975 tiveram espaço na capa de A Tarde líderes religiosas dos terreiros de candomblé de Salvador. A matéria “Yaôs e axetãs nos jardins de Ondina” descreve o ato de agradecimento que 80 representantes da religiosidade de matriz africana fizeram no Palácio do Governador. É interessante observar o papel de protagonismo da ação dessas mulheres em agradecimento a um programa de preservação de suas tradições desenvolvido pelo governo. Essa visita – na qual as mulheres trajaram as vestes brancas consideradas símbolos de sua cultura – a um

representante do poder instituído mostra o prestígio e a valorização que conquistaram na esfera pública, a ponto de merecer, inclusive, destaque no noticiário. Esse espaço conquistado está inserido, também, na cobertura da agenda oficial do governo, mas não deixa de ser notável a abordagem positiva da religião, com direito a duas fotos publicadas.

Como destaca Ruth Landes no livro *A cidade das Mulheres* (2002), publicado originalmente em 1947, as mulheres negras conquistaram notável eminência e poder na Bahia, ao controlar as sociedades religiosas e os mercados públicos. Ao contrário de suas patroas brancas, limitadas ao ambiente doméstico, as negras saíam para vender quitutes, comércio que lhes possibilitava um contato maior com a esfera pública. No período em que Landes esteve na Bahia, entre os anos de 1938 e 1939, as mulheres tinham o predomínio do sacerdócio nos terreiros, em um verdadeiro matriarcado. Hoje, esse cenário é diferente. Já existem diversos homens à frente de casas religiosas de matriz africana.

No Jornal de Utilidades publicado em 8 de março de 1975, a coluna O Mundo da Mulher destacava, sob o título de “Rainha do Lar” uma pesquisa feita pelo semanário francês L’Express sobre “problemas femininos”. A enquete afirma que 60% das francesas continuariam trabalhando mesmo se sua situação econômica não mais o exigisse. Além disso, 42% delas não aceitariam, por razão nenhuma, desempenhar as funções de dona de casa, mesmo se a atividade fosse bem remunerada. Por outro lado, 36% das entrevistadas acham que a mulher deveria deixar de trabalhar fora até seu filho ingressar no jardim de infância.

No ano de 1975, entretanto, A Tarde não noticia a decisão da Organização das Nações Unidas de oficializar o 8 de março como o Dia Internacional da Mulher. Outras bandeiras das mulheres destacadas na cobertura do periódico baiano na década de 70 foram a luta pela aposentadoria aos 25 anos de serviços prestados para a mulher e as ações do núcleo baiano do Movimento Feminino pela Anistia, em prol da anistia ampla e irrestrita. Essa luta mostra a sintonia da Bahia com essa bandeira que reuniu mulheres em todo o Brasil. Outra notícia, publicada em 1976, dá conta de que não existe desigualdade biológica entre homens e mulheres.

A última reportagem sobre o Dia Internacional da Mulher na década de 70 mostra as transformações da cobertura no período. Intitulada a “A mulher na mesa de debate” e assinada pela repórter Linalva Maria, a matéria noticia o debate “Ser Mulher na Bahia”, promovido pelo núcleo baiano do Movimento Feminino pela Anistia

(MFPA) – mesma instituição citada pelo jornal no ano anterior, 1978. O encontro, realizado no dia 8 de março de 1979, mesma data de publicação da matéria, reuniu 11 mulheres das mais diversas profissões e níveis sociais para falar sobre suas experiências na vida profissional e política.

Entre as participantes, a repórter cita a juíza do trabalho Bisa Junqueira Ayres, a socióloga Zahidé Machado Neto, a artista plástica Sônia Machado, Dadá, a mulher do cangaceiro Corisco, a dançarina Lia Robatto, a presidente da Organização do Auxílio Fraternal, Dalva Matos, a conselheira da Associação Cristã Feminina, Itamar Dias de Araújo, Irmã Dulce, a ex-vice-presidente do Diretório Central de Estudantes da UFBA, Célia Bandeira, a presidente do núcleo baiano do MFPA, Diana Cunha Mendonça, e a cobradora de ônibus e “líder do bairro de São Caetano” Maroli Lopes.

Essas diversas vozes compõem representações variadas de mulheres. Como fontes para a informação, a repórter escutou mulheres: uma economista de São Paulo e uma professora da Universidade Federal da Bahia, que falaram sobre a mulher no mercado de trabalho. Entre as questões debatidas pelo movimento feminista, a matéria traz a discussão sobre a relevância da análise da classe social na luta contra a opressão, levantada pelo feminismo socialista. Para superar o problema, de acordo com essa linha que se desenvolveu no período da segunda onda, seria preciso desenvolver uma sociedade sem classes.

Entre os quatro depoimentos de participantes no evento citados na matéria, destacamos o da juíza do trabalho Bisa Junqueira Ayres.

“... quando a mulher passa a tentar sua sobrevivência e a do núcleo familiar, sendo ela própria um chefe de família, a sua luta é pelo menos triplicada. De uma vez a mulher assume a protagonização de uma profissional, de uma gerente de casa e de uma cumpridora de sua vocação de mãe. (...) Profissionalmente, há discriminação, mas a gente pode vencê-las através de concursos públicos. A grande dificuldade está nas esferas privadas onde os critérios de recrutamento são subjetivos e inspirados em interesses muito específicos, ditados pela sociedade capitalista, em si mesma segregacionista em relação aos vários segmentos oprimidos, como por exemplo, o negro e a mulher”. (A Tarde, 8 mar. 1979, Caderno 2, p. 1)

Observamos, na declaração da juíza, a percepção daquilo que Woodward descreveu como novas formas de identificação, no caso, o negro e a mulher. São esses grupos oprimidos que podem se unir a partir de um mesmo fator de mobilização política. Linalva Maria critica ainda o fato de, mesmo os partidos mais progressistas, não terem ainda incluído em seus programas “questões vitais do problema feminino”

como a legalização do aborto, creches para crianças e a exigência do cumprimento de determinações legais que estabelecem salários iguais para trabalhos iguais. Apesar de a cobertura relacionada à moda e beleza ter características cada vez mais consumistas, a discussão de questões ligadas à luta das mulheres pode ser considerada um avanço na cobertura jornalística do Dia Internacional da Mulher diante da década anterior.

3.2.3. Folha de S. Paulo

A Folha de S. Paulo já havia noticiado, na década de 60, o Dia Internacional da Mulher. Mas é nos anos 70 que o periódico irá destinar um espaço mais significativo à cobertura da data, com páginas especiais dedicadas ao tema nos anos de 1975, 1978 e 1979. É neste último ano que a Folha dedica seu primeiro editorial à causa da mulher. No ano de 1975 que, como observamos, teve importância significativa para o movimento feminista devido à decisão da ONU de oficializar a data, o jornal dedicou uma página especial ao assunto, intitulada Nova Mulher. Nesse espaço, matérias sobre assuntos diversificados forneceram uma visão ampliada sobre a situação da mulher no período.

Na notícia “O dia da mulher em todo o mundo”, informações a respeito da decisão das Nações Unidas e da Conferência Mundial da Mulher, realizada naquele ano entre 14 de junho e 2 de julho, no México. “Em cada país, uma lembrança” noticia o número elevado de selos postais que seriam lançados pelos correios de todo o mundo para promover o Ano Internacional da Mulher, em prol do reconhecimento universal da igualdade dos direitos de homens e mulheres. A situação da mulher argelina é o tema de “Emancipação – Os rostos vendados”.

A página especial continua com “Ler – A emenda para a igualdade de direitos”, que fala sobre a emenda constitucional que assegura igualdade dos direitos para as mulheres nos Estados Unidos, com o apoio do então presidente Nixon. Em “Trabalho – É difícil chegar ao meio da escada”, assinada por Bárbara Castle, são descritos os objetivos do Ano Internacional da Mulher e destacadas duas leis que estavam em discussão na Grã-Bretanha: a Lei contra a discriminação sexual e a Lei da igualdade dos salários. A atuação da mulher brasileira no campo da cultura e das artes é o tema de “Ver – Também na arte a libertação da mulher”. A edição é ilustrada com fotos de

mulheres citadas em cada uma das matérias e com selos de alguns países em homenagem ao 8 de março.

A elaboração de um caderno especial em homenagem a uma data comemorativa está inserida nos projetos de marketing dos jornais – com seus interesses comerciais –, mas também pode estar associada ao compromisso editorial dos veículos de comunicação. Envolve um planejamento editorial: desde a decisão de publicar um caderno ou uma página especial, passando pela definição das pautas e da equipe, e a produção das matérias até sua edição e editoração gráfica. Por tudo isso, essa decisão, muitas vezes, envolve um investimento no produto.

Na década de 70, não encontramos nenhum caderno especial em homenagem ao Dia Internacional da Mulher nas edições pesquisadas da Folha, mas três páginas com cobertura especial, com direito a matérias sob aspectos diferenciados, publicadas nos anos de 1975, 1978 e 1979. Ainda que se trate de uma página especial – e não de um caderno inteiro, esse processo pode ser semelhante, ainda que em menor escala – ao processo desenvolvido para a publicação de um caderno especial. De todo modo, existe uma determinação prévia do que irá ou não se tornar notícia e de que aquele tema merecerá um determinado espaço no jornal.

A edição de 8 de março de 1978 do jornal Folha de S. Paulo traz uma página especial em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, com algumas representações diversificadas da mulher em fins dos anos 70. Nenhuma das matérias é assinada. No texto de abertura da página, um resumo descritivo de seu conteúdo: “Algumas analisam a condição feminina através dos tempos e propõem novas soluções. Outras não sabem de nada ou o pouco que sabem perde-se no cotidiano, nem sempre é fácil de enfrentar. Revoltadas ou apáticas, elas vivem hoje”. Esse texto introdutório indica a proposta de dar voz a mulheres diferenciadas. A seguir, elencaremos algumas delas.

A supermãe

“A mãe está fazendo sacrifícios” (Jenny Alice Quintas, 45 anos)

Pela primeira vez na cobertura do Dia Internacional da Mulher da Folha de S. Paulo, foi publicado um perfil, gênero jornalístico que compõe uma narrativa sobre a vida de uma pessoa, famosa ou não, que se atém à sua individualidade e, ao mesmo

tempo, à relação de sua personalidade e atitudes a um contexto maior. Intitulado “D. Jenny, a TV e a família”, o perfil de Jenny Alice Quintas, 45 anos, conta a história de uma dona de casa da classe média paulistana. Mãe de três filhos, sua vida gira ao redor das atividades e realizações do marido e dos filhos, com idades de 21, 19 e 17 anos. Sua principal ocupação é o cuidado com a arrumação da casa e a alimentação da família. Tem um hobby, que desenvolve há cerca de quatro meses: a pintura. Mas mesmo esse lazer tem o objetivo de contribuir com o pagamento da educação dos filhos, considerados o centro de sua vida. De acordo com o perfil, D. Jenny não tem qualquer informação ou preocupação sobre as lutas das mulheres, conforme o trecho que transcrevemos:

“Não sabia que hoje é o Dia Internacional da Mulher.

Não tem opiniões sobre a situação atual da mulher brasileira: ‘Uma pessoa que tem família, tudo bem’. (...)

Se ela pudesse pedir hoje alguma coisa ao Governo seria: mensalidades mais baratas ou maior distribuição de bolsas de estudo” (Folha de S. Paulo, Ilustrada, 08/03/1978, p. 31).

A trabalhadora

“Ninguém trabalha por esporte” (Margarida Conceição, 32 anos)

Após o perfil da dona de casa devotada aos filhos e ao marido, a cobertura dá visibilidade às mulheres que trabalham fora, inseridas no mercado profissional e na esfera pública. Assim como D. Jenny, também são mães, porém vivenciam uma rotina muito diferente da primeira personagem, afinal são operárias que atuam em uma pequena fábrica de produtos alimentícios. No entanto, uma semelhança se destaca logo no início: elas também não sabiam que o 8 de março era o Dia Internacional da Mulher. Outro aspecto que as iguala é o hábito de acordarem cedo. Levantam-se às 5h e cuidam do café das crianças, mas ao contrário de D. Jenny, que vai ao mercado e à feira na sequência, saem depressa para não perder o ônibus.

Correm também na saída do trabalho, às 16h30. É que o fato de ter um emprego, não afasta essas mulheres da rotina das donas de casa. Lavam roupa, passam, preparam o jantar, dão banho nas crianças. E há ainda a preocupação, durante as horas em que estão fora, trabalhando, com o bem-estar dos filhos. Como destaca Schiebinger (2001),

a divisão sexual do trabalho, que atribuiu às mulheres a principal responsabilidade pelos cuidados com o lar, as sobrecarregou de maneira desproporcional.

Essa constatação da pesquisadora está explícita na fala dessas operárias. “A condição da mulher que trabalha fora é muito complicada porque a gente acumula muito serviço. No fim de semana tem que arrumar a casa, lavar, passar”, afirma a baiana Maria Adélia, moradora de Catanduva, 36 anos e um filho de 8. Em todas as matérias dessa edição, a Folha pergunta o que cada entrevistada pediria se pudesse fazer uma reivindicação naquele dia. “Gostaria de pedir muitas coisas: aumento de salário, entrada no serviço às 7h30, uma creche para quem tem filhos pequenos, condução farta, segura e barata”, afirma Maria Adélia.

Essa lista de pedidos, apesar de partir de uma operária sem vínculos com o feminismo, traz algumas das bandeiras levantadas pelo movimento no período da segunda onda. Ainda que separados por momentos políticos distintos e em meio à ditadura no Brasil, algumas conquistas, como as creches, os salários mais altos e melhoria das condições de trabalho, parecem ultrapassar as fronteiras das nações e dialogar com todas as mulheres, unidas nos problemas e nas necessidades de soluções.

A jovem sonhadora e contra a igualdade

“Sou contra a igualdade total, como querem esses movimentos. Acho que não pode haver liberdade sexual e que em muitos pontos a mulher tem que continuar submissa” (Cristina Parretti, 18 anos)

Para compor essa matéria, a Folha entrevistou jovens com idades entre 15 e 19 anos sobre a situação da mulher. As respostas mostraram, em primeiro lugar, falta de conhecimento a respeito do movimento feminista. Muitas estudantes, inclusive universitárias, o associam a uma competição com os homens. Apesar da pouca idade, essas jovens pensam em manter, com todas as letras, o padrão de casar, ter filhos e cuidar da casa, sem grandes ambições profissionais.

As militantes brasileiras no exterior

A agenda das militantes do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris foi destacada na edição. Elas participaram de uma passeata ao lado de 2.500 feministas em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. A notícia, entretanto, traz informações incorretas sobre a origem da data, associando a escolha à primeira greve de operárias norte-americanas, que teria acontecido em 1879, informação que não confere com os acontecimentos históricos. Outra matéria noticia “A falsa revolução sexual”, fazendo um contraponto com o aumento da prostituição nas grandes cidades.

No dia 8 de março de 1979, encontramos o primeiro editorial da Folha de S. Paulo dedicado ao Dia Internacional da Mulher. Os editoriais são os textos que em o jornal expressa sua própria opinião, da direção ou da equipe de redação a respeito de um determinado assunto. Localizado na página de Opinião e com caráter opinativo (e não informativo), normalmente esse espaço aborda assuntos que o veículo julgue relevantes para seu público. Na chamada “grande imprensa”, os editoriais são apócrifos – isto é, nunca são assinados por ninguém em particular.

Com o título “A mulher e o Brasil”, esse editorial traz a reflexão de que as reivindicações femininas podem e devem juntar-se àquelas que exigem um melhor nível de vida para todos os brasileiros. Para tanto, cita a existência de milhões de habitantes do país que vivem em situação de miséria quase absoluta. Esse aspecto já havia sido levantado por Céli Pinto (2003), ao refletir sobre a relevância da desigualdade social no Brasil. De fato, este foi um paradoxo que o feminismo brasileiro precisou lidar. Por um lado, se ele se organizou a partir da luta pela transformação das relações de gênero, mas por outro, tinha a clareza de que o problema social no Brasil não poderia estar fora de qualquer luta específica.

3.2.4. A Tarde versus Folha de S. Paulo

Após o silenciamento do Dia Internacional da Mulher na década de 1960, o tema começa a ganhar espaço, gradativamente, nos jornais A Tarde e Folha de S. Paulo nos anos 70. No periódico baiano, a data comemorativa é citada pela primeira vez em 1972 e, em 1974, é publicado o primeiro caderno especial em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Apesar disso, A Tarde não concede espaço ao assunto em sua

edição de 8 de março de 1975, ano em que a ONU designou oficialmente o 8 de março como o Dia Internacional de Mulher.

É nos anos 70 que a Folha de S. Paulo irá destinar um espaço mais significativo à cobertura da data. Apesar de não ter publicado caderno especial em homenagem à mulher no período, o periódico dedica ao tema páginas especiais nos anos de 1975, 1978 e 1979. É neste último ano que a Folha destina seu primeiro editorial à causa da mulher.

É também na década de 1970 que, pela primeira vez, encontramos na Folha o relato do incêndio que teria matado 129 operárias da Fábrica Cotton, em Nova York, em 8 de março de 1908, e originado a data de luta pelos direitos da mulher. A matéria, assinada pela repórter Inês Castilho, afirma que as mulheres chegavam a dar à luz no interior das fábricas com frequência – informação que não encontramos em nenhum registro histórico ou jornalístico.

Se na Folha, encontramos uma cobertura que concede cada vez mais espaço ao debate sobre as reivindicações sobre os direitos das mulheres e discussões sobre suas bandeiras, em A Tarde observamos matérias que seguem modelo semelhante ao da imprensa feminina, com textos sobre moda, beleza e conselhos emocionais. Mesmo nos textos que se tentou discutir temas como mercado de trabalho e direitos das mulheres, observamos uma preocupação com o rompimento dos limites dos papéis sociais antes ocupados pelas mulheres. As mudanças na realidade da mulher são apontadas, mas estão inseridas em um discurso de ponderação sobre os seus reais benefícios, de forma a frisar a importância de a mulher não deixar de lado seus papéis no lar e na família.

Apesar da tentativa de A Tarde de trazer a discussão da mulher para a atualidade, com as matérias “Elas lutam por condições” e “Hoje: a mulher e os outros” (1974) consideramos a abordagem do periódico baiano conservadora. As duas têm aspecto mais semelhante ao artigo, com conteúdo de opinião, e escutam poucas fontes. Segundo uma dessas fontes, não existe discriminação social, mas econômica. Além disso, em sua opinião, a mulher deveria escolher uma profissão que fosse “tradicionalmente feminina”.

Já a Folha, ao contrário de A Tarde, noticia a decisão da ONU de tornar 1975 o Ano Internacional da Mulher, que teve importância significativa para o movimento feminista. Na página que dedicou ao assunto, intitulada Nova Mulher, o jornal publicou matérias sobre assuntos diversificados que forneceram uma visão ampliada sobre a

situação da mulher no período, de maneira a incluir a emenda para a igualdade de direitos, as mulheres sindicalizadas e o drama das mulheres na Argélia.

Apenas no último ano da década, A Tarde traz um debate mais acirrado sobre o feminismo com a matéria “A mulher na mesa de debate” (1979). O texto noticia o evento promovido pelo núcleo baiano do Movimento Feminino pela Anistia para marcar o Dia Internacional da Mulher. Essa cobertura sinaliza o tom que A Tarde adotaria na década seguinte. A notícia publicada em A Tarde pode ser fruto da mobilização que o Movimento Feminino pela Anistia adotou no período. Um indício dessa possibilidade é o fato de a Folha ter noticiado, em 8 de março de 1979, a programação de Salvador para o Dia Internacional da Mulher em sua cobertura.

“Ser mulher na Bahia’ é o tema do painel que o Núcleo Baiano do Movimento pela Anistia promove hoje e com o qual pretende levar ao público a experiência de vida de diversas mulheres que participam da sociedade baiana. Do painel participarão nove mulheres, entre as quais uma juíza do trabalho, uma artista plástica, uma socióloga, uma cobradora de ônibus e uma professora de dança” (Folha de S. Paulo, 08/03/1979, p. 35)

Nessa mesma edição, a Folha divulgou a programação para o Dia Internacional da Mulher em São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, além da capital baiana.

3.3. A década de 80

3.3.1. Contextualização

Dois acontecimentos no ano de 1979 influenciaram o desenvolvimento do movimento feminista da década de 1980: a anistia aos presos e exilados políticos e a reforma partidária. A anistia trouxe de volta ao Brasil um conjunto de militantes que era a vanguarda da esquerda brasileira nos anos 1960. Além disso, marcou o começo de uma época de maior liberalização, menos repressão e mais possibilidade de manifestações. Vivia-se ainda sob o domínio dos militares, mas eles prometiam uma democratização gradual. No mesmo ano, os estrategistas do governo elaboraram uma reforma partidária que acabava com o bipartidarismo que vigorava desde 1965, com o AI-2.

Esse novo cenário possibilitou que, nos anos 80, o movimento feminista seguisse novos rumos no Brasil. Até então identificadas com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), as feministas se dividiram entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, que sucedeu o MDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). De um lado, ficaram as que lutavam pela institucionalização do movimento e por uma aproximação com a esfera estatal. De outro, as autonomistas, que viam nessa aproximação um sinal de cooptação.

Ao longo da década, surgem fortes grupos feministas temáticos, com destaque para os que passaram a tratar da saúde e da violência contra a mulher. Nos anos 80, de acordo com Céli Pinto (2003), a relação do feminismo com o campo político deve ser examinada a partir de três perspectivas complementares: a conquista de espaços no plano institucional, através dos Conselhos da Condição da Mulher e Delegacias da Mulher; a presença de mulheres nos cargos eletivos e as formas alternativas de participação política. Em todos esses espaços, a presença da mulher não se deu sem tensões resultantes da própria resistência de adentrar em um campo até então completamente dominado por homens.

Tanto no Brasil, como nos países europeus, nunca foi consensual a idéia de criar conselhos e ministérios que se ocupassem exclusivamente de questões referentes à mulher. A principal preocupação era o risco da perda de autonomia do movimento, até mesmo porque o feminismo lutava por transformações profundas nas relações de poder. Esse tipo de mudança não poderia resultar de uma colaboração estrita entre o movimento e o Estado. A institucionalização, que acabou acontecendo, teve como uma de suas formas mais visíveis a criação dos conselhos da condição da mulher.

O primeiro deles surgiu em São Paulo, em 1983. O Conselho Estadual da Condição Feminina tinha caráter consultivo e propositivo, não possuía orçamento próprio e era composto por mulheres do PMDB, mesmo partido do governador Franco Montoro. Apesar disso, segundo Pinto, como ainda ocorre, muitas vezes, até os dias atuais, o grupo não foi suficientemente forte para ocupar um espaço nas instâncias decisórias. Ao mesmo tempo, precisou lidar com a oposição de parcelas do próprio movimento, que não aceitavam a institucionalização.

Dois anos depois, em 1985, foi criado o Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), resultado de uma mobilização que começou com a Campanha das Diretas-Já, em 1983. Criado junto com o Ministério da Cultura, o Conselho possuía orçamento próprio e sua presidente tinha status de ministério. Tratou de diversos temas

que centralizavam a luta feminista brasileira, desde questões consensuais como a luta por creches, até as polêmicas ligadas à sexualidade e ao direito reprodutivo. Sua maior e mais bem-sucedida intervenção aconteceu junto à Assembléia Nacional Constituinte, com êxito concretizado nas conquistas da Constituição de 1988.

Apesar disso, o período de atuação real do Conselho Nacional da Mulher teve curta duração: de 1985 a 1989. Com o governo Collor, o órgão perdeu seu orçamento e passaram a ser indicadas como conselheiras mulheres sem larga experiência no movimento feminista.

A Constituição de 1988

É notável a ausência das feministas na bancada do Congresso Constituinte de 1988. Nas eleições de 1986, foram eleitas 26 mulheres para a Câmara dos Deputados – e nenhuma para o Senado. Esse número representava somente 5,33% da Câmara Federal. Essas mulheres pertenciam a diversos partidos políticos e estados da federação. As regiões Norte e Nordeste foram as que mais elegeram deputadas mulheres. Causou surpresa o fato de a região Sudeste, a mais urbanizada e desenvolvida do país, onde o movimento feminista era mais forte, ter elegido um número pequeno de mulheres.

Entre todas as eleitas, apenas Moema San Tiago tinha atuação feminista pública. As outras vinham de famílias de políticos ou haviam conquistado popularidade através de trabalhos sociais ou dos meios de comunicação. Após mais de dez anos de atividade no Brasil, o movimento feminista não havia mudado o cenário da presença feminina no Legislativo brasileiro. Porém, apesar desse quadro heterogêneo de mulheres eleitas, isso não implicaria na ausência do movimento nos trabalhos constituintes.

Não obstante, foi na defesa das propostas do movimento de mulheres que esse grupo se destacou e mereceu o reconhecimento de todas as mulheres do país. Atuando como um verdadeiro ‘bloco de gênero’, a bancada feminina, independentemente de sua filiação partidária e de seus distintos matizes políticos, que iam da esquerda radical à extrema direita, superando suas divergências ideológicas, apresentou, em bloco, a maioria das emendas propostas de forma suprapartidária, garantindo a aprovação, na nova Constituição, de aproximadamente 80% das demandas do movimento de mulheres (COSTA, 1998, p. 117).

Céli Pinto (2003) aponta três razões para essa tomada de posição das deputadas: a primeira é a presença de três emendas populares promovidas por movimentos de mulheres que propunham o alargamento dos direitos da mulher. A segunda, a presença

do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, na época dirigido pela socióloga Jaqueline Pitanguy, que mobilizou os movimentos de mulheres para uma atuação conjunta, e a terceira, a própria dinâmica interna da Câmara dos Deputados, espaço privilegiadamente masculino, que colaborou para o crescimento de uma identidade e de uma solidariedade entre essas 26 mulheres.

Com o slogan “Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher!”, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher organizou eventos em todos os estados no ano de 1986, com o objetivo de estruturar e sistematizar as propostas das mulheres que seriam apresentadas na Constituinte. Elas foram organizadas em um encontro nacional que reuniu mais de duas mil mulheres. Lá, foi elaborada a “Carta das Mulheres” brasileiras, que agrupava propostas sobre família, saúde, educação, trabalho, violência, discriminação, cultura e propriedade da terra.

Entre as importantes conquistas consagradas pela Constituição de 1988 no campo do direito da mulher estão:

- Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
- Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário com duração prevista de 120 dias;
- Proibição da diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;
- O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei;
- Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher;
- Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

A mobilização do movimento feminista durante os preparativos para a Constituinte é um dos mais significativos exemplos na então jovem democracia

brasileira da organização da sociedade civil com o objetivo de intervir diretamente no campo político. Liderada pelo CNDM, houve uma rede que envolveu centenas de pequenos grupos, feministas ou não, com expressão local, regional ou nacional e mulheres líderes das mais diversas áreas: sindicalistas, acadêmicas, políticas.

Tal mobilização, expressa nas emendas populares à Constituinte, possibilitou que o movimento feminista fosse protagonista em um cenário muito particular e promissor no Brasil: o encontro da sociedade civil organizada com instituições estatais e com o Parlamento, num momento em que a primeira teve poder para pressionar, limitar e modificar a ação dos dois últimos (PINTO, 2003, p. 79).

Ao lado das ações mais políticas, firmaram-se no país grupos autônomos organizados, cujas discussões giravam prioritariamente ao redor de dois temas específicos: violência e saúde. A questão da violência contra a mulher sempre foi tratada no Brasil como um tema restrito à esfera privada. A posição do homem como detentor do direito de vida ou morte daqueles que vivem sob o seu teto tem raízes no sistema escravocrata. Essa regra valia tanto para a mulher branca, que tinha que cumprir seus deveres de esposa, quanto para a mulher negra, objeto de desejo do homem branco, que se permitia com ela prazeres não permitidos na casa-grande.

No século XX, o hábito cada vez mais freqüente da mulher sair para trabalhar e contribuir com o orçamento doméstico não transformou radicalmente a posição de mando do marido na sociedade conjugal. Protegido por uma legislação arcaica e uma moral conservadora, o homem continuou a praticar atos de violência que eram vistos como de foro privado. Sendo assim, o Estado e a lei não deveriam interferir. A jurisprudência nacional considerava legítimo que o homem matasse em defesa da honra. Bastava ser traído para que o crime deixasse de existir.

Em 1976, um crime abalou a elite carioca e tornou-se notícia em todos os jornais do país. Doca Street matara sua ex-mulher Ângela Diniz e foi absolvido, no julgamento, sob o argumento de ter matado em legítima defesa da honra. Essa sentença originou uma das primeiras grandes campanhas públicas feministas no Brasil e contribuiu para a condenação de Doca no segundo julgamento, que aconteceu em 1981.

No início da década de 80, surgiram inúmeras organizações de apoio à mulher vítima da violência, a exemplo do SOS Mulher. Além de acolher as mulheres e protegê-las dos agressores, o objetivo era tornar aquele um espaço de reflexão e de mudança das condições de vida daquelas mulheres. Nos primeiros anos, as feministas que coordenavam essas organizações entraram em crise, ao perceber que as mulheres

agredidas – normalmente de classe econômica mais baixa – não queriam tornar-se militantes feministas, queriam apenas não ser mais agredidas.

Surgiu então um feminismo de prestação de serviço, com profissionais da área de saúde e jurídica. É nesse momento que começam a ser criadas organizações não-governamentais de apoio às mulheres. A partir de 1985, um novo rumo para a questão da violência contra a mulher. É a criação da primeira delegacia especializada. Sua importância é tão significativa que rapidamente elas se popularizam pelo país.

O segundo tema que se tornou central no movimento feminista nos anos 80 foi a saúde da mulher. Além de assuntos tradicionais como os cuidados com a maternidade e a prevenção do câncer, a questão pressupunha outros temas que envolviam controvérsias e preconceitos: o planejamento familiar, a sexualidade e o aborto. Se parecia um direito para as mulheres de classe média, o planejamento familiar tomava ares de política pública conservadora quando o assunto eram as camadas populares.

Já o aborto, no Brasil, ultrapassava a cifra anual de 1 milhão, a maioria feita em condições muito precárias. Apesar disso, o simples fato de discutir a questão já causava grande reação, principalmente da Igreja Católica. Há ainda a sexualidade, que foi central nos grupos de reflexão na Europa e nos Estados Unidos desde as primeiras manifestações da nova fase do feminismo a partir do fim da década de 1960. Entretanto, talvez devido à repressão no Brasil, o tema tenha chegado ao país tardiamente. Um dos destaques no país na década de 80 para a questão da saúde das mulheres foi a criação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher pelo Ministério da Saúde, em 1983.

Na Bahia, mulheres como Ana Alice Alcântara Costa, que havia conhecido a experiência mexicana, Margô Piva, de volta do exílio em Londres, Neuza Brito, Maria Helena Souza e Maria Amélia Almeida criaram, em 1979, o Grupo Feminista Brasil Mulher/Núcleo Salvador. A grande maioria das integrantes era da classe média e havia passado pela universidade. “No mundo inteiro, o feminismo nasce na classe média, porque as classes mais populares têm questões mais urgentes, como creche, melhorias no bairro... Falta tanto na vida delas que elas querem brigar por coisas que melhoram seu cotidiano. As mulheres da classe média têm outras demandas que não as de condição de vida, porque estas já foram supridas, mas não são coisas particulares. Elas abrangem todo o coletivo de mulheres”, enfatiza a pesquisadora do NEIM Terezinha Gonçalves, uma das antigas integrantes do Brasil Mulher, em entrevista ao Jornal Correio da Bahia (2006).

Movimento autônomo de ação e reflexão feminista, o grupo – que nunca teve sede fixa – tornou-se o principal articulador das lutas das mulheres no estado até fins dos anos 80, quando deixou de existir. Foi o responsável pelo início das manifestações contrárias à violência à mulher no estado, demandando cumprimento da justiça, trazendo a público casos exemplares, impulsionando a formação de novas organizações e articulações, como por exemplo a Comissão de Combate a Violência Contra a Mulher.

Na prática, as ações do grupo incluíam a publicação do jornal Maria Maria, manifestações na porta do Fórum Ruy Barbosa – quando havia julgamento de algum caso de violência contra a mulher –, seminários e passeatas. A Comissão de Combate à Violência contra a Mulher, criada em 1984, congregava diversas organizações da cidade e mulheres independentes, com o objetivo de desenvolver ações de combate à violência contra a mulher, lutar pela criação da Delegacia Especial de Combate à Violência e o Conselho Estadual da Condição Feminina. Essa Comissão transformou-se, mais tarde, no Fórum de Mulheres de Salvador, que se mantém até os dias atuais.

Até 1989, ano em que deixou de existir, o Brasil Mulher foi um dos principais articuladores da luta feminista em Salvador, destacando-se não só no combate à violência contra a mulher, mas participando e interferindo na articulação de políticas e mudanças legislativas que garantissem uma transformação na condição feminina. Dentre elas, estavam a Comissão Especial de Defesa da Mulher na Câmara Municipal, presidida por Amábília Almeida em seu mandato de vereadora, e posteriormente a elaboração de propostas à Assembléia Constituinte Estadual.

O feminismo acadêmico

Desde suas primeiras manifestações no Brasil, ainda no fim do século XIX, período em que se desenvolveu a primeira onda do feminismo, o movimento feminista reuniu mulheres intelectuais que se manifestavam por meio de jornais, romances, palestras e peças de teatro. A segunda fase do movimento, notável no Brasil a partir da década de 1970, não foi diferente, tanto aqui como nos países europeus e nos Estados Unidos. Como destaca Pinto (2003), o feminismo não é um movimento popular. Sua chegada até as camadas mais populares ocorre ao longo de sua história como uma escolha política estratégica, e não como decorrência espontânea de seu desenvolvimento.

A produção acadêmica sobre a mulher tem um texto considerado fundador: a tese de livre-docência defendida em 1967 por Heleieth Saffioti, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Orientado por Florestan Fernandes e publicado como livro em 1969, o trabalho foi um marco não apenas por seu inegável mérito acadêmico, mas também por ter introduzido no debate marxista o tema da opressão da mulher. Apesar da importância dessa pesquisa inaugural na década de 60, foi no fim da década de 70 que os estudos sobre a mulher se firmaram no Brasil.

A mais importante iniciativa para incentivar esses estudos foi o conjunto de concursos de dotação de recursos para pesquisa sobre a mulher promovidos pela Fundação Carlos Chagas e financiados pela Fundação Ford entre os anos de 1978 a 1998. Nesses 20 anos, foram financiados 170 projetos de todas as regiões do país, que posicionaram a fundação como uma referência na área nacional e internacionalmente.

Foi na Fundação Carlos Chagas que surgiu o jornal *O Mulherio*, em 1981, considerado a mais importante publicação feminista da década. Mas, no período, houve outros jornais feministas, a exemplo do *Brasil Mulher* e do *Nós Mulheres*.

Outro espaço importante de produção sobre a mulher era o das associações nacionais de variadas áreas do conhecimento, como a Anpocs (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais), Anpol (Associação Nacional de Pesquisa em Letras) e Anped (Associação Nacional de Pesquisa em Educação). Tanto os projetos de pesquisa como os trabalhos expostos em reuniões têm sua origem principalmente nos cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de ciências humanas e educação das universidades brasileiras. De acordo com a análise de Céli Pinto, a dificuldade de entrar na estrutura mais pesada das unidades universitárias levou ao aparecimento, nas universidades brasileiras, de núcleos de estudos sobre a mulher.

O primeiro deles surgiu na PUC – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1982. Na Universidade Federal da Bahia, em maio de 1983, foi criado o NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. Formado inicialmente por um pequeno grupo de professoras e alunas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, muitas oriundas do Grupo Feminista *Brasil Mulher*, o NEIM logo passou a contar também com a participação de docentes vinculadas a outras unidades de ensino e pesquisa da UFBA. O próprio *Brasil Mulher* havia sido influenciado por brasileiras que retornaram do exílio, após a anistia, com uma nova visão: não bastava apenas lutar por direitos, as mulheres precisavam se inserir no processo político.

Outros núcleos universitários com importância nacional são os da Universidade de Brasília e da Universidade de São Paulo, além do Pagu (Núcleo de Estudos de Gênero) da Universidade Estadual de Campinas, que publica uma revista acadêmica.

Imprensa nos anos 80

No campo da comunicação, a década de 80 marca o fim das fotonovelas, o fortalecimento da segmentação e o direcionamento para a estética do corpo. Como foi um período de crise econômica, surgiram revistas de serviço, com matérias no estilo “faça você mesma”. As adolescentes atingiram o status de importante nicho no mercado de revistas.

No universo da mídia impressa e televisiva, a Rede Globo se firma como a maior força na indústria do entretenimento e de alcance de todo o território brasileiro. Observa-se também a consolidação da *Veja* como revista semanal. Em 1983, a publicação alcança a tiragem de 500 mil exemplares. Em 1988, a editora Abril lança a revista *Elle*, licenciada da homônima francesa, que traz as últimas novidades dos desfiles internacionais e a moda das grifes famosas.

Como aponta Dulcília Buitoni (2009), a inflação e as dificuldades econômicas propiciaram o surgimento de revistas que visavam ser úteis à vida das leitoras, a exemplo da *Criativa*, lançada em 1982. Os cuidados com a saúde e a alimentação e a disseminação das academias de ginástica inspiraram revistas como *Saúde* (1983), *Corpo a Corpo* (1987) e *Boa Forma* (1988).

3.3.2. A Tarde

Na análise dos jornais do dia 8 de março na década de 1980 no Jornal *A Tarde*, observamos uma maior presença de assuntos diretamente relacionados ao movimento feminista e às suas bandeiras na cobertura do Dia Internacional da Mulher. Esse aspecto está em sintonia com a maior visibilidade e atuação conquistadas pelo movimento nos anos 80, após a anistia dos presos e exilados políticos e a reforma partidária.

Seja através de referência direta ao feminismo ou da discussão a respeito das principais bandeiras do movimento, a fluidez do tema é significativa nas edições

analisadas nos anos 80. “Três séculos ainda não bastaram para a tão sonhada vitória feminista”, “Mulheres discutem seus principais problemas” e “O dia hoje é da mulher” são alguns dos títulos de reportagens publicadas entre 1980 e 1989. Congressos, seminários, manifestações populares, artísticas e políticas tiveram espaço nas páginas de A Tarde.

Outro aspecto observado na cobertura do Dia Internacional da Mulher é a recorrência ao incêndio na Triangle Shirtwaist Company como origem para a escolha da data, fato que não havia sido destacado pelo jornal baiano nas décadas de 60 e 70. Além do ano de 1857, normalmente informado como sendo o da tragédia, a edição de 1988 aponta o ano de 1875 como a data da tragédia. No primeiro capítulo, explicitamos que o incêndio, nos moldes narrados, nunca existiu. Já o momento de definição de um Dia Internacional da Mulher, proposto por Clara Zetkin em 1910, não foi lembrado nas matérias encontradas.

Prova de que a versão do incêndio em Nova York estava disseminada foi o anúncio publicitário publicado na edição de 8 de março de 1989 com a imagem ampliada de um palito de fósforos com a frase “Da próxima vez que for abrir a boca pra falar que a mulher se sacrifica demais, releia esta história”. A peça publicitária, uma campanha da Bigraf, Grafos e Fotocomp, traz a suposta história das operárias que teriam desencadeado a primeira greve conduzida por mulheres em 1857, em Nova York, em busca da redução da carga horária de trabalho. Segundo a versão, perseguidas pela polícia, as operárias teriam buscado refúgio no interior da fábrica, mas foram surpreendidas pelos patrões, que atearam fogo no grupo (e na própria empresa!). Na seqüência, a peça fala sobre a Conferência Internacional das Mulheres, realizada em Copenhague, em 1910, e a proposta de Clara Zetkin.

Outro aspecto que destacamos na análise da cobertura foi a discussão sobre a participação do movimento feminista na Assembléia Constituinte. Em sintonia com o momento político do Brasil, A Tarde deu espaço ao assunto, que traria – com a Constituição de 1988 – conquistas significativas para as mulheres. Discussões sobre o descriminalização do adultério e o fim dos chamados crimes de honra, desigualdade salarial e condições de trabalho apareceram associadas ao tema nas edições do Dia Internacional da Mulher da década de 80.

A violência contra a mulher e a saúde das mulheres, ambos assuntos que ganham espaço na agenda feminista da década, estão entre os temas mais abordados nas matérias e reportagens dos anos 80 analisadas. Como exemplo, destacamos a matéria “O dia hoje

é da mulher”, publicada em 8 de março de 1988, que congrega alguns dos aspectos que destacamos na análise. Logo no início, o texto traz a suposta greve de operárias em Nova York, em 1875. Na sequência, divulga a passeata Direitos e Diretas, que reuniu “grupos femininos e feministas”. A matéria, assinada por Ângela Peroba, afirma que o evento congrega um número significativo de entidades que, a despeito de suas diferenças, conseguiram se unir para a programação da data. Entre elas, está o grupo que criaria, naquela data, o Centro da Mulher Suburbana.

Dentre as muitas ações da programação, uma parte artística e a presença de Dadá, esposa do cangaceiro Corisco. Na cobertura jornalística, Dadá é enaltecida por representar a resistência, a mulher que deixou de ser a rainha do lar para abraçar a luta armada, “fugindo dos estereótipos da mulher sertaneja como a mais servil entre as servis”. A discussão sobre os direitos da mulher é contextualizada diante das conquistas da Assembléia Constituinte: creches, isonomia de salários, conquistas para as empregadas domésticas.

A temática da violência é abordada em uma matéria coordenada sobre a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, inaugurada em Salvador um ano antes, em 1987. O texto afirma que, nesse quesito, não há o que comemorar. Além dos altos índices de violência contra a mulher, as instalações da delegacia ainda não são as ideais e 90% das ocorrências registradas são referentes a agressões e ameaças que aconteceram no lar, a chamada violência doméstica. O ciúme e a embriaguez são os dois principais fatores que levam o homem à prática da violência, segundo os registros.

“Pelos próprios registros, percebemos a questão do ciúme como sinal de insegurança do homem diante do crescimento da consciência da mulher. Para ele, que carrega muito mais valores conservadores e cristalizados, é mais difícil acompanhar o comportamento da mulher nos aspectos cultural e profissional, mesmo no caso de um casal de baixa renda. A insegurança é a mesma, porque mesmo essa mulher sem oportunidades culturais tem muita fibra. A delegacia reforça essa disposição, porque a vítima encontra uma identificação como mulher” (Delegada Iracema Silva de Jesus, A Tarde, 08/03/1988, Caderno 2, p. 1)

Um detalhe ainda chama a atenção. Na década de 80, sai de circulação o Jornal de Utilidades, que concentrava a cobertura destinada à mulher. As matérias especiais relacionadas ao Dia Internacional da Mulher, antes publicadas na editoria de cidade (local) ou política, ganham um novo espaço. O lugar que passa a abrigar as matérias do Dia Internacional da Mulher em A Tarde é o Caderno 2.

Representações em A Tarde: A nova mulher

Nos anos 80, vimos a mulher sempre em sintonia com a moda e “sem medo de ser bonita”, como sugere o título de uma das matérias, ir cedendo espaço, na cobertura do Dia Internacional da Mulher, para outras mulheres. Em sintonia com a década em que as mulheres conquistaram o direito constitucional de ter salários iguais pelas mesmas funções desempenhadas pelos homens, eis que surge na cobertura a mulher que trabalha em profissões tradicionalmente consideradas masculinas. Ganham espaço, voz e imagem também as militantes dos movimentos feministas e dos movimentos de mulheres. Seja na esfera política, nos bairros da periferia, nas universidades ou nas delegacias, as mulheres que lutam por seus direitos aparecem com cada vez mais frequência na cobertura do Dia Internacional da Mulher.

Isso não quer dizer, entretanto, que o eterno feminino esteja excluído das páginas de A Tarde. Em alguns momentos, a crítica aos avanços da mulher chega através de depoimentos das próprias mulheres. É o que vemos na matéria “Estrela de ‘Barravento’ vê ‘bagunça’ no cinema”. Na matéria publicada em 8 de março de 1982, a atriz Lucy Carvalho, estrela do filme de Glauber Rocha então afastada havia oito anos das telas, afirma que a mulher estava “apelando demais, tornando o sexo muito devassado, sem amor, sem poesia, o que não ocorria há algum tempo”. Com a intenção de voltar a fazer filmes, a atriz afirma não se arrepender de ter abandonado a carreira para cuidar dos dois filhos e diz considerar-se uma mulher realizada.

Uma nova mulher, com maior consciência política e social, em sintonia com os novos ares trazidos pela redemocratização. É essa a mulher apresentada na reportagem especial do Jornal A Tarde publicada no dia 8 de março de 1985 intitulada Dia Internacional da Mulher.

“A nova mulher – Em meio a tantas discussões, que fazem parte do universo das mulheres, as feministas por unanimidade admitem que houve um avanço até mesmo pela própria sociedade em que vivemos, onde as informações se veiculam de maneira mais rápida, fazendo com que a mulher hoje tenha uma consciência política e social muito maior do que há uma década atrás. Para a feminista Ana Alice, ‘em termos de participação social, a mulher tem participado, ela está presente em todos os setores. Cada vez mais estamos penetrando nas funções que eram extremamente masculinas. A mulher está dando seus primeiros passos na consciência feminina/feminista, ou seja, do seu papel como mulher, levando a uma série de questionamentos’” (A Tarde, 08/03/1985, Caderno 2, p. 1)

Não há no texto, entretanto, nenhuma mulher que seja citada como exemplo dessa representação. As próprias fontes, em certa medida, o são. Mas há três imagens que ilustram a matéria. A primeira é uma fotografia da deputada Abigail Feitosa, que mostra o avanço da mulher no campo político. A segunda, mostra uma mulher consertando o motor de uma automóvel Fusca, com a legenda “A mulher está aprendendo a se virar sozinha, perdendo assim o chamado complexo de Cinderela”. E a terceira é a foto de uma motorista de táxi (cujo nome não é identificado), com a legenda “As mulheres lutam pela ocupação de espaços. Hoje elas já trabalham em setores onde antes só os homens trabalhavam”.

Na edição de 8 de março de 1988, encontramos uma outra representação dessa nova mulher, através da descrição de Dadá, esposa do cangaceiro Corisco, que seria homenageada na ocasião. As palavras são de uma das fontes ouvidas na matéria, Geracina Aguiar, representante do Partido dos Trabalhadores.

“Festejar Dadá é festejar a resistência, a mulher que deixou de ser a rainha do lar, abraçando a luta armada, chegando a ser dirigente militar do cangaço e fugindo a estereótipos da mulher sertaneja como sendo a mais servil entre as servis. Dadá conseguiu romper com toda essa estrutura familiar, buscando uma forma revolucionária de vida, coisa inédita dentro da sociedade ocidental. Dentro do cangaço, com todo machismo da colocação, Dadá foi vista como a mais importante figura sob o aspecto estratégico-militar. E tudo isso no período de 1928 a 1940, tempo em que Dadá ficou na direção armada, com a morte do seu companheiro Corisco. Dadá é a práxis da nova mulher” (A Tarde, 08/03/1988, Caderno 2, p. 1).

3.3.3. Folha de S. Paulo

O Dia Internacional da Mulher ganhou mais espaço nas páginas do jornal Folha de S. Paulo na década de 1980. Praticamente, todas as matérias analisadas citaram ou enfatizaram a data de homenagem às mulheres. Essa maior visibilidade conferida ao tema não significou necessariamente um aprofundamento nas questões históricas da data. Em dois anos, 1983 e 1984, o jornal que afirma que todas as informações publicadas devem ser sempre “exatas e comprovadas” divulgou o incêndio que teria originado o Dia Internacional da Mulher e que, como vimos no primeiro capítulo, não aconteceu nos moldes e na data amplamente divulgados pela mídia.

No ano de 1983, o título da notícia “Data lembra revolta e massacre de 1857” deu a tônica da história narrada, da mesma forma, em 1984. De acordo com o texto,

operárias de uma fábrica têxtil de Nova York resolveram se rebelar contra as condições de trabalho e iniciaram uma greve. Pediam a redução da jornada de trabalho e equiparação salarial com os homens. A manifestação, segundo os textos, teria sido reprimida com fogo na própria fábrica, e provocado a morte de 129 mulheres.

Um segundo ponto de destaque na análise da cobertura do período é o fato de diversas matérias citarem o termo feminismo. O fato de os anos 80 estarem situados em um período de diminuição gradual da repressão no Brasil, com uma possibilidade maior de expressão dos movimentos sociais, pode ter contribuído para essa visibilidade maior conferida ao tema. Ao seu lado, percebemos um debate político mais intenso, ligado aos temas de interesse da mulher, nas páginas do jornal.

Podemos associar a esse debate ampliado o aumento do espaço de discussão de temas diversificados da agenda feminista nos jornais analisados no período. A opressão da mulher, o novo Código Civil, sexualidade, controle da natalidade, trabalho e equiparação salarial e até mesmo temas que antes eram considerados tabus ou de discussão mais velada, a exemplo do aborto e da violência doméstica contra a mulher foram debatidos nas páginas da Folha.

Para trazer argumentos a esse debate, o periódico ouviu especialistas das mais diversas áreas dos estudos da mulher. Nessas discussões, as mulheres ganharam voz. É o que podemos perceber através da análise de quatro cadernos especiais publicados, nos anos de 1981, 1982, 1983 e 1988, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. A partir da análise das edições de 8 de março, percebemos, na década de 1980, um maior envolvimento da Folha de S. Paulo no debate feminista. Esse posicionamento é reconhecido pelas próprias integrantes do movimento, a exemplo da jornalista e ex-vereadora Irede Cardoso, que afirma, em matéria de sua própria autoria publicada em 8 de março de 1982:

“Esta “Folha” é um dos espaços mais avançados, mais de vanguarda e que, há anos, vem acolhendo matérias que mostram a situação da mulher brasileira, suas reivindicações e frustrações, em termos de situação social. Foi o primeiro e o único jornal da grande imprensa a reconhecer as exigências dessa nova geração de mulheres e a criar uma seção de Feminismo. A presença constante da mulher que pensa, da que reivindica, nos meios de comunicação, é uma prova definitiva de que uma nova mentalidade chegou para ficar. É uma mentalidade que reconhece a mulher com direitos iguais aos do homem, com a mesma capacidade de trabalho, com a mesma responsabilidade.” (Folha de S. Paulo, 08/03/1982)

Além disso, a Folha promoveu debates como o que foi realizado em seu auditório no dia 8 de março de 1985 sobre a pílula anticoncepcional. O evento, proposto por um laboratório, contou com a participação de nomes como a advogada Silvia Pimentel, autora da modificação no novo Código Civil em favor da mulher, da artista plástica e feminista Anésia Pacheco e Chaves e de Amália Ruth Schmidt, da Liga das Senhoras Católicas. O cientista Elsimar Coutinho, um padre, um médico ginecologista e um representante do laboratório que propôs o debate também compuseram a mesa.

A própria Folha, em editorial publicado em 8 de março de 1982, afirma que não há como ignorar as questões relacionadas aos direitos específicos das mulheres. O jornal critica o fato dessas mesmas questões serem, muitas vezes, rechaçadas pela própria mídia e pela sociedade, com o argumento de que as mulheres estariam querendo se voltar contra os homens. A Folha destaca, ainda, que apesar de discordar frontalmente de alguns itens do programa de reivindicações feministas no Brasil – a exemplo das propostas de legalização do aborto – tem procurado abrir espaço, em suas páginas, para o debate dos temas ligados à sexualidade e aos direitos da mulher, por acreditar em sua importância.

Vale ressaltar, entretanto, que o fato de a Folha ter dado espaço em sua cobertura aos temas da agenda feminista também tem sua origem nas próprias conquistas do movimento. Ou seja, além de ser um órgão formador de opinião, como a Folha destaca em seu Manual da Redação, o jornal também é formado pela opinião pública, que o influencia e pressiona.

Destacaremos, aqui, a análise do caderno especial Folhetim, publicado em homenagem ao Dia Internacional da Mulher no domingo que antecedeu o dia 8 de março de 1982. “Mulher: entre o reformismo e a utopia” foi o título do caderno que circulou em 7 de março de 1982. Nas 12 páginas do suplemento, artigos assinados por autoras como Carmen Barroso, psicóloga social e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, sobre a reprodução feminina, a advogada e professora da PUC Silvia Pimentel, sobre o esboço do projeto do novo Estatuto Civil da Mulher, elaborado por ela e Floriza Verucci, e Eva Blay, sobre a mulher e a política.

A criação de um tribunal em homenagem a Bertha Lutz para servir como veículo de denúncia contra a discriminação da mulher, a variedade dos principais grupos feministas de São Paulo, um artigo da socióloga Heleieth Saffioti sobre a contribuição da pesquisa científica para a condição da mulher e mesmo uma crítica à imprensa, através de uma análise do livro *A Mulher de Papel*, de Dulcília Buitoni, são outros

assuntos abordados na edição especial. Com artigos que apresentam desde as origens e a história do movimento feminista, passando por pesquisas, a atualidade e as tendências do feminismo, o caderno traça uma espécie de panorama sobre o movimento feminista. Entretanto, faltam, em suas páginas, personagens, mulheres reais que traduzam o cotidiano das mulheres no Brasil e no mundo. Essa edição do Folhetim traz uma discussão mais conceitual sobre o feminismo, ao apresentar artigos assinados por pesquisadoras da questão. Destacamos, aqui, um trecho do artigo assinado por Irene Viana sobre a discriminação contra a mulher e os elogios ao “eterno feminino”.

“A mulher que não aceitasse seu ‘belo e sagrado papel’ de ser ‘apenas mulher’, segundo cânones que não estabeleceu, ou era feia, ou era mal-amada, ou era lésbica, ou era metida a intelectual. Ou era tudo junto, o que ficava melhor. A mulher que não aceitasse seu ‘belo e sagrado papel’ estava se comportando como uma desocupada de classe média, que na falta de ter o que fazer resolveu brincar de inconformada. (...) Uma colher de gracinhas e temos argumentos para acabar com estas feministas. Argumentos de efeito, fáceis de usar em qualquer lugar e junto a todo tipo de público. A saída, claro, não é por aí. As piadas passam e a intolerância é vencida pela persistência e clareza nas reivindicações. Neste século, após cem anos de lutas, conquistamos os direitos políticos. Resta acabar com a conotação pejorativa que ainda se dá à palavra ‘sufragista’. Foram elas, sua união e sua luta, que deram um passo para que a situação da mulher evoluísse socialmente. E o voto foi conquistado por e para mulheres feias, bonitas, magras, gordas, do PDS ou do PT”. (Folha de S. Paulo, 8 mar. 1982, Caderno Folhetim, p. 2)

No caderno especial Folhetim publicado em 8 de março de 1981, a capa direciona o leitor para o questionamento: “O que as mulheres tanto procuram?”, com a ilustração de uma mulher no escuro, caminhando de salto alto com um candeeiro nas mãos. Nas páginas do caderno especial, artigos como “Mulheres, ao trabalho!”, assinado por Eva Blay, que afirma que a mulher é condicionada, desde a infância, a aceitar um salário inferior ao do homem, e “Homens e mulheres, a vítimas da violência”, de autoria da antropóloga Ruth Cardoso. Outro destaque do espaço foi o perfil da empregada doméstica Raildes Rocha de Andrade, intitulado “Minha vida de mulher”.

“Eu casei com ele sabendo que não ia dar certo. Ele não era um cara que me atraísse. Ele não é bonito, não é carinhoso, não sabe agradecer, mas é insistente. Minha patroa via nele um cara cem por cento. Meu irmão queria se ver livre de mim porque eu dependia dele. Quando fiquei grávida, falei que não queria casar. Falei que mais tarde ele ia jogar na minha cara que casou por causa da criança. Ele disse que não, que ele nunca ia falar uma coisa dessas. Eu aceitei o casamento. Para pagar o casamento, ele já não tinha dinheiro. Eu paguei. Já começou errado daí. Levou uma semana e ele jogou na minha

cara que fizera comigo o que nenhum homem faria: casar comigo grávida. Quando fomos para o advogado, meu marido disse que eu fora uma boa esposa durante três anos. Foi justamente durante os três anos que eu agüentei tudo sem falar nada. Quando achei que já estava passando das medidas, então não prestei mais pra ele”. (Folha de S. Paulo, 8 mar. 1981, Caderno Folhetim, p. 2)

Representações na Folha:

A dona de casa participante

Ligadas a instituições como a Associação das Donas de Casa, essas mulheres foram além da pesquisa de preços em supermercados e feiras livres. Defenderam, muitas vezes através de protestos, os interesses da população contra a alta do custo de vida. Lutaram, também, por postos de saúde e creches públicas para a população dos bairros periféricos. Rainhas do espaço privado, as reivindicações das donas de casa conquistaram o espaço público na década de 80. Como mostra a matéria “Feirão Carandiru abre com preços altos e protestos”, a manifestação das donas de casa criou um impasse com o então secretário das Administrações Regionais. Com postura notadamente política, uma das participantes afirmou: “15 de novembro vem aí e vocês vão ver o que o que o povo está pensando a respeito desta administração”.

A mulher consciente

A mulher consciente de seus direitos foi representada durante toda a década de 1980 na Folha de S. Paulo. Através das diversas ramificações do movimento feminista, tiveram como algumas de suas bandeiras a luta pelas “Diretas já, e Direitos iguais sempre”, a equiparação salarial e as condições de trabalho, questões como o acesso a creches, além de temas relativos à sexualidade e à reprodução.

3.3.4. A Tarde versus Folha de S. Paulo

Após o início da conquista de espaço no noticiário jornalístico do Dia Internacional da Mulher nos anos 70, observamos a ampliação e o aprofundamento da cobertura sobre o movimento feminista na década de 1980 nos jornais A Tarde e Folha de S. Paulo. A discussão nos periódicos acompanhou, em muitos momentos, a pauta de temas de interesse do cotidiano da mulher e as bandeiras do movimento. Dessa forma, a

violência e a criação das delegacias especiais de proteção à mulher, a Constituição de 1988, as políticas de saúde e o aborto integraram as pautas dos meios de comunicação.

Exemplo disso foi o fato de o jornal *A Tarde* ter passado a dar voz, como fontes de informação de credibilidade, a especialistas ligadas ao movimento feminista ou aos estudos da mulher, bem como a instituições ligadas ao tema que surgiram no período, Criado em 1983, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA), passou a ser citado com maior frequência a partir da cobertura de 8 de março de 1985, quando sua coordenadora, Ana Alice Costa Pinheiro, fala sobre a participação política e social da mulher e o aborto. É citado, ainda, o jornal *Maria, Maria*.

Além do NEIM, instituições e organizações locais e nacionais passam a ter suas programações em homenagem à data divulgadas pelos periódicos que analisamos. Além disso, suas representantes tornam-se fontes de informação para a mídia, ao lado de outras representantes do movimento feminista, psicoterapeutas, advogadas e políticas. Alguns exemplos dessas organizações são o Movimento Feminista Brasil Mulher, o Centro da Mulher Brasileira, o Conselho Municipal da Mulher e o Movimento Feminista Pró-Anistia.

Situação semelhante ocorre com a Folha de S. Paulo. Observamos uma ampliação do espaço dedicado à discussão de temas diversificados da agenda feminista na década de 1980. Ao seu lado, percebemos um debate político mais intenso, ligado às bandeiras de interesse da mulher. O novo Código Civil, sexualidade, controle da natalidade, equiparação salarial e até mesmo temas como o aborto e a violência doméstica contra a mulher foram debatidos nas páginas da Folha.

Esse aspecto observado nos dois periódicos está em sintonia com a maior visibilidade e atuação conquistadas pelo movimento feminista naquele período, após a anistia aos presos e exilados políticos e a reforma partidária. Apesar dessa cobertura mais significativa do 8 de março, o jornal *A Tarde* não publicou cadernos especiais em homenagem à data no período analisado. Já a Folha editou quatro cadernos especiais para celebrar o Dia Internacional da Mulher, nos anos de 1981, 1982, 1983 e 1988. Neste último, publicou o suplemento *Casa e Companhia* com a temática Vida Executiva, dedicada à mulher. Na capa, a chamada “A mulher que trabalha fora, seu estilo nas roupas e na casa, os truques para a vida doméstica e seu charme no lazer são temas desse suplemento especial”.

Para trazer argumentos ao debate sobre o feminismo, a Folha de S. Paulo ouviu especialistas das mais diversas áreas dos estudos da mulher. Nessas discussões, as

mulheres ganharam voz, tanto nas reportagens publicadas pela Folha no período, quanto nos dois cadernos especiais publicados na década de 80 em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Essa presença de fontes, normalmente mulheres, que tenham legitimidade para falar sobre temas relacionados ao universo da mulher se desenvolveu na década de 80 e não parou de se fortalecer nos anos seguintes. Mesmo com o fim da Segunda Onda do Feminismo, nos anos 90, essas especialistas não deixaram de ter voz. Seja em temas políticos, movimentos sociais, saúde ou violência, a mulher tem cada vez mais voz na cobertura do 8 de março em A Tarde e na Folha.

Entre as representações analisadas no período, destacamos a “nova mulher” retratada na cobertura do jornal A Tarde, aquela que ocupa cada vez mais espaços antes destinados apenas aos homens e passa a ter maior consciência de seus direitos. Na Folha, essa mulher consciente também tem lugar de destaque, seja ela uma líder feminista ou uma dona de casa engajada na luta contra a alta dos preços.

3.4. A década de 90

3.4.1. Contextualização

A década de 1990 foi marcada pelo questionamento sobre o fim do feminismo. Com maior ou menor intensidade, surgiram manifestações que se autodefiniram como antifeministas ou pós-feministas. É o início da chamada terceira onda do feminismo. É importante considerar, nesse contexto, que houve um esmaecimento do movimento. O feminismo, ao menos como existiu nas décadas de 1970 e 1980, período da segunda onda, com grupos de reflexão, associações fortes e manifestações públicas, passou a ter pouca expressão tanto no Brasil, como na Europa e nos Estados Unidos. Apesar dessas transformações, como afirma Pinto (2003), é equivocado simplesmente detectar o fim do feminismo.

É importante notar as novas formas que o pensamento e o movimento tomaram. Um primeiro aspecto é a dissociação entre o pensamento e o movimento feminista. Um segundo aspecto importante é a profissionalização do movimento através do

aparecimento de um grande número de organizações não-governamentais (ONGs) voltadas para a questão das mulheres.

“Essas duas movimentações são complementares e, ao mesmo tempo, agem em direções diversas. Enquanto o pensamento feminista se generaliza, o movimento, por meio das ONGs, se especializa” (PINTO, 2003, p. 91).

Apesar de ter havido certo retraimento dos movimentos sociais na década de 90, nela foram criadas as condições para que suas demandas fossem incorporadas aos discursos públicos. A mudança no tratamento das demandas que partiram dos movimentos identitários e particularmente do feminismo é significativa desse cenário. Para tanto, observamos desde exemplos mais simples, porém não menos importantes, como a diminuição do espaço de legitimidade para piadas e anedotas racistas e sexistas e a não-legitimidade de discriminar trabalhadores por sexo.

Isso não significa, é claro, que não exista mais a discriminação. Mas torna-se cada vez mais difícil manter políticas que discriminem empregados por sexo, seja em empresas privadas ou órgãos públicos. Isso mostra a força que passou a ter a reclamação legal para as autoridades policiais e judiciais.

Outro fato importante é a presença dos direitos da mulher no discurso político. O tema passou a integrar as propostas de candidatos das mais diversas esferas, desde vereadores até o presidente da República. Percebeu-se, dessa forma, que as causas defendidas pelo movimento feminista tornaram-se um tema relevante e que poderiam angariar votos. Ou seja, na década de 90 existe um feminismo difuso, fruto de anos de militância do movimento organizado, e que se expressa pela luta pelos direitos das mulheres das mulheres em campanhas eleitorais.

Esse feminismo difuso não se destaca pelas ações de suas militantes ou organizações. Muitas vezes, é defendido por homens e mulheres que nem se identificam como feministas. Além disso, não se articula através de demandas em relação à vida privada e pública. Justamente por essa fragmentação, seu discurso transita por diferentes arenas e aparece de formas diretas, através do discurso político, por exemplo, mas também de maneira sutil, através de transformações no comportamento das pessoas. Um dos exemplos dessa mudança cultural na sociedade brasileira é a legitimidade que a discussão sobre o assédio sexual alcançou no Congresso Nacional e nos legislativos estaduais.

Participação política

Nos anos 90, foi tímida a participação das mulheres na política institucional. A ocupação de cargos eletivos ou posições ministeriais tem sido lenta tanto no Brasil, quanto em países com maior tradição feminista e democrática. Um quadro diferente é percebido apenas em países que, de alguma forma, adotaram programas de ação positiva em relação à presença de mulheres. No Brasil, nem mesmo a existência da lei que garante 30% de mulheres nas listas partidárias para cargos legislativos – aprovada na lei eleitoral de 1997 e em vigor desde as eleições de 2000 – mudou esse quadro. A pesquisadora e professora do NEIM/UFBA Ana Alice Costa, em entrevista ao Jornal Correio da Bahia, afirma que, como não há punição clara, muitos partidos não cumprem a determinação.

“Hoje, enquanto no Brasil as mulheres ocupam apenas 23% dos cargos legislativos, na Argentina são 35%. Na Costa Rica, 42%. Na Nicarágua, a representatividade feminina é de 30%, e lá nem existe a lei de cotas”. (CARNEIRO, 2006, p. 7)

Apesar dessa fraca participação feminina no campo eleitoral, as mulheres encontraram, nos anos 90, outras formas de exercitar uma participação efetiva no cenário político, através das ONGs. Muitas delas originaram-se nos movimentos sociais. Um elevado número de mulheres que militaram no feminismo nas décadas de 1970 e 1980 tornaram-se profissionais nas mais diversas carreiras e fundaram organizações não-governamentais onde passaram a exercer suas profissões a partir de um trabalho comprometido com as causas feministas. Essas organizações são formadas, também, por mulheres que não possuem nível universitário. Algumas possuem o ensino médio e outras não chegaram a concluir o ensino fundamental.

Constituídas como organizações privadas sem fins lucrativos, as ONGs agem por meio de projetos destinados a populações específicas ou à defesa de causas específicas. Essas organizações são financiadas por fundações internacionais ou nacionais, mas em alguns casos recebem dinheiro do próprio governo, em uma espécie de terceirização de serviços e responsabilidades. Apesar de econômico, esse modelo de funcionamento traz uma limitação significativa: muitas vezes, as ações dessas organizações são pautadas pela agenda das fundações internacionais que as financiam. Além disso, ao ingressar em uma ONG, a feminista passa a falar de um lugar institucional que a diferencia de outras feministas.

Ao longo da década de 90, foram muitas as ONGs feministas no Brasil, com diferentes tamanhos, recursos e objetivos. Entre as suas diversas áreas de atuação, estavam organizações que se ocuparam das mulheres rurais, soropositivas, mulheres parlamentares, mulheres negras, entre muitas outras. Uma das características desse novo período é a segmentação das lutas. Ainda que essa segmentação esteja muito relacionada com a própria dinâmica das ONGs, ela deve ser creditada também às formas que o feminismo adotou ao longo dos anos 90. Nesse período, houve críticas a um feminismo branco, de classe média, intelectual e heterossexual, que se apresentava como o representante da mulher. Em reação a isso, surgiu uma profusão do que podemos chamar de feminismos.

Uma outra experiência destacada foi a criação, em 1992, da Redor, Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero). Outro destaque foi a Revista de Estudos Feministas, ancorada na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade Federal de Santa Catarina.

Além das ONGs, continuam a existir manifestações de mulheres em movimentos populares, em sindicatos e em partidos políticos, que discutem os direitos das mulheres. Muitos desses grupos de setores populares, que se organizam como reivindicatórios – e não feministas – passam a ter contato com essas ONGs feministas para se instrumentalizarem na defesa de seus direitos. Entre essas ONGs, podemos destacar o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) e a AGENDE (Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento), ambas com sede em Brasília e atuação na esfera política. Outro grupo que se desenvolveu foi o de ONGs ligadas à área da saúde da mulher. Já a Articulação da Mulher Brasileira (AMB) foi criada para preparar a ida das brasileiras à Conferência Mundial de Pequim em 1995. Mas, manteve-se posteriormente para fiscalizar a aplicação das recomendações da conferência e dos compromissos assumidos pelo Brasil ao assinar a Plataforma de Ações de Pequim. Hoje, tem sede no CFEMEA, em Brasília.

A pauta da AMB gira em torno do respeito à pluralidade, reunindo grupos e entidades de diferentes regiões, e com diversidade racial, étnica, socioeconômica, político-partidária, cultural, etária, religiosa, de orientação sexual e profissional. Além disso, a AMB organizou a plataforma feminista para as eleições de 2000 com reivindicações nas áreas de empoderamento, direitos civis, educação, violência e gênero, saúde e sexualidade, trabalho e geração de renda.

Se, por um lado, as ONGs formadas por mulheres altamente profissionais e especializadas influenciam diretamente parlamentares e atuam junto aos ministérios, por outro, no sentido da implementação de políticas públicas, 800 grupos de mulheres reunidos conseguem votar uma plataforma para os candidatos em uma eleição. Pode-se concluir que há uma capilaridade nesse processo participativo que em muito extrapola os limites dos espaços tradicionais de participação política e tende a agir para pressioná-los. Aqui, (...) vê-se a formação de espaços públicos alternativos nos quais se pode observar a formação de opinião (PINTO, 2003, p. 102).

Outro grupo atuante na esfera política é aquele formado por mulheres que não se relacionam diretamente com o Estado, mas buscam o empoderamento da mulher. Dessa forma, procuram aumentar seu poder para agir na esfera pública. No contexto da década de 90, as ONGs assumem o papel de liderança na construção de novos espaços públicos de conscientização e construção de opinião, envolvendo populações até então excluídas.

A imprensa nos anos 90

Na década de 1990, a maior parte das revistas brasileiras de grande circulação se voltou para o consumo e o culto às celebridades. É no fim do século XX que ocorre o auge do direcionamento que já vinha sendo apontado para a imprensa feminina. As revistas, como afirma Dulcília Buitoni (2009), são peças fundamentais na concretização da sociedade de consumo. Nesse sentido, o corpo assume o posto de elemento essencial da construção da imagem das pessoas.

Os anos 90 foram um período de aceleradas transformações, impulsionadas pela multiplicação dos meios de comunicação e pela revolução tecnológica nos aparatos eletrônicos. Essas mudanças, no cenário que Albino Rubim (2000) define como Idade Mídia, reorganizam política e culturalmente o mundo. A produção de imagens cresceu de maneira avassaladora. A pressão que essas imagens de mulher – e também de homem – exercem é significativa. É na década de 90 que se consolida o período de abertura política. Além disso, houve um crescimento das organizações não-governamentais, como destaca Céli Pinto (2003, p. 96).

A sofisticação do consumo fez surgir diversas revistas segmentadas. No universo da cultura e do jornalismo, nasceram a *Bravo!* (1997) e a *Cult* (1997). Ligada à mulher das classes A e B, surge também a revista francesa *Marie Claire*, lançada no Brasil em abril de 1991, pela editora Globo. Em 1993, nasce a *Crescer*, revista sobre crianças que se juntou à *Pais e Filhos* (1968). Os anos 90 também viram o crescimento de setores das

classes C e D, que passaram a consumir em decorrência do aumento do poder aquisitivo.

Como já foi dito, outra característica marcante da década de 90, que pode ser percebida nas páginas da imprensa, é o culto às celebridades. Em meio à alegria e aos comentários sobre a vida privada dos astros, quase não há lugar para matérias críticas ou para a tristeza. Além disso, como destaca Dulcília Buitoni (1986) no livro *Imprensa Feminina*, apesar de questionarmos a conceituação de assuntos especializados para mulheres, “existem alguns temas de grande interesse para o público feminino e que gozam de uma certa unanimidade na imprensa de todo o mundo” (p. 21).

Entre esses temas estão os chamados assuntos do coração, moda e beleza, economia doméstica e decoração, conselhos de saúde, culinária e direitos femininos. Já na década de 1940, estavam solidificadas as quatro grandes editoriais: moda, beleza, casa e culinária.

3.4.2. A Tarde

Na década de 1990, a cobertura do jornal A Tarde não se refere mais tão diretamente ao movimento feminista como ocorreu na década anterior. Apesar disso, muitas das bandeiras do feminismo estão presentes na cobertura do Dia Internacional da Mulher nos jornais analisados. Uma das possibilidades para justificar essa mudança na cobertura jornalística em homenagem à data é o fim do período que ficou conhecido como a Segunda Onda do Feminismo. Como exemplo dessa abordagem, destacamos a matéria “Passou a fase mais radical”, publicada em 8 de março de 1999.

“Mais organizadas e atuantes, as mulheres iniciam um novo período de luta, a partir dos anos 90 e neste final de milênio. Para a psicóloga e professora universitária Mercedes Cunha Chaves de Carvalho, superada a onda mais radical do movimento feminista, a luta das mulheres prossegue, pois ela continua submetida às exigências do poder, que está do lado masculino. ‘A partir de agora as conquistas serão muito lentas. Atualmente, estão em cena novos elementos, como a disputa por espaço no mercado de trabalho e o medo da competição, a partir do momento em que as mulheres estão assumindo postos de mando. Muitas coisas ainda precisam ser superadas, como o fato de se reconhecer a eficiência profissional das mulheres, mas continuar-se a lhes pagar salários menores’, frisa”. (A Tarde, 8 mar. 1999, p. 5).

Uma bandeira que passa a aparecer com mais frequência nas páginas do periódico baiano é o questionamento acerca da divisão do trabalho doméstico. Apesar

da ocupação de cada vez mais postos no mercado de trabalho, as pesquisas mostram que os salários entre homens e mulheres para uma mesma função ainda são desiguais e que, em casa, a maior carga de responsabilidades recai sobre a mulher. Na matéria “Feminismo tem novas frentes de luta”, publicada em 8 de março de 1998, a professora Ana Alice Alcântara Costa questiona “De que adianta termos conseguido nossa igualdade e até superioridade para com os homens, se quando chegamos em casa tudo da vida doméstica recai sobre nossa responsabilidade?” (A Tarde, 8 mar. 1998, p. 14).

Uma característica da década de 1990 que se reflete na cobertura de A Tarde é o crescimento das organizações não-governamentais feministas. Com os mais diversos objetivos, formatos e tamanhos, elas estiveram presentes nas edições do dia 8 de março da década de 90 analisadas. Centro de Estudos da Mulher, Fórum das Mulheres da Bahia e Conselho Assessor da Mulher são apenas algumas delas. O crescimento desse movimento é tão notável que o assunto foi abordado no primeiro editorial que A Tarde dedicou ao Dia Internacional da Mulher, em 8 de março de 1999.

O editorial é o espaço que o veículo de comunicação reserva para dar sua opinião institucional sobre um determinado tema, normalmente escolhido por ter relevância social. Então, em primeiro lugar, cabe destacar o fato de o Dia Internacional da Mulher conquistar visibilidade o suficiente para ocupar a seção. Em segundo lugar, observamos o tom crítico que o periódico dá à questão das ONGs. “Atualmente existem mais organizações não-governamentais falando e falando sobre as mulheres do que direitos assegurados no papel e na prática, jamais levados em conta” (A Tarde, 09/03/1999, p. 2). Nesse contexto, há também uma crítica aos poderes públicos, que não sustentam as leis criadas por eles mesmos.

Um outro aspecto que observamos nos anos 80, mas que é fortalecido nos anos 90, é o fato de o jornal dar cada vez mais voz a fontes que sejam mulheres para falar sobre as questões de gênero. Seja em temas políticos, movimentos sociais, saúde ou violência, a mulher tem cada vez mais espaço como fonte na cobertura do 8 de março em A Tarde. Além da questão do mercado de trabalho, o tema da violência contra a mulher é desdobrado em uma série de angulações: violência sexual, violência contra a adolescente, violência doméstica, violência policial, delegacias da mulher. Em meio às denúncias sobre abusos e divulgação de informações sobre os direitos da mulher, encontramos matérias como a que afirma, no título: “Rompimento de relação é sentença de morte”. Se, por um lado, o texto reconhece avanços como a nomeação de uma mulher, Kátia Alves, como secretária de segurança pública do Estado, por outro,

contabiliza, apenas em um mês, a morte de seis mulheres por seus ex-parceiros. Apesar de todos os avanços, uma parcela significativa dos homens continua a enxergar a mulher como sua propriedade e, por isso, considera ter o direito de tirar sua vida em caso de insatisfação.

No livro *Notícias da Bahia de 1850*, o etnólogo Pierre Verger (1999) afirma, citando depoimento escrito pelo viajante Froger em 1696:

Os habitantes da Bahia amam o sexo à loucura e não poupam nada pelas mulheres, que de resto são para chorar, pois elas não vêem nunca ninguém e não saem a não ser no domingo ao raiar da aurora para ir à igreja. Eles são extremamente ciumentos e é um ponto de honra em matar sua mulher, quando pode convencê-la de infidelidade (VERGER, 1999, p. 154).

O noticiário de *A Tarde* na década de 1990 revela, apesar das mudanças na legislação, a sobrevivência dos chamados crimes de honra. Ao mesmo tempo, mostra a importância da divulgação dos direitos da mulher pelos meios de comunicação. Nessa mesma matéria, uma das mulheres citadas foi prestar queixa contra o companheiro ao ver publicada, no jornal, uma matéria sobre um “crime de honra”. A própria delegada da mulher Isabel Alice de Pinho, entrevistada pela repórter Márcia Matos, cita a importância da reeducação das mulheres, sobretudo as mais jovens, para uma transformação do cenário. Nesse sentido, a mídia tem papel importante devido ao espaço que vem ocupando na formação e na discussão de temas de interesse público.

Outra importante discussão que ganha visibilidade nas páginas de *A Tarde* refere-se ao empoderamento da mulher. São discutidos os avanços conquistados até o momento, mas sobretudo as muitas bandeiras que restam por desbravar. Um dos campos dessa discussão é o político. Uma série de matérias, sobretudo as publicadas nos anos de 1995, 1997 e 1998 abordam a representatividade das mulheres nas instâncias políticas executiva, legislativa e judiciária. *A Tarde* destaca o assunto na capa da edição de 8 de março de 1996, com a chamada “Chegar ao poder é mais difícil para mulheres”, que cita a estatística de que apenas 5% dos parlamentares do país são mulheres. A importância do tema é tanta que até mesmo o então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, declarou que ainda havia setores da vida brasileira que eram fechados para a mulher. Acrescentando que o número de mulheres na vida política é muito pequeno, ressaltou que o poder é muito fechado à participação feminina. (*A Tarde*, 08/03/1997, p. 12).

Apesar dessa baixa representatividade, em alguns anos da cobertura, a exemplo de 1996, 1997 e 1998, foram noticiados, no dia 8 de março, projetos de lei como o que torna o estupro e o assédio sexual crimes contra a pessoa, e não contra os costumes, como estabelecia o Código Penal. Outro exemplo foi o anúncio do plano para ampliar o acesso das mulheres aos postos mais altos da administração pública.

Nessa década, A Tarde noticiou o Dia Internacional da Mulher em todos os anos, mas publicou apenas um caderno especial em homenagem à data, em 8 de março de 1996. Na verdade, o jornal baiano dedicou seu caderno cultural, o Caderno 2, ao tema. Na capa, a matéria “M de Mulher” destacava, através de caricaturas e legendas, diversas representações de mulher, a exemplo de marginalizada, majestosa, mana, matuta, maga, modesta, matriarca, mestre-cuca, maculada, meretriz, moderna, mãe, marota, mestre, manhosa e madame, entre outras.

A matéria “A força do sexo frágil” ocupou toda a página 3 do caderno especial e teve como mote, além das vitórias a comemorar, a necessidade de consolidação das conquistas diante do horizonte da mulher. Como foto de destaque, a imagem da freira Irmã Dulce. Entre as fontes ouvidas, a então diretora do NEIM, Elizete da Silva Passos e a poetisa baiana Iraci Kalil. A programação do Núcleo mereceu um box na página, com destaque para o slogan da campanha desenvolvida pelo NEIM para a data: “Uma mulher não deve vacilar...” no cotidiano, na saúde, nos direitos legais, na atuação profissional, na prática comunitária e na produção do conhecimento.

Na década de 1990, o incêndio na fábrica Triangle Shirtwaist Company passou a ocupar cada vez mais espaço nas edições do Dia Internacional da Mulher do jornal A Tarde. Na cobertura jornalística do período, predomina a versão de que os proprietários da indústria teriam ateado fogo na própria empresa durante um protesto das funcionárias por melhores condições de trabalho, em 1857. Apesar disso, em um artigo publicado na edição de 1992, assinado pela presidente do Conselho da Mulher Executiva, Maria Ivete de Oliveira, é citado o ano de 1908.

Outra informação equivocada publicada pelo jornal baiano em oito de março de 1997 é o relato de que o incêndio na fábrica de tecidos teria ocorrido em Londres, e não em Nova York. No fim dos anos 90, entretanto, A Tarde publicou uma matéria da Agência France Press sobre a História do Dia Internacional da Mulher. Pela primeira vez na cobertura dos exemplares analisados, uma notícia desmistifica a associação da origem da data à greve de operárias da indústria têxtil.

“Uma lenda vinculou por muito tempo esta escolha a uma greve de operárias novaiorquinas, no dia 8 de março de 1857. No entanto, as historiadoras Liliane Kandel, Françoise Picq e Michelle Perrot demonstraram que esta greve nunca existiu. Na verdade, a data foi escolhida por Lênin em 1921 para comemorar uma manifestação de operárias em São Petersburgo, em 23 de fevereiro de 1917, que corresponde ao dia 8 de março na era juliana, prelúdio da Revolução”. (A Tarde, 8 mar. 1999, p.15)

Apesar da tentativa, nessa matéria, de desmistificar as origens do Dia Internacional da Mulher, observamos que há informações incorretas no texto. Em primeiro lugar, as datas dos acontecimentos estão equivocadas. Conforme destacamos, o oito de março não foi escolhido por Lênin. Outra informação incorreta veiculada no texto é o ano em que a ONU instaurou oficialmente o oito de março como Dia Internacional da Mulher. A matéria cita o ano de 1977, em vez de 1975.

Representações em A Tarde:

Na década de 1990, são mais diversificadas as representações da mulher que ocupam as páginas do jornal A Tarde no dia 8 de março. Uma das representações que ganha mais espaço é a da mulher política, em sintonia com o debate em torno da importância do empoderamento da mulher. A esfera política é um dos campos em que é possível conquistar de forma mais efetiva novos espaços para as mulheres.

Há desde exemplos como o da educadora Amábia Almeida, única deputada em meio a 63 homens até a funcionária pública e ativista sindical Rosimeire Freitas, passando pela prostituta Sandra S., que diz:

“Nós que trabalhamos na vida não temos muito a dizer sobre o Dia Internacional da Mulher. Tudo, praticamente, continua a mesma coisa para o lado da gente. Prostituta é prostituta e continua marginalizada, tanto pela mulher como pelos homens. Muitos poucos compreendem nossa vida, muitos cobram porque a gente não arranja emprego e trabalha decente, mas todos se esquecem que a maioria de nós não tem chances. O lado sexual, para nós, é comércio e nunca mudou esse conceito. Acho que deveriam nos dar uma chance – os homens, principalmente. Aqui, na vida, somos discriminadas duas vezes: por sermos mulheres e por sermos prostitutas. Mas dá pra ir levando” (A Tarde, 8 mar.1999, p. 5).

Aliando a questão dos cargos políticos à mulheres com visibilidade nacional, a cobertura do Dia Internacional da Mulher de 1991 destaca perfis da então ministra da economia Zélia Cardoso e da então prefeita de São Paulo, Luiza Erundina. Essa matéria,

intitulada “A mulher com a palavra” e assinada pela repórter Ana Teresa Baptista, é iniciada com uma declaração em que a escritora Myriam Fraga afirma não falar sobre o Dia Internacional da Mulher por considerar a data, assim como o Dia do Índio e o “Dia do Negro”, preconceituosa. “Não existe, por exemplo, Dia Internacional do Homem. Se fosse uma data comemorativa da luta pelos direitos da mulher, aí seria diferente”, afirma Fraga, em declaração que mostra desconhecimento a respeito da origem histórica do 8 de março. Podemos inferir ter havido também um desconhecimento do assunto por parte da repórter, que em nenhum trecho da matéria trouxe um argumento direto contra tal afirmação. A mesma matéria estampada na capa do Caderno 2 de A Tarde em 1991 traz outros dois nomes de destaque para as representações da mulher no Brasil: Leila Diniz e Patrícia Galvão, a Pagu.

Como o tema da violência contra a mulher foi uma constante nas páginas de A Tarde nos anos 90, surgiram também os retratos das vítimas dessa violência. Os anos de 1997 e 1999, sobretudo, mostraram a face de parte dessas mulheres: a maioria, convive em casa com o próprio algoz, tem faixa etária entre 22 e 37 anos e profissão definida que varia de faxineira a advogada, passando por auxiliar de enfermagem. Sofrem agressões que se iniciam normalmente de forma moral, mas avançam para a violência física. Em 99% dos casos, a bebida alcoólica é apontada como desencadeadora das agressões. Esse é o perfil geral dos casos, mas há exemplos que fogem às estatísticas.

A edição de 8 de março de 1996 traz o perfil de mulheres que são apresentadas como a síntese da mulher no século XX e no século XXI. A representação de mulher que, segundo o periódico baiano, sintetiza a mulher do século XX, é Hilda Carneiro, 69 anos. Filha de um fazendeiro do distrito de Ipuçu, estava destinada a casar, ter filhos e ser uma boa dona de casa. Mas conseguiu reverter os costumes da época: quando sua filha mais velha ingressava na quinta série do ginásio, voltou à escola para estudar junto com a filha, e não parou mais. Cursou a universidade e, em 1969, em uma época em que a mulher desquitada era vista com preconceito pela sociedade, pediu o desquite do marido. Quando a matéria foi publicada, Hilda havia assumido a gerência do Departamento de Desenvolvimento do Trabalho, órgão ligado à Secretaria de Ação Social do estado da Bahia, cargo que dividia com a administração da fazenda herdada do pai.

Já o exemplo de mulher do século XXI destacado pelo jornal é a estudante Thaís Correia da Rocha, 17 anos, que pretendia prestar o vestibular para jornalismo. Para isso, iria percorrer o caminho inverso ao feito por sua família quando ela nasceu: retornar a

São Paulo. Sua principal preocupação era estar bem preparada para o ingresso no mercado de trabalho.

“A tendência é a mulher conseguir se igualar aos homens, na garantia de direitos e participação social’. A mulher do próximo século, que se desenha no perfil da jovem Thaís, quer construir uma vida independente, em que a necessidade da presença de um companheiro vem em segundo plano. ‘Me acham até um pouco egoísta, mas eu sonho em ter minha profissão, ter minha casa e uma vida independente, depois virá a vez de pensar no namorado ou no marido’”. (A Tarde, 8 mar. 1996, p. 2).

Uma outra representação que aparece pela primeira vez nas páginas de A Tarde, no ano de 1992, é a descrição da “supermulher”. Trata-se da história de Vera Lúcia da Silva, uma mulher de 33 anos que já havia dado à luz a 12 crianças, das quais apenas a metade sobreviveu. Moradora do Bairro da Paz, em Salvador, ela afirma que o Dia da Mulher significa o mesmo que todos os dias: pobreza, humilhação, fome e desespero.

“Ela possui um companheiro, que a tirou de casa aos 13 anos e que a única coisa que leva para casa é alcoolismo e desavença. Para sustentar os seis filhos, Vera se transforma numa supermulher, trabalhando dia e noite em casas de família e até em motéis, como lavadeira. Entretanto, atualmente, um médico diagnosticou um problema em seu coração e lhe aconselhou a não se sujeitar a todas as formas de emprego, que antes ela ocupava. Em consequência desse desemprego forçado, ficaram seis crianças e adolescentes sem ter o que comer. Como única alternativa, os meninos são obrigados a procurar os vizinhos e parentes distantes para mendigarem algum dinheiro. Com lágrimas nos olhos, Vera diz que ela não queria viver dessa forma, mas ter condições de dar escola e saúde para todos os seus seis rebentos”. (A Tarde, 8 mar. 1992, p. 3)

Essa representação de “supermulher” é diferente daquela que seria mostrada pela mídia, anos mais tarde, no século XXI, da mulher que tem um emprego, cuida da família, vai ao salão de beleza e às reuniões escolares dos filhos. Uma “supermulher” com vida financeira mais equilibrada. No caso de Vera Lúcia da Silva, a representação é a vivida por muitas brasileiras que têm a responsabilidade de sustentar famílias – no caso dela, apesar de ter um companheiro, a responsabilidade pelo orçamento familiar não é compartilhada – e garantir a educação e o bem-estar dos filhos.

O prefixo “super”, utilizado ao lado do substantivo mulher, em razão do seu diferente, o superhomem, tende a atualizar o sentido de empoderamento. Entretanto, quando se trata da mulher, o termo é sinônimo de um acúmulo de tarefas. E esse acúmulo ultrapassa as diferenças de classes sociais, já que, nos anos 90, é utilizado para uma mulher com dificuldades financeiras e, no século XXI, para mulheres com maior poder aquisitivo.

3.4.3. Folha de S. Paulo

Assim como observamos no Jornal A Tarde, na década de 1990, constatamos a diminuição do debate a respeito do movimento feminista. Apesar dessa menor discussão política acerca do feminismo, as bandeiras do movimento apareceram nas edições de oito de março. Nos exemplares da Folha de S. Paulo analisados, encontramos o caderno especial Mais dedicado ao tema no ano de 1992. Mesmo nos outros anos do período, o assunto foi abordado, em maior ou menor escala.

Uma das formas que passaram a ser mais frequentes de debate do tema nas páginas da Folha foi a utilização da página de opinião do jornal – através de artigos e editoriais – para discutir questões relacionadas à mulher. Nesses locais, temas variados foram abordados. Assuntos como a mulher e o poder, a violência sexual contra a adolescente, as diferenças e a submissão da mulher, o pós-feminismo e a mutilação de mulheres permearam as páginas do jornal de maior circulação do país, através de artigos assinados por autores como a professora da Faculdade de Direito da PUC e membro da OAB-Mulher Silvia Pimentel, de Arnaldo Jabor, da psicanalista Marta Suplicy (que mais tarde se tornaria prefeita de São Paulo), da promotora de Justiça Luiza Nagib, da então primeira-dama do município Nicéa Pitta e de Carlos Alberto Idoeta, diretor da Seção Brasileira da Anistia Internacional.

Essa redução da discussão política acerca do feminismo pode estar associada ao fim do período que ficou conhecido como a Segunda Onda, em que havia uma efervescência no debate sobre o movimento feminista. Marta Suplicy, no artigo “Mulheres no poder: ainda chegando” (1998) afirma que o patamar de igualdade que as mulheres pleiteiam deve ser pensado a partir de um novo referencial, que questione a forma de organização e distribuição de espaços públicos e privados e supere o atual sistema de gêneros baseado na desigualdade, regulador das relações sociais.

“A situação da mulher avançou na classe média, por exemplo, com a ocupação de cargos tradicionalmente masculinos, como na medicina ou na advocacia. Mas as conquistas ainda demoram muito a chegar para as mulheres do campo, as mais pobres, as negras. Entretanto, pela garra e pela competência com que as mulheres têm ocupado funções, nas quais vale o mérito e tem peso o saber feminino acumulado há gerações, acho que o novo milênio viverá uma transformação. Nele a mulher concretizará as conquistas da igualdade e a divisão do poder, pelo que lutamos há séculos”. (Folha de S. Paulo, 8 mar. 1998, p. 3).

Um dos mais populares articulistas do jornal, José Simão, cujo texto tem tom humorístico e satírico, dedicou grande espaço em sua coluna do dia 8 de março de 1997 ao assunto, em tom pejorativo.

“Hoje é o Dia Delas. Dia Internacional da Mulher. O Xotas’Day. Day, Dou e Darei! Forever! Elas querem é poder! E que data mais politicamente incorreta. Por que um dia só? Uma amiga minha diz que se alguém for cumprimentá-la pelo Dia da Mulher ela vai dar porrada. Oba! O mundo é das mulheres. E não adianta discutir. Aliás, se discutir é pior! E diz que Deus criou o mundo em seis dias, no domingo descansou, na segunda criou a mulher. E aí ninguém mais descansou! E todo ano a Rosemarie Muraro diz que "a primeira coisa que a mulher exigiu quando ganhou seu primeiro dinheirinho foi: quero o meu orgasmo de volta". Então quem encontrar o orgasmo dela favor devolver. Rarará! Elas querem é gozar! Eu também, ué!! Elas querem é gozar! E reclamar do parceiro! E o pior é que quando elas descobriram que querem gozar os homens descobriram que preferem coçar! Rarará! E como diz o cabeleireiro cearense Dudu: "Atrás dum grande homem sempre tem uma mulher e atrás duma mulher sempre tem uma bicha". Uau!”. (Folha de S. Paulo, 8 mar.1997, Ilustrada, p. 6)

Observamos questões relacionadas às conquistas das mulheres tratadas de forma satírica no texto. Entre elas, estão o empoderamento feminino, a liberação sexual e mesmo temas relacionados à homossexualidade. Além disso, está explícita uma certa “guerra de sexos”, quando o articulista da Folha afirma que elas querem “reclamar do parceiro”.

Nas poucas edições dos anos 90 em que se discutiu o feminismo, a abordagem trouxe aspectos relacionados ao enfraquecimento do movimento. A capa do caderno Mais do dia 8 de março de 1992, por exemplo, estampa as pernas de uma mulher, com a chamada “O feminismo abre as pernas”. No texto, intitulado “Fogo de Paglia”, Camille Paglia critica o “politicamente correto” e diz que o homem é mais preparado para a arte e a política do que a mulher. Quem assina a matéria é o repórter Sérgio Augusto, da sucursal do Rio de Janeiro.

Definida pelo repórter como infinitamente inteligente, culta, articulada, a professora da Universidade da Pensilvânia é autora de frases como “O islamismo faz bem em vestir as mulheres de preto e da cabeça aos pés, pois o olho é a avenida de Eros”. Paglia, que se define como uma “feminista anti-feminista”, não compactua com a visão dos estudos de gênero sobre as diferenças entre homens e mulheres.

“A sexualidade é um terreno nebuloso de contradições e ambivalências. Nem sempre pode ser compreendida através de modelos sociais que o feminismo, como herdeiro do utilitarismo do sexo passado, insiste em nos impor”. Para ela, a natureza – violenta, caótica, imprevisível, incontrolável – fez o homem diferente da mulher e não há como

‘consertar’ essa diferença por códigos de convivência social ou moral. ‘A igualdade política para as mulheres, ainda que desejável e necessária, não irá remediar a separação entre os sexos, que começa e termina no corpo’’. (Folha de S. Paulo, 8 mar.1992, Mais, p. 5)

O mais intrigante nessa cobertura do caderno Mais não é o fato de Camille Paglia ter tido voz para expressar suas idéias e teorias, mas o fato de não ter havido qualquer tipo de contra-argumentação. A matéria destacada não cita outras linhas de pensamento, afirma apenas que a pesquisadora incomoda as feministas. Apesar de trazer outros artigos sobre a questão da mulher, o caderno não retoma a discussão apresentada por Paglia. Ou seja, dá voz aos argumentos de Camille Paglia, mas silencia outras vozes que poderiam trazer pluralidade ao debate de gênero.

Como afirmamos, apesar de o feminismo não ter ocupado lugar de destaque na cobertura dos anos 90, suas bandeiras foram destacadas. Entre os temas que tiveram maior visibilidade no período, estão a violência contra a mulher, em suas mais diversas vertentes, o assédio sexual e a questão do poder. Também houve espaço para matérias relacionadas à saúde da mulher. Como exemplo das múltiplas faces da violência contra a mulher, destacamos a matéria “Sorteio de mulheres em bingo no Maranhão é investigado”, publicada em 8 de março de 1997. A notícia denuncia que 12 mulheres seriam oferecidas como prêmio do bingo promovido por uma agência de acompanhantes, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Cada cartela seria vendida a R\$ 10,00. Em depoimento, os organizadores disseram tratar-se apenas de uma “jogada de marketing” e afirmaram que o bingo não iria acontecer. Não houve prisões.

Na década de 1990, a Folha de S. Paulo deu cada vez mais espaço para a agenda de programação do Dia Internacional da Mulher. Essa característica foi observada tanto no que concerne à programação política para a data, inclusive com boxes que destacaram ações em outras cidades e estados, a exemplo de Salvador, tanto como para a agenda cultural. Shows musicais, exposições, livros, palestras, peças teatrais e filmes foram exibidos, durante o período, em homenagem à mulher. Festas especiais em homenagem à data também integraram o noticiário. Nesse sentido, podemos cogitar uma apropriação da data para o aquecimento de produtos em prol da mulher, sobretudo culturais, a exemplo de shows temáticos, sessões de cinema e vídeo e exposições.

Outro importante aspecto a ser levado em consideração na análise da cobertura do Dia Internacional da Mulher na Folha é o aspecto histórico. Observamos pelo menos duas inserções, nos anos de 1997 e 1999, em que é narrado o mito do incêndio na

Triangle Shirtwaist Company. Uma das matérias é intitulada “Pequenos mimos marcam Dia da Mulher – descontos como meia-entrada em cinemas, shows gratuitos e exposições celebram o ‘sexo frágil” (08/03/1997, p. 8). Duas palavras chamam a atenção nesse trecho: “mimos” e “sexo frágil”. Ambas fortalecem a imagem tradicionalmente associada às características femininas, como a fragilidade e a delicadeza.

No caderno Folhateen, dedicado ao público adolescente, uma matéria destacava os “Fatos históricos que marcaram a história da mulher”. Lá está, associada à data 8 de março de 1857, a informação: “129 operárias de uma indústria têxtil nos EUA são assassinadas pelos patrões. Elas haviam feito greves por melhores salários e redução da jornada de trabalho, que era de 14 horas”. (Folha de S. Paulo, 8 mar.1999, Folhateen, p. 3)

Uma outra editoria passa a noticiar o Dia Internacional da Mulher nos anos 90: Esportes. A partir do ano de 1997, uma série de matérias passa a dar espaço a atletas que vêm se destacando em diversas modalidades.

Representações

Elas marcaram o século:

No ano de 1991, a Folha publicou fotolegendas de diversas mulheres com o título “Elas marcaram o século”, separadas nos seguintes grupos: 1. políticas; 2. sexy e fatais; 3. bailarinas, cantoras e espiãs; 4. feministas e passionárias; 5. religiosas e cientistas. No primeiro grupo, estavam nomes como Margareth Thatcher, Indira Gandhi, Corazón Aquino e Rosa de Luxemburgo. No segundo grupo, entre as sexy e fatais, foram incluídas Brigitte Bardot, Ingrid Bergman, Greta Garbo, Marilyn Monroe, Jackie Onassis, Anais Nin e Frida Kahlo. Observamos que nesse segundo grupo, estavam atrizes, escritoras, artistas plásticas e “VIP americana”, forma como Jaqueline Onassis foi identificada na fotolegenda.

A terceira categoria incluiu denominações diferenciadas para um mesmo grupo: bailarinas, cantoras e espiãs. Edith Piaf, Isadora Duncan, Billie Holiday, Eva Perón, Marlene Dietrich e a espiã germânica Mata Hari ocuparam esse espaço. As feministas e passionárias, cientistas e religiosas foram as categorias que contaram com menos

nomes. Delas participaram Simone de Beauvoir, Dolores Ibamuti e Madre Tereza de Calcutá e Marie Curie, respectivamente.

Cultuadoras do corpo

As mulheres que cultuam a forma física perfeita ganharam espaço na cobertura da Folha de S. Paulo. Após décadas de orientações sobre cuidados com a beleza e com a boa forma física, a preocupação com os músculos esculpidos passou a estampar até mesmo a capa do jornal de maior circulação do país. Em 8 de março de 1998, uma foto das atrizes Paula Lavigne e Paula Burlamaqui no mar, de biquíni, traz a legenda: “As atrizes Paula Lavigne, 28, e Paula Burlamaqui, 30, conversam no Rio; as duas mudaram seus corpos com hipermalhação, tendência que cresce nas academias” (Folha de S. Paulo, 08/03/1998, capa, p. 1).

Na editoria São Paulo, a matéria sobre o assunto é intitulada “Hipermalhação faz mulheres ‘crescerem’”. Escrito pelo repórter Paulo Sampaio, o texto afirma que malhar apenas para emagrecer ou enxugar gorduras localizadas, e melhorar a resistência cardiovascular, é brincadeira de criança para algumas mulheres que resolveram ter um crescimento muscular.

“Em boa parte das academias do Rio e de São Paulo, o legal agora é treinar para ter coxas grandes como as de jogadores de futebol, braços fortes como os de nadadores e barrigas desenhadas como tanques de lavar roupa. ‘Já cheguei a levantar 300 quilos com os pés’, diz a policial Marinara Costa, 30. Ela trocou o perfil roliço de poucos anos atrás por uma silhueta musculosa. Marinara, que no começo não aguentava levantar 40 quilos, resolveu dar um tempo quando chegou aos 300. ‘A gente começa a ficar forte, vicia e corre o risco de perder o limite’, diz ela, que mede 1,70m, atingiu 70kg só de músculos e já teve 57cm de coxa dura. ‘Consegui me manter grande, mas sem exageros, e hoje estou muito feliz com meu corpo’, conta Marinara, que fez lipoaspiração na barriga, colocou silicone nos seios e pensava em colocar nas nádegas, mas não precisou. ‘Eu mesma construí minha bunda’, orgulha-se ela, que chega a comer 24 claras de ovo por dia e segue dieta rigorosa de proteínas e carboidratos. Quem prescreveu a dieta de Marinara foi o treinador pessoal Marco Valentim, 30, que não vê exageros no novo corpo da atriz”. (Folha de S. Paulo, 8 mar.1998, São Paulo, p. 8)

O treinador atende pessoalmente a 15 alunas interessadas em fazer hipertrofia (aumento da massa muscular). Entre elas, estão as empresárias Luma de Oliveira e Monique Evans, a modelo Andrea Guerra e o dançarino Carlinhos de Jesus. Na mesma matéria, Paula Lavigne afirma que já pensou em “tomar bomba”, mas não teve coragem. A representação de mulher exposta na matéria leva a crer que “o legal agora” é malhar

exaustivamente para ter músculos perfeitamente definidos. Além disso, é importante ter uma dieta rigorosa, mas nem sempre saudável, que contribua com esses objetivos. De acordo com a matéria, para conquistar o corpo desejado, as mulheres são encorajadas a fazer procedimentos como lipoaspiração e silicone, como se esses métodos invasivos e, por vezes, com riscos à saúde, fossem naturais.

Uma outra representação que ocupou as páginas da Folha de S. Paulo nos anos 90 foi a de adolescentes. No caderno Folhateen (08/03/1999), suas opiniões e imagens foram destacadas na matéria “Igualdade é ter liberdade para escolher”. Em estilo consultório sentimental, o texto fala sobre as diferenças entre meninos e meninas e traz depoimentos como “Acabei o namoro há mais de um ano, meu ex-namorado fica com as outras e tudo bem, mas se eu fico com alguém ele acha que está errado” (Folha de S. Paulo, 08/03/1999, Folhateen, p. 5), de Patrícia Tavares, 19 anos.

Já a estudante Aline Cancela, 20 anos, afirma: “Eu pretendo ser financeiramente independente, mas emocionalmente, queira ou não, você é meio dependente”. Já Ana Carolina Siqueira, 18 anos, diz: “Essa história de que homem pode sair com todas, mas depois namora uma daquelas que ficam quietinhas é muito machista”. Além das questões emocionais, em que as jovens mostram como convivem com posturas machistas da sociedade, muitas já trazem em seus depoimentos preocupações como a divisão das tarefas domésticas. “Ainda rolam aquelas coisas que só mulher faz, como trabalho de casa. O homem pode chegar na mulher, mas a mulher, não”, diz Ana Carolina Garcia, 17 anos.

Assinada pela repórter Fátima Gigliotti, a matéria intercala os depoimentos das adolescentes com uma discussão sobre igualdade e liberdade da mulher. Para tecer sua argumentação, a jornalista escutou especialistas como a socióloga Heleieth Saffioti, a psicóloga Rosely Sayão e a vice-presidenta do Conselho Estadual da Condição Feminina, Zuleika Alamber. O resultado é um texto que questiona os papéis comumente atribuídos aos homens e mulheres, com reflexões importantes para as adolescentes: “As meninas de hoje receberam de bandeja as reivindicações políticas, econômicas e sociais da minha geração, acrescidas da liberdade sexual conquistada pelas mulheres de 30, 40 anos, mas não encontram sua identidade, não exercitam esses novos direitos com responsabilidade”, afirma Zuleika Alamber.

Já Rosely Sayão afirma que “a mulher não é mais a rainha do lar, mas continua sendo a responsável pela educação dos filhos e, portanto, pela transmissão do

machismo”. As fontes defendem a teoria de que a mulher só conquista igualdade se tiver autonomia, se souber ser independente.

“Quando nós queríamos liberdade sexual, era o direito de escolher o homem com quem você ia viver ou transar, sem o pai ou a mãe interferir, o direito de optar em ter filho ou não, de casar ou juntar”, comenta. Já as meninas ‘não assumem a responsabilidade pelo que receberam, o interesse em saber como vão praticar e ampliar isso’, diz Zuleika. E quem são os gurus dessa geração? ‘Carla Perez, Tiazinha, Xuxa. As aspirações das mocinhas são ridículas, elas querem ser modelo, fazer novela, ser apresentadora de TV, é o culto à beleza’. Para a feminista, as mulheres hoje podem querer, inclusive, casar e ter filhos, mas elas têm de ter o direito de escolher. (...) Rosely joga mais lenha na fogueira. ‘Há ainda o problema, também herdado da educação, como o machismo, de as garotas pensarem que o mais importante na vida é arrumar um relacionamento afetivo’. Companhia é legal, mas não é o mais importante, diz. E mais: se a menina fizer tudo para ter e manter o namorado, vai se perder, e aí o relacionamento acaba mesmo”. (Folha de S. Paulo, 8 mar.1999, Folhateen, p. 5)

Após essa reflexão, as fontes reconhecem que a mulher é resultado da educação que recebe, da hierarquia da dominação masculina, um sistema milenar. Aconselham as garotas, público-alvo do Folhateen, caderno dedicado às adolescentes, a não ficar ilhadas na sua sexualidade nem usar o mito do feminino – ser gostosa, dengosa, frágil – como instrumento de dominação. Ao contrário: devem saber ter atitude, ter igualdade na sua identidade de mulher e se sentirem felizes com isso. A citação explícita que os anos de conquistas das mulheres não foram suficientes para garantir uma nova geração mais politizada. Ao contrário, de acordo com o texto, a mídia – vide os gurus dessa nova geração –, como grande difusora da sociedade de consumo, teve papel importante para silenciar ou, ao menos, não dar espaço significativo, às bandeiras feministas.

3.4.4. A Tarde versus Folha de S. Paulo

Observamos, nos exemplares dos jornais A Tarde e Folha de S. Paulo pesquisados, uma diminuição da discussão acerca do movimento feminista. O que foi reduzido, com a chegada do período que algumas pesquisadoras chamam de pós-feminismo, foi o espaço dedicado diretamente ao movimento, que havia sido noticiado com maior ênfase na década anterior. Apesar dessa mudança, muitas das bandeiras do feminismo estão presentes na cobertura do dia 8 de março nos jornais dos anos 90 analisados. Uma das novas bandeiras que passam a aparecer com mais frequência nas páginas do periódico é o questionamento acerca da divisão do trabalho doméstico.

Conforme destacamos, associamos essa redução da discussão acerca do feminismo ao fim do período que ficou conhecido como a Segunda Onda, em que havia uma efervescência no debate sobre o movimento feminista. Nessa década, a Folha de S. Paulo publicou apenas um caderno especial relacionado ao Dia Internacional da Mulher. O mesmo aconteceu com o jornal A Tarde. Apesar disso, o assunto foi abordado, em maior ou menor escala, em todos os anos do período.

Nos dois jornais estudados, passou a ser freqüente levar o debate sobre a mulher para as páginas de opinião, através dos artigos assinados e editoriais. Eles apareceram em maior escala na Folha. Nesses locais, temas variados foram abordados. Assuntos como a mulher e o poder, a violência sexual contra a adolescente, as diferenças e a submissão da mulher, o pós-feminismo e a mutilação de mulheres permearam as páginas do jornal de maior circulação do país, através de artigos assinados por especialistas.

3.5. O século XXI

3.5.1. Contextualização

A primeira década do século XXI trouxe avanços como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Criada em 1º de janeiro de 2003 com status de ministério, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República inaugurou um novo momento da história do Brasil no que se refere à formulação, coordenação e articulação de políticas que promovam a igualdade entre mulheres e homens. Em julho de 2004, o Governo Federal promoveu a realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. O evento mobilizou, em todo o país, cerca de 120 mil mulheres que participaram, diretamente, dos debates e apresentaram as propostas para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Lançado em 2005, o Plano tem 199 ações, distribuídas em 26 prioridades, que foram definidas a partir dos debates estabelecidos na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. A proposta é de que estejam representadas mulheres índias, negras, lésbicas, idosas, jovens mulheres, com deficiência, ciganas, profissionais do sexo, rurais, urbanas, entre outras. Entre seus principais objetivos, estão o equilíbrio de

poder entre mulheres e homens, em termos de recursos econômicos, direitos legais, participação política e relações interpessoais e o reconhecimento da violência de gênero, raça e etnia como violência estrutural e histórica, que expressa a opressão das mulheres que precisa ser tratada como questão de segurança, justiça e saúde pública. A proposta é de que suas ações sejam adotadas com a colaboração dos âmbitos federal, estadual e municipal.

Uma das questões práticas que representaram um significativo avanço no século XXI para o combate à violência contra a mulher foi a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), em vigor desde 22 de setembro de 2006. A lei trouxe mais rigor à apuração dos delitos referentes à violência doméstica. Além de permitir a prisão em flagrante do agressor, a pena passou de três meses para três anos de detenção. Com a mudança, ficam extintas as antigas punições para os criminosos: a prestação de serviços à comunidade e o pagamento de cestas básicas.

Antes, a mulher podia, inclusive, retirar a queixa no juizado especial criminal. Com a lei Maria da Penha, passou a ser instaurado um inquérito policial e o homem passou a ser processado criminalmente. Uma questão importante para o funcionamento adequado da lei é a criação dos juzizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher, com competência cível e criminal. Outro ponto importante da mudança é a consideração das lesões corporais de natureza leve, a exemplo de puxões de cabelo e agressões que não deixam lesões aparentes.

O perfil predominante dessas vítimas, de acordo com dados da Delegacia Especial de Proteção à Mulher, é de mulheres com idade entre 20 e 45 anos, dependentes economicamente de seus companheiros. Mas não há limites de classe social para as agressões. A mulher brasileira, seja da classe mais humilde, média ou alta, sofre com o problema. O que ocorre é que as mulheres de classe alta, geralmente, procuram diretamente um advogado, sem passar pela delegacia.

Já a classe social das mulheres faz toda a diferença quando o assunto em pauta é o aborto. Salvador é a única capital brasileira em que esta forma de interrupção da gravidez é a principal causa de morte materna. O dado – de uma pesquisa desenvolvida pelo MUSA, Programa de Estudos em Gênero e Saúde do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA – é um indicador não apenas das condições de saúde, mas das condições de vida das mulheres. Dessa forma, a criminalização e a ilegalidade da prática do aborto permanecem como grande expressão da iniquidade social brasileira.

O dado diferencia Salvador de todas as outras capitais, onde o aborto aparece como terceira ou quarta causa de morte materna. Existem questões morais, religiosas e filosóficas envolvidas com o assunto, mas as mulheres que possuem recursos financeiros podem pagar procedimentos seguros feitos em clínicas privadas e interromper a gravidez de maneira segura. Já aquelas que não podem pagar vão percorrer uma trajetória extremamente penosa, porque vão utilizar métodos altamente agressivos.

Dados do Datasus revelam que a ilegalidade do aborto não tem conseguido diminuir a ocorrência da prática. A estimativa é de quem um milhão de abortos anuais sejam feitos no Brasil. O segundo procedimento obstétrico mais freqüente na rede pública de Salvador é a curetagem feita após o aborto. Dados que reiteram o alerta e que o aborto é um problema de saúde pública. Em 1998, morreu uma mulher a cada mês na capital baiana, em decorrência de complicações resultantes de aborto. Sessenta e seis por cento delas tinha até 22 anos.

Um grande desafio, de acordo com algumas feministas, ainda está no setor privado. “O maior conflito, por incrível que pareça, é a divisão do trabalho doméstico. Os homens ainda acham que a mulher tem que cozinhar, lavar a roupa deles, acordá-los para ir ao trabalho. O que mais incomoda é que esse é um trabalho invisível, desvalorizado. A sociedade atribui essas responsabilidades à mulher. Mas não deve ser assim. O filho, por exemplo, é obrigação da família, e não da mulher”, afirma Terezinha Gonçalves, coordenadora de projetos da Superintendência Especial de Políticas para as Mulheres.

Uma outra faceta da discriminação no século XXI é revelada pela Pesquisa de Emprego e Desemprego realizada pelo convênio entre o Dieese e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, governos locais e Ministério do Trabalho, em seis capitais brasileiras: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal. O estudo revela que a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro é nitidamente desvantajosa, ainda que sua participação na força de trabalho seja mais intensa que a de mulheres não-negras.

A discriminação racial se acumula à ausência de equidade entre os sexos, aprofundando desigualdades e colocando as afrodescendentes na pior situação quando comparada aos demais grupos populacionais – homens negros e não-negros e mulheres não-negras. “Elas são a síntese da dupla discriminação de sexo e cor na sociedade

brasileira: mais pobres, em situações de trabalho mais precárias, com menores rendimentos e as mais altas taxas de desemprego”, informa o relatório do Dieese.

Em todas as regiões analisadas, o rendimento hora da mulher negra corresponde a não mais do que 61,2% daquele recebido pelos homens não-negros, como foi apurado em Porto Alegre, em 2004-2005. Na Região Metropolitana de Salvador, enquanto os homens não-negros recebiam, por hora, R\$ 8,08 em média, as negras recebiam R\$ 3,17, o que representava apenas 39,2% do rendimento médio por eles recebidos.

Um dos avanços do movimento feminista é a criação de espaços públicos, antes inexistentes, pra tratar desses assuntos. É o caso da Deam, da Casa Abrigo Mulher Cidadã e do Centro de Referência Loreta Valadares, de prevenção e atenção a mulheres em situação de violência. “Primeiro, quisemos tornar o que era invisível, visível publicamente. O privado também é político. A palavra-chave é autonomia. A gente quer investir para que as mulheres tenham igualdade de condições e oportunidades no mercado de trabalho, para melhorar sua participação política e terem condições de pleitear melhorias”, afirma Maria Helena Souza (apud CARNEIRO, 2006), superintendente da Superintendência Especial de Políticas para as Mulheres.

Mas, apesar das conquistas, ainda há muito a avançar em termos de direitos e autonomia para as mulheres. Além do mercado de trabalho e da violência, a questão do empoderamento das mulheres é uma das mais emergentes no século XXI.

Apesar do importante avanço do país eleger, em 2010, sua primeira presidenta, a esfera política ainda precisa avançar para que seja cumprida a política de reserva de 30% de candidatas mulheres nas listas partidárias, mudança válida desde as eleições de 2000.

3.5.2. A Tarde

A cobertura do jornal A Tarde na primeira década do século XXI dedicou espaço ao Dia Internacional da Mulher em todas as edições do dia 8 de março. Entre os anos de 2001 e 2009, o assunto foi destacado não apenas no interior do periódico baiano, mas em todas as capas analisadas, com exceção do ano de 2010. Nesse mesmo período, A Tarde publicou dois cadernos especiais em homenagem à data de luta pelos direitos da mulher, nos anos de 2006 e 2008, e uma edição especial dedicada ao tema, em 2004.

Em meio aos temas que conquistaram maior visibilidade nos anos 90, a exemplo do empoderamento feminino, uma antiga questão marcou a cobertura de A Tarde: a narrativa sobre o incêndio na Triangle Shirtwaist Company. Mais uma vez, o incêndio criminoso na fábrica de tecidos é apontado como o responsável pela origem da comemoração internacional. Em alguns casos, como aconteceu em 2000, a tragédia é narrada com precisão de detalhes. Possivelmente, saídos da imaginação do repórter, como o trecho que descreve que se tratava de um dia sombrio, de nuvens escuras sobre a cidade. O nome da fábrica citado por A Tarde é Cotton, mas observamos, em anos anteriores, a citação à Triangle Shirtwaist Company. A edição de 2010 destaca o incêndio no título da principal matéria: “Violência persiste 153 anos depois de incêndio em fábrica de tecidos”.

A questão do poder é tão central nessa década, que está associada aos dois cadernos especiais em homenagem ao Dia Internacional da Mulher que A Tarde publicou no período. Intitulado “Cotidiano de lutas”, o caderno publicado em 8 de março de 2006 traz a reflexão, na própria capa, sobre a tímida representação feminina na Assembléia Legislativa da Bahia e na Câmara dos Deputados. A desigualdade no mercado de trabalho é outra barreira a ser rompida, sobretudo no que se refere às mulheres negras. Essa diferenciação entre as condições específicas de mulheres como negras ou trabalhadoras rurais ganha espaço nas páginas de A Tarde. É a chegada da reflexão de que são todas mulheres, mas com diferenças que tornam suas vidas mais ou menos difíceis. “Mulheres ainda ganham menos do que homens e negras são maiores vítimas de desigualdade”, destaca a matéria “Barreiras têm que cair” publicada em 2006.

“A conquista do poder” é o título do caderno especial publicado por A Tarde em 8 de março de 2008. Na capa, a luta pela maior participação feminina no universo da política. Nas duas edições – a de 2006 e a de 2008 – é narrada a luta pelo sufrágio feminino, bandeira central da primeira onda do feminismo. Nos dois cadernos, irrompem fotografias e descrições sobre mulheres que se destacaram nas batalhas a favor do voto feminino e nas lutas atuais: Ana Alice Costa, Amábília Almeida, Olívia Santana, Bertha Lutz, Loreta Valadares, Lídice da Mata, Alice Portugal, Creuza Maria de Oliveira, Isabel Alice de Jesus Pinto e muitas outras.

O caderno de 2008 trouxe três artigos sobre os novos desafios para a luta feminina, da professora da UFBA Ana Alice Alcântara Costa; a desigualdade racial no interior do grupo feminino, da socióloga Antonia Garcia e “O hímen acaba de ser

reinventado”, da jornalista e professora da UFBA Malu Fontes. A pesquisadora critica a mais nova ferramenta da ditadura da beleza: reconstruir o hímen à perfeição para ‘dar de presente’ e agradar ao homem da vez. Ela propõe uma reflexão que parte dos mecanismos criados pelo Estado para proteger as mulheres da discriminação e da violência. Mas aponta uma nova forma de poder que está sendo exercida sobre as mulheres e seu corpo: a cultura do consumo.

“Ela estabelece os padrões de beleza, aos quais praticamente todas se submetem voluntariamente, feito cordeiros, mesmo que para isso sofram privações alimentares, dores físicas e coloquem em risco a saúde, seja ingerindo anabolizantes ou insistindo em virar faquir. Não bastasse a obrigatoriedade de ser eternamente magra, transbordar sensualidade e sexualidade há muitas outras. (...) Assim caminha parte da mulherada atualmente: ora orgulhando-se da ascensão profissional, ora pagando para reconstruir uma membrana que durante muitos séculos encarnou, como poucas coisas o fizeram, o poder e a propriedade absolutos do homem (tanto de pais quanto de maridos) sobre o corpo e o desejo femininos”. (A Tarde, 8 mar. 2008, Caderno especial, p. 2)

Além de estar associado ao corpo feminino, o consumo ganha cada vez mais as páginas do jornal A Tarde na primeira década do século XXI. Tanto que, na edição de 8 de março de 2000 o Caderno Shopping é dedicado ao Dia Internacional da Mulher. Em suas novas páginas com diagramação colorida e cheia de imagens, velhos temas associados à mulher: moda, beleza e decoração mostram tudo o que a mulher precisa para brilhar. Um estojo de maquiagem que é requisito básico “para qualquer mulher que se valorize”, botas, sapatos e tênis que exploram a praticidade e o design irreverente e descolado, e uma nova coleção de roupas com leve brilho, mantendo conforto e praticidade, pensada especialmente para que as mulheres possam se exercitar também à noite.

Isso sem falar na “Casa da mulher atual”. Como destaca o texto, “antenada, a vida corrida da ala feminina requer rapidez nas escolhas”. Todas essas seções, naturalmente, indicam o local onde as leitoras podem adquirir os produtos, bem como as lojas de decoração e fornecem os contatos das arquitetas que podem contribuir com o projeto perfeito para a casa da mulher atual.

A agenda cultural relacionada ao Dia Internacional da Mulher é ampliada no período, bem como a abordagem do tema na editoria de esportes. Cada vez mais, mulheres esportistas e bandeiras associadas às conquistas femininas no esporte ganham espaço na cobertura da data. Tanto no caderno Shopping como em outras edições do 8 de março dessa década, observamos um aumento de matérias relacionadas a questões de

comportamento no Jornal A Tarde. A crença de que há um certo jeito feminino de fazer as coisas parece ganhar cada vez mais espaço, seja na casa, no cuidado com os filhos, em tarefas tradicionalmente associadas ao homem ou no gerenciamento de uma grande empresa.

Na edição comemorativa de 8 de março de 2004, A Tarde dedicou 90% da capa do jornal a uma homenagem ao Dia Internacional da Mulher, com fotos de mulheres de diversas idades e áreas de atuação. Na página 3, a matéria “Mulheres de atitude diante de uma causa apaixonante” destacou: “Elas têm usado sensibilidade e inteligência em várias cenas baianas para derrubar as desigualdade e, assim, atingir a realização plena de suas vidas”. No caderno Shopping, o jeito feminino de atuar no mercado de trabalho é destacado na matéria “Cor-de-rosa nas fábricas”.

“O mercado de trabalho afunilou para todos e, se antes, ser mulher significava uma negativa prévia em alguns ambientes profissionais, hoje pode até ser um pré-requisito positivo. Detalhista, flexível, sempre em busca de harmonia, uma mulher traz leveza às negociações e operações. Não à toa, elas vêm conquistando setores onde os homens sempre tiveram domínio absoluto”. (A Tarde, 8 mar. 2002, Caderno Shopping, p. 4).

A personagem da matéria é a operadora de processos da Divisão de Tratamento de dióxido de titânio da Fábrica Millennium Márcia Gramacho, 28 anos. Uma das 3 alunas entre 50 homens na turma de Processos Petroquímicos da Centec de 1994, ela afirma ter driblado o preconceito das empresas do setor, que rejeitavam mulheres em seus quadros, pelo fato de o trabalho ser noturno e considerado pesado. Na época da publicação da matéria, estava empregada havia dois anos em um setor com 14 homens.

Para dar conta de empregos cada vez mais exigentes e à cultura do consumo e da beleza, surge uma das representações mais fortes e freqüentes do período: a supermulher. É o caso da empresária Ana Maria Moraes Ferraz, 41 anos, que se divide entre o trabalho, os três filhos e o marido e assume as funções de mãe, dona de casa, esposa e “fêmea sedutora”, como explica a matéria publicada em 8 de março de 2002.

“Os filhos cobram muito a nossa presença. Todas as manhãs me divido entre meu trabalho e a tarefa de levar e pegar eles em cursos e aulas. Este ano o caçula está sendo alfabetizado e precisa de uma assistência especial”, relata a empresária, garantindo ainda conseguir tempo para freqüentar a academia de ginástica e dar um trato no visual no salão de beleza. Se sobra tempo para o maridão? Ela é enfática: ‘Tem que sobrar. Geralmente, reservamos o sábado para sair juntos, ver um cinema ou jantar fora. Já os domingos são dedicados a um programa familiar, com a turma toda reunida’, assinala, ressaltando que conta com a ajuda de duas secretárias em casa para que a missão de

supermulher seja cumprida perfeitamente”. (A Tarde, 8 mar. 2002, Caderno Shopping, p. 7).

De acordo com essa representação, ser uma supermulher inclui administrar uma série de papéis relacionados à esfera pública e privada e equilibrá-los com as exigências dos padrões de consumo e de beleza. Em meio a essa pesada carga diária de afazeres, não resta espaço ou tempo para questionamentos. A supermulher é conformada. Assume seus papéis com a dedicação de trabalhadora talentosa, mãe amorosa, dona de casa dedicada e esposa apaixonada.

Essa representação da supermulher é mais comumente associada a mulheres de classes sociais mais elevadas. Mas há ainda outras mulheres que se destacaram nas páginas da cobertura do dia 8 de março. Algumas dedicam toda a sua renda e energia no cuidado com os filhos, ao ponto de desejarem ver suas realizações pessoais através dos filhos. É o caso de Dona Áurea (A Tarde, 8 mar. 2003), que só estudou até a quarta série, mas sonha ver os filhos com diploma universitário ou de Domingas Soares, 54 anos (A Tarde, 8 mar. 2006), que batalhou para dar ao filho aquilo que não pôde ter: o direito de estudar. A cobertura de A Tarde no século XXI mostra que ser mãe pode rimar com sacrifícios na chamada terceira onda do feminismo.

Há exemplos de matérias que conseguem unir a mãe que se esforça pelo filho com a ditadura da beleza, como observamos em “Administrar o lar exige sacrifícios”, assinada pelo repórter Jair Mendonça. O texto fala sobre a ida da recepcionista Cleuza Santos a um supermercado para comprar, com seu salário escasso, alimentos para o filho. Em meio à dificuldade de levar para casa do necessário, o repórter narra que ela ficou satisfeita devido ao olhar furtivo de um desconhecido.

“Mas ‘gelou’ em seguida. As unhas estavam por fazer. Há três meses que ela não sabe o que é dar uma escova nos cabelos. ‘Não me lembro mais quando entrei em uma butique para comprar roupas (...) ‘Meu filho está crescendo. Vou lutar para criar condições de Caíque ter um futuro promissor’, disse isso mais uma vez. Deixou o supermercado carregando as compras, com o mesmo olhar charmoso, a sobrancelha depilada, a blusa e saia ajustadas ressaltando o corpo. E o seu jeito eterno de uma mulher, que nunca se apaga”. (A Tarde, 8 mar. 2003, Local, p. 2).

Mesmo em uma situação de dificuldade financeira e preocupação com a alimentação do filho, o repórter dá uma dimensão de destaque ao fato de Cleuza ser observada por um estranho no mercado. Mais do que isso, a obrigação de estar sempre bem arrumada surge mesmo nessa situação. E, no final do texto, mais uma vez a

exaltação à beleza, ao corpo e à presença do eterno feminino com o “jeito eterno de uma mulher, que nunca se apaga”.

3.5.3. Folha de S. Paulo

Assim como observamos na cobertura do dia 8 de março da Folha de S. Paulo na década de 1990, constatamos que se manteve a diminuição do debate a respeito do movimento feminista na primeira década do século XXI. Apesar disso, algumas das antigas e novas bandeiras do movimento foram abordadas entre os anos de 2000 e 2010. Destacamos, nesse período, os dois cadernos especiais que a Folha publicou em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, nos dias 8 de março de 2005 e 8 de março de 2007. Além deles, durante três anos – 2002, 2003 e 2004 – a Folha publicou, na edição do dia 8 de março, um caderno de veículos com temática voltada para as mulheres.

Uma das constatações mais enfáticas que a Folha passa a publicar é aquela que o periódico afirma ter se tornado um fenômeno urbano no Brasil: a mulher chefe de família. Na edição de 2002, o periódico cita dados do Instituto Brasileiro para mostrar que houve aumento do número absoluto de crianças brasileiras de zero a seis anos vivendo em casas chefiadas por mulheres pobres, com renda mensal de até dois salários mínimos. O número passou de 1,7 milhão de crianças em 1991 para cerca de 2,3 milhões em 2000.

Torna-se cada vez mais freqüente a utilização de dados de pesquisas na cobertura do período. Os números são utilizados, no jornalismo, para comprovar uma realidade que o senso comum, muitas vezes, tenta mascarar. São as pesquisas que mostram, por exemplo, a disparidade do salário entre homens e mulheres para uma mesma função, ou as diferenças salariais entre mulheres brancas e negras.

São também os dados que revelam a realidade da violência contra mulheres no século XXI. Como afirma a repórter Raquel Bocato na matéria “Representação aumenta à sombra do machismo”, publicada no Caderno especial que a Folha publicou em 8 de março de 2005, a violência, especialmente doméstica, é uma mancha na trajetória da emancipação feminina.

“A cada 15 minutos, uma mulher é espancada no país. Segundo a Fundação Perseu Abramo, 33% das brasileiras já foram agredidas. Há quem defenda que um dos motivos para tanto é o fato de a mulher ainda ser vista como um objeto. ‘O individualismo, o desemprego e a tensão do dia-a-dia acirram o machismo’, argumenta a coordenadora-geral da Sempreviva Organização Feminista, Nalu Faria. O resultado seria o aumento da violência. Em São Paulo, quase 290 mil mulheres registraram ocorrência em uma das delegacias da mulher do Estado em 2004. Uma delas é Jéssica (nome fictício), 21, ameaçada de morte pelo marido. Vítima de agressões constantes, denunciou-o e saiu de casa com os três filhos. É um exemplo prototípico, pois, na maioria dos casos, o parceiro é o vilão. Pesquisa do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero da USP (Universidade de São Paulo) com dados de 1998 mostrou que 70% dos homicídios ou tentativas de homicídio contra mulheres vieram de maridos, namorados e ex-companheiros”. (Folha de S. Paulo, 8 mar. 2005, Caderno Mulher, p. 4)

A realização de pesquisas sobre os mais diversos aspectos da vida e da condição feminina, a exemplo da violência, economia, escolaridade não é, naturalmente, fruto do acaso. Ao contrário, mostra a relevância que a situação a mulher conquistou mundialmente. Além da utilização de dados de pesquisas que conferem mais credibilidade e peso à informação, observamos que a cobertura passa a contar com um leque de fontes especializadas em determinadas bandeiras ou aspectos da luta das mulheres. Assim, há organizações não-governamentais, institutos e centros de pesquisa com profissionais que, supostamente, têm um conhecimento específico para levar informação de gênero atualizada e coerente à sociedade.

Esse leque mais diversificado e especializado de fontes, entretanto, não fez com que a Folha de S. Paulo deixasse de noticiar, em pleno século XXI, a versão do incêndio de 1857. Ao contrário, no caderno especial dedicado à mulher em 8 de março de 2007, um quadro com a trajetória do movimento feminista chega a celebrar os 150 anos do incêndio que não existiu. De acordo com o box, 129 operárias haviam morrido queimadas numa ação policial quando reivindicavam a redução de jornada de trabalho de 14 para 10 horas e o direito à licença-maternidade.

Entretanto, constatamos que o mesmo caderno especial, intitulado “Mulher – Que feminismo é esse?”, publica, em artigo assinado professora de sociologia contemporânea da Unesp Lucila Scavone, que o incêndio é, na verdade, um mito. A autora, porém, minimiza o equívoco propagado por anos, em nome da importância de sua força simbólica. A impressão, ao comparar os dois trechos, publicados apenas em páginas diferentes de um mesmo caderno especial elaborado para o Dia Internacional da Mulher, é de que não houve uma comunicação interna e um alinhamento editorial do conteúdo do caderno.

“É oportuno lembrar que um dos mitos de origem da celebração do dia 8 de março é uma greve de costureiras de uma indústria têxtil de Nova York, em 1857. Por ser fato tão conhecido e citado, um grupo de historiadoras feministas francesas, coordenadas por Françoise Picq, resolveu pesquisá-lo e, surpreendentemente, não encontrou nenhuma pista dessa greve. Ao analisarem o enigma, concluíram que esse mito deve ter sido muito útil para as mulheres nos últimos 150 anos. A comemoração de um dia delas abriu espaços que, se não atenderam a seus anseios, tiveram a pretensão de os evidenciar. O que importa é a força simbólica desse mito. Com esse ato político, as operárias inauguravam bandeiras de lutas relacionadas ao trabalho, ao mesmo tempo em que abriam as portas para a ocupação do espaço público. De fato, "fazer parte da cidade" foi um processo lento para as mulheres, que começou com o trabalho assalariado e ainda não se completou”. (Folha de S. Paulo, 8 mar. 2007, Caderno Mulher, p. 8)

Para além da falta de informação histórica a respeito da origem do Dia Internacional da Mulher, a própria capa do caderno especial traz um questionamento a respeito do movimento feminista, ao afirmar:

“Depois de passar anos batendo na tecla da descriminalização do aborto, da violência contra a mulher e da dupla jornada de trabalho, as feministas brasileiras estão diante de um novo desafio: rejuvenescer ou perecer”. (Folha de S. Paulo, 8 mar. 2007, Caderno Mulher, p. 1)

De acordo com a matéria, assinada pela repórter Laura Capriglione, a indústria da moda e da beleza é o novo alvo das feministas brasileiras, na esteira da mudança que começou no início dos anos 1990 nos Estados Unidos. No período, a anorexia havia vitimado jovens modelos que buscavam estar magras o suficiente para atender aos exigentes padrões da indústria da moda. No texto, a jornalista busca fazer um resumo da trajetória das feministas no Brasil, passando por casos como o do assassino e ex-playboy Doca Street e manifestações como as de 1970, com a frase de ordem “Quem ama não mata”, que exigia a condenação de assassinos de mulheres. A narrativa chega aos dias atuais para constatar que as feministas não conseguiram atualizar seu discurso para as jovens de hoje.

“De lá para cá, as feministas se estruturaram em cerca de mil organizações não-governamentais, escalaram postos na máquina estatal, como os conselhos da condição da mulher e a Secretaria Especial de Políticas para a Mulher (no âmbito federal), obrigaram a construção de centenas de delegacias especializadas em crimes de tipo sexista por todo o país. Mas as meninas passam ao largo de suas idéias. ‘O feminismo está envelhecendo. Precisamos, sem negar as lutas históricas, atualizar a pauta do movimento’, diz a professora Céli Pinto, diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A indústria da moda e da beleza é o novo alvo. Nem é tão novo assim, diga-se. Foi no início dos anos 1990 que,

nos Estados Unidos, surgiu o livro ‘O Mito da Beleza’, da escritora Naomi Wolf, um libelo contra a exploração da mulher pela chamada ‘indústria do glamour’.

A onda desceu para o sul do Equador há pouco, mas já tem muito sobre o que falar. Na semana passada, relatório divulgado pela Jife (Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes) acusou: o Brasil é recordista mundial em consumo de remédios para emagrecer. Drogas derivadas das anfetaminas, que podem causar dependência, psicose, problemas cardíacos e até matar, são engolidas em quantidades três vezes maiores do que as observadas nos Estados Unidos, onde o consumo também é alarmante. Estudo patrocinado pela gigante Unilever, feito em dez países (entre eles Estados Unidos, Grã-Bretanha e França), revela: o Brasil é onde as mulheres estão mais desconfortáveis com a própria aparência”. (Folha de S. Paulo, 8 mar. 2007, Caderno Mulher, p. 2)

Esses esforços das brasileiras para conquistar o padrão “magra-branca-loira-jovem-cabelos-alisados-sexy” vendido pela indústria leva multidões a academias, clínicas de estética, salas de cirurgia e consultórios médicos. Ao invés do direito de dispor do próprio corpo, como propunham as feministas, a cobertura jornalística passa a mostrar que as mulheres querem é interferir no próprio corpo. Não para se auto-realizarem, mas para a satisfação dos parceiros. Seria esta uma face da dominação masculina sobre o corpo da mulher?

Já o caderno especial publicado em 8 de março de 2005 traz uma matéria que mostra um dos caminhos que a mídia explorou fortemente na cobertura relacionada à mulher: o consumo. Intitulada “Sexo frágil tem voz forte em 80% das compras”, a notícia utiliza clichês como “sexo frágil” para mostrar que a mulher interfere em 80% das compras no varejo, segundo estudos norte-americanos. Segundo a notícia, “mesmo” a aquisição de eletroeletrônicos, carros e imóveis passa pelo crivo feminino. Observamos que a palavra mesmo, como foi posicionada no texto, indica que seria improvável a participação da mulher na escolha de itens dessas três categorias citadas. Podemos inferir, dessa cobertura, que eletroeletrônicos, carros e imóveis são produtos tradicionalmente aprovados pelo crivo masculino?

Como ocorre em alguns casos no período, a cobertura tenta encontrar uma explicação biológica para o que supõe ser característica da mulher. É isso que ocorre na capa da edição de 8 de março de 2007, onde está estampada a pergunta “Por que elas não têm humor” e tenta-se esclarecer o assunto através dos estudos de um “polemista” norte-americano. O mesmo acontece na matéria “Sexo frágil tem voz forte em 80% das compras”, que tenta explicar quimicamente a pesquisa que indica que as mulheres têm maior poder de decisão nas compras.

“O bem-estar durante as compras é químico. Vem da endorfina, hormônio produzido pelo cérebro, liberada durante a aquisição de um produto. Mas sua ação dura, no máximo, 30 minutos. ‘O prazer independe do valor da compra’, avisa a psiquiatra Alexandrina Meleiro, do Instituto de Psiquiatria da USP. Tachar a mulher de compulsiva, no entanto, é um erro. No supermercado, 58,2% delas chegam com a lista pronta, contra 52,1% deles. ‘Elas são mais dispersas, entretêm-se com novos produtos, daí a necessidade de uma relação de compras’, justifica Meleiro. (...) A diretora do programa de marketing da BBS (Brazilian Business School), Maria Cristina Proença, revela que o varejo procura se adaptar para despertar o impulso gastador delas. ‘Foram criados quiosques em supermercados e praças em shoppings para que elas fiquem mais tempo lá’. (Folha de S. Paulo, 8 mar. 2005, Caderno Mulher, p. 6)

Entretanto, a própria cobertura da Folha mostra que a mulher pode estar associada a questões antes comumente relacionadas ao masculino. É o caso dos automóveis. Durante três anos consecutivos, de 2002 a 2004, o periódico publico cadernos especiais de Veículos em homenagem à data. Em 2002, o tema foi “A preferencial é delas”, que afirmava que as mulheres participam de 75% das decisões de compras de automóveis, disputam provas de automobilismo, provocam mudanças nos carros e têm descontos de até 35% nos seguros.

Já a edição de 2003 é intitulada “Mães na contramão” e afirma que muitas mães, para aumentar a segurança dos filhos, acabam recorrendo a dispositivos condenados por especialistas. Na lista de pautas, as mais variadas dicas de segurança, itens que não podem faltar no carro da mãe, dicas de mecânica para mulheres e orientações para adquirir a cadeirinha da criança. E em 2004, a chamada era “Sinal fechado para o preconceito”, com notícias sobre o fato de as mulheres estarem envolvidas em apenas 5% dos acidentes com mortes em São Paulo e os riscos da vaidade no volante.

Em 2003, o caderno especial traz o descritivo com fotos e informações principais de uma série de veículos para ajudar as mães a escolherem o mais adequado para suas vidas. Já em 2004, com a ajuda de um especialista, a Folha avalia oito mulheres no volante. Um ponto que chama atenção na decisão do jornal de publicar esses cadernos durante três anos é o aspecto comercial. Nesses espaços, são muitas as páginas com anúncios publicitários de veículos. Além disso, matérias como a publicada em 2003, com o descritivo de diversos veículos têm, também, forte apelo comercial. Não podemos afirmar categoricamente que o caderno especial veículos foi originado a partir de uma demanda comercial e não uma decisão meramente editorial, mas não podemos perder de vista o jornalismo como negócio.

Entre os anos de 2000 e 2010, a Folha dedicou espaço de sua cobertura à programação nacional do Dia Internacional da Mulher. Em 8 de março de 2006, por exemplo, foi notícia “Salvador terá rádio para prostitutas”. A agenda política e também a cultural passou a dar a tônica de parte da cobertura. Um exemplo foi o show que reuniu Zélia Duncan, Paula Lima e Rita Lee no Parque Ibirapuera, em 2004. No meio do evento, a roqueira Rita Lee afirmou que o Dia Internacional da Mulher “é bobeira”.

“Eu não gosto muito dessa história. Nós, mulheres, somos maioria no planeta. Particularmente, acho isso bobeira. É como se fosse o 'Dia do Mico-Leão-Dourado'. Por que não há, então, o Dia do Homem?”, questionou a cantora, que foi rebatida pela artista Zélia Duncan. “Muita gente pensa que o mundo foi feito para os homens. A data serve para lembrar que o mundo é nosso também”, afirmou Duncan. (Folha de S. Paulo, 8 mar. 2004, Cotidiano, p. C3).

Ao lado de todas essas imagens de mulher, destacamos a entrevista com a ex-nadadora, vereadora e atual presidente do Flamengo, Patrícia Amorim, 41 anos, que diz que, para ser aceita como Cartola, não precisa usar a lógica masculina. Na entrevista publicada em 8 de março de 2010, ela afirma que seu técnico dizia: “Você é homem”. E isso era um elogio para mim. Patrícia reconhece ter que sacrificar o convívio com os quatro filhos em prol de sua carreira. Mesmo assim, já pensava na reeleição, dentro de três anos. Com cargo de presidente em um universo marcadamente masculino como o do futebol, ela afirma que a mulher tem que ter o dobro do resultado para ser aceita. “Mas não é porque você está num universo masculino que você tem que adotar uma postura masculina. Sei que tenho uma contribuição a dar com minha sensibilidade”. (Folha de S. Paulo, 8 mar. 2010, Entrevista da 2ª, p. A18).

3.5.4. A Tarde versus Folha de S. Paulo

O Dia Internacional da Mulher chega à primeira década do século atual consolidado, ao menos no que se refere à cobertura jornalística da data. Tanto a Folha de S. Paulo, quanto o jornal A Tarde, passaram a noticiar a data anualmente, no dia 8 de março. Entre as antigas bandeiras, consolidam-se novas esferas da discussão entre o público e o privado. A mãe, rainha do mundo privado, conquista as ruas, seja no mercado de trabalho ou nas pistas. Tanto que a Folha dedicou três cadernos especiais de

veículos à cobertura voltada para a mulher. A mulher e a mãe, porque o noticiário vincula o carro escolhido por elas às melhores características para atender aos filhos de todas as idades.

E, mais uma vez, o incentivo ao consumo está lá. Não apenas através do apelo publicitário direto. As matérias orientam qual a melhor marca de veículo para cada “tipo” de mulher. Da mulher que não deveria fumar em público, nos anos 70, para não prejudicar a imagem da família, em A Tarde, hoje, tanto o periódico baiano, quanto a Folha exibem a representação da mulher que ocupa espaços antes considerados masculinos. O problema é que elas continuam a ser exceções.

É isso o que revelam as pesquisas cada vez mais citadas na cobertura da Folha. Pioneiro na impressão total a cores na América Latina e no uso de infográficos, o jornal de circulação mais expressiva do Brasil costuma embasar toda a sua cobertura nos dados: uma forma, ao menos teoricamente, de garantir dose extra de credibilidade. O caderno especial que a Folha publica em 8 de março de 2005, intitulado “O que elas querem”, destaca que pesquisas inéditas mostram o que pensam, fazem e almejam as brasileiras. Ou seja, até para se conhecer, para saber o que elas próprias pensam e querem, as mulheres precisam ser “orientadas” e guiadas pela mídia.

Até para se autoconhecer, a pessoa (principalmente a mulher, alvo preferido dessa inversão ideológica) precisa da mediação do objeto. Objeto que é, às vezes, a própria revista feminina: a mulher não vai se conhecer numa relação com o outro – a mulher só se conhece se ler os artigos psicológicos que lhe dizem como é o seu eu, como vencer os conflitos interiores, como libertar-se sexualmente (BUITONI, 2009, p. 196).

O próprio caderno afirma que, entre as vitórias conquistadas, está o fato de as mulheres não precisarem mais de um dia internacional para serem lembradas. Apesar disso, dedica espaço ao tema durante os dez primeiros anos do novo século. E, nessa cobertura, quais são os temas associados a essa mulher que tanto conquistou? O consumo e a maternidade, sempre; desde a rainha do lar até a mãe que dirige e trabalha fora, todas preocupadas com a educação dos filhos. A mulher que, apesar de emancipada, cuida mal da saúde; a sexualidade e o HIV, a dominação masculina sobre o corpo da mulher. A defasagem salarial: a mulher chega ao século XXI ganhando 43% menos que um homem na mesma função. E o assunto que ocupa cada vez mais as páginas tanto de A Tarde, quanto da Folha: o poder. É ele assegura a capacidade de decidir sobre a própria vida e também sobre a vida do outro.

Um dos campos de exercício do poder, por excelência, é o político. Na última edição analisada pela pesquisa, do dia 8 de março de 2010, os brasileiros ainda não haviam elegido Dilma Roussef como a primeira presidenta do país. Em 2010, o Brasil estava posicionado em um dos piores lugares no ranking mundial da participação feminina na política. As mulheres ocupavam apenas 45 das 513 vagas na Câmara dos Deputados, o que equivale a 8,7% do total de parlamentares daquela Casa de Leis. No Senado Federal, há 11 senadoras e 70 senadores, isto é, apenas 13,5% do total de membros dessa Casa Legislativa. Em países como Angola, Moçambique, Cuba, Argentina e Costa Rica, os índices de parlamentares mulheres chegam a 40%.

De acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as mulheres são 51,8% do eleitorado, um número absoluto de mais de 70 milhões de eleitoras, com o poder de definir os rumos da política brasileira. Contudo, o direito de ser votada ainda não é exercido inteiramente, como demonstram os dados das candidaturas femininas apresentadas pelos partidos políticos nas eleições de 2010. Foram apresentados 22.555 registros de candidaturas para as eleições, em todo o território brasileiro. Destes, apenas 22,4% representam candidatas mulheres. Após a apreciação dos pedidos de registro das candidaturas pelos Tribunais Eleitorais, houve uma diminuição de dois pontos percentuais. Ainda assim, o número representou um aumento de 36% nas candidaturas femininas aptas para todos os cargos em disputa em relação a 2006, com 14,1%.

A eleição de Dilma Roussef não muda, automaticamente, o fato de o Brasil não ter, ainda, cumprido a lei que 30% de mulheres nas listas partidárias para cargos legislativos. Mas vale a pena observar como será, após esse novo cenário, a cobertura do dia 8 de março de 2011. Como fica o poder quando uma mulher assume o cargo máximo executivo de um país?

Destacamos que a questão do empoderamento ocupou as páginas de A Tarde e da Folha de S. Paulo no século XXI. O mesmo aconteceu com as representações de mulheres apresentadas nos dois periódicos. A mulher que trabalha, que é mãe, que se preocupa com a educação dos filhos, mas também com a moda e a excelente forma física, com a decoração da casa e as novidades em tratamentos estéticos. A ditadura do novo, a obrigação de estar atendida responde às leis do consumo e à obrigação, apresentada de forma prazerosa, de atender o homem.

Há exemplos, entretanto, em que o homem é o inimigo, como em grande parte dos casos de violência contra a mulher. Nas mulheres representadas nos jornais analisados, nem sempre existe a figura do marido ou do companheiro. As mulheres que

chefiam lares são exemplos disso. Apesar de muitas ocuparem espaços públicos, são mães por excelência. Não trabalham por horas a fio simplesmente para crescer na profissão, mas para dar educação de qualidade aos filhos. Não escolhem um carro novo por um motivo que não esteja associado ao transporte dos filhos. A Tarde e Folha não divergem de forma radical nessas representações, nem mesmo no espaço destinado à cobertura do Dia Internacional da Mulher.

Como destaca Lipovetsky (2000), há reciclagem histórica do papel materno, não abandono do modelo. Ainda que os diplomas e a carreira ganhem importância na vida das mulheres, “é um erro imaginar uma valorização igual do sucesso e da ambição para os dois sexos, a tal ponto a maternidade constitui uma fonte de associação simbólica da mulher ao domínio privado da vida” (Id., 2000, p. 299).

Apesar da permanência da maternidade, é inegável que as mulheres já não são, exclusivamente, destinadas à esfera privada. A cobertura dos jornais analisados mostra essa realidade. Seus papéis público e profissional se beneficiam, hoje, de uma forte legitimidade social. Em consequência disso, pode-se considerar que a progressão das mulheres aos escalões hierárquicos está apenas no começo. Apesar disso, as forças que inscrevem o feminino no âmbito privado conservam tanta capacidade de se impor que, como destaca o autor, autorizam dizer que a supremacia masculina nas organizações não está às vésperas do declínio.

CAPÍTULO 4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De visibilidade quase nula na década de 1960 até a conquista de destaque na capa das edições do jornal de maior circulação do Brasil no século XXI, a cobertura do Dia Internacional da Mulher tornou-se a data mais emblemática no calendário anual baiano e brasileiro na discussão sobre a mulher. Discussão que passa pela conquista de direitos, pela discriminação no mercado de trabalho e pela violência doméstica, mas também passeia pelas vitrines e lojas de moda e decoração, pelas academias de ginástica e clínicas de cirurgia plástica. Nas páginas de *A Tarde* e da *Folha de S. Paulo*, não faltam as mulheres no comando das grandes empresas, as que conquistaram empregos em posições antes dominadas apenas por homens, as que assumiram cargos políticos ou públicos. Quase sempre exceções à enxurrada de dados que os institutos de pesquisa não se cansam de revelar. As décadas e os costumes mudam, a moda se renova, mas elas continuam a ganhar menos que os homens nas mesmas posições. Continuam a ser vítimas da violência dos maridos. Continuam distante do poder político. Já a ditadura da beleza ultrapassou os 50 anos de nossa análise e chega ao fim da primeira década do século XXI renovada, através de novos exercícios e técnicas inovadoras para esculpir o corpo.

Novidade, aliás, como destaca Dulcília Buitoni em seu livro *Mulher de Papel* (2009) é o prato favorito da imprensa feminina. Diferente do jornalismo diário dos jornais de grande circulação, a exemplo da *Folha de S. Paulo* e de *A Tarde*. Nesses casos, impera a regra da atualidade. Ao contrário da imprensa feminina, o jornalismo diário traz pautas mais “quentes”, com uma ancoragem temporal imediata e com uma dimensão física mais objetiva. Já a novidade pode ser mais subjetiva, o novo construído artificialmente pelos próprios meios de comunicação. Dentro dos assuntos que a imprensa feminina aborda, há tópicos que são repetidos todos os anos, com uma ligeira roupagem de novidade: a nova técnica para reduzir celulite, o novo jeito de emagrecer.

Será que, no Dia Internacional da Mulher, o jornalismo diário aproxima-se da linguagem da imprensa feminina? Em alguns casos, sim. As velhas pautas sobre beleza, os conselhos para o coração e relacionamentos, a moda, a decoração e as receitas para ficar em forma e agradar ao homem. As mães também continuam a brilhar na cobertura

do dia oito de março. Se antes viviam estritamente dedicadas à esfera privada, uma verdadeira Rainha do Lar, como a D. Jenny revelada pela Folha de S. Paulo em 1978, hoje conquistam também, e ao mesmo tempo, a vida pública. Tornou-se praticamente questão de honra equilibrar, com bom humor e disposição, a vida de mãe de vários filhos, funcionária exemplar e esposa amorosa.

Nos anos 80, com o fim da repressão, ao lado das discussões da segunda onda do feminismo, a dupla jornada foi criticada pelas feministas que se tornaram fontes dos jornais estudados. Mas, na transição para o século XXI, período em que a discussão sobre o movimento tornou-se menos constante, e no momento anterior, quando se passou a falar no pós-feminismo (em alguns casos, no fim do feminismo), era cada vez mais comum a representação da supermulher. É ela que enfrenta satisfeita a super jornada para dar conta, sempre em boa forma física, de uma infinidade de papéis.

Também estão presentes outras supermulheres que criam cinco, seis filhos sozinhas, com grande dificuldade para dar conta do orçamento familiar. Algumas, como dona Cleuza Santos, contava o dinheiro para comprar alimento para o filho e se deu conta de que suas unhas estavam por fazer e de que havia três meses não dava uma escova nos cabelos. Apesar desse “problema”, tinha, segundo o repórter, “um olhar charmoso, a sobrancelha depilada, a blusa e saia ajustadas ressaltando o corpo”.

Através da análise de cinco décadas da cobertura jornalística – de 1960 até 2010, com a preocupação fundamental de perceber o nível de visibilidade dado aos interesses das mulheres, assim como as principais bandeiras defendidas por elas, percebemos que apesar de todos os avanços do percurso deste gênero em busca de autonomia e de uma maior participação na vida pública, ainda há um longo caminho a ser percorrido. Um exemplo que pode ser dado é o campo da política. Ainda que tenhamos elegido em 2010 a primeira presidenta do Brasil, as mulheres continuam a ser minoria nos partidos, nos cargos legislativos e executivos. Um sinal de que a voz da mulher ainda soa baixo nos centros do poder político, tradicional reduto masculino.

Outro desafio essencial para a conquista da esfera pública é buscar resolver a dupla jornada de trabalho que produz o acúmulo de responsabilidades para a mulher e dificulta o seu desempenho profissional. Um quadro que, embora esteja na pauta de preocupações das políticas públicas, tem uma complexidade notável, dado que para sua resolução necessita-se não apenas de políticas públicas objetivas, mas também transformar hábitos e costumes seculares com interferência inclusive nas subjetividades da população e das culturas vigentes. Por isso, cada vez mais, as questões privadas estão

em pauta nas discussões, com destaque para a divisão sexual do trabalho doméstico, entre outros temas.

Na cobertura de assuntos tradicionalmente associados à mulher – coração, etiqueta, beleza, moda e comportamento – observamos que a linguagem do jornalismo diário apresenta semelhanças com a imprensa feminina. Muitos assuntos são tratados como se aquela fosse uma conversa entre amigas. O tratamento conferido à leitora é o de uma confidente. O jeito coloquial elimina a distância e faz com que as idéias pareçam fruto do bom senso. Dessa forma, o jornalismo ajuda a passar conceitos e a cristalizar opiniões.

Entretanto, no Dia Internacional da Mulher, os dois periódicos estudados apresentam também um leque de pautas sobre os chamados assuntos factuais, ligados à atualidade do debate sobre os direitos da mulher e suas conquistas. Nesses casos, a linguagem é feita na terceira pessoa do singular, através de um discurso mais impessoal e distanciado do que aquele usado nas matérias de comportamento. É nesses espaços que passam a ter visibilidade mulheres que falam sobre suas próprias questões. No transcorrer das décadas, elas ganham voz em diversos espaços e especialidades, ganham credibilidade para falar sobre suas lutas, avanços e desafios.

Essas pautas podem noticiar desde a passeata de mulheres de Salvador ou o painel de São Paulo, passando pelas novidades sobre a lei do divórcio ou a lei Maria da Penha, até o mercado de trabalho e os cargos ocupados pelas mulheres em todo o mundo. Essa novidade, de acordo com Dulcília Buitoni, trabalha em um nível secundário na imprensa feminina, na aparência. Sua aspiração máxima é ser a novidade que venda, no império do consumo.

Dessa forma, a mulher é instada a renovar-se dia a dia, da cabeça aos pés. Da roupa, da maquiagem, dos cabelos, passa-se ao corpo, que deve ter seios siliconados e músculos esculpido. O mito da juventude, explorado até a exaustão na imprensa feminina, também se insere dentro da categoria do novo. A mulher, então, não pode ser bela, sensível e alegre por si só. Ela conseguirá essas qualidades se tiver determinados objetos. Para ser, ela precisa ter. Esse deslocamento dificulta a possibilidade de crescimento pessoal.

Nesse contexto, a mudança que a mulher apresenta, de maneira concreta, no contexto social, é mínima. Mesmo a mulher mais exposta aos conceitos veiculados pelos meios de comunicação destinados ao público feminino é apresentada a poucos elementos de inovação. Trata-se de uma tradição camuflada de nova e a transformação

sofrida pela imagem da mulher nesses espaços é quase nula quando analisada em seus significados profundos. Encontra sempre uma barreira nos limites de adaptação às normas vigentes. De certa forma, como atestam pesquisas como a de Buitoni (2009), a mulher que lê as revistas femininas tem a suposta garantia de estar sendo informada e participando dos signos da modernidade.

Outro exemplo dessa artimanha mercadológica é a divulgação sistemática que vem sendo feita do feminismo. Divulga-se o feminismo porque está na moda – mais uma que veio dos países desenvolvidos – e não porque se pretende defender os direitos da mulher ou promover transformações em nosso contexto social. O feminismo está nas páginas da imprensa feminina como um signo a mais da modernidade de aparência.

Apesar de observarmos semelhanças, sobretudo nas matérias de comportamento, entre a linguagem da imprensa feminina e a utilizada nos jornais pesquisados, consideramos importante apontar diferenças constatadas em nossa análise diante das duas abordagens. A divulgação sistemática, sobretudo a partir dos anos 80, das bandeiras e lutas defendidas pelas mulheres do movimento feminista – e das mulheres, de maneira geral – pode ser tida como importante para levar a uma parte da população informações que, no período em que foram divulgadas, ainda não eram de amplo conhecimento da população.

O funcionamento das delegacias da mulher, por exemplo, foi significativo para o combate à violência, apesar dessa bandeira ser, ainda hoje, atual. Houve casos em que as próprias vítimas afirmaram ter ficado sabendo desse espaço de proteção à mulher através da cobertura jornalística. Enxergar, nas páginas dos jornais, histórias de mulheres que também passaram pelo drama da violência doméstica, como aconteceu na cobertura de alguns anos, também pode ser considerada uma forma de identificação da situação social em que se encontravam e de encorajamento diante de exemplos semelhantes.

Nesse sentido, consideramos que assim como a mídia pauta a sociedade, os acontecimentos políticos, sociais e econômicos de cada uma das décadas também pautou os meios de comunicação. Não foi por acaso que a Folha de S. Paulo, em editorial publicado em oito de março de 1982, afirmou não haver como ignorar as questões relacionadas aos direitos específicos das mulheres. A Folha destaca que apesar de discordar frontalmente de alguns itens do programa de reivindicações feministas no Brasil – a exemplo das propostas de legalização do aborto – tem procurado abrir espaço,

em suas páginas, para o debate dos temas ligados à sexualidade e aos direitos da mulher, por acreditar em sua importância.

Vale ressaltar, entretanto, que o fato de a Folha ter dado espaço em sua cobertura a temas da agenda feminista também tem sua origem nas próprias conquistas do movimento. Ou seja, além de ser um órgão formador de opinião, o jornal também é formado pela opinião pública, que o influencia e pressiona. Nesse sentido, o contexto de cada década que analisamos contribuiu com a pauta do Dia Internacional da Mulher dos jornais analisados, apesar de não ter sido o único fator levado em consideração na seleção das notícias a serem publicadas no dia oito de março.

Representações

Na cena dos 50 anos de cobertura jornalística que investigamos, observamos a presença de uma série de representações da mulher na cobertura midiática dos dois jornais pesquisados. Se, na década de 1960, a imagem da mulher quase não estava presente no noticiário de A Tarde e da Folha de S. Paulo, a partir dos anos 70 vão despontando matérias que mostram a mulher trabalhadora, que aos poucos começa a ocupar cargos antes destinados exclusivamente aos homens. Não estamos nos referindo aqui a líderes de grandes empresas, mas a trabalhos menos especializados como motoristas e garis, por exemplo. Na esfera privada, as matérias trazem representações da mulher vaidosa, da supermãe e da rainha do lar, modelos que sobreviveram ao passar daquela década nos dois jornais. A Folha destaca, ainda, as militantes brasileiras no exterior, responsáveis pela chegada ao Brasil de parte do ideário feminista.

Com o passar das décadas, os dois jornais ampliam o espaço destinado à cobertura da mulher que trabalha em profissões tradicionalmente consideradas masculinas. Dos primeiros cargos ocupados, as mulheres ampliam o leque de ocupações e chegam ao século XXI com o destaque de ocuparem postos cada vez mais elevados nas empresas: estão em posições estratégicas e em locais de tomada de decisão. Entretanto, como destacamos, ainda são minoria. Continuam a ganhar menos e a ser uma exceção à regra de mercado que concede ao homem as posições de comando e os melhores salários.

Essa mulher que ascende profissionalmente e que desenvolve um grau de consciência de seus direitos passa a ocupar cada vez mais espaço na cobertura de A Tarde e da Folha. O jornal baiano a chama de “nova mulher”, enquanto a Folha a

apresenta como a “mulher consciente de seus direitos”. Esse posicionamento mais definido em relação às bandeiras de luta, sejam elas políticas ou relacionadas à redução de preços do supermercado, está relacionado a diversas representações, a exemplo da dona de casa participante, aquela que defende os interesses da população contra o alto custo de vida.

Essa mulher consciente, entretanto, não cuida de forma eficiente da própria saúde, de acordo com a cobertura dos jornais pesquisados. Tanto em A Tarde, quanto na Folha, parte significativa das matérias de saúde publicadas na data estudada revelam que a mulher não tem atenção aos seus exames preventivos. Matéria de capa publicada no caderno Folha Equilíbrio em 2001 afirma que a mulher tem usado a energia para garantir espaço na sociedade, mas tem deixado de lado a própria saúde. Experientes no cuidado com os filhos, descuidam da atenção consigo mesmas.

Outra representação estampada nos dois jornais, sobretudo a partir dos anos 90, é a da vítima da violência doméstica. De classes sociais variadas, essas mulheres encontram proteção nas delegacias especializadas de atendimento à mulher, que ganham espaço significativo na cobertura de A Tarde e da Folha. As histórias de vida das vítimas, entretanto, aparecem com mais destaque nas matérias do jornal baiano. E aquelas que narram o próprio drama são normalmente de baixa renda.

Observamos, sobretudo no século XXI, que A Tarde mostrou – além das representações já citadas – também a face de mulheres do campo, trabalhadoras rurais que não se incluem no estereótipo da mulher urbana, a supermulher moradora da cidade grande, que divide seu tempo com filhos, marido, carro, emprego, academia. Sem recursos ou mesmo conhecimento acerca dos avanços da medicina estética, trazem rugas na face e preocupações sociais que se aproximam das bandeiras defendidas pelas mulheres, mas não se restringem a elas. Em alguns anos, o jornal baiano destaca também a mulher indígena, mas não com uma cobertura sistemática aprofundada e crítica.

Já a Folha não destinou espaço significativo às indígenas ou mesmo às trabalhadoras rurais. E, quando fez isso, apresentou uma imagem negativa dessas mulheres. Foi o que aconteceu no editorial que o jornal paulista publicou em oito de março de 2008, em que afirma que o Movimento Sem-Terra reedita “tática covarde” de arregimentar grávidas e crianças para enfrentar a polícia em invasões de propriedade, “sob o pretexto de comemorar o Dia Internacional da Mulher, que o MST traveste de dia de luta contra a opressão da mulher e do sistema que agudiza tal opressão”. A

matéria destaca ainda que as militantes, “fantasiadas de camponesas com chapéus de palha e lenços lilases no pescoço, se prestaram docilmente ao papel de vanguarda do atraso”.

Tanto em A Tarde, quanto na Folha, sobrevivem ao passar das décadas a representação da mãe que faz sacrifícios por seus filhos e da mulher que enfrenta todas as dificuldades para estar sempre bonita e em boa forma física. Apesar dessas e de diversas outras representações citadas pelos dois jornais analisados no Dia da Mulher, observamos que grande parte delas recebeu um tratamento pouco aprofundado no noticiário analisado. De forma geral, o espaço destinado aos perfis nos jornais diários, que narram a história de vida de mulheres, é muito restrito.

A rotina de produção desses meios de comunicação muitas vezes confere apenas poucas horas para que o repórter conheça uma determinada situação, faça entrevistas sobre o assunto e transmita essas informações ao público através do texto jornalístico. Além do tempo restrito de produção da notícia, o próprio espaço de sua publicação é, muitas vezes, diminuto. Em alguns casos, a publicação de um anúncio reduz o espaço destinado ao conteúdo editorial e modifica sua diagramação.

Para além dos perfis, na Folha, percebemos que a data conquistou espaço para uma discussão mais aprofundada sobre o movimento das mulheres, sobretudo na seção de artigos e em cadernos ou edições especiais dedicadas ao tema. Pesquisadoras do quilate de Heleieth Saffioti, Silvia Pimentel, Rose Marie Muraro, Céli Regina Pinto, Maria Rita Kehl e Eva Blay conduziram, ao lado de muitos outros nomes, um debate atual sobre o movimento feminista e as bandeiras, conquistas e desafios das mulheres. Não que A Tarde não tenha destinado espaço aos artigos, mas na Folha essa prática foi mais sistemática no período estudado. O jornal baiano passou a incluir, entre suas fontes, as coordenadoras e professoras do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA) e também integrantes de outras organizações ligadas às lutas pelas bandeiras das mulheres, a exemplo da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher. Advogadas, economistas, médicas e outras especialistas passaram a ser escutadas pela equipe de A Tarde como fontes para as matérias do Dia Internacional da Mulher.

Nesse âmbito, destacamos a importância da cobertura do Dia Internacional da Mulher pois, ao longo das décadas estudadas, a quantidade de fontes mulheres escutadas para as matérias cresceu de forma significativa tanto na Folha, quanto em A Tarde. Se no início do período pesquisado, as mulheres eram citadas e analisadas nas

matérias, com o passar dos anos elas passaram a ser tratadas como protagonistas; ganharam voz para falar sobre assuntos diversificados. A credibilidade necessária para que um profissional se torne uma fonte para uma matéria pode ser considerada um caminho significativo para o empoderamento da mulher. Através da cobertura jornalística, ao expressar sua opinião e visão sobre um determinado assunto, a mulher ajuda a contar a história de suas próprias lutas e conquistas.

Apesar desse avanço, pesquisa da Associação de Mulheres Jornalistas, ONU, Anistia Internacional e União Parlamentar Internacional publicada pela Folha de S. Paulo em oito de março de 2001 revela que apenas 18% das pessoas mencionadas ou entrevistadas pela mídia são mulheres. Além disso, temas como crises internacionais, guerras e políticas são, respectivamente, tratados por apenas 19%, 25% e 26% das jornalistas. Entretanto, o noticiário do Dia Internacional da Mulher diferencia-se, de maneira geral, daquele feito pelos veículos de comunicação nos outros dias do ano, pelo fato de ser uma data emblemática de homenagem às mulheres. Dessa forma, consideramos que essa cobertura sistemática, ao longo dos anos, teve papel fundamental para o fortalecimento da mulher enquanto fonte de informação, em um período em que informar e comunicar podem ser considerados sinônimo de poder.

Ao lado das fontes, entre as jornalistas que assinaram a cobertura dos veículos de comunicação estudados, destacamos a contribuição de Ireda Cardoso, da Folha, que assinou reportagens aprofundadas sobre o assunto ao longo dos anos 80. Assim como acontece mais comumente em outras editorias, a exemplo de economia e saúde, para citar alguns exemplos, ter uma repórter especializada em uma temática confere maior propriedade e coerência ao tratar dos assuntos relevantes. Entretanto, nas décadas seguintes, não observamos nenhum outro profissional que tenha se tornado mais assíduo na cobertura de gênero, nos jornais analisados.

Observamos, nos anos 90 e na primeira década do século XXI, o aumento da publicação, na Folha, de notícias de agências de notícias nacionais e internacionais, normalmente não assinadas. Diversas outras matérias foram identificadas com o termo “Da reportagem local” ou “Free-lance para a Folha”. Nesses dois casos, os textos não eram assinados. Destacamos que o fato de reportagens de destaque serem assinadas por repórteres sem vínculo empregatício com o jornal, como no caso das coberturas feitas por um profissional free-lancer, dificilmente possibilitará uma continuidade ou um aprofundamento maior dos temas abordados. Naturalmente, o simples fato de um repórter possuir vínculo empregatício com o veículo de comunicação não é sinônimo de

uma cobertura aprofundada, mas há mais chances desse profissional desenvolver uma linha temática ou especialização de trabalho.

Outro elemento que constatamos na cobertura do jornal paulista foi o maior número, em comparação com o periódico baiano, de repórteres do sexo masculino na cobertura do Dia Internacional da Mulher. Nosso estudo não constatou uma divisão de temas entre repórteres homens e mulheres, porém notamos que algumas matérias que traziam críticas ao feminismo foram assinadas por homens, a exemplo de “Os machistas reagem com as piadinhas de sempre”, de 1979, de Osmar Freitas Júnior, e “Fogo de Paglia”, com críticas ao movimento feminista feitas por Camile Paglia, em 1992, assinada por Sérgio Augusto.

Já os repórteres do jornal A Tarde não assinam a maior parte das matérias sobre a mulher publicadas no dia oito de março. Esse padrão começa a se transformar nos anos 90, com a prática mais freqüente de os jornalistas assinarem seus textos. Durante três anos, 1995, 1996 e 1997, a repórter Patrícia Moreira redigiu e assinou as principais matérias relacionadas com o Dia Internacional da Mulher do periódico baiano. Entre os temas abordados, a luta contra a discriminação em vários níveis, as barreiras para a mulher chegar ao poder e o fato de as mulheres pobres serem as maiores vítimas da Aids. Já nos anos de 1997 e 1999, a repórter Márcia Matos publicou matérias sobre a violência contra a mulher.

Exceto por esses dois exemplos, não observamos a atuação de um profissional especializado em gênero em A Tarde. Muitas das matérias publicadas no jornal baiano em homenagem ao Dia Internacional da Mulher são produzidas por agências de notícias nacionais e internacionais. Não observamos, porém, a atuação de repórter free-lancer a serviço do periódico baiano.

Temas abordados

É diversificado o leque de temas abordados ao longo das cinco décadas analisadas em nossa pesquisa. Um deles é o incêndio na Triangle Shirtwaist Company, assunto recorrente no noticiário jornalístico do Dia Internacional da Mulher. Com exceção dos anos 60, em que o acontecimento foi divulgado uma única vez, em todas as décadas seguintes, até o momento atual, foi narrada a versão do incêndio que teria sido criminoso e provocado a morte de 129 trabalhadoras da indústria têxtil, em Nova York.

Nesse contexto, os fatos que marcaram o início da revolução russa, que levaram à escolha do dia oito de março para a comemoração do Dia Internacional da Mulher, são silenciados todos os anos pela mídia. É como se fosse necessário um mito para legitimar uma data importante para o calendário das lutas das mulheres. Em nenhum exemplar foi contada a história verdadeira do incêndio. Quando a Folha aponta a possibilidade do fogo ser um mito, minimiza a questão, destacando a importância da data no calendário para as lutas das mulheres. A força dessa versão é tamanha que podemos considerar certa resistência velada na divulgação da verdadeira versão dos fatos. Afinal, assumir que, durante pelo menos quatro décadas, os leitores foram alvo de informações inverídicas fornecidas por veículos que afirmam ter um compromisso com a verdade, é uma grave constatação.

Não estamos falando aqui de um acontecimento de pequenas proporções, mas de uma tragédia que teria originado um dia de lutas e homenagens que conquistou legitimidade a ponto de ser pautado todos os anos pela cobertura jornalística mundial. Esse cenário traz ainda um segundo problema: o processo de levantamento de informações do jornalista começa, muitas vezes, no próprio Banco de Dados do jornal. A Folha de S. Paulo tem um setor específico e organizado até mesmo para receber o público externo, ao contrário de A Tarde, que não disponibiliza seus arquivos nem mesmo a pesquisadores. Mas o jornalista que buscar esse banco como única fonte para informações históricas repetirá, mais uma vez, a versão incorreta do incêndio.

A simples distorção dos fatos históricos, por si só, já constitui um sério problema, mas ressaltamos que há um aspecto que diferencia fundamentalmente a participação das mulheres nos dois episódios. As mulheres que originaram a celebração do Dia Internacional da Mulher não foram vítimas. Ao contrário, tornaram-se heroínas reconhecidas por seu protagonismo, sua decisão e capacidade de mobilização. Considerar a Revolução de 1917 como a origem da decisão de perpetuar o oito de março como Dia Internacional da Mulher é colocar as mulheres em uma posição que é diferente daquela decorrente do incêndio na Triangle Shirtwaist Company, apesar de reconhecermos a importância desse episódio trágico para a conquista dos direitos dos trabalhadores.

O silenciamento do fato jornalístico que originou a data, inclusive a questão do sufrágio, perpetua a desinformação sobre uma fase importante do movimento feminista: a primeira onda. Foi a história da luta pelo voto feminino, ao lado da participação decisiva das mulheres na revolução russa, que originou o Dia Internacional

da Mulher. Em pleno século XXI, quando se reconhece o poder da mídia de formar e conformar a realidade, através da divulgação de alguns fatos e da omissão de outros, o principal jornal do Brasil, e um dos mais tradicionais da Bahia, repetem a prática que no jargão jornalístico é conhecida como “barriga”: a divulgação incorreta do fato.

Em dez março de 2010, publicamos na seção de artigos de A Tarde texto elaborado com base nesta pesquisa, que informava a falta de veracidade das informações divulgadas pela mídia no dia oito de março. Mas, a despeito do espaço dedicado ao tema, dois dias antes o periódico baiano noticiava que “Violência persiste 153 anos após incêndio”. Percebemos assim, que mais do que simplesmente noticiar o assunto, é preciso que os meios de comunicação assumam, em sua linha editorial, o compromisso de aprofundamento na apuração dos temas. Em um momento de amplo acesso às mais variadas ferramentas de comunicação, torna-se ainda mais grave e sério o fato de informações inverídicas serem divulgadas à sociedade.

Derrubar o mito de origem do dia oito de março não implica desvalorizar o significado histórico que o Dia Internacional da Mulher adquiriu. Ao contrário, significa retomar a verdade dos fatos que são suficientemente ricos de significado e que carregam toda a luta da mulher no caminho da sua libertação. Representa o enriquecimento da comemoração desse dia com a retomada de seu sentido original. Apesar deste não ter sido o foco original desta pesquisa – como destacamos, no início do trabalho, desconhecíamos a verdadeira origem da data – consideramos a constatação dessa inverdade histórica acerca da origem do Dia Internacional da Mulher uma das contribuições deste estudo, sobretudo porque pode colaborar com a transformação desse quadro. Através da divulgação deste trabalho, que é um de nossos objetivos, pretendemos fazer com que a sociedade tenha acesso a essa informação que por tantos anos vem sendo silenciada pela mídia.

Para além do incêndio, muitos dos temas abordados na cobertura jornalística do Dia Internacional da Mulher estiveram associados ao contexto histórico do período de sua publicação. Outros assuntos, entretanto, foram silenciados pela cobertura. Foi o que aconteceu na década de 1960, período em que a luta pelos direitos humanos e das mulheres era calorosa em todo o mundo. Tanto o jornal A Tarde, quanto a Folha de S. Paulo não noticiaram, nos exemplares analisados, o advento da pílula anticoncepcional, os debates calorosos que borbulhavam na Europa e nos Estados Unidos e a luta pela igualdade de direitos entre mulheres e homens no mercado de trabalho. Na data

emblemática de luta pelas bandeiras defendidas pela mulher, todos esses assuntos poderiam ter integrado o noticiário da data, mas isso não ocorreu.

A mulher só passa a adquirir visibilidade nas matérias do Dia Internacional da Mulher a partir da década de 1970. Antes disso, ela aparecia apenas em matérias de moda, beleza, decoração e comportamento, em estilo consultório sentimental, sem haver uma associação direta com a data de luta das mulheres. Nos anos 70 e nas décadas seguintes, os direitos da mulher passam a ser tema de matérias, algumas inclusive com destaque na capa dos jornais. Apesar de nosso estudo não ter se proposto a empreender uma análise sistemática dos títulos das matérias, consideramos que observar alguns deles pode conferir uma visão mais ampla sobre as temáticas abordadas na cobertura e também sobre o tratamento que esses assuntos receberam.

Matérias como “Mulher casada vai ter novos direitos” (1970), “Elas lutam por condições iguais” (1974), “Deputada insiste na aposentadoria aos 25 anos para mulher” (1976), “Adultério vai deixar de ser crime” (1981), “Mulheres lutam contra a discriminação em vários níveis” (1995), “Mulher propõe criminalizar o assédio sexual” (1997) e “Rompimento de relação é sentença de morte” (1999) publicadas em A Tarde, mostram algumas das lutas e problemas enfrentados pelas mulheres noticiados pelo jornal baiano. Ajudam, também, a dar a dimensão das lutas das mulheres no período em que foram publicadas.

Na Folha de S. Paulo, destacamos títulos como “Mulheres vão hoje às ruas do Rio exigir pleito direto” (1984), “Tancredo criará Conselho da Mulher” (1985), “Mulheres comemoram seu dia exigindo uma transformação” (1979), “A mulher e o direito ao controle do próprio corpo” (1981), “Mulheres continuam a ser discriminadas” (1984), “Constituição não afetou trabalho das mulheres, conclui pesquisa” (1990), “Mulheres ameaçadas se escondem em abrigo de SP” (1994) e “Trabalhadora fica com 60% das novas vagas, mas salário é menor” (2006). Juntas, essas notícias contribuem para um panorama dos assuntos da agenda feminista no período.

Observamos que algumas das temáticas são tratadas em comum pelos dois jornais: a palavra discriminação, por exemplo, é freqüente nos títulos. Entretanto, a Folha precede A Tarde em noticiar diretamente o Dia Internacional da Mulher, nos anos 70, momento em que as Nações Unidas oficializam a data comemorativa. A cobertura jornalística do periódico de São Paulo confere cada vez mais espaço ao debate sobre as reivindicações das mulheres e discussões sobre suas bandeiras.

Já o jornal baiano apresenta matérias com temática e modelo semelhantes aos da imprensa feminina. Mesmo nas matérias em que A Tarde tentou discutir temas como mercado de trabalho e direitos das mulheres, observamos uma preocupação com o rompimento dos limites dos papéis sociais antes ocupados por elas. As mudanças na realidade da mulher apareciam inseridas em um discurso de ponderação sobre os seus reais benefícios.

O jornal baiano demora mais a entrar na discussão política sobre a mulher, o que acontece sobretudo a partir do fim da década de 70, com reportagens como “A mulher na mesa de debate” (1979). Desde então, o periódico passou a noticiar com maior frequência a agenda de lutas de entidades do movimento feminista e de grupos ou organizações que atuavam em defesa dos interesses das mulheres. Exemplos dessa cobertura são notícias como “Feministas discutem a política nacional” (1981), “Criado Centro de Estudos da Mulher” (1990), “Mulher conseguiu importantes avanços nas últimas décadas” (1990), “Mulheres são classificadas de ‘vítimas invisíveis’ dos anos 90” (1995), “O Segundo Sexo completa 50 anos” (1999) e “Liberte-se, mulher!” (1991).

Na Folha, ao longo das décadas de 1970 e 1980, observamos uma quantidade mais expressiva de matérias ligadas ao feminismo. Algumas delas foram “Elas procuram agora a unidade do movimento” (1979), “Casamento e maternidade: O que mudou?” (1981), “A nova e difícil sexualidade redescoberta pelas mulheres” (1981), “Mulheres, ao trabalho!”, (1981) e “Feminismo, Dia Internacional da Mulher... Que é isso?” (1983). Nesses espaços, artigos de pesquisadoras publicados em cadernos especiais ou nas páginas de opinião contribuíram com o aprofundamento do debate sobre a situação da mulher.

Já nos anos 90, o jornal de São Paulo publicou algumas matérias que traziam um questionamento sobre o movimento feminista. “O feminismo abre as pernas” (1992), “Fogo de Paglia” (1992), “Que feminismo é esse?” (2007). Não que a discussão sobre os direitos das mulheres tenha desaparecido da cobertura do jornal de maior circulação do país, mas para além de questões mais factuais, como as discutidas em matérias como “Menos emprego, menos renda” (2007), é colocado em pauta, sobretudo a partir do século XXI, um questionamento a respeito da multiplicidade de papéis ocupados pela mulher. Nessa direção, encontramos reportagens como “Feministas no sofá” (2007) e “Em busca da mulher completa” (2007), esta última uma entrevista com a então ministra-chefe da Casa Civil e atual presidenta do Brasil, Dilma Roussef.

Na decorrer da cobertura dos dois jornais analisados, encontramos momentos em que foram publicadas matérias com assuntos e enquadramentos que comparavam características das mulheres em contraposição às dos homens. Se, nos anos 70, A Tarde afirma que a “Mulher mente mais cedo” (1974), em pleno século XXI a Folha indaga: “Por que elas não têm humor?”. Observamos, no século XXI, a presença de textos, alguns satíricos, como os do colunista José Simão, da Folha, que buscavam ridicularizar a situação da mulher. Em 2002, Simão anuncia: “Procura-se mulher sem silicone” e, um ano antes, A Tarde afirma: “Dia de discutir a mulher que compra soutiens de renda para substituir os queimados nas décadas passadas”.

No século XXI, ganha força na cobertura dos jornais pesquisados a supermulher, representação que abarca características relacionadas à esfera pública e privada. A Tarde discutiu o assunto através de matérias com títulos como “Elas precisam se desdobrar em mil” (2009), “Missão para supermulher” (2002), “Sedutoras e seduzidas. Séculos de evolução ainda não produziram sociedade justa em igualdade e respeito ao gênero feminino” (2001) e “As supermulheres” (2005).

Também no século XXI e nos últimos anos da década de 90, observamos tornar-se mais intensa da cobertura dos jornais analisados a discussão sobre o empoderamento da mulher. Na Folha, há exemplos como “Mulher sem medo do poder” (1996), “Mulheres no poder: ainda chegando” (1998) e “O poder do batom” (2002). Em A Tarde, destacamos “Cresce a força política do sexo feminino” (2003), “Mulher: a conquista do poder” (2008) e “Elas provam que mulher é sexo forte” (2009). Nessa discussão sobre o poder e as conquistas das mulheres, surgem representações de mulheres como a que desabafa: “Meus sonhos estão morrendo”, frase que dá título à matéria publicada em A Tarde em 1988 e também reflexões que alertam: “Conquista feminina ainda é individual” (2002).

Em diversos anos, a cobertura do Dia Internacional da Mulher busca equilibrar a pauta política com assuntos ligados à agenda cultural – shows, exposições, peças teatrais em homenagem à data – e também à beleza e à estética. As transformações no corpo da mulher são anunciadas em manchetes como “A beleza dos seios ao alcance de todas” (A Tarde, 1985) de forma tão freqüente como os editoriais de beleza dos anos 60 e 70. Mudaram as técnicas de exercícios, as fórmulas mágicas para emagrecer e estar em plena forma física, mas a ditadura da beleza continua a exercer força significativa sobre o noticiário relacionado à mulher.

Consideramos importante a cobertura do Dia Internacional da Mulher nos jornais A Tarde e Folha de S. Paulo sobretudo pelo fato de dar visibilidade às bandeiras das mulheres, a partir dos anos 70. Como espaços em que as identidades são formadas e conformadas, os meios de comunicação têm importante papel por contribuírem com a pauta de discussão da sociedade, embora também sejam pautados por ela. Observamos que nem todas as lutas do movimento feminista foram discutidas pelos jornais pesquisados e sua abordagem nem sempre seguiu os critérios que norteiam o jornalismo de qualidade, como a apuração precisa e a busca por uma abordagem que possibilite ao leitor tirar suas próprias conclusões a respeito de um determinado assunto.

Ainda assim, avaliamos que os jornais A Tarde, na Bahia, e Folha de S. Paulo, em São Paulo, contribuíram com a discussão de uma série de assuntos ligados ao movimento feminista, além de levarem informações atualizadas sobre os direitos das mulheres para uma parcela significativa da população. Consideramos que a data mais emblemática de luta pelos direitos das mulheres desempenha um papel importante, por abrir espaço, na cobertura jornalística, para modificar os critérios de noticiabilidade que norteiam as redações do jornalismo diário. Dessa forma, contribui com uma discussão mais ampla de assuntos relacionados ao universo da mulher. Ainda que nem sempre as temáticas selecionadas sejam consideradas as mais produtivas para a situação atual da mulher, consideramos esse espaço uma conquista.

Avaliamos como importante, para um melhor aproveitamento desse espaço, a atuação de jornalistas que tenham um conhecimento mais aprofundado sobre as questões de gênero. A partir de um arcabouço básico de informações, eles podem contribuir com a elaboração de pautas que colaborem de forma mais efetiva com as discussões sobre o momento da mulher, além de terem mais subsídios para a escolha das fontes, as entrevistas e a própria elaboração das matérias.

Acreditamos que uma cobertura jornalística mais aprofundada no Dia Internacional da Mulher pode contribuir com o questionamento sobre a relação direta feita entre mulher e consumo nos meios de comunicação, bem como a tão necessária discussão sobre os papéis da mulher atual nas esferas pública e privada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Amélia Ferreira de. **Feminismo na Bahia: 1930-1950**. 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1986. 188 p.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991, p. 31-88.

ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, n.117, p.127-147, nov. 2002.

BARROS FILHO, Clóvis. Crítica à objetividade da mídia. **Pauta Geral**, Salvador, ano 2, n. 2, 1994.

BASSANEZI, Carla. **Virando as páginas, revendo as mulheres: Revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. v. 1 – Fatos e Mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BERTRAND, Claude-Jean. **A deontologia das mídias**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BORTOLOTTI, Plínio; FARIAS, Maria Dolores M. A construção mítica do 8 de março [entrevista com Profa. Dra. Maria Dolores Mota Farias, da UFC – Universidade Federal do Ceará]. **O Povo**, Fortaleza, 08 mar. 2003.

BRAGA, José Luiz. Questões metodológicas na leitura de um jornal. In: PORTO, Sérgio Dayrell; MOUILLAUD, Maurice. **O Jornal – da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 321-334.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Imprensa Feminina**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **Mulher de Papel**: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus, 2009.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**. Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

CARNEIRO, Adriana Jacob. Moças rebeldes. **Correio da Bahia**, Salvador, 8 out. 2006, Correio Repórter.

_____. Origens do Dia Internacional da Mulher. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 mar. 2011.

CERQUEIRA, Carla Braga. A Imprensa e a Perspectiva de Gênero. Quando elas são notícia no Dia Internacional da Mulher. Universidade do Minho, Portugal. **Observatorio (OBS*) Journal**, 5 (2008), 139-164.

CONCEIÇÃO, Fernando. **Mídia e Etnicidades no Brasil e Estados Unidos**. 261 p. Tese (doutorado) – ECA-USP, São Paulo, 2001.

CORAZZA, Helena. **Questão de gênero: inclusão/exclusão da mulher no complexo midiático**. Texto apresentado no I Simpósio Brasileiro “Gênero e Mídia”. Curitiba, ago. 2005.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas do poder**. Mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/UFBA – Assembléia Legislativa da Bahia, 1998.

_____. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Salvador, 2010. [no prelo]

- FAIRCLOUGH, N. **Media Discourse**. Londres: Edward Arnold, 1995.
- FALUDI, Susan. **Backlash: o contra-ataque da guerra não declarada contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- FOLHA DE S. PAULO. **Novo Manual da Redação**. São Paulo: Publifolha, 1998.
- FREEDMAN, Estelle B. **The Essential Feminist Reader**. Nova York: The Modern Library, 2007.
- FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1971.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide: Por uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Airton Ortiz, 1989.
- GOLDENBERG, Mirian. **Toda mulher é meio Leila Diniz**. Gênero, desvio e carreira artística. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- _____. **A arte de pesquisar**. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2009.
- GONZÁLEZ, Ana Isabel Alvarez. **As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres**. São Paulo: Expressão Popular: SOF – Sempreviva Organização Feminina, 2010.
- HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- JACKSON, Stevi. **Women's studies: essential readings**. Nova York: New York University Press, 1993.

JENAINATI, Cathia; GROVES, Judy. **Introducing Feminism**. Maryland: Totem Books, 2007.

JODELET, D. **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações Sociais e Esfera Pública**. A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

KEHL, Maria Rita. **A mínima diferença**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LAGARDE, Marcela. **Cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. México: UNAM, 1993.

LANDES, Ruth. **A cidade das Mulheres**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher**. Permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**. Investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. **Debate Feminista**. Edição Especial (Cidadania e Feminismo), México /São Paulo: Cia. Melhoramentos, p. 29-47, 1999.

OLIVEIRA, Maria de Fátima Cabral Barroso de. **A Mídia e as Mulheres: Feminismos, Representação e Discurso**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. 144 p.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. Cultura Brasileira e Indústria Cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, L. **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Democracia, comunicação e política**: entre o global e o local. Salvador, ago. 1999. 35p. [no prelo]

_____. A contemporaneidade como idade mídia. In: **Interface Comunicação, Saúde e Educação**, v. 4, n. 7, 2000. p. 25-36.

SARDENBERG, Cecília. **Estudos Feministas**: um esboço crítico. Transcrição do I Simpósio Cearense de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero. Fortaleza, NEGIF/ UFC, 2002.

SATO, Nelson. Salários são iguais nas médias e grandes redações. In: NARDELLI, Elizabeth; SANT'ANNA, Francisco. **Mulher e Imprensa na América Latina**. Brasília: Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal/UNESCO, 2002, p. 87-89.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2001, 384 p. Coleção Mulher.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. In: **American Historical Review**, Nova York, 1986.

_____. **Women's studies on the edge**. Londres: Duke University Press, 2008.

SILVA, Patrícia Conceição da. **A heterossexualidade ensinada títim por títim**: uma análise das revistas Capricho e Atrevida. Dissertação de mestrado, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

SILVEIRINHA, Maria João. Representadas e Representantes: as mulheres e os Media. In: **Media & Jornalismo**. Revista do Centro de Integração Media e Jornalismo. Coimbra, n. 5, ano 3, nov. 2004.

SOUZA, Ana Fernanda Campos de. **Mulheres em Pauta**: jornalismo sob a ótica de gênero em Salvador. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2010.

TADEU DA SILVA, Tomaz. A produção social da identidade e da diferença. In: TADEU DA SILVA, Tomaz (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa**. Capítulo 7. São Paulo: Sundermann, 2007. 2 v.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. **American Journal of Sociology**, Universidade de Chicago, v. 77, n. 2, 1972. p.74-90.

VERGER, Pierre. **Notícias da Bahia - 1850**. Salvador: Corrupio, 1999.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: TADEU DA SILVA, Tomaz (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Sites:

BLAY, Eva Alterman. Oito de Março: Conquistas e controvérsias. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001. p. 601-607. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>.

BROTAS, Antônio Marcos Pereira. **O Jornal A Tarde e as eleições municipais 96 em Salvador**. Enquadramento e Censura. Salvador, 1996. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/pex/1996_2/antonio.pdf>

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, out./dez. 2006; 15(4): 679-84.

COLLING, Leandro. Teoria Queer. In: ALMEIDA, Maria Cândida Ferreira de (org.). **Mais definições em trânsito**. Salvador, 2007. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/TEORIAQUEER.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2008.

FOLHA DE S. PAULO. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br>>

GIANOTTI, Vito. **O Dia das Mulheres nasceu das mulheres socialistas**. 8 mar. 2004. Disponível em: <<http://www.piratininga.org.br/memoria/mulheres-vito.html>>

GOETZ, E. R.; CAMARGO, B.V.; BERTOLDO, R. B.; JUSTO, A.M. Representação social do corpo na mídia impressa. **Psicologia e Sociedade**: 226-236, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>.

MOTA-RIBEIRO, Silvana; PINTO-COELHO, Zara. Imagens de mulheres na imprensa portuguesa. **Actas do IV Congresso da SOPCOM**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1822/5308>>.

NARVAZ, Martha; KOLLER, Sílvia. Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: Articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, set./dez. 2006. p. 647-654. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>.

OLIVEIRA, João Manuel de; AMÂNCIO, Lígia. Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 597-615, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n3/a02v14n3.pdf>>.

SGARBIERI, Astrid Nilsson. Representações do gênero feminino na mídia impressa. **Estudos Linguísticos**, Campinas, XXXV, p.386-371, 2006. Disponível em:

<<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/710.pdf>>.

SOF – Sempreviva Organização Feminista. Disponível em:

<http://www.sof.org.br/inst_area_atua_fem_texto_8marco.htm>. Acesso em: 11/10/2009.

SWAIN, Tânia Navarro. Feminismo e recortes do tempo presente: mulheres em revistas “femininas”. São Paulo em Perspectiva, 2001. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/scielo.php>>.

THE KHEEL CENTER. **Remembering the Triangle Factory Fire**. Disponível em:

<<http://www.ilr.cornell.edu/trianglefire/>>. Acesso em: 09/09/2010.

Jornais analisados:

A Tarde: jornal diário. Salvador: 8 mar. 1960 – 2010.

Folha de S. Paulo: jornal diário. São Paulo: 8 mar. 1960 – 2010.